

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



«Os voos das Iracemas»: A experiência da mobilidade de mulheres brasileiras em Portugal

Gleiciani Maria de Oliveira Fernandes

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Rodrigues Ferreira Sobral

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia
Especialidade de Antropologia da Etnicidade e do Político

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



«Os voos das Iracemas»: A experiência da mobilidade de mulheres brasileiras em Portugal

Gleiciani Maria de Oliveira Fernandes

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Rodrigues Ferreira Sobral

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia
Especialidade de Antropologia da Etnicidade e do Político

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Vogais: - Doutora Maria Antónia Pereira Resende Pedroso de Lima, Professora Auxiliar Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa;

- Doutora Elsa Beatriz Padilla, Investigadora Principal Convidada

Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa;

- Doutor José Manuel Rodrigues Ferreira Sobral, Investigador Principal

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Orientador;

- Doutora Simone Frangella, Investigadora de Pós-Doutoramento

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
SFRH / BD / 49046 / 2008

2017

Ao meu companheiro, nas alegrias e nos dis-
sabores, na saúde e quando ela me falta, na
dor e nos pequenos e grandes prazeres da
vida. A ti, meu Duarte, por teres sido o meu
porto seguro.

Agradecimentos

No longo processo de elaboração desta tese cruzaram-se no meu caminho pessoas [e instituições] que fizeram com que esta jornada fosse um pouco mais leve. O meu muito obrigada,

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo financiamento da pesquisa.

Ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, por me ter dado acesso a um quadro excecional de professores e a uma estrutura física e pedagógica de extrema qualidade.

Ao meu orientador, Prof. Doutor José Sobral, pela sua paciência, atenção, gentileza e disponibilidade. Obrigada também por acreditar na pertinência deste trabalho.

Aos professores do I Doutoramento em Antropologia, que foram essenciais nesta etapa da minha formação.

À Dra. Maria Goretti, pelo seu carinho para comigo, pela sua paciência e pelo seu esforço em conseguir negociar prazos junto da Universidade.

Ao meu amado Duarte, Obrigada pelo teu companheirismo, apoio, dedicação e paciência. Demorou, mas cá está!

Ao meu pequeno Rodrigo. Em tão pouco tempo de existência tu já mudaste a minha vida para sempre. Obrigada por me teres escolhido e me ajudado a mudar a minha compreensão sobre a vida, o tempo e o amor.

Aos meus pais (Maurício e Fanca) e a minha irmã Lidiane. Amovocês. Ainda é difícil conviver com a saudade.

À minha avó Nelsa (*in memoriam*). Eu sei que você estará sempre por perto.

Aos meus sogros, Filomena e Agostinho, pelo apoio e por se fazerem sempre presentes.

Aos meus cunhados, Nuno e Berta, por serem nosso apoio em todos os momentos.

À Simone Frangella, pela tua amizade, pela tua generosidade e pela tua dedicação. Obrigada por me ouvires, pelas críticas sempre pertinentes, mas, sobretudo, pelo carinho. És um dos seres humanos mais lindos que já conheci. Se esta tese está aqui é muito pelo incentivo que me deste.

Ao Max, meu amigo, irmão e padrinho. Estivemos e estaremos sempre juntos e misturados! Obrigada por tudo!

Ao Murilo, pela amizade nesses anos de vida em Portugal. Obrigada por se ter feito presente no meu momento de dor e perda.

Às Gullia, Raquel, Ana Luísa e Carolina, por serem boas companheiras nesta jornada.

À Irene Rodrigues, pelo carinho e a atenção para comigo.

À Madalena Rolim, pela ajuda diante da urgência.

À Beatriz Padilla, Mariana Gomes e Thais França, pela interlocução e os bons momentos passados juntas.

À Carla Storino, pelo carinho e pelas horas de boa conversa.

À Aline Afonso, pela amizade e generosidade.

Aos amigos Carla Ribeiro e Terêncio Lins, na amizade não importa a distância!

À Kamile Soares, pela amizade e companhia na cidade do Porto.

A todas as minhas interlocutoras. Obrigada pela disponibilidade e paciência.

Resumo

Nesta tese procuro explorar a experiência de mulheres brasileiras em Portugal focando nas suas vivências do quotidiano e como constroem as suas experiências subjetivas. A partir de uma densa observação etnográfica analisei experiências e relações marcadas pelo confronto com diferentes assimetrias, como, por exemplo, a sua condição de migrante e de género, vividas nas relações familiares, nas redes de amizade e no mundo do trabalho. Neste sentido, argumento que elas constroem as suas vivências desafiando ou reforçando as diversas representações sobre a mulher brasileira existentes em Portugal. Um dos eixos analíticos centrais foi a perspetiva de que, enquanto um processo construído relacionalmente, a experiência de mobilidade leva-as a conviver com um universo novo de relações que implica transformações na maneira como elaboram as suas identificações, perceções do mundo e modos de vida. A deslocação para Portugal leva as minhas interlocutoras a encontrar narrativas sobre o Brasil e os seus habitantes paradoxais àquelas que trazem consigo. Neste conflito, poderão surgir experiências singulares. Para compreender este fenómeno recorri a três dimensões do quotidiano dessas mulheres: a convivialidade, as transformações na fala e a maternidade. Estas temáticas permitiram-me perceber que elas elaboraram diferentes estratégias e negociações ao longo do dia-a-dia na expectativa de encontrar em Portugal um espaço de pertença e identificação.

Palavras-chave: mulheres, migração brasileira, género, identidades, quotidiano

Abstract

In this dissertation I seek to explore the experience of Brazilian women in Portugal, focusing in their daily relations and subjective experiences. Based on a dense ethnographic observation I analysed experiences and relations marked by a confrontation of different asymmetries present, for example, in migration conditions and gender situations. Such confrontation is lived in their family relations, in friendship networks and in the universe of labour. In this sense, I argue that they construct their lives by either challenging or reinforcing the diverse representations on the Brazilian women that circulate around Portugal. One of the central analytical axis revealed that, while being a process that constructed relationally, the experience of mobility imply transformations in the way they elaborate their identifications, their perceptions around the world and their ways of life. The dislocation to Portugal make my interlocutors face narratives on Brazil and its inhabitants paradoxical in relation to the ones they have already incorporated. In this conflict, singular experiences can happen. To understand this phenomenon I approached three dimensions of the daily life of these women: the conviviality, the transformations in the ways of speaking and the maternity. All these themes allowed me to understand the elaboration of different strategies and the negotiations along their daily lives, expecting to find in Portugal a place of belonging and identification.

Keywords: women, brazilian migration, gender, identities, everyday life

Índice

Introdução.....	1
1 - O Percurso Metodológico	5
2 - Estruturação da Tese	11
Capítulo I Quem são, de onde vêm e o que aqui encontram: apresentação do campo	13
1 - Descobrindo Portugal.....	21
2 - Vê-se através do outro	23
3 - Uma história inventada e reinventada através dos tempos.....	27
Capítulo II Pensar identidades como um caminho	35
1 - Pensar a nação, o nacionalismo, a identidade nacional e a etnicidade.....	43
2 - Estar aqui e ser de lá: o transacionalismo, o género e as identidades	50
3 - As mulheres brasileiras em Portugal sob o olhar dos académicos.....	56
Capítulo III Fazendo amigos, construindo pertenças.	61
1 - A importância de construir relações	62
1.1 - Encontrar pessoas e estabelecer contatos	62
1.2 - A importância da amizade	68
2 - O processo de constituição da amizade.....	76
2.1 - A experiência de ser mulher e brasileira na constituição de uma relação de amizade	83
2.2 - Outras relações e a escolha de uma amizade	89
2.3 - Outros critérios de classificação dos sujeitos.....	92
3 - Relações de alteridade e de autoridade	96
4 - O convívio e a consolidação de laços	110
4.1 - Fazer-se presente.....	110
4.2 - O convívio face-a-face:.....	114
4.3 - A proximidade num clique.....	120
4.4 - Partes de um mesmo processo	122
Capítulo IV Os contornos da linguagem em contexto de mobilidade.....	125
1 - Aproximando-se ao modo de falar dos portugueses	129
2 - Os embates no mundo do trabalho.....	131
2.1 - As experiências vividas em outras esferas de interlocução	137
2.2 - Os processos sócio históricos em que estão imersas.....	142
2.3 - Controlo da linguagem.....	151
3 - Quando falar como um português compromete a identidade de grupo	156
3.1 - «Tem brasileiro que é metido a besta»: quando as transformações da fala mexem com as relações de grupo.	159

3.2 - A fofoca como um instrumento de controlo e reafirmação identitária	162
4 - As transformações na fala como uma experiência vivida.....	164
Capítulo V Vivências da Maternidade	167
1 - Quando a maternidade se tornou uma questão.....	170
2 - As experiências da maternidade.....	173
3 - A boa-mãe cuidadora: cuidar do corpo e dos filhos.....	179
4 - A boa mãe dedicada.....	193
4.1 - Um banquete minuciosamente planeado.....	193
4.2 - O grande dia.....	196
4.3 - «Quero que todos vejam como se faz no Brasil!».....	198
5 - Ter um único filho: outros critérios de diferenciação nacional.....	201
6 - A mulher não-mãe.....	203
7 - As boas mães de Bragança e do Brasil: histórias que se cruzam e se ressignificam	204
Considerações Finais.....	225
Bibliografia	231

Índice de Figuras

Figura 1 Capa da edição portuguesa do livro de Nelma Penteado	26
Figura 2 Capa da Revista FOCUS de Agosto de 2010.....	26
Figura 3 Imagens de Campanhas publicitárias.....	26
Figura 4 Campanhas publicitárias dos anos 2009, 2011 e 2012 com a cantora Cláudia Leitte, a atriz Juliana Paes e a cantora Wanessa Camargo, respetivamente.	217

Índice de tabelas

Tabela 1 Total dos Residentes Brasileiros no intervalo 2000-2015	19
Tabela 2 Residentes brasileiros em Portugal por sexo entre os anos 2000-20015	20
Tabela 3 Número de residentes brasileiros por sexo e em percentagem.....	20

Lista de Siglas:

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos no Brasil.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

PAISM - Programa de Ação Integral à Saúde da Mulher

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SUS - Sistema Único de Saúde

Iracema voou
Para a América
Leva roupa de lã
E anda lépida
Vê um filme de quando em vez
Não domina o idioma inglês
Lava chão numa casa de chá
Tem saído ao luar
Com um mímico
Ambiciona estudar
Canto lírico
Não dá mole pra polícia
Se puder, vai ficando por lá
Tem saudade do Ceará
Mas não muita
Uns dias, afoita
Me liga a cobrar
É Iracema da América

Chico Buarque

Introdução

O trabalho que aqui apresento centra-se na experiência de mulheres brasileiras em Portugal e procura dar enfoque às suas vivências do quotidiano, às suas relações com o mundo e as pessoas e, conseqüentemente, compreender como constroem as suas experiências subjetivas. A partir de uma densa observação etnográfica de várias dimensões dos seus quotidianos, argumento que, através das suas experiências e relações - marcadas pelo confronto com diferentes assimetrias como, por exemplo, a sua condição de migrante, de género e de posição no mercado-de-trabalho -, vão construindo as suas vivências e, neste percurso, podem desafiar ou reforçar as diversas representações sobre a mulher brasileira existentes em Portugal. No decurso das suas trajetórias migratórias passam a nutrir grandes expectativas de construir em Portugal um lugar de pertença, sendo a negociação sobre o modo como são vistas e percebidas parte importante na consolidação desse espaço. Assim, neste lugar reforçam e refazem os sentidos de ser mulher e brasileira.

Como tem sido discutido na literatura recente sobre a imigração brasileira em Portugal (Padilla, 2007; Machado, 2007), os brasileiros são amplamente reconhecidos no país, sendo este reconhecimento feito através de imagens estereotipadas que aludem à sua alegria e simpatia inatas. No caso das mulheres, existem representações específicas que incidem, principalmente, sobre a sua sexualidade e afetividade e fazem parte de um imaginário que erotiza e hipersexualiza a brasileira. Não sendo um fenómeno novo, mas o reflexo de uma história colonial e pós-colonial que se cruza através do fluxo constante de pessoas, bens, mercadorias e imagens entre Brasil e Portugal, este imaginário foi sendo atualizado e ressignificado nos dois lados do Atlântico (Gomes, 2013). Porém, os estereótipos tornam-se uma das questões centrais que os imigrantes encontram quando chegam a Portugal, particularmente na dimensão de género. Os dados do campo revelaram que as representações existentes, tais como a associação à prostituição, a suposta disponibilidade sexual, a pretensa propensão para «roubar» maridos, e, também, a ideia de serem mais carinhosas, mais simpáticas e mais sensuais do que as portuguesas, têm um peso simbólico e consequências práticas na vida das imigrantes. Nalguns casos, refletem-se em dificuldades concretas como conseguir alugar casa, obter

emprego ou ter de enfrentar o assédio sexual, não podendo pôr-se de parte a influência dos estereótipos em múltiplas tensões e conflitos nas suas relações e nos ambientes em que circulam. Neste trabalho, tenho interesse em entender a maneira como as imigrantes que acompanhei apreendem essas experiências, (re)elaboram as suas perceções sobre si e o mundo em que vivem e como as suas práticas sociais podem dialogar com o universo de classificações onde estão inseridas.

Escolhi, por isso, apresentar três dimensões do quotidiano dessas mulheres - a convivialidade, as transformações na fala e a maternidade - por entender que estas dimensões dão grande inteligibilidade ao modo como apreendem a vida no país e elaboram as suas práticas sociais. A escolha destes três aspetos das suas trajetórias, longe de ser aleatória, deveu-se ao facto de serem experiências centrais na busca de um lugar de pertença em Portugal. Um lugar que emerge do conflito entre o arcaboço de representações que pesa sobre o universo feminino em questão e suas práticas quotidianas. No capítulo em que trabalho a convivialidade procuro mostrar como as suas relações de proximidade são afetadas e condicionadas pelo universo de valores sociais e morais que trazem consigo sobre o seu grupo nacional e os portugueses e pelas expectativas que refazem ao longo do percurso migratório. De quem se tornam amigas e permanecem ligadas é um complexo e paradoxal processo que reflete a tensão entre as suas referências e como desejam reformular o modo como são vistas e tratadas em Portugal. Nesta esfera das relações de proximidade, procuram negociar a sua interlocução com o mundo português, mas é onde sentem mais dificuldades de estar abertas a outros modos de estar no mundo vivido. Já no capítulo em que me debruço sobre as transformações na fala mostrarei que outras negociações são feitas ainda na expectativa de reivindicar um outro espaço de interlocução. Mais do que uma estratégia de assimilação, aproximar-se do sotaque português é um recurso para atenuar as tensões vividas no quotidiano e, ao mesmo tempo, reivindicar o seu conhecimento e domínio sobre o mundo em que estão imersas. Através dessa dimensão dos seus quotidianos, é possível perceber que há um esforço em não limitar as suas experiências a uma reprodução do que acreditam ter vivido no Brasil, mostrando-se atentas e interessadas ao que se passa no ambiente à sua volta. Por fim, ao debruçar-me sobre a vivência da maternidade procuro mostrar uma terceira dimensão na qual as formas de se afirmarem enquanto mães revelam também uma redefinição das categorias de diferenciação entre o «nós» e os «outros», leia-se, as brasileiras e as portuguesas. O que acreditam serem as características de uma boa mãe é

transformado numa reivindicação nacional de superioridade em relação às portuguesas, aparecendo como um desmentido dos estereótipos depreciativos de que se sentem objeto. Neste processo, recorrem a outros marcadores sociais de diferença para assinalar a sua singularidade como pessoa e como membro de um grupo. Portanto, debruçar-me sobre estas três dimensões - as relações de amizade, as transformações na fala e a maternidade - foi importante para compreender como os sujeitos trabalhados nesta dissertação podem elaborar diferentes estratégias e negociações ao longo do dia-a-dia na expectativa de encontrar em Portugal um espaço de pertença e identificação.

A escolha desta abordagem constituiu uma tentativa de dar um contributo às discussões sobre a imigração brasileira em Portugal. Se a literatura recente sobre o tema procurou deixar clara a influência que algumas imagens essencializadas tinham na vida das imigrantes, acredito que entender como no dia-a-dia as mulheres ultrapassam e/ou refazem estas representações tem sido pouco explorado. Encarando este aspeto como fio condutor deste trabalho, recorri a algumas abordagens teóricas que me ajudaram a pensar analiticamente os dados encontrados no *terreno*. Por isto, no segundo capítulo, procuro contextualizar o leitor através da perspetiva de que, como atores sociais, os migrantes - que no decorrer da sua trajetória passam a ter novas relações com o mundo e com as pessoas - estão em constante processo de reelaboração de afinidades e pertenças. Uma vez que o quotidiano dessas brasileiras é vivido no universo português, muito das suas práticas sociais, bem como as suas identificações, são refeitas no diálogo que mantêm com este mundo e com as pessoas nele envolvidas e, por isso, são experiências com características próprias em que, inevitavelmente, são condicionadas pela relação sócio-histórica entre Brasil e Portugal.

Cabe referir que o universo das mulheres brasileiras em Portugal é heterogéneo e, por isso, muito do que procuro mostrar aqui é inerente às experiências particulares das mulheres que contactei no *trabalho de campo*. No âmbito do que as particulariza, é possível apontar alguns aspetos que singularizam as suas práticas e identificações. Um dos mais marcantes é o tempo de residência no país de acolhimento. O facto de não serem recém-chegadas e não possuírem, até a altura em que encerrei o *terreno*, perspetiva de retorno próximo ao Brasil, contribui para que tenham aspirações e modos de apreensão do mundo vivido específicas, dedicando-se a esforços de interlocução diferentes de um recém-imigrado que ainda procura estruturar a sua vida no país. Um outro aspeto que marca as suas experiências é a faixa etária com que migraram para Portugal,

que, de várias maneiras, condiciona a sua vida no país. A idade, que aqui compreendeu um intervalo etário entre 25 e 35 anos, tem papel importante nas expectativas que criam sobre as suas vidas, sobre os papéis sociais a desenvolver e sobre o projeto migratório. Estarem em idades onde socialmente se espera disponibilidade para a maternidade, por exemplo, marca o modo de percebê-la e, ao mesmo tempo, as re-significações que fazem na tentativa de responder ao que é vivido em contexto migratório. O modo como se relacionam com as pessoas e com a cidade é também reflexo das aspirações e desejos que são, inevitavelmente, condicionados pelo curso das suas próprias histórias de vida, que se cruza com a migração. Ainda sobre os aspetos que particularizam as suas experiências, posso apontar o processo relativamente autónomo com que iniciaram a empreitada migratória. Pioneiras, em suas famílias e no contexto social em que nasceram, de um percurso de migração, não tinham uma rede efetiva e bem estabelecida que as ajudasse a estruturar a vida inicial em Portugal. Todas elas tiveram de construir, durante os preparativos da viagem e ao longo de toda a trajetória migratória, uma rede de relações, o que as levou a dedicarem grandes esforços e expectativas no estabelecimento de laços. Dando grande centralidade a estas relações de proximidade, o sucesso do projeto migratório foi pensando a partir da capacidade de conseguirem envolver pessoas nas suas vidas e com elas manterem fortes ligações, capazes de justificar a permanência em Portugal.

Mesmo que as experiências mostradas nesta tese não pretendam ser um retrato das vivências de todas as brasileiras no país, é possível encontrar determinados traços em comum que fazem destes casos que apresento um quadro significativo da experiência migratória de brasileiras em Portugal. Um aspeto partilhado por todas é o contato com um processo de etnicização (Padilla, 2007) pelo qual passam em Portugal os brasileiros e as brasileiras, em particular. Sendo estes cidadãos reconhecidos no país e possuindo uma etnicidade própria (Machado, 2007; Padilla, 2007), independente das suas características fenotípicas são reconhecidos como brasileiros de acordo com um imaginário português do que é ser-se brasileiro. No caso das mulheres, como já foi referido, existem representações específicas que fazem com que todas as residentes no país lidem no seu dia-a-dia com diversos estereótipos, mesmo que o seu contacto com eles se revista de características e de uma periodicidade muito diversa. Muitas das relações e tensões que as brasileiras que acompanhei vivem no contacto diário com o mundo português são partilhadas por outras aqui residentes. Portanto, mesmo com experiências singulares,

compreender o modo como elaboram as suas vivências no país torna-se muito relevante e contribui para um mais amplo entendimento sobre a migração brasileira no feminino e as especificidades de estarem em Portugal.

1 - O Percurso Metodológico

A pesquisa aqui referida realizou-se entre os anos de 2008 e 2013, com alguns intervalos. Embora tenha contatado e conversado com um grande número de mulheres brasileiras – sendo estas informações recolhidas fundamentais para a compreensão dos diversos aspetos das suas vidas em Portugal –, desenvolvi o meu trabalho etnográfico, de forma mais profunda, junto de 23 mulheres através de um convívio prolongado e intenso, e elas são, portanto, os sujeitos desta pesquisa. Acompanhei-as em vários momentos das suas experiências quotidianas, tais como as suas atividades de lazer, as idas ao Consulado Brasileiro e ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a celebrações de aniversário e a casamentos e, nalguns casos, tive oportunidade de frequentar os seus locais de trabalho. Realizei também 12 entrevistas em profundidade que resultaram em histórias de vida, as quais são utilizadas com mais frequência no texto.

Este trabalho é o resultado de uma longa jornada, e de um processo ainda em curso, em busca de uma maior maturidade analítica na antropologia. Em 2008 ingressei no Curso de Doutoramento em Antropologia, um período já distante, durante o qual se sucederam vários acontecimentos na minha vida pessoal, principalmente, problemas de saúde, que conduziram ao adiamento da conclusão desta pesquisa. Embora este adiamento tenha causado alguns constrangimentos institucionais, houve um lado positivo que foi a oportunidade de manter uma interlocução com os sujeitos pesquisados por um longo período. Durante esta longa etapa, foi possível firmar uma relação de proximidade capaz de entrar dentro das suas vidas privadas e acompanhar várias fases dos seus percursos migratórios. Deste modo, consegui estar presente em várias etapas das vidas pessoais destas mulheres, incluindo momentos cruciais como, por exemplo, os do casamento, do nascimento do(a) primeiro(a) filho, e, até mesmo em alguns casos, o divórcio. Na esfera laboral, acompanhei-as no primeiro emprego, na fase de procura por melhores oportunidades, nalguns casos, em situações de desemprego e mudanças na área de atuação profissional. Tão longo período a acompanhá-las também me ofereceu a oportunidade de me aproximar das pessoas que faziam parte das suas relações de proximidade.

Por isso, mesmo com todos os problemas institucionais e profissionais que uma demora da entrega da tese implica, os dados apresentados aqui só foram possíveis por conta da densidade do *trabalho de terreno*.

Um outro aspeto a referir, e que também teve importância no modo como construí o processo de pesquisa, foi a decisão de que, a partir do ano de 2011, estaria semanalmente em Lisboa, mas fixaria residência no Porto. Acredito que esta mudança, embora por motivos pessoais, enriqueceu o trabalho porque implicou o recurso a uma etnografia multisituada (Marcus 1995) e não presa a um determinado local, o que me proporcionou uma visão mais completa e relacional deste grupo. Através dos contatos que já tinha em Lisboa, também estabeleci uma rede no Norte e Centro do país, mais especificamente em Aveiro, Porto e Braga. Aos poucos fui descobrindo que as interlocutoras de Lisboa estavam ligadas a pessoas residentes em várias partes do país e, portanto, passei a ter oportunidade de conviver com um quadro mais amplo das suas relações. Esta mudança também me proporcionou um olhar mais atento ao modo como estas mulheres mantinham interlocução com o contexto à sua volta. Isto foi particularmente importante quando me dediquei a observar, por exemplo, as transformações da fala, pois estavam muito ligadas ao que viviam e ouviam no quotidiano e nas relações que mantinham. Ao familiarizar-me com outros modos de falar o português de Portugal é que fui percebendo com mais clareza o esforço feito para se manterem ligadas e em interlocução com as pessoas e com o mundo português que partilhavam.

No decorrer deste longo trabalho de terreno adotei outras estratégias metodológicas. Dentre elas, posso apontar a decisão de que as minhas interlocutoras poderiam ser encontradas, não em locais geográfica e fisicamente demarcados, mas sim através de trilhos conturbados e não lineares, por entender que estes atores sociais estão em constante movimento, mesmo que esse movimento não signifique mudar de cidade, de casa ou de trabalho. Defini então que eu não me limitaria à área geográfica de Lisboa, mas sim à geografia dos caminhos percorridos por essas mulheres. Esta opção de não procurar interlocutoras de um bairro específico, por exemplo, levou-me a exercitar os meus próprios sentidos. Apurei o meu ouvido para captar rapidamente um sotaque brasileiro. Exercitei a minha capacidade de conseguir localizar uma mulher brasileira através da observação do andar e do vestuário e, para isso, me vali, muitas vezes, do meu conhecimento pessoal de como se poderá comportar uma mulher brasileira e do que é ser mulher brasileira em Portugal. Confesso que essa opção se revelou demasiado cansati-

va. Estar constantemente atenta requer uma disponibilidade física e emocional que nem sempre me deixava separar o *eu pesquisadora* do *eu Gleiciani* - pessoa que necessitava de momentos privados, de momentos de lazer, e que necessitava de resolver os seus próprios problemas enquanto estudante e imigrante.

Optei, portanto, por essa geografia incerta, mas extremamente plural. Tal permitiu-me conhecer mulheres nas mais diversas situações e nos mais variados espaços, com as mais variadas emoções e sentimentos. Reencontrei e procurei manter contacto com interlocutoras de quando ainda trabalhava como empregada de mesa e de balcão (Fernandes, 2008) e obtive informações valiosas acerca do mundo do trabalho. Encontrei mulheres nas viagens de metro ou de autocarro que me falaram sobre o seu dia, as suas deceções e a sua religião. Encontrei mulheres no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e no Consulado Brasileiro que me falaram sobre as suas angústias e sobre os seus processos, na maioria das vezes de difícil resolução. Encontrei interlocutoras nas associações e movimentos sociais em que participei e/ou visitei, e ouvi relatos de maus tratos, violência doméstica e preconceito. Por fim, encontrei interlocutoras na *internet*, um *locus* privilegiado para obter informações, contatos e amizades. Esta escolha plural deu-se pela necessidade que tinha de procurar um perfil o mais variado possível de pessoas quanto à localização das suas residências e dos seus trabalhos, à inserção no perímetro urbano, à área de atuação profissional, bem como à idade.

Fiz uma opção de escolher *interlocutoras-chave* para cada um desses momentos. Foram elas quem acompanhei mais de perto, tentando aproximar-me das suas experiências vividas na esfera doméstica e procurando conversar com os seus amigos. Prontifiquei-me a ir ao SEF e ao Consulado Brasileiro, por vezes, apenas para dar apoio emocional, outras vezes, para ajudar a melhorar a comunicação com os serviços por estar mais habituada às suas exigências. Tentei estar presente nos momentos de lazer, de alegria (nas festas de aniversário, "chá-de-baby/chá-de-bebé"¹ e "chá-de-panela/chá de casa nova"²) e também de dor (fui também a um velório).

¹ Semelhante ao *baby shower*, muito popular nos Estados Unidos, o chá-de-baby é um momento para celebração da chegada de um novo elemento à família. No Brasil é uma prática comum e, tradicionalmente, é organizado por amigas da futura mãe. Através da oferta de presentes ou fraldas, ajuda-se a compor o enxoval do bebé num encontro onde a comensalidade é um acontecimento muito marcante.

² Evento muito comum no Brasil onde os amigos se juntam para ajudar no enxoval dos noivos ou de uma pessoa que irá morar sozinha.

Uma vez firmado um contato mais próximo, optei por privilegiar os momentos informais sem me ater sempre à utilização do gravador. A capacidade de tentar fazer das entrevistas e conversas um momento informal - sem a tensão e a possibilidade de fazer as interlocutoras sentirem-se avaliadas - sempre me seduziu. Isso não significa que tenha escondido as minhas intenções de converter as conversas e entrevistas em fontes e dados para a minha pesquisa. Muito pelo contrário, várias vezes recebi telefonemas a dizer: «Liguei para te contar uma coisa que aconteceu hoje para tu colocar na tua pesquisa». Por isso, as conversas maioritariamente sem a mediação do gravador e sem um roteiro fixo de perguntas deram-me a possibilidade de ouvir relatos e experiências de vida de modo mais informal e conforme os acontecimentos iam ganhando relevância e centralidade nas suas trajetórias.

No entanto, as interlocutoras que mais me fizeram entender muito do que trago para esta tese foram as participantes nos fóruns de discussão na Internet. A Internet tem sido objeto de pesquisa no âmbito dos estudos de antropologia que se debruçam sobre as diásporas, na medida em que o ciberespaço é um instrumento fundamental de estruturação das redes relacionais e da produção de identificações destes grupos, servindo nomeadamente como meio de agregação para quem partilha uma mesma nacionalidade (Bernal 2014).

Este veículo de comunicação funciona para muitos imigrantes brasileiros como uma ferramenta importante para criar uma rede de contatos, tirar dúvidas sobre Portugal e os portugueses e de partilha de experiências. Neste aspeto, o Orkut³, muito graças à sua característica de oferecer uma terceira via de sociabilidade (Dornelles, 2005), que consiste no contato entre indivíduos distantes em termos espaciais e temporais, conseguia agregar atores sociais distribuídos por várias localidades portuguesas e mesmo no Brasil. Atendia também às necessidades de quem tinha horários de trabalho diversificados e/ou muito trabalho pós-laboral na esfera doméstica e não conseguia ligar-se em tempo real com os seus interlocutores.

³ O Orkut foi uma plataforma de interação virtual que na altura do meu terreno era muito popular entre os brasileiros. Lançada pela Google no ano de 2004 e encerrada dez anos depois, tratava-se, segundo Saturnino (2009), de «uma plataforma desenvolvida a partir da ideia da criação de um *software* social onde é possível cadastro de utilizadores, formação de ‘comunidades’, inserção de diversos conteúdos, como fotos, vídeos, textos, ícones e avatares» (*idem*, 52). Hoje encontra-se disponível apenas através do que a Google chama de «Arquivo de Comunidades do Orkut», com acesso possível através do endereço <https://Orkut.google.com/>.

Ao perceber logo no início do terreno a importância que a comunicação através da Internet tinha no quotidiano das brasileiras em Portugal, procurei valorizar a etnografia no espaço virtual como uma ferramenta auxiliar no processo de pesquisa. Isso deveu-se ao facto de compreender que, para as minhas informadoras, a Internet, além de lhes dar a possibilidade de conseguirem estruturar melhor a vida no país de acolhimento através das informações aí obtidas, permitia-lhes uma interação virtual que era uma ferramenta importante para manterem conexão com os/as amigos/as, principalmente para as que não tinham muito tempo disponível para um convívio presencial. Devido à popularidade entre os brasileiros à época do terreno, escolhi dedicar algum tempo de observação a algumas comunidades⁴ do Orkut direcionadas para os imigrantes brasileiros em Portugal. Resolvi participar ativamente numa em particular, que neste trabalho designarei de *Brasileirinhos*⁵, por ter, nessa altura, um número de inscritos bastante significativo, aproximadamente 25 mil membros.

Ter iniciado um contato, primeiro, como participante da comunidade, procurando partilhar informações e interagir nas discussões, permitiu tornar-me uma pessoa familiar aos membros e, inevitavelmente, facilitou-me a aproximação com algumas participantes mais assíduas. Após ter esclarecido o meu interesse em transformar as conversas em dados de pesquisa, consegui, de acordo com a disponibilidade de cada uma, acompanhá-las não só virtualmente, mas em vários momentos dos seus quotidianos. Procurei estabelecer contato presencial e com algumas consegui manter uma proximidade tal que também se transformaram em *interlocutoras-chave*. O facto de me relacionar virtualmente num *locus* privilegiado como a comunidade do Orkut, facilitou a minha participação em eventos *offline*⁶ organizados pelos participantes, os chamados *Orkontros*, bem como em outros eventos mais privados organizados por pessoas com quem eu consegui uma maior aproximação. Ir a estes eventos ajudou-me a solidificar esta relação de proximidade e, ao mesmo tempo, entender a importância das relações de amizade e dos

⁴ Uma das ferramentas de interação do *site* eram os fóruns de discussão dentro de espaços/grupos chamados de comunidade. Os membros poderiam criar estas comunidades de acordo com temas de seu interesse. Na altura em que realizei o terreno existiam muitos desses grupos direcionados para o universo da imigração brasileira em Portugal.

⁵ Resolvi adotar um nome fictício como forma de proteger a identidade dos participantes.

⁶ Nalguns momentos desta tese utilizarei as expressões “eventos *Offline*” e “eventos *Online*” para me referir, respetivamente, aos momentos de convívio presenciais sem a mediação de um computador e aos momentos de interação não presenciais com mediação de um computador ligado à Internet.

momentos de convívio presencial e virtual na vida destes sujeitos e nos seus projetos migratórios.

Não posso deixar de reconhecer que a minha trajetória pessoal facilitou a inserção em todos os ambientes onde desenvolvi a pesquisa de terreno. Embora o processo de "transformar em exótico o que é familiar" (Da Matta, 1976) tenha constituído um grande desafio, a minha condição de brasileira possibilitou-me reconhecer muitos códigos sociais e de interação que ajudavam na aproximação com possíveis interlocutoras. Outros aspetos, tais como ter trabalhado como empregada de balcão e de mesa entre 2006 e 2008, interagir na comunidade do Orkut, ter um relacionamento com um cidadão português e partilhar de uma rotina comum aos imigrantes, como idas ao SEF para renovação de autorização de residência e resolver assuntos burocráticos no Consulado Brasileiro, facilitavam o diálogo por também ser esta a realidade de muitas dessas mulheres. Em algumas circunstâncias, esta partilha de vivências comuns foi fundamental para iniciar conversas e concretizar uma aproximação, pois viver na primeira pessoa determinadas experiências ajudava-me a abordar certos assuntos comuns. Por outro lado, e como mostrarei no capítulo sobre a convivialidade, a partilha de experiências e valores era algo determinante para a concretização de uma amizade e, por isso, com algumas interlocutoras, eu não teria conseguido manter-me por muito tempo próxima se não estivesse disposta a expor um pouco das minhas experiências pessoais.

Por fim, também recorri a alguns dados quantitativos, valendo-me, principalmente, das informações oficiais disponibilizadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Deste modo, foi possível traçar um perfil referente ao número total de imigrantes brasileiros em Portugal e a sua respetiva divisão por género, que apresento no capítulo I. Também foi possível ter uma ideia mais abrangente da localização das suas residências por região, sendo possível observar que os brasileiros, embora espalhados por todo o país, estão maioritariamente nas regiões urbanas e no litoral português. A literatura mais recente sobre esta população imigrante ajudou-me também a inteirar-me melhor destes dados quantitativos que serão apresentados no primeiro capítulo.

2 - Estruturação da Tese

No primeiro capítulo, procuro fazer uma apresentação das mulheres brasileiras imigradas em Portugal e que foram alvo desta pesquisa. Começo por descrever o perfil das 23 mulheres, direcionado para dados como, por exemplo, faixa etária, o local de origem e as atividades desenvolvidas no país. Em seguida, procuro mostrar o contexto social no qual estão inseridas abrindo a discussão sobre as representações existentes na sociedade portuguesa acerca da mulher brasileira. Procuro fazer também um apanhado histórico-social do imaginário construído em torno de uma suposta hipersexualidade brasileira.

No segundo capítulo, procuro fazer a apresentação das abordagens teóricas que me ajudaram a fazer a «tessitura teoria/empíria» (Carvalho, 2004, p.06). Como principal fio condutor, recorro ao pressuposto de que as identidades apresentam um certo grau de flexibilidade dependente das relações e experiências vividas pelos indivíduos. A partir destes pressupostos recorro a alguns autores que foram fundamentais para poder pensar analiticamente os dados recolhidos no terreno. Procuro ainda contextualizar o leitor sobre algumas pesquisas já elaboradas que abordam diretamente a experiência migratória de brasileiras em Portugal.

No terceiro capítulo, procurarei mostrar a importância que as relações construídas e solidificadas após a migração têm no processo de dar sentido ao projeto migratório. Tentarei mostrar que, mais do que meras relações instrumentais, estas mulheres passam a almejar construir fortes laços de amizade. Apesar das relações conjugais/amorosas e dos filhos serem condições muito decisivas para a sua permanência em Portugal, esses laços de amizade são essenciais para que mantenham a sensação de acolhimento e ligação com o mundo à sua volta. Se os lugares emergem e adquirem significados no contexto da vida social (Olwig, 2007), é através desses laços de amizade, mas não só, que um lugar – enquanto espaço simbólico e de referência identitária – é produzido. Porém, como vivem no seu quotidiano experiências que condicionam o seu modo de perceber o mundo vivido e como nele se posicionam estabelecem limites e barreiras que podem afetar uma possível aproximação e/ou concretização de uma amizade.

No quarto capítulo, apresento um dado encontrado no terreno que envolve um processo de transformação da fala. Muitas das mulheres contatadas procuravam aproximar-se do modo de falar dos portugueses e, de acordo com o que me foi possível

observar, tal estava intimamente relacionado com as expectativas de uma melhor interlocução no e com o universo português. Desde modo, procurarei mostrar que, embora possam surgir naturalmente transformações na fala fruto da convivência e das experiências do quotidiano, a aproximação ao sotaque a que me refiro era um processo que as levava a periódicas reflexões por invocar tensões na fronteira das representações sobre a língua. Através das experiências vividas no dia-a-dia dessas mulheres, procuro abordar como as fricções sobre a língua portuguesa podem tecer as próprias relações no mundo lusófono. Embora se propague um discurso oficial de que Brasil e Portugal são países e irmãos e falantes de uma mesma língua, no plano da experiência vivida, as imigrantes deparam-se com um embate político e ideológico sobre a língua e seus usos.

No quinto e último capítulo, tentarei mostrar como estes sujeitos recorrem a determinadas experiências, encarando-as como positivas e inerentes à mulher brasileira, na expectativa de reposicionar o seu lugar no esquema de representações utilizado em Portugal. Enaltecem e particularizam uma experiência de maternidade baseada no afeto, na autorresponsabilização sobre o bem-estar da criança e na adesão aos ditames médicos-científicos sobre saúde materno-infantil. Ao entender este modelo de maternidade como critério de valorização pessoal, idealizavam-no não só como um arquétipo de boa mãe, mas também como um modelo de feminilidade que deveria ser seguido por todas as mulheres. Por outro lado, acreditando que uma boa mãe precisa de possuir características como dedicação e solidariedade, entendiam que as brasileiras, em comparação com as mulheres portuguesas, estavam muito mais próximas desse ideal de feminilidade.

Capítulo I

Quem são, de onde vêm e o que aqui encontram: apresentação do campo

Araci⁷ chegou a Portugal em Fevereiro de 2007. «Lá eu pulei os quatro dias de Carnaval e aí cheguei aqui no dia 23.» (Entrevista concedida em 27/05/2008). Nasceu na cidade de Cascavel no Estado do Ceará, Região Nordeste. Sua cidade natal, por ser numa zona litorânea, costuma receber turistas durante todo o ano mas, entre os brasileiros, o fluxo maior é no mês de Julho e nos meses de Dezembro e Janeiro, aquando das férias escolares. Aos 10 anos começou a ter contacto com os membros de uma família rica de Fortaleza (capital do Ceará) que costumavam ir passar férias a Cascavel. A família convidou-a a passar umas férias em Fortaleza e, a partir destas férias, acabou por ficar lá a viver 3 anos. Naquela região é muito comum as famílias mais abastadas recorrem a mão-de-obra de adolescentes ou jovens para os serviços domésticos. Meninas pobres e de cidades do interior submetem-se a um trabalho mal remunerado, com horas excessivas de trabalho na expectativa de melhores condições de vida. Este parecia ser o caso de Araci. Passados 3 anos, resolve voltar a Cascavel, mas por não ter conseguido readaptar-se retorna a Fortaleza aos 17 anos para a casa de uma outra família. Fixa residência na capital e passa a fazer visitas esporádicas à família. Com o passar dos anos consegue dar continuidade aos estudos e terminar o Ensino Médio, que equivale ao 12º ano em Portugal. Trocava de trabalho periodicamente, conforme apareciam melhores salários, mas esteve desempregada um longo período até chegar a oportunidade de vir para Portugal. Todas as irmãs de Araci tiveram uma trajetória de vida semelhante à sua, foi precisamente através de uma das irmãs que, conhece uma família portuguesa que tinha uma casa de veraneio em Fortaleza. «Eles estavam à procura de uma pessoa que queriam trazer para aqui para Portugal para trabalhar numa empresa que eles têm, que é uma empresa privada» (Araci, em entrevista concedida em 27/05/2008). Em 2007 aceita o emprego e muda-se para Portugal. Ao chegar descobre que irá morar com a família e dividir-se entre o emprego na loja e os serviços domésticos. Recebia 400 euros mensais, mas eram-lhe descontados aos poucos o dinheiro da passagem e das despesas alimentares, o que se convertia num rendimento de 200 e poucos euros por mês. As exigências, as horas de trabalho excessivas e a má remuneração trouxeram-lhe grandes desentendimentos com os membros desta família, mas ameaças de que seria mandada de volta a Fortaleza, e de que sem eles seria facilmente deportada fizeram-na ficar. Até que, num dia de folga, quando saía para passear num centro comercial, conheceu umas brasileiras e a quem contou a sua situação. Uma destas amigas disse-lhe: «Se algum dia você sair de lá e não tiver para onde ir, a minha casa está de portas abertas». Araci resolve então

⁷ Nesta tese fiz a opção de adotar nomes fictícios para todos os sujeitos acompanhados como forma de proteger suas identidades. Escolhi, para isto, trata-las por nomes de cidades brasileiras. Neste caso, Araci é um município do Estado da Bahia com população estimada em 2016 de 55.637 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Mais informações em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290210&search=bahia/araci>

arriscar, pede demissão e instala-se na casa desta amiga. Através dessa nova rede de amigos conseguiu um novo trabalho também como doméstica na casa de uma família portuguesa. Em busca de melhores condições e remuneração ia mudando de trabalho nunca chegando a passar mais de 4 meses numa residência. Na altura em que nos conhecemos, estava a trabalhar numa loja de chineses, e vivia na linha de Cascais (nos arredores de Lisboa) numa casa com outros brasileiros. Estava a procura de um novo emprego.

Madalena⁸ chegou a Portugal em 2006, pouco tempo depois da sua formatura. Nasceu e viveu todo o período em que esteve no Brasil numa pequena cidade de Minas Gerais. Era filha de pais separados, e a sua mãe teve um papel central no sustento da família. Morava com mãe e dois irmãos num apartamento numa região central da cidade. Desde criança praticava ginástica artística, participando, inclusivamente, nalgumas competições em representação da sua cidade. Sempre com a ajuda e apoio financeiro da mãe consegue ir estudar psicologia, numa instituição de ensino superior privado. Embora o pai quisesse que ela tivesse ingressado numa universidade pública, Madalena disse que nem sequer fez o vestibular⁹ porque não havia curso de psicologia. Licenciada, mas sem grandes oportunidades de emprego resolve emigrar. Ainda pensou em ir para Belo Horizonte (Capital de Minas Gerais), mas como tinha o contacto da filha de uma vizinha residente em Portugal há uns anos, resolve ir para a cidade do Porto. Madalena também tinha uma tia a residir em Lisboa, mas com quem não tinha muita proximidade e, por isso, decide-se pela casa desta ex-vizinha no Porto. Ao chegar ao Porto teve algumas dificuldades em conseguir emprego e também de relacionamento com este único contacto que tinha na cidade. Passado um ano da sua chegada a Portugal resolve ir para Lisboa e tenta estabelecer-se na cidade, mas sem procurar os seus parentes. Ainda lhe restando algum dinheiro que tinha conseguido através de um empréstimo feito pela mãe no Brasil, e com ele consegue alugar uma casa no bairro de Alvalade. Rapidamente consegue trabalho, mas sem autorização de residência em Portugal ou diploma de psicóloga reconhecido, vai trabalhar num café. Quando nos conhecemos Madalena já tinha conseguido equivalência de diploma e já trabalhava na sua área de formação. Estava então numa clínica privada e atendia, sobretudo, cidadãos portugueses.

Jandira¹⁰ chegou em Portugal em 2005 para, como faz questão de dizer, reunir a família, pois seu companheiro estava a trabalhar no país há alguns meses.

⁸ Madalena é um município do estado do Ceará com população estimada em 2016 de 19.616 habitantes. Fonte: IBGE. Mais informações ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230763&search=ceara|madalena>

⁹ Vestibular é o nome dado no Brasil aos exames de admissão para ingressar numa instituição de ensino superior.

¹⁰ Jandira é um município da microrregião de Osasco na Região Metropolitana de São Paulo e possui uma população aproximada em 2016 de 120.177 habitantes. Fonte: IBGE. Mais informações ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352500&search=sao-paulo|jandira>

Nascida numa pequena cidade de Minas Gerais, teve uma infância cheia de dificuldades, passou fome e, aos nove anos já trabalhava como lavadeira, cuidando das roupas da vizinhança. Sofreu maus tratos da mãe. O pai, embora mais amoroso, não era a favor de que estudasse. Por isso, acredita que «ter vencido na vida foi um esforço pessoal» (Entrevista 19/07/2011). Mesmo sem apoio familiar, insistiu em estudar e, já adulta e a trabalhar, pagou o curso com seus próprios recursos. Era muito jovem quando engravidou do primeiro filho, o que gerou ainda mais desarmonia familiar. Já sem pai, foi obrigada a sair de casa pela mãe, mas também não pôde ir morar com o pai do seu filho por este viver ainda na casa dos seus pais. Abrigou-se na casa de uma senhora que trabalhava como prostituta e era muito estigmatizada na cidade. Na sua perspectiva, a senhora não a julgou moralmente como fez a sua família, antes solidariizou-se com sua história. Pouco tempo depois casou-se com o pai do seu filho, mas este resolve migrar para Portugal quando o menino ainda era bebê. Quando Jandira decidiu partir de Minas Gerais para Portugal desfez-se de tudo o que podia e, sem avisar o companheiro, emigrou com o filho. Deixou para trás o emprego como gerente financeira e os poucos bens que tinham. Além do companheiro, Jandira não conhecia mais ninguém em Portugal quando emigrou. No início tiveram que providenciar com urgência um local de moradia, pois seu companheiro dividia casa com colegas de trabalho e não havia condições de se instalarem com uma criança pequena. Hoje vivem nos arredores de Lisboa, numa casa pequena, com apenas um quarto, cozinha e casa de banho. Logo após a sua chegada resolveu procurar emprego e a primeira experiência é narrada como traumática e marcante na sua vivência no país. Por recomendação do seu companheiro – que havia falado com o dono de uma loja que já o conhecia – foi entregar o currículo. Sem avisar que vinha sob indicação do marido, falou apenas que gostaria de se candidatar a uma vaga de vendedora. Sem olhar muito para ela, o proprietário disse-lhe: «Você tem dois defeitos: é preta e brasileira». Essa foi a primeira experiência de preconceito vivida em Portugal. As experiências de discriminação que viveu são apontadas como justificação para o facto de não gostar de Portugal. Apesar da sua formação académica em Gestão de Empresas Jandira nunca conseguiu em Portugal um emprego equivalente ao que tinha no Brasil. Atualmente é vendedora autónoma de cosméticos.

Escolhi começar este capítulo apresentando Araci, Madalena e Jandira porque as suas trajetórias são ilustrativas da heterogeneidade das experiências e perfis dos sujeitos que compõem esta tese. Elas fizeram parte de um total de 23 mulheres que escolhi para serem minhas *interlocutoras-chave*, embora eu tenha mantido interlocução com, pelo menos, uma centena de brasileiras através dos diversos ambientes por onde circulei. Muito do que contém nesta tese contempla o que vi e ouvi ao longo desses 5 anos de trabalho de campo, mas por uma opção metodológica que consistiu em acompanhar o quotidiano num convívio intenso e prolongado, foram com estas 23 mulheres que con-

segui maior aproximação, sendo delas de quem mais falarei aqui. Com boa parte delas consegui conviver na esfera privada visitando as suas casas e contactando com a sua rede familiar e de amizade.

Estas 23 mulheres tinham, na altura do terreno, entre 25 e 35 anos, encontrando-se em idade reprodutiva, e coincidentemente estavam em Portugal na fase em que, pelo menos neste país e no Brasil, se espera que as mulheres vivam a experiência da maternidade. Tal como Araci e Madalena, a maioria destas mulheres saiu do Brasil solteira, mas na fase do terreno mantinha ou já teria mantido um relacionamento afetivo e heterossexual relativamente estável. Em termos de habilitações literárias, algumas são licenciadas no Brasil, mas a maioria tem o equivalente ao 12º ano em Portugal. Apenas duas mulheres conseguiram estudar após a sua chegada ao país, concluindo os seus cursos em universidades portuguesas. Um outro dado semelhante entre as experiências de Araci, Madalena, Jandira e todas as outras mulheres apenas com exceção de Marília¹¹, é o facto de serem oriundas de camadas baixas e médias-baixas no Brasil, ainda que a experiência de Jandira seja, de todas, a que mais se aproxima de uma condição de pobreza extrema. Mesmo sendo difícil posicioná-las de um modo mais ou menos preciso na escala social brasileira (estas classificações são muito pouco lineares no Brasil), é possível dizer que eram, pessoas que não pertenciam a estratos sociais privilegiados em termos económicos, sociais ou intelectuais. Marília foi efetivamente o único caso diferenciado, que no Brasil tinha uma condição socioeconómica muito confortável e que em Portugal também exercia uma atividade de grande visibilidade e reconhecimento.

Em termos de perfil profissional, é possível dizer que em Portugal estas mulheres eram profissionalmente ativas e tinham trabalhado em várias áreas do mercado de trabalho. Uma vez que tive oportunidade de acompanhar as suas vivas por um período prolongado de tempo, foi possível observar as suas trajetórias de ascensão e/ou de instabilidade profissional. Assim sendo, é possível afirmar que as atividades por elas exercidas eram muito diversas e que dependiam do seu grau de inserção e interlocução em Portugal. Madalena, por exemplo, trabalhou inicialmente como empregada de mesa num café. Posteriormente conseguiu equivalência ao seu diploma de psicóloga tirado no

¹¹ Marília é um município do interior do estado de São Paulo. Tem uma população estimada em 2016 de 233.639 habitantes, segundo as fontes do IBGE. Para mais informações ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352900&search=sao-paulo|marilia>.

Brasil, e quando a conheci trabalhava numa clínica privada exercendo a profissão para a qual tinha formação. Como imigrantes, estas mulheres também não estão alheias às condições de precariedade e vulnerabilidade laboral existentes no mercado-de-trabalho português (França, 2012), e quando retornou de uma licença sem vencimento tirada para acompanhar o marido que tinha sido transferido temporariamente de local de trabalho, Madalena não conseguiu reaver o seu lugar. Na última vez que contactámos estava desempregada, mas a fazer um curso profissionalizante em gestão e empreendedorismo, e sonhava abrir uma empresa de doces. Uma situação semelhante também aconteceu a outra interlocutora a quem aqui chamo Catarina¹². Licenciada em turismo numa universidade privada do Ceará, quando chegou a Portugal trabalhou como empregada de mesa num café. Depois de um longo período desempregada, finalmente conseguiu uma vaga de rececionista num hotel. Recentemente disse-me estar a concorrer para uma vaga na área financeira do hotel em que trabalha. As áreas de atuação destas mulheres variavam entre operadoras de telemarketing, empregadas de mesa, empregadas de balcão, vendedoras autónomas, amas, rececionistas, esteticistas, psicólogas, advogadas e produtoras culturais. Mesmo perante esta variedade de áreas de trabalho, a maioria destas imigrantes estavam condicionadas às barreiras de um mercado-de-trabalho que, como apontou Padilla (2007, p.113), «está estratificado étnica e sexualmente, o que condiciona a inserção laboral destes migrantes.»

Quanto à origem geográfica, foi possível identificar uma heterogeneidade de proveniências destas mulheres no Brasil, o que corrobora diagnósticos traçados por outras pesquisas sobre o perfil das brasileiras em Portugal (Góis *et al*, 2009). Estas mulheres eram, na sua maioria, das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, especificamente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (região Sudeste), Paraná (região Sul) e Goiás (região Centro-Oeste). Mas, encontrei também mulheres oriundas da região Nordeste, nomeadamente, dos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

No seguimento de uma tendência das migrações internacionais – onde há uma crescente propensão de mulheres que iniciam os seus percursos migratórios de forma relativamente autónoma e não têm projetos migratórios liderados por uma figura masculina (Padilla, 2007) – as mulheres sujeitos desta pesquisa, na sua grande maioria, chega-

¹² Catarina é um município do Estado do Ceará e que tem população estimada em 20.269 habitantes. Para mais informações ver:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230360&search=ceara|catarina>

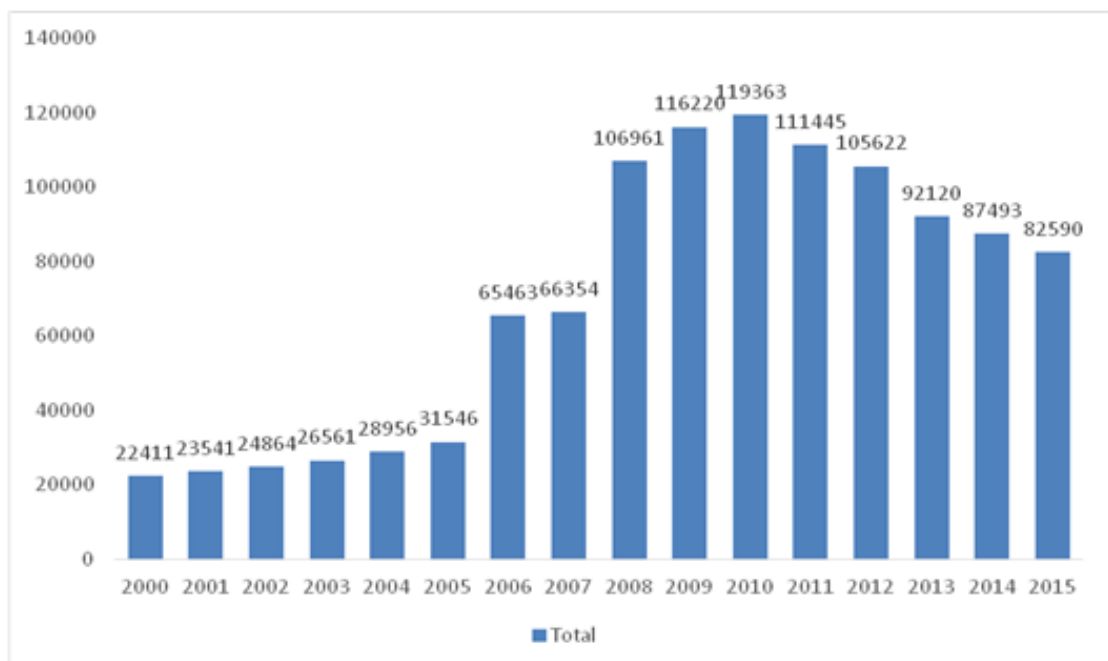
ram ao continente europeu sozinhas. Uma particularidade das suas trajetórias migratórias é o facto de virem com uma rede de contactos pequena e muito limitada o que, como mostrarei mais à frente num dos capítulos desta tese, lhes exigiu um maior esforço no sentido de alargar o número de conhecidos, logo nos primeiros tempos. Eram, na maioria dos casos, pioneiras no contexto familiar de um deslocamento para Portugal, o que não significa que, após a sua chegada, não se tivesse iniciado um fluxo de parentes e amigos para o país. Embora um projeto com algum grau de autonomia, a viagem e os primeiros dias foram financiados com o apoio de familiares e/ou empréstimos financeiros. Carlinda¹³, por exemplo, mesmo depois de alguns anos a residir em Portugal ainda pagava o empréstimo que tinha feito aos pais para financiar a sua passagem e o aluguer de um quarto nos primeiros meses da estadia. Muito das informações iniciais sobre o país de destino, as possibilidades de trabalho, a viagem e a entrada no país eram adquiridas através da Internet, principalmente em fóruns de discussão como os apresentados nas comunidades do Orkut. Neste veículo de interatividade conseguiam atualizar-se sobre os prós e contras do empreendimento, as possíveis dificuldades de entrada pelo Aeroporto de Lisboa, e quais os destinos europeus que, na altura da viagem, colocavam menos entraves à entrada de brasileiros/as. Portanto, mesmo que não conhecessem muitas pessoas em Portugal conseguiam, através de outros recursos não tradicionais, as informações necessárias para a empreitada migratória. Porém, tal não significa que muito das informações ali obtidas fossem, de facto, verídicas ou condizentes com a sua realidade e o seu caso, mas eram o meio pelo qual conseguiam ultrapassar a primeira dificuldade de não ter uma rede já formada e estabelecida.

É também importante contextualizar o deslocamento destas 23 mulheres no próprio contexto da migração brasileira para Portugal. Estes deslocamentos coincidem precisamente com um período de aumento do fluxo migratório de brasileiros para o país, principalmente numa vertente feminina. Como os dados a seguir evidenciam (tabela 2), a partir do ano de 2003 o número de mulheres residentes ultrapassou o número de homens, numa tendência que, ao que tudo indica, se verifica até aos dias de hoje. Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (tabela 1), em 2015 residiam em Portugal 82.590 brasileiros, sendo deste total (tabela 2) 50.890 do sexo feminino, o que corresponde a 61,62% do total (tabela 3). É

¹³ Município do Estado do Mato Grosso. População estimada de 10.258 habitantes. Mais informações ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510279&search=mato-grosso|carlinda>

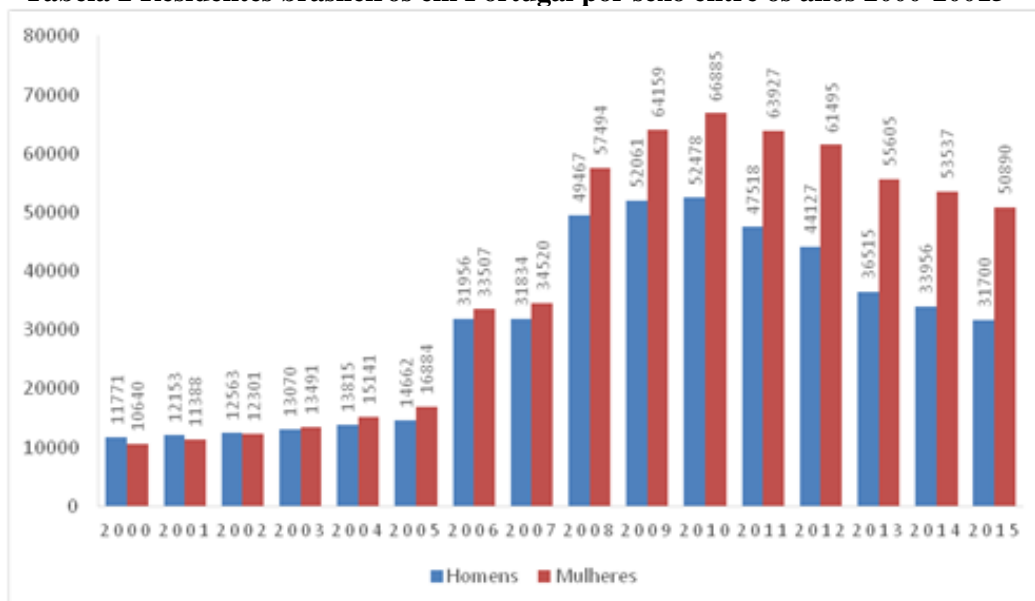
de referir ainda que, embora a crise económica internacional se tenha iniciado no ano de 2008, só a partir do ano de 2011 houve uma diminuição do número de brasileiros a viver no país com Autorização de Residência. Entre as mulheres, como fica evidente na tabela 2, esta queda tem sido menos significativa, reforçando um dado que observei no terreno, e que proponho nesta tese, de que há uma maior resistência a uma possível ideia de retorno ao Brasil porque estas mulheres têm uma expectativa de construir fortes laços e relações em Portugal.

Tabela 1 Total dos Residentes Brasileiros no intervalo 2000-2015



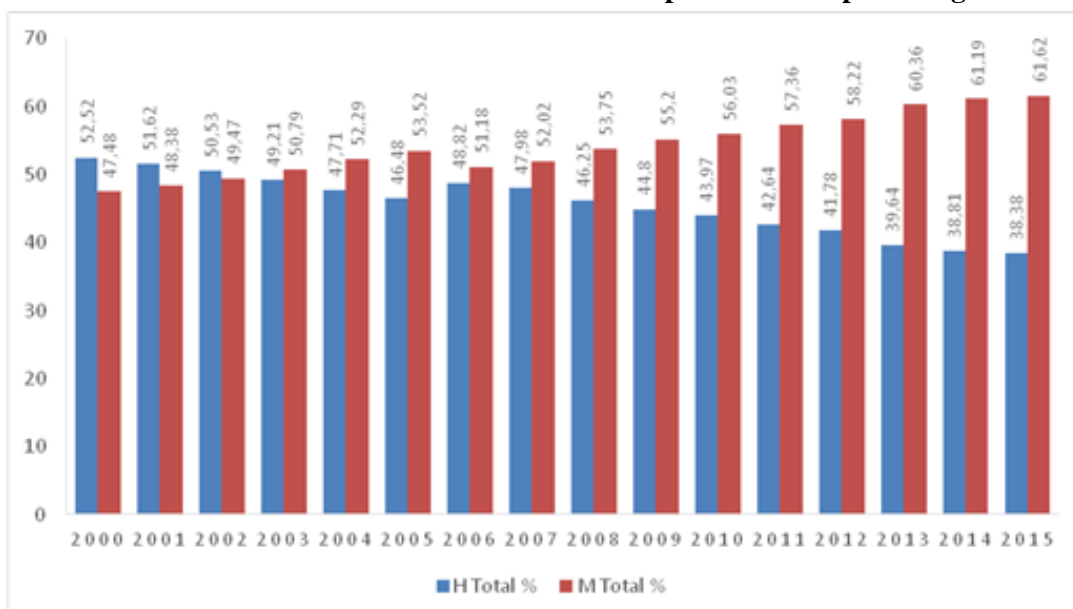
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Tabela 2 Residentes brasileiros em Portugal por sexo entre os anos 2000-20015



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Tabela 3 Número de residentes brasileiros por sexo e em percentagem



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteira

1 - Descobrindo Portugal

Como os dados nos gráficos acima indicam, embora nos últimos 5 anos tenha havido um decréscimo, o número de brasileiros em Portugal ainda é bastante significativo, permanecendo ainda como a maior comunidade estrangeira no país (Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, SEF 2015, p.12). As possíveis explicações sobre os porquês de Portugal ter aparecido como um destino de emigração para brasileiros nas últimas décadas são variadas. Vão desde as razões baseadas nas afinidades culturais e linguísticas a fatores de ordem económica, com importante destaque para a situação de instabilidade socioeconómica que se agravou a partir da década de 1980 no Brasil (Margolis, 1994). Outros acontecimentos, como a entrada de Portugal na União Europeia (década de 1980) e as barreiras impostas pelo serviço de imigração norteamericano à entrada de brasileiros no seu território, podem também figurar outras explicações de carácter externo. Um dado curioso é que, mesmo tendo existido nos últimos anos uma perspectiva de maior estabilidade económica no Brasil e um grande impacto da crise económica internacional no mercado laboral português, os brasileiros continuaram, mesmo que em números mais reduzidos, a escolher Portugal como um país de destino. No momento atual, de uma grave crise política e económica no Brasil, é possível que estes números voltem a crescer nos próximos anos.

Embora as aparentes afinidades linguísticas e culturais sejam sempre apontadas como explicações para a escolha de Portugal, um dado que observei no terreno é que a grande maioria das imigrantes que contactei pouco sabia sobre Portugal e sobre os portugueses antes da sua chegada. Isso deve-se, provavelmente, a fatores históricos, pois logo após a independência do Brasil, em 1822, a elite intelectual brasileira passou a reivindicar aspetos que acreditava ser genuinamente brasileiros, articulando uma consciência nacional independente e distante da antiga metrópole. Nos anos que se seguiram à independência, procurou-se encontrar um «carácter nacional brasileiro», buscando a génese e as especificidades do povo e, portanto, as fontes de informação, como por exemplo, os manuais escolares, deixaram de mencionar Portugal no pós-independência. Assim, até aos dias de hoje os livros didáticos no Brasil mostram a ligação do Brasil com Portugal apenas até o período colonial, o que pode configurar como uma possível explicação para um desconhecimento quase total sobre o Portugal contemporâneo. Mesmo a significativa migração de portugueses para o Brasil, que se estendeu por todo

o século XIX e até metade do XX (Serrão, 1963), não foi suficiente para diminuir esse «desconhecimento». O imaginário social, muito influenciado pelas ideias das elites intelectuais que naquele período histórico reivindicavam o surgimento de uma nação moderna, via os jovens imigrantes portugueses, pobres e pertencentes a classes de pouco prestígio social, como mais um «espelho» do que o Brasil não poderia ser¹⁴. É nesse período que surgem os estereótipos que, perpetuados nas anedotas, tinham os portugueses como pouco inteligentes e de pouca habilidade, estereótipos esses que perduram até hoje no imaginário social brasileiro.

Acredito, portanto, que esses processos históricos possam ter sido muito determinantes para as poucas referências sobre Portugal no Brasil. Mesmo tendo havido nos últimos anos uma grande visibilidade de Portugal nos meios de comunicação, um crescimento do interesse pelo país entre os turistas brasileiros, e de a Internet ter facilitado a busca de informações, o conhecimento sobre o país e a sociedade portuguesa contemporânea é ainda bastante limitado. Numa das entrevistas, Marília chegou a comentar:

«Quando cheguei eu não conhecia nada. Não sabia nada de Portugal para além do que aprendi na escola. O meu avô era português, mas eu não sabia de quase nada sobre Portugal. Não tinha ideia do que era esse Portugal de hoje...»

(Entrevista concedida em 22/10/2010)

Como ela, outras mulheres ao longo dessa pesquisa falam desse pouco conhecimento que tinham sobre o país de acolhimento. A língua, apesar de ser a mesma, apresenta-se como um entrave na adaptação inicial. As diferenças de vocabulário e o sotaque pouco familiar fazem com que tenham sentido dificuldades no princípio, algo que nunca tinham imaginado quando ainda estavam no Brasil. Carmo¹⁵, por exemplo, dizia:

«Quando eu cheguei eu não entendia nada do que eles [portugueses] diziam. Nas aulas foi um sacrifício. Demorei para conseguir entender tudo o que os professores falavam.»

¹⁴ Cabe destacar a existência de outras imagens do Brasil e do impacto de Portugal na formação do chamado «caráter nacional». Obras de influentes intelectuais trouxeram uma «visão particular de Portugal e dos portugueses nas interpretações que produziram sobre o Brasil» (Sobral, 2013, p.125). Dentre estes intelectuais, é possível destacar Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda que, embora com perspectivas diferentes quanto às benesses da colonização portuguesa, enfatizaram a importância de Portugal na formação social brasileira (Sobral, 2013).

¹⁵ Carmo é um município do Estado do Rio de Janeiro com população estimada de 18.322 habitantes. Para mais informações ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330120&search=rio-de-janeiro|carmo>

Desta forma, foi possível observar que os sujeitos aqui trabalhados quando chegam a Portugal descobrem um país novo e que não lhes é assim tão familiar. Embora consigam identificar semelhanças culturais, culinárias e arquitetónicas entre os dois países, o sentimento de surpresa é muito maior do que o de familiaridade. Descobrem com alguma surpresa que os portugueses não correspondem aos estereótipos criados no Brasil. Como dizia Carmo em tom de brincadeira: «Nem todos possuem bigodes, nem todos são burros e nem todos têm padaria», numa clara referência à caracterização costumeiramente referida nas anedotas contadas no Brasil. Essas descobertas, porém, não significavam uma anulação dos estereótipos. Estes poderiam ser rapidamente «reativados» em momentos de desagrado com os portugueses ou quando algo corria mal dentro das suas expectativas ou, ainda, em situações de estranhamento de determinados hábitos e costumes portugueses.

Estas «descobertas» sobre Portugal eram, evidentemente, condicionadas pela própria experiência de vida no país, e pelas referências que iam construindo ao longo das suas trajetórias. Como me proponho demonstrar nesta tese, o que se «descobria» na experiência e no contacto com portugueses tinha forte impacto na reelaboração das expectativas e, por que não dizer, de todo o projeto migratório. Deste modo, com o decorrer da estadia, um «novo» Portugal vai sendo construído no imaginário destas imigrantes, que não é mais nem menos verdadeiro do que as referências trazidas do Brasil, é apenas um olhar fruto de uma experiência vivida, muitas vezes condicionada por tensões e conflitos que marcam as relações deste atores sociais com o universo português.

2 - Vê-se através do outro

Como uma das particularidades da diáspora brasileira para Portugal, Machado (2007) e Padilla (2007) apontam que os brasileiros não são confundidos com outros imigrantes, «eles possuem uma identificação própria, carregada de estereótipos específicos». Diferentemente de outros contextos em que os brasileiros passam despercebidos, como acontece nos EUA (Margolis, 1994; Ribeiro, 1998; Fleischer, 2001), em Portugal eles são identificados e categorizados de uma forma específica, o que Padilla (2007) chama de etnicização, «no qual a simpatia se torna a característica principal dos brasileiros.» (Padilla e tal, 2010).

No caso específico das mulheres, as representações incidem, principalmente, em torno da sua sexualidade, apresentando-as através de algumas imagens essencializadas que vão desde uma suposta disponibilidade sexual à prostituição. Machado (2007), em sua pesquisa sobre imigrantes no Porto, afirma que: «toda imagem sobre o Brasil, seja por parte de brasileiros ou de portugueses, é marcada pela ideia de um corpo brasileiro, de uma corporalidade específica, mais sensual, mais flexível, mais doce, mais malandra, mais feliz» (p. 177). Entretanto, essas imagens atingem de forma diferente homens e mulheres. No caso delas, transformam-se em estigmas que, por sua vez, têm consequências no seu quotidiano e podem manifestar-se através de problemas concretos como, por exemplo, assédio sexual, dificuldade em alugar casa e recusa para alguns postos de trabalho. De acordo com que foi possível observar no terreno, o contacto com estes estereótipos e suas possíveis consequências é um aspeto que marca toda a trajetória migratória das mulheres que acompanhei. Eles têm um papel fundamental na maneira como passam a perceber-se si e à sociedade portuguesa, sendo, como mostrarei neste trabalho, bastante decisivos no modo como constroem as suas relações com as pessoas e com o mundo à sua volta.

Alguns atores sociais são fontes catalisadoras na construção dessas imagens e, neste sentido, a comunicação social destaca-se na reprodução do estereótipo da *imigrante prostituta*. A exemplo do que acontece no Brasil, «existe uma grande associação entre gênero e nacionalidade nas representações da mulher brasileira na mídia portuguesa (...) essas representações feminizam o Brasil, ao mesmo tempo que sexualizam gênero» Pontes (2004: 232). Um dos fenómenos que teve grande repercussão em Portugal, talvez muito mais provocado pela visibilidade dada pelos meios de comunicação do que pelos atores sociais envolvidos, foi o caso das «Mães de Bragança». Este episódio foi um movimento de caráter popular, com ampla cobertura televisiva e da imprensa, que reivindicava a expulsão de prostitutas brasileiras e imigrantes ilegais. Conduzido por mulheres portuguesas que se autodenominavam «As Mães de Bragança», esta manifestação teve grande impacto na perpetuação dos estereótipos que associavam as brasileiras à prostituição por ter tido uma grande repercussão nacional e internacional.

Outros veículos também têm um papel importante na reprodução destas imagens essencializadas sobre a mulher brasileira e com grande impacto em Portugal. Mais recentemente destaca-se um livro, de autoria da brasileira Nelma Penteadó, intitulado *Os segredos das mulheres brasileiras para manter os homens loucamente apaixonados*

(Penteado, 2010)¹⁶. Esta autora, que participou nalguns programas de canais abertos da televisão portuguesa, percorre o mundo com aulas sobre relacionamentos e autoestima usando como exemplo a capacidade da mulher brasileira em cativar. A partir da publicação deste livro, a revista portuguesa *Focus* de Agosto de 2010¹⁷, trouxe o assunto para a capa da revista, propondo-se revelar os segredos das brasileiras para seduzir os homens.¹⁸ Tanto a revista como o livro relataram uma suposta «brasilidade» na conquista amorosa, enfatizando uma corporalidade específica e atribuindo à mulher brasileira um modelo de sensualidade e sedução.

Estas representações que associam o Brasil e, mais especificamente as mulheres brasileiras, a uma corporalidade específica e a uma sexualidade exacerbada são bastante utilizadas também pelas agências de publicidade. Ao longo do terreno recolhi algumas imagens que ilustram bem a associação brasileiras-corpo-sensualidade/sexualidade, e o modo como a publicidade, nomeadamente um nicho específico do mercado voltado para o culto ao corpo, recorrem a estas representações como estratégia de marketing. Como se poderá ver na figura 3, as imagens cumprem um mesmo padrão estético, apresentando um corpo sem rosto, em *bikini* e com ênfase na parte traseira. As cores da bandeira brasileira predominam e as mensagens incidem numa particularidade brasileira que agora estaria ao alcance de todos. Estes exemplos são muito mais do que casos isolados, apontam para uma imagem que também é naturalizada na sociedade portuguesa que sexualiza o Brasil e erotiza as brasileiras, transformam-nas em objeto de desejo, e também num produto de mercado. No plano da experiência quotidiana das mulheres que participaram nesta pesquisa, a constante veiculação dessas imagens criam um paradoxo, por um lado são positivamente avaliadas na medida em que supostamente enfatizam uma característica tida como natural das brasileiras e, por outro, são recebidas com algum desconforto porque reconhecem que perpetuam ainda mais os preconceitos que acreditam existir na sociedade portuguesa sobre as mulheres brasileiras.

¹⁶ Ver capa do livro na página a seguir.

¹⁷ Imagem da capa da revista na página a seguir.

¹⁸ Sobre este assunto e os significados dessa reportagem na perpetuação dos estereótipos ver, por exemplo, Padilla et al (2010), Gomes (2013) e França (2012).

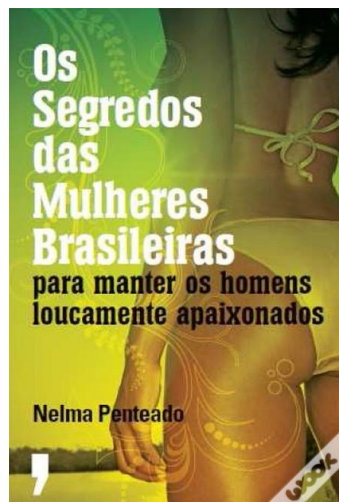


Figura 1 Capa da edição portuguesa do livro de Nelma Penteado



Figura 2 Capa da Revista FOCUS de Agosto de 2010



Figura 3 Imagens de Campanhas publicitárias

3 - Uma história inventada e reinventada através dos tempos

É importante referir que estes estereótipos são reatualizados e ressignificados no tempo e no espaço. Numa análise atenta aos acontecimentos históricos é possível encontrar vários dispositivos que, ao longo do tempo, construíram, tanto no Brasil como em Portugal, essas imagens em torno do povo brasileiro e, em especial, das brasileiras. Deste modo, um olhar sobre o processo de construção da identidade nacional brasileira pode ajudar a recompor um cenário de constante atualização de imagens essencializadas. Caldas e Santana (sem data) assinalam que a Carta de Pêro Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel é o documento que representa o *mito fundador* do Brasil. Nela o autor descreve as benesses da terra e idealiza o «bom selvagem» (*Id. Ibid*) como um ser ingénuo e pouco civilizado, verdadeiros seres em *estado de natureza*. A figura da mulher, representada pelas *índias graciosas*, é apresentada no âmbito do atraente e do exótico (*Id. Ibid*).

E uma daquelas moças era toda tingida, de fundo acima, daquela tintura a qual é certo era tão bem feita e tão redonda a sua vergonha, que ela não tinha, tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra vendo-lhes tais feições, fizera vergonha por não terem a sua como ela.

(Pero Vaz de Caminha, século XVII).

O trecho acima transcrito, denota a ideia de que essa terra tropical que «dar-se-á nela tudo», como diz o próprio escrivão-mor, o verdadeiro paraíso natural, também é lugar de mulheres formosas e corporalmente belas que envergonhariam a mulher europeia.

Conforme Gomes (2009) apresenta, as narrativas coloniais que hierarquizam e erotizam o género são reconstruídas e/ou reinventadas no século XIX dentro do processo de formação da identidade nacional brasileira e de forma articulada com as narrativas de raça. A figura do mulato e, num processo seguinte, a da mulata tornando-se símbolo de uma «brasilidade» que se consolidou não só no cenário intelectual, como se firmou em parte constituinte da identidade nacional brasileira. Para entender este processo, vale a pena resgatar um pouco da história do período pós-independência, momento crucial para uma estruturação da consciência nacional brasileira.

No período posterior a 1822 emergiu uma discussão, principalmente entre os principais expoentes da literatura, sobre o que constituía a essência do povo brasileiro. Deste modo, os escritores da escola romântica passaram a buscar formas de valorização de uma natureza tipicamente brasileira. A cultura indígena passou, por isto, a ser

amplamente exaltada e a figura do índio caracterizada como o arquétipo do povo brasileiro. Nas palavras de Skidmore, «o índio tornou-se o símbolo das aspirações nacionais brasileiras. Transformaram-no num protótipo literário que pouco tinha a ver com o seu verdadeiro papel na História do Brasil» (1976:23).

José de Alencar é um dos nomes mais lembrados quando o assunto é o *indianismo*, sendo uma das grandes expressões da valorização da figura indígena. Um dos seus textos mais famosos, a figura da mulher no papel de Iracema é idealizada e exaltada:

Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema. Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira.

O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado.

Mais rápida que a ema selvagem, *a morena virgem* corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas...

(Alencar, 1865)¹⁹

Entretanto, já no início da década de 1870, autores como Sílvio Romero e Tobias Barreto (Skidmore, 1976) teciam críticas ao *indianismo*, surgindo assim, os primeiros indícios para uma nova discussão sobre o povo brasileiro.

A partir daí, partiu-se para uma discussão sobre como caracterizar a população brasileira, resultando num debate entre literários, biólogos, médicos, antropólogos e outros intelectuais sobre o papel da raça nesta sociedade. Nos meios intelectuais passou-se a discutir a «função» do negro e do índio no carácter do brasileiro. Muitas das ideias trazidas por pesquisadores estrangeiros que incidiam sobre uma suposta inferioridade do povo negro e índio, bem como a superioridade dos brancos europeus, foram bastante lidas no Brasil. As teorias de Louis Agassiz, Gobineau, entre outros, enfatizavam as diferenças raciais inatas e a «degenerescência» do mulato. Outras teorias iam mais longe ao dizer que as raças superiores se encontravam no norte da Europa, sendo os de origem latina de qualidade inferior.

Numa discussão posterior, passou-se a refletir sobre os efeitos que o cruzamento entre «raças» poderia trazer. Os mestiços passaram a ser vistos também como inferiores, sendo que alguns trabalhos até questionavam a sua capacidade reprodutiva. Em função disso, a elite brasileira entrava num dilema: por um lado, aceitar todas essas teorias era

¹⁹ Itálicos meus.

ir ao encontro a uma sociedade reconhecidamente multirracial, mas por outro, categorizar como inferiores os poucos mestiços que ascenderam na hierarquia social não condizia com os seus interesses.

Um ideal que postulava o branqueamento da população foi pensado pelas elites intelectuais e, posteriormente, como uma política de Estado como a solução para estas questões. Neste cenário, a partir da superioridade da «raça» branca, instituiu-se que «a miscigenação produzia «naturalmente» uma população mais clara (...) a conclusão otimista dessa análise racial repousava sobre a afirmação chave: a de que a miscigenação não produziria inevitavelmente «degenerados», mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca...» (Skidmore, 1976:81). Algumas personalidades, em diversas áreas de atuação, destacaram-se na defesa desta tese como, por exemplo, o diretor no Museu Nacional, João Batista Lacerda, o político e escritor Martim Francisco Ribeiro de Andrada e o ensaísta e historiador Manuel de Oliveira Lima (Skidmore, 1976).

Seguindo esta nova perspectiva, o início do século XX foi marcado pelo otimismo em relação à população brasileira, e a visão negativa, que invocava os malefícios da miscigenação, deu lugar as percepções positivas sobre os efeitos dos cruzamentos raciais. As elites brasileiras, responsáveis pela fomentação das teorias de «branqueamento», baseavam-se na superioridade da «raça» branca para postular que a miscigenação produziria uma população mais clara e, portanto, mais desenvolvida. Os intelectuais, como importantes formadores de opinião, sentiram a necessidade de afastar qualquer dúvida quanto aos danos que poderiam existir para o país em ter uma população mestiça, apostando num maior desenvolvimento por conta desta particularidade.

A década de 1930 foi um marco nesta nova abordagem por terem sido publicados os primeiros escritos que valorizavam a herança africana e davam grande importância à miscigenação na formação do povo brasileiro. Gilberto Freyre é um dos grandes expoentes desse novo olhar. Para este autor a origem do povo brasileiro dá-se com a miscigenação de três raças, empreendida de forma relativamente pacífica, pois a atração sexual teria sido mais forte na união de povos diferentes. Nas suas palavras, «a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa grande e a mata tropical; entre a casa grande e a senzala» (Freyre, 1936).

No seu livro «Preto no Branco», Skidmore faz uma síntese do significado das ideias de Freyre naquela época, para ele o autor de Casa Grande & Senzala:

oferecia, assim, àqueles brasileiros que o quisessem interpretar dessa maneira, um nova *rationale* para a sociedade multirracial, em que as «raças» componentes – europeia, africana e índia – poderiam ser vistas como igualmente valiosas (...) A análise servia, principalmente, para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquiriria preciosos traços culturais do intimo contacto com o africano (e com o índio, em menor escala).

(Skidmore 1976:211)

O mulato, seja na vertente feminina ou masculina, foi assumindo um protagonismo muito mais evidente do que qualquer outra figura brasileira. O índio, valorizado pela literatura romântica do século XIX, aos poucos deixou de ser o ícone do povo brasileiro. As elites intelectuais passaram a atribuir ao mulato o protótipo do brasileiro, pois através do seu «embranquecimento», colaboraria para tornar a nação mais desenvolvida. Como sinaliza Almeida (2000:42), os mulatos seriam «intermediários entre negros ‘em extinção’ e brancos modificados pela negritude, a caminho de um ideal brasileiro (mais branco na cor, mais negro na cultura)...»

Neste cenário de discussão, a figura feminina ascende como a principal representação do povo brasileiro, passando-se, assim, a valorizar a mulata enquanto símbolo nacional por ser entendida como genuinamente brasileira. Nas palavras de Corrêa (1996:39-40) «De Gregório de Matos a Guimarães Rosa, na prosa e na poesia, no universo do carnaval (ou do samba), através do rádio, do teatro rebolado e da televisão, a mulata, assim construída como objeto de desejo, tornou-se um símbolo nacional». Estes atores sociais passaram a ser associados a ideia de brasileira típica, como dotada de um corpo farto e de uma sensualidade vívida. A produção literária encarregou-se de enaltecer a mulata que esbanjava sensualidade, muitas vezes associada aos prazeres e liberdades sexuais, mas quase nunca ocupava um lugar associado à honra e à honestidade que a instituía para o casamento. Ela representava a desordem familiar, pois era vista como naturalmente libidinosa e uma ameaça às relações matrimoniais (Corrêa, 1996).

Desde esse período histórico até aos dias de hoje, a mulata é a figura feminina que personifica a imagem de um povo, tratada como protótipo de beleza e sensualidade que caracteriza a mulher brasileira. Quotidianamente é mostrada e exaltada de forma subtil, seja na literatura, na música ou nos meios de comunicação. Desde criança, a brasileira é socializada para ter uma postura mais delicada, mais «meiga» e sensual, seja na

forma de andar, na forma de vestir ou de conviver com os colegas, caracterizando o longo e subtil processo de socialização. Bourdieu (2000), ao tentar explicar a reprodução de práticas e comportamentos, assinala que a estrutura, ou melhor, o meio social, estrutura o *habitus* do indivíduo, condicionando o seu comportamento e suas ações, de tal modo que ele passa a reproduzir as práticas do meio social em que vive. Por *habitus* este autor entende como um sistema de disposições interiorizadas e duradouras que estrutura as práticas e representações dos indivíduos (Bourdieu, 2000). Portanto, há no caso brasileiro a estruturação de um *habitus* que posteriormente influencia as práticas. Cedo a brasileira aprende a dançar²⁰, a mexer o corpo e a ter formas de expressão em que o contacto corporal é valorizado. Sobre essa educação incorporada Benedict (2007: 235-236) diz sobre os japoneses:

Uma das razões por que esta «expectativa, branda e consistente como a seda» pode ser tão eficaz se prende a que a educação seja tão explícita quanto a todas as artes e habilidades. O *hábito* é que é ensinado, não apenas as regras. Quer seja o uso correto dos pauzinhos na infância, as maneiras adequadas de entrar numa sala, a cerimônia do chá ou a massagem posterior na vida, os movimentos são executados reiterada e literalmente sob as mãos dos adultos, até se tornarem automáticos.

(Benedict, 2007: 235-236)

Incorpora-se na infância uma maneira peculiar de perceber e lidar com o mundo exterior. Aprende-se uma espécie de «postura brasileira» (Fernandes, 2008), um modo de ser característico desse grupo social que realça a ideia de que «é uma das características mais elementares dos seres humanos não possuírem somente uma imagem de si mesmos como pessoas individuais que podem dizer ‘eu’ mas também uma imagem de si mesmos como membros de grupos em relação aos quais podem dizer ‘nós’» (Elias, 1997, p. 316). Como abordei num outro trabalho, a brasileira, já na sua socialização, aprende a expressar no seu andar, na sua fala, na sua roupa ou no seu jeito de estar, toda a sua relação com o Brasil (Fernandes, 2008:66-67). É através do *habitus*, um processo de aprendizagem incorporado ao longo dos tempos e de maneira não consciente, que sua identidade enquanto indivíduo e enquanto pertencente a uma nação é modelada.

As narrativas que exotizam e erotizam o género são atualizadas ao longo do tempo e continuam a interferir no quotidiano brasileiro. Talvez não sejam tão explícitos

²⁰ É notório o sucesso que os grupos de «axe music» ou mesmo de funk carioca (que são formas de expressões musicais mediáticas que valorizam os gestos sensuais) fazem com as crianças.

como eram nos séculos XIX e XX, mas, implicitamente, impõe uma postura à mulher brasileira. Um exemplo disso é a relação que a mulher tem com o corpo e com o que ele comunica. Berguer (2006), no seu trabalho sobre corpo e identidade feminina, sugere que a partir dos anos de 1920, no Brasil, a valorização do corpo passa a incidir nas mulheres, tanto em função do novo estilo de vida vivido nas cidades, como numa tentativa de ser inserida num mundo moderno onde o padrão a ser alcançado consistia num corpo saudável, belo e branco. Aqui o que estaria em causa é a incansável tentativa de «embranquecer» o povo mestiço. O ideal a ser alcançado é o de uma mulher que, «além de loira, tivesse cabelos bem cuidados, finos e lisos, ou, no máximo, delicadamente ondulados, pois estes também eram poderosos símbolos de status» (Berguer, 2006:80). Assim, os cuidados com o corpo além de mostrarem uma mulher bela, bem cuidada, com características próximas de um tipo ideal branco, também identificavam a classe social a que ela pertencia. Atualmente, esses ideais de *branqueamento* continuam presentes no quotidiano brasileiro. Há um grande consumo de produtos cosméticos para cuidado e alisamento dos cabelos, mostrando um desejo «inconsciente» de distanciamento de uma «negritude» e a reafirmação de uma distinção de classe.²¹

Estas imagens essencializadas sobre os brasileiros e, particularmente, sobre a mulher brasileira são também reatualizadas no espaço e repercutem também em Portugal. Reconhecer que o imaginário que erotiza e exotiza a mulher brasileira não é fenómeno novo, mas uma ressignificação de um imaginário colonial e pós colonial (Gomes, 2009) é, especialmente quando se pensa a experiências de brasileiras em Portugal, uma importante ferramenta para compreender as particularidades da experiência destas mulheres em diáspora (Padilla *et al*, 2010). No entanto, no que toca ao modo como estas representações se perpetuaram em Portugal, é importante assinalar ainda alguns acontecimentos históricos e o sempre presente fluxo de bens, mercadorias, pessoas e informações entre os dois lados do atlântico. Embora a obra de Gilberto Freyre (1936) tenha tido repercussão em Portugal a partir de meados da década de 1950 (Thomaz, 2002, Sobral, 2013), uma parte dos seus pressupostos foram pouco valorizados, nomeadamente, os contributos dos negros na formação do povo brasileiro (Sobral, 2013). O governo salazarista, como estratégia de manutenção do domínio e unidade colonial, resgatou o

²¹ Mesmo em Portugal há uma grande quantidade de lojas que importam cosméticos brasileiros.

ideal luso-tropicalista de Freyre²² mas, apenas, a ênfase dada pelo autor no carácter particular da expansão e do colonialismo português (Sobral, 2013). Como assinala Sobral (2013), o Estado Novo português (1922-1974) acolhe, nos inícios da década de 1950, as ideias Freyrianas, substituindo a ideologia da superioridade branca e a hostilidade à mestiçagem «pela defesa de uma postura não-racista e a favor da assimilação da colonização portuguesa» (Sobral, 2013, p. 129). A partir daí procura fazer uma reelaboração do imaginário nacional português sobre a expansão colonial e, em especial, os significados da miscigenação. Deste modo, a exaltação dos negros e, em especial, das mulheres para a formação da sociedade brasileira não ganha, neste momento histórico, grande repercussão em Portugal.

No entanto, a partir da década de 1960, dar-se o surgimento em massa de uma indústria cultural brasileira em Portugal que foi essencial para uma apropriação neste país de uma imagem, construída no Brasil, que apresenta a mulher brasileira como exótica e erótica. Neste ponto destaca-se a grande veiculação dos romances de Jorge Amado que se transformaram em *best-sellers* (Cunha, 2003), e que aguçaram um imaginário em torno das belas e sensuais morenas personificadas em figuras como Gabriela, cravo e canela. Posteriormente, um outro marco foi a entrada em massa das telenovelas da TV Globo no país. Em 1977 a transmissão, com grande audiência, da adaptação para a televisão da obra *Gabriela, cravo e canela* deu o pontapé inicial a um fenómeno que transformou não só a televisão portuguesa mas, para alguns autores, a própria sociedade portuguesa como um todo. Como apontou Cunha (2003) sobre o impacto da telenovela *Gabriela, cravo e canela* na sociedade portuguesa:

As imagens da mulher apresentadas nesta telenovela dão origem a uma discussão sobre a sensualidade exacerbada das mulheres nos trópicos – um tema recorrente na mitologia colonial e pós-colonial portuguesa – proporcionando, quer um espaço para novos valores e padrões estéticos, quer uma ruptura com os modelos/ estereótipos tradicionais da sexualidade e sensualidade das mulheres portuguesas.

(Cunha, 2003, p.68)

Ao longo de quase 40 anos de telenovelas brasileiras em Portugal, é possível dizer que este produto, entre outros contributos, ajudou a solidificar um imaginário que feminiza e erotiza o Brasil. A imagem de um país tropical de belas praias e mulheres sensuais compõem e solidificam as representações já existentes no país sobre a mulher brasileira.

²² Para mais informações sobre a importância da obra de Gilberto Freyre na propaganda imperialista salazarista ver, por exemplo, Thomaz (2002) e Pinto (2009).

Outras imagens, também introduzidas pelas telenovelas, surgem no imaginário português, nomeadamente, as referências sobre a existência de prostituição no Brasil através da apresentação de personagens identificadas como «garotas de programa». A estas imagens, soma-se um aumento do fluxo migratório brasileiro no início do século XXI e, com ele, a presença em Portugal de brasileiras «trabalhadoras do sexo» e das «meninas que ganham bebendo copos» (Dolabella, 2015). Em conjunto, todo este aparato corrobora para a generalização e perpetuação dos estereótipos que aludem a uma hipersexualidade brasileira.

Neste cenário de representações atualizadas e ressignificadas no tempo e no espaço, é importante dizer ainda que os sujeitos que compõem esta tese, ao terem contacto com este ambiente e com as experiências de preconceito, sentem que o principal problema enfrentado por elas é o estigma que as associa a mulheres fáceis e/ou prostitutas. Como procurarei mostrar ao longo deste trabalho, mesmo ao lidar com outras experiências de preconceito em função de categorias de diferenciação como cor da pele, classe social e marcas corporais/fenotípicas, compreendem que a associação a prostituição ou a mulheres sexualmente disponíveis é a principal e, a mais difícil, experiência de discriminação. É, para elas, uma experiência central na reformulação do seu projeto migratório e nas expectativas que vão criando ao longo da sua trajetória.

Capítulo II

Pensar identidades como um caminho

Em 2008, quando apresentei o meu primeiro trabalho sobre a experiência de mulheres brasileiras em Portugal (Fernandes, 2008)²³, propus um diálogo, embora de forma ainda incipiente, com algumas investigações académicas relacionadas com o tema. Na altura vociferavam discussões sobre o papel das representações na trajetória migratória dos brasileiros e, na tentativa de contribuir para esse debate, recorri à metáfora do *jogo de espelhos* para pensar a pluralidade com que os atores sociais investigados lidavam com as imagens representativas que recaíam sobre si. A minha preocupação foi mostrar que, ao contrário do que concluiu Machado (2007) em relação aos brasileiros no Porto, para aquele universo de mulheres acompanhadas na pesquisa, nem sempre havia o interesse em aproximar-se das imagens essencializadas da identidade brasileira existente em Portugal. Para Machado (2007), os brasileiros estudados por ele buscavam aproximarem-se de um «centro exemplar», entendido como uma «coleção de imagens estereotipadas sobre o Brasil (samba, futebol, sexualidade e mestiçagem)» (Machado, 2007, p.175), na expectativa de uma melhor inserção no mercado de trabalho e redistribuição de poder e prestígio entre os brasileiros.

Quando apresentei este trabalho em 2008, algumas investigações (Padilla, 2005 e 2007; Pontes, 2004) já indicavam que as representações sobre as mulheres brasileiras existentes em Portugal giravam em torno de uma sexualidade exacerbada, apresentando-as como mulheres sexualmente disponíveis ou mesmo prostitutas. A minha experiência no terreno revelou que os estereótipos relacionados com esta suposta «hipersexualidade» tinham um papel fulcral na trajetória migratória destes indivíduos, mas o modo de responder a esses mesmos estereótipos dependia das experiências vividas no seu quotidiano. Consciente de que a especificidade de género condiciona a experiência migratória e modo como os sujeitos se relacionam neste universo, parti para uma investigação mais prolongada quando ingressei no curso de doutoramento. Neste momento fui

²³ Trabalho apresentado ao júri como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ampliando o número de mulheres com quem mantinha interlocução e foi ficando ainda mais evidente que, de facto, havia uma pluralidade no modo de lidar com as «imagens essencializadas de identidade brasileira» (Machado, 2007) e, mais do que isso, havia um interesse em negociar o modo como eram identificadas.

À medida que o terreno avançava, outras questões foram surgindo, que de algum modo validavam as primeiras hipóteses apontadas em 2008 e aumentavam a complexidade da análise sobre a experiência quotidiana de mulheres brasileiras em Portugal. Situações como o primeiro contacto com Madalena²⁴, em que tive imensas dúvidas se realmente se tratava de uma brasileira, por não identificar no seu modo de falar o sotaque brasileiro, o mais evidente marcador de identificação de um brasileiro em Portugal, faziam-me questionar as categorizações às quais nós investigadores recorremos para definir e identificar o objeto de pesquisa. O convívio com Luiziana²⁵ que, há 12 anos em Portugal e já com cidadania portuguesa, mantinha fortes ligações às suas raízes japonesas e autoidentificava-se como luso-brasileira de ascendência japonesa, instigavam-me a pensar sobre o que poderia ser e sentir-se brasileira e estar em Portugal. E, para desafiar ainda mais estas questões, o contacto com Jandira, que fazia questão que os filhos pequenos ouvissem músicas da apresentadora Xuxa Meneghel²⁶ e acompanhassem apenas programas televisivos de canais brasileiros com reprodução em Portugal²⁷, chamavam-me a atenção para os possíveis embates entre os laços com o país de origem e as novas experiências e relações com o país em que agora residem. Era possível manter vivas as ligações com o lugar de origem, mas ambicionar construir novas pertenças no país de acolhimento? E que papel teria as experiências vividas em Portugal na reelaboração de suas identificações? Estariam ajudando a construir ou reformulando outras narrativas sobre o Brasil e as brasileiras a partir do que experienciavam em Portugal?

No meio destas questões, as proposições teóricas sobre identidade foram fundamentais para que eu buscasse uma maior maturidade de análise e pudesse dar conta do que significava a experiência de ser brasileira e estar em Portugal. Como base para o

²⁴ Ao longo deste trabalho apresentarei Madalena e me debruçarei sobre este primeiro contacto.

²⁵ Apresento esta interlocutora paranaense sob codinome Luiziana, um município do Estado do Paraná, Região Sul, com população aproximada de 7. 300 habitantes.

²⁶ Xuxa Meneghel foi uma apresentadora de programas infantis brasileiros nas décadas 1980 e 1990. Atualmente encontra-se na Rede Record de Televisão.

²⁷ Atualmente existem três canais brasileiros TV Globo, TV Globo Internacional e Rede Record de Televisão.

que me proponho a refletir neste trabalho recorro ao pressuposto de que as identidades apresentam um grau de flexibilidade que depende das relações e das experiências vividas pelos indivíduos. Desde modo, as identidades sociais e, por isso, a identidade nacional, só fazem sentido se pensadas na relação dos indivíduos com o mundo social de que fazem parte. Portanto, como atores sociais, os migrantes que no decorrer da sua trajetória passam a ter novas relações com o mundo e com as pessoas, estão em constante processo de reelaboração de afinidades e pertencas.

Como autores chave na compreensão do caráter processual e relacional das identidades recorri a alguns nomes, dentre eles, Fredrik Barth (1969). Na já bastante conhecida introdução ao livro *Ethnic Groups and Boundaries* Barth propõe que as identidades não são rígidas e podem apresentar um grau de flexibilidade de acordo com o ambiente em que vivem os indivíduos, e de acordo com as suas experiências quotidianas. São antes um processo inacabado e construído ao longo do percurso biográfico e nas experiências dos indivíduos. Possuem também um aspeto relacional e, para compreendê-las, é fundamental olhar para a interação entre grupos e a manutenção das delimitações (*boundaries*). Para o autor, a continuidade das unidades étnicas, por exemplo, depende da manutenção de uma fronteira, porque mesmo que mudem as características culturais dos membros ou as suas necessidades ou mude a própria forma de organização do grupo, a dicotomia membro e não-membro continua (p.15). Por isso, para uma investigação frutífera sobre os grupos étnicos, importa muito mais olhar para a fronteira étnica que o define, do que para o conteúdo cultural que ela delimita (p.15).

Outros autores a quem recorri também esboçaram suas reflexões nesta linha de pensamento, como é o caso de Goffman (1982 [1963], 1993 [1959]) que defende que as identidades devem ser compreendidas processualmente e que são construídas na interação com o *outro*. Elas são negociadas rotineiramente através da experiência quotidiana. Para o autor, a formação das identidades dá-se numa articulação entre o processo biográfico e o processo de interação. O primeiro tem a ver com os processos de interiorização, ou melhor, a identidade que o indivíduo se autoatribui. A que Goffman chama *identidades sociais reais*. O segundo baseia-se na relação com o outro, é a identidade atribuída ao indivíduo e à qual o autor chama *identidades sociais virtuais* (Goffman, 1982, p. 12). É possível que haja uma discrepância entre a *identidade social real* de um indivíduo e a sua *identidade social virtual*. Desta forma, os indivíduos constroem as suas identidades através da negociação entre o que eles desejam ser, o que eles transmi-

tem ser e o que o outro pensa que eles são. É na dramaticidade da vida quotidiana que os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos.

No entanto, um outro autor central para que eu articulasse o caráter processual e relacional das identidades e, em especial a identidade nacional, é Richard Jenkins (1996). Sob influência do pensamento de Barth e Goffman, acredita que a identidade individual não tem sentido isolada do mundo social de outras pessoas. Para ele, o indivíduo é único e variável, mas a individualidade (*selfhood*) é construída socialmente na sua totalidade, tanto no processo de socialização primária, na subsequente socialização, como também no processo de interação social dentro do qual os indivíduos se definem e definem os outros. O *self* é compreendido como estando sempre em processo de construção e reconstrução, uma síntese da autodefinição (interna) e da definição (externa) de si oferecida pelos outros. É completamente individual e intrinsecamente social. Surge dentro de uma interação, sendo complexo e multifacetado. O modelo de unidade proposto permite, na interpretação do autor, reconhecer o *self* como um rico repositório de «recursos» culturais (p.46) como também permite distanciar-se da ideia do mesmo ser um agrupamento de pedaços. Um *self* unitário não significa um *self* simples, nas suas palavras «the self is complex and multifaceted, in reflection of the complexity of the lifelong social process of selfhood and self-identification» (p.50).²⁸

Já sobre a identidade social, Jenkins (1996) propõe que ela se refere à maneira como os indivíduos e as coletividades são distinguidos nas suas relações sociais com outros indivíduos e coletividades. É a nossa compreensão de quem somos e quem são as outras pessoas e, reciprocamente, é a compreensão dos outros sobre quem eles são e quem somos nós. É, por isso, um produto de acordo e desacordo (Jenkins, 1996). Nunca é unilateral, é negociável, é fruto do diálogo entre o que eu penso sobre mim e o que pensam sobre mim. É a interação entre a autoimagem e a imagem pública. Portanto, a vida social é inimaginável sem meios para sabermos quem os outros são e algum sentido de quem nós somos. No reconhecimento do «outro» os indivíduos se reconhecem, estabelecem pertenças e *boundaries* (Barth, 1969) ou como prefere Cardoso de Oliveira (2000) «limites culturais».

Ao se dedicar à reflexão sobre autoimagem e imagem pública, Jenkins (1996) propõe que os indivíduos negociam as suas identidades dentro de uma dinâmica de inte-

²⁸ Em tradução livre: «O self é complexo e multifacetado, em reflexo da complexidade do processo social de autoidentificação e de individualidade ao longo da vida.»

ração, a interação entre *identidades sociais reais* e *identidades sociais virtuais* da qual nos fala Goffman. Entretanto, para Jenkins a palavra «real» sugere que uma é mais verdadeira que a outra e, na sua perspectiva, as duas fazem parte de um mesmo processo dialético de identificação. Na sua proposta, a nominal seria o nome ou o rótulo pelo qual o indivíduo é identificado (p.77). Nesta dimensão, as instituições têm um papel importante em conferir uma identidade (Sobral, 2007), entretanto, como ressalta o autor, as consequências dessa nomeação vão variar, dependem da resposta dos outros, bem como, da resposta do indivíduo rotulado. Já a dimensão virtual é o que a identificação nominal significa para o indivíduo, tendo em conta a experiência local e temporal vivida por ele. Portanto, as consequências e os significados da identificação nominal podem variar de acordo com o contexto e com o tempo, ou seja, «a nominal pode ser associada com uma pluralidade de virtualidades» (p.77).

Portanto, o argumento central de Jenkins (1996) é que todas as identidades, individuais ou coletivas, são constituídas numa dialética de identificação com base em dinâmicas internas e externas. As internas baseadas na autodefinição e as externas baseadas nas definições que os «outros» fazem de si (Jenkins, 1996, p. 20). A identidade social nunca é unilateral, pois não só nos identificamos, como identificamos os outros e somos por eles identificados nesta dialética interna e externa entre autoimagem e imagem pública.

Um outro autor que também se dedica à ideia das identidades multifacetadas é Stuart Hall. Através de um olhar sobre a história, o autor propõe a existência de três concepções de identidade. Resumidamente, a primeira seria o sujeito do Iluminismo em que a pessoa humana era um indivíduo centrado, unificado e racional. A segunda concepção seria a noção do sujeito sociológico que refletia a complexidade do mundo moderno. Havia uma percepção do papel relacional na construção do sujeito. A identidade seria agora percebida na interação entre o «eu» e a «sociedade», entre o mundo pessoal e o mundo público (Hall, 2006, p.11). E a última é a do sujeito pós-moderno em que as mudanças estruturais e institucionais do mundo contemporâneo, que se tornou fragmentado, têm um papel fundamental na sua formação. O sujeito pós-moderno, portanto, não tem uma identidade fixa, adota identidades diferentes em diferentes circunstâncias. Para Hall (2006), temos identidades contraditórias que nos impulsionam para diferentes direções e, por isso, as nossas identificações estão constantemente a ser deslocadas. (p. 13). Diferente do que nos propôs Jenkins (1996) no modelo de *self* unitário,

Stuart Hall (2006) acredita que se temos uma percepção da identidade como unificada é porque construímos uma reconfortante «narrativa do eu». Nas suas palavras: «a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia» (p.13).

Um aspeto importante a ser assinalado na proposta de Hall (2006) é a tentativa de trazer para a «arena» de discussão a participação dos processos hegemónicos na construção das identidades. Para ele, essa noção unificada da formação do *self* é construída também através de *dispositivos discursivos* que apresentam a diferença como unidade. As múltiplas faces que a identidade assume podem ser «abafadas» por um *poder cultural* que impõe noções de unidade. Isso pode ser melhor compreendido quando se pensa em identidades nacionais, por exemplo. A ideia de *um povo único* é constantemente reproduzida no discurso das nações modernas.

Manuel Castells é outro autor que procura nas razões históricas explicações para a formação das identidades (Castells, 2007, 2008), muito embora, ao contrário de autores como Jenkins ou Hall, que também tratam da identidade individual, o autor - como Barth - só se reporta às identidades coletivas. Ele centra-se na análise da «sociedade em rede» para compreender «o poder da identidade». Analisa de forma detalhada as duas tendências conflituantes que surgem na Era da Informação: a globalização e a identidade. Para o autor, este contexto baseado numa economia global cada vez mais flexível, em que há novas proposições em termos de tempo e espaço, é desafiado pelo surgimento de identidades coletivas que propõem uma resistência aos valores globais. O autor acredita que na Era da Informação processa-se uma crise das fontes de identidades legitimadoras²⁹, e por isso, antigos modelos e instituições típicas da Era Industrial estão em acelerado colapso.

Para Castells (2007), a identidade consiste num «processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras formas de significado» (Castells, 2007, p.3). Reconhece que os indivíduos podem ter identidades plurais, mas que essa diversidade de identidades é fonte de tensão e contradição na sua autorrepresentação e nas suas ações no meio social. As identidades podem ser formadas a partir de institui-

²⁹ Para o autor, identidade legitimadora «é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais.» (Castells, 2007, p.4). Esta identidade é vista por Castells como dando a origem «a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados que, embora às vezes de forma conflituosa, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural.» (Castells, 2007, p.5).

ções dominantes, mas apenas se os indivíduos as interiorizarem, construindo, assim, o seu significado a partir dessa interiorização.

Neste sentido, acredita que a construção social da identidade ocorre sempre num contexto marcado por relações de poder, propondo assim, três formas e origens de construção de identidades: a *Identidade legitimadora* que é imposta pelas instituições dominantes com a finalidade de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os indivíduos; A *Identidade de resistência* que é criada por atores sociais que estão sob domínio da lógica de dominação e que criam estratégias de resistência, e por fim, a *Identidade de Projeto* que é um tipo utópico de identidade que deverá ser conquistada, e que é capaz de redefinir a posição dos atores sociais procurando transformar toda uma estrutura social.

Na percepção de Castells (2007), o surgimento da sociedade em rede traz à tona os processos de construção de identidade introduzindo novas formas de transformação social. Nela os indivíduos estão sempre confrontados diante de uma dialética entre o local e o global em que precisam negociar suas posições. Sob novas condições os atores sociais precisam de se adaptar a uma realidade em que há novas disposições entre tempo e espaço e novas configurações no processo de construção da intimidade. Nesse novo modelo de vida global «as organizações da sociedade civil atrofiam-se e são desarticuladas, pois deixa de haver continuidade entre a lógica da criação do poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas» (p.9). Como reação a essa nova realidade, os indivíduos partem em busca de significados através da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais. Para o autor, as reações defensivas tornam-se fontes de significado e identidade construindo novos códigos culturais. Por isso, concentra-se na análise de variados processos que são, fundamentais para a construção de identidades coletivas. Para isso, discorre uma análise sobre o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, a identidade étnica, a identidade territorial, concluindo que são reações defensivas à globalização, à formação de redes e à crise da família patriarcal.

Na tentativa de articular esses arcaboços teóricos e o que eu encontrava no campo, poderia agora tirar conclusões preliminares. Como já foi exposto, é impossível tratar identidade como algo fixo, pois ela é construída num processo relacional em que é preciso levar em conta determinadas dinâmicas internas e externas. No caso particular dos imigrantes, este argumento é a chave para entender que, ao mudar a história das suas

relações com as pessoas e com o mundo, muda também o modo como esses indivíduos pensam-se no mundo. A sua forma de estar e viver vai moldando-se na medida que estabelecem novas relações no ambiente que agora residem. Este argumento ajudava-me a compreender que o modo com que as minhas interlocutoras identificavam-se e a sua maneira de estar e se sentir brasileira estavam indissociáveis da experiência particular de estar e viver em Portugal. O modo como se pensam brasileiras, as representações sobre o que é serem brasileiras encontradas em Portugal, e as representações do que é ser português – que funcionam aqui como um marcadores de diferenças – são pontos centrais na maneira como vão elaborar a história das suas relações com o lugar de origem e com o lugar em que agora residem. Portanto, se eu estava interessada em entender a experiência destas mulheres no contexto de migração, era fulcral entender o dinamismo das suas identificações e da sua maneira de estar e viver neste mundo. Se a vida em Portugal é parte significativa das suas histórias de vida era importante eu buscar entender as suas relações neste mundo.

Resgatar estes pressupostos teóricos parecia-me relevante, principalmente, no diálogo com uma corrente de estudos sobre imigração brasileira em Portugal que acredita ser a construção de fronteira problemática quando se trata da população brasileira, pois o modo como se construiu as narrativas de identificação nacional tem por base na miscigenação e não na diferenciação (Machado, 2009). Em alternativa, traz-se a ideia de *centro* das representações pois, mais do que uma busca para estabelecer diferenciações há uma tentativa de se aproximar de uma representação hegemónica da identidade brasileira que apresenta, dentre outras coisas, o brasileiro como naturalmente alegre e simpático (Machado, 2009). Como estratégias para uma melhor interlocução no mundo do trabalho, os imigrantes estudados por Machado (2009) buscavam se aproximar deste centro exemplar. Como o meu terreno estava direcionado para as especificidades da experiência migratória das mulheres e procurei ter em conta outras dimensões do quotidiano, fui observando que as vivências em Portugal, que são atravessadas por um universo de representações sobre a mulher brasileira, faziam com que os sujeitos estudados tanto poderiam reforçar como refutar determinadas representações. Para isto, procuravam reelaborar suas identificações, reformular marcadores de identificação nacional e estabelecer novos critérios de diferenciação com relação a outros brasileiros e também aos portugueses, sinalizando assim o carácter processual e flexível como construíam suas identificações no curso da vida em Portugal.

1 - Pensar a nação, o nacionalismo, a identidade nacional e a etnicidade

Como o interesse deste trabalho é entender a experiência de sujeitos em processo de migração internacional e, de acordo com os dados preliminares do campo, esta experiência marca o modo como estes sujeitos se identificam e são identificados, desenvolver alguns conceitos analíticos parecem fundamentais para uma melhor compreensão de todo o processo em causa. Os movimentos de diáspora, embora não sejam fenómenos recentes, ganharam nos últimos anos algumas particularidades, principalmente no que tange o aumento dos fluxos, levando Castles e Miller (2003) a apelidar o século XXI como a «Era das Migrações». Embora já se perceba que esta Era é marcada pelo crescente fluxo de pessoas, bens e mercadorias, vive-se num mundo dividido em Estados-Nacionais onde fronteiras físicas e simbólicas marcam e, por vezes, condicionam a experiência de diáspora. Desde modo, faz sentido procurar-se concetualizar o que vem a ser Nação, Estado-Nação, Identidades Nacionais e Etnicidade na tentativa de melhor situar o leitor nas discussões que seguirão nesta tese.

Sem a intenção de me estender na discussão sobre a génese do conceito de nação, vale a pena referir que esta definição não é consensual (Sobral, 2010). Há muito que se discute sobre o tema e, de um modo geral, há pelo menos duas perspetivas que debatem sobre a origem da nação (Sobral, 2008a). Por um lado há uma ótica que a entende como um fenómeno moderno (Sobral, 2008a), sendo Gellner (1983), Anderson (1983) e Hobsbawm (1994) os principais representantes desse panorama (ver Sobral, 1996, 2007a e 2010). Por outro, há quem compreenda que a nação surgiu em períodos pré-modernos (Sobral, 2007), como é o caso de autores como Llobera (1994) e Smith, (1991). De qualquer das formas, como nos chama a atenção Sobral (2010) não é possível uma teoria que explique sozinha «um fenómeno tão complexo e variado» (Sobral, 2010, p.85), sendo que a formação das nações deve ser vista como fruto de «processos históricos contingentes e diferenciados – de natureza económica, cultural, política e simbólica» (Sobral, 2010, p.85).

À parte dessas discussões, Giddens (2009) propõe que nação é um grupo de pessoas reunidas por um forte sentido de valores partilhados, características culturais como a língua e a religião e a perceção de possuírem uma história comum. Já Estado-Nação

seria um tipo particular de Estado, característico do mundo moderno, em que o governo detém o poder soberano numa área territorial, e a massa da população são cidadãos que sabem ser parte de uma nação. Para a ideia que tenho vindo a trabalhar aqui, o conceito de Triandafyllidou (2006) sobre nação parece bastante significativo. Para a autora, a nação é formada através de um duplo processo que abrange a identificação interna, com base em características culturais, políticas, históricas, e territoriais pré-existentes que ligam as coletividades, e de uma definição externa que é ativada através da interação com os «outsiders». Neste sentido, Triandafyllidou (2006) acredita que a interação entre imigrantes e cidadãos nacionais corrobora para que estes indivíduos estabeleçam as suas pertenças e definam as suas próprias noções de «nós» e os «outros».

Sobral (2008a, 2010), com base nos pressupostos de Hutchinson e Guibernau, entende identidade nacional como tudo que envolve a ideia de se pertencer a uma nação e agir de acordo com esse facto: cultivando os seus símbolos, os seus heróis, a sua história, as suas cerimónias e os lugares sagrados. Num outro trabalho (Sobral, 2007) em que o autor se dedica a pensar sobre a contribuição de Bourdieu para as reflexões sobre a identidade nacional, assinala que ela «é o resultado de uma longa socialização, em que as perceções sociais e distinções entre o ‘nacional’ e o ‘estrangeiro’ se tornam um elemento constitutivo – uma segunda natureza – da identidade de quem habita um território estatal concebido como um coletivo humano: as nações» (p.229). Portanto, o conceito de *habitus* de Bourdieu como um conhecimento adquirido através de um conjunto de disposições incorporadas que regula ou determina as práticas e os bens de um agente ou uma classe de agentes (Bourdieu, 2004a e 2004b) é útil para compreendermos como as identidades nacionais se processam, ou melhor, como determinados indivíduos se reconhecem a si e a outros como pertencente a um grupo através de um facto nacional comum que os fazem, através dessas disposições interiorizadas, reconhecerem-se e terem o mesmo sentido de jogo.

Alguns autores, dentre eles Eriksen (1993) e Jenkins (2011), afirmam que há um consenso entre as ciências sociais de que identidade nacional é uma variação do tema étnico. De forma mais específica, Jenkins (2011) propõe que existe um contínuo idioma de identificação coletivo, dos mais locais e comunais aos regionais e nacionais, mas todos que envolvem noções «modos de vida» ou «cultura» são considerados étnicos (Jenkins, 2011). Para este autor, etnicidade é um processo de identificação étnica e, portanto, feita e desfeita, produzida e reproduzida durante a interação e, particularmente,

durante a interação de pessoas que se identificam umas às outras como membros de diferentes grupos. Neste sentido, Jenkins assinala que a identificação étnica combina critérios de similaridade e diferença - proximidade e distância - a fim de se localizar a si e aos «outros» num mapa social de relações e coletividades (Jenkins, 2011, p.3). É susceptível a mudanças, mas não é infinitamente fluida, vários fatores, de acordo com o contexto, podem torná-las mais ou menos rígidas. A maneira de Jenkins perceber a etnicidade baseia-se na ideia de que ela localiza as pessoas no tempo e no espaço e é sempre uma narrativa coletiva, uma história. A identificação do grupo étnico não necessariamente acontece em consenso ou conformidade, sendo as categorizações externas fatores importantes na emergência ou persistência das identificações do grupo étnico. O autor acredita ainda que, a afirmação ou a resistência da identificação étnica é reflexo da importância da etnicidade durante o processo de socialização.

Já Eriksen (1998), através da sua etnografia na República Maurícia, apresenta-nos como as identificações étnicas são plurais e maleáveis. Para ele, os grupos étnicos não podem ser percebidos como uma entidade objetiva. Os atores sociais fazem contínuas redefinições das suas identificações étnicas, negociam-nas de acordo com a situação e o contexto em que estão inseridos. Como vai demonstrando ao longo do livro, a importância desse fenómeno pode variar histórica, geográfica, contextual e situacionalmente. Ele procura mostrar, com base na análise de uma sociedade multiétnica como a República Maurícia, como os indivíduos negociam quotidianamente suas identificações étnicas e ao mesmo tempo utilizam-se da diversidade étnica no seu processo de construção nacional. A consciência dessa diversidade e a procura do menor denominador comum entre eles são fundamentais para a construção de um carácter nacional.

Ainda sobre o modo como as identidades e, mais especificamente a identidade nacional, são consolidadas, as proposições de Billig (1995) parecem bem elucidativas. Em *Banal Nationalism*, o autor propõe que num contexto de nações bem estabelecidas e consagradas, a nacionalidade é sinalizada e lembrada permanentemente. Os cidadãos são quotidianamente lembrados e relembrados do seu lugar nacional, mas este aspeto é empreendido de forma tão familiar e contínua que não são percebidos conscientemente (p.8). Um outro aspeto importante para o qual Billig (1995) nos chama a atenção é o papel da linguagem no estabelecimento dos nacionalismos. Para ele, o nacionalismo é, antes de mais, uma ideologia da primeira pessoa do plural (p.70) e por isso uma das questões centrais da identidade nacional é como o «nós» nacional é construído e o que

se entende sobre essa construção (p.70). Utilizar os pronomes possessivos sinaliza não só demarcação de fronteiras - a consciência de quem somos «nós» e quem são «eles» – como também noção de que nós partilhamos uma história, mitos, crenças, uma bandeira e etc. Billig (1995) também destaca outras formas de expressão do nacionalismo banal, como por exemplo, a linguagem usada nos jornais e revistas - que mesmo que não faça referência explícita sobre uma identificação nacional, a mensagem subliminar é sempre em referência a um sentido de «nós» nacional – e o desporto, com suas seleções nacionais e a valorização do hino e cores da bandeira.

No seguimento das propostas de Billig (1995), Edensor (2002) também partilha a ideia de que a identidade nacional é dinâmica, contestável, múltipla e fluida. Acredita que na contemporaneidade a nação tornou-se complexa, móvel e culturalmente híbrida (p. 09) e a identidade nacional está situada dentro duma matriz em constante mudança, multidimensional e composta de redes dinâmicas, sendo, dentro dessa matriz, constantemente redistribuída (p.30). Para o autor, poucas análises críticas procuram abordar em que termos a nação é representada e experienciada através da cultura popular e da vida quotidiana, desta forma, a sua proposta é que aquilo tido como «baixa» cultura ou sub-cultura também é uma forma de expressão nacional e é preciso estar atento a isto para entender como se processam as identidades nacionais. Portanto, ele acredita que o nacionalismo se manifesta tanto em momentos formais (cerimónias, festas e celebrações) como em certos aspetos populares e acontecimentos do quotidiano (na música, nos filmes, no desporto, nas danças). Sendo assim, o nacional também é construído, reproduzido, contestado e reafirmado na vida de todos os dias (p.30). Um aspeto importante que Edensor (2002) argumenta é que a identidade nacional é permanentemente reconstituída em si, tornando-se redefinida e reterritorializando espaços, formas e práticas culturais (p.33). Neste sentido, o autor propõe que a valorização da paisagem, de lugares de expressão da cultura popular e das danças, por exemplo, são também sinalizações que revelam essa multiplicidade e hibridismo da identidade nacional.

Abordar estes conceitos parece-me frutífero porque, através das proposições de Jenkins (1996, 2011) e do que assinala mais diretamente Triandafyllidou (2006) por exemplo, foi-me possível perceber que o contacto quotidiano entre cidadãos nacionais e imigrantes contribui para que tanto uns como outros estabeleçam os critérios de diferença e semelhança que vão determinar as suas noções de «nós» e os «outros» contribuindo, assim, para a construção das suas identificações nacionais. No caso da sociedade

portuguesa, mesmo que as suas fronteiras físicas e a sua auto percepção como uma nação estejam há muito consolidadas, as representações sobre o coletivo nacional passaram por transformações num passado recente. Almeida (2008) argumenta que pós 1974, aquando do estabelecimento da democracia, Portugal teve que dar uma nova configuração a sua autorrepresentação, bem como, a sua imagem em escala internacional. Para o autor, um dos eventos importantes nesta reconfiguração foi o fluxo migratório que então ocorria em território português. A migração africana teria confrontado o Estado e a sociedade portuguesa com as suas representações sobre miscigenação colonial, tolerância e excecionalismo. Já os brasileiros, desafiaram as representações em torno da língua e dos seus usos. Deste modo, como uma das ilações a tirar do argumento de Almeida (2008), é possível perceber que o contacto com imigrantes confrontou a sociedade portuguesa com as suas próprias percepções sobre si e sobre os seus membros.

No que concerne aos imigrantes e, mais especificamente aos brasileiros, a mudança de país também proporciona uma confrontação com as suas representações sobre o Brasil e sobre os/as brasileiros/as. Como propôs Billig (1995), as sinalizações de nacionalidade de tão familiares, operam através do esquecimento, ao invés, de serem conscientemente compreendidas. A identidade nacional é, portanto, lembrada porque é incorporada na rotina, mas é «mais que um estado psicológico interno ou uma autodefinição individual: é uma forma de vida vivida diariamente» (Billig 1995, p.69). Se é assim quando se está no Brasil, ao migrar estas «sinalizações de nacionalidade» deixam de ser inconscientemente incorporadas para ser quotidianamente marcadas e mesmo desafiadas. É-se todo dia confrontado com a sua nacionalidade, seja através dos organismos oficiais e da exigência de documentos que identificam sua origem nacional como é o caso do passaporte, seja através das representações existentes em Portugal sobre quem são e o que fazem os brasileiros.

Mesmo que no pós-migração os indivíduos procurem reforçar algumas das suas identificações nacionais recorrendo, por exemplo, a certos lugares oficiais, como os consulados e embaixadas e, através dos acontecimentos do quotidiano, procurem as suas referências na música e na culinária, e em locais frequentados por concidadãos seus, o facto de estarem num meio social diferente transforma as suas relações e as suas pertenças. Neste aspeto, o conceito de socialidade conjugado com os outros conceitos já acima apresentados, concede a dimensão processual e relacional às identidades. Sobre este conceito Viegas (2008) esclarece que esta abordagem processual e relacional das identi-

dades rejeita que o social possa ser visto como um processo pós-facto, e que o indivíduo seja um agente que começa a surgir no mundo de modo associal e a-histórico. Aqui o mundo social é conhecido por meio da experiência vivida, sendo que esta vivência constitui-se na intersubjetividade. Deste modo, se os sujeitos desta pesquisa forem pensadas como «seres no mundo», levando em consideração que as suas experiências vividas constituem um processo intersubjetivo, elas só se pensam brasileiras depois das experiências de ser, sentir-se e conhecer-se brasileiras. Embora esta consciência venha de um processo de socialização, transmitido através de disposições incorporadas, das quais nos fala Bourdieu (2004), a experiência interação social leva estas mulheres a redimensionar o modo como vêm o mundo, e se veem- a si mesmas neste mundo.

Aqui a proposição de Jenkins (2011) de que o carácter histórico condiciona a identificação virtual torna-se muitíssimo importante, sendo possível fazer um paralelo com o que propõe para o caso dinamarquês. Para o autor, ser dinamarquês pode variar ao longo do tempo, pois «ser dinamarquês em 1864, não é o mesmo que ser dinamarquês em 1920, 1940, 1945, 1973, 1992 ou 2005» (Jenkins, 2011:05). Por outro lado, a experiência de ser dinamarquês, e o significado que tem para os indivíduos, muda também ao longo do tempo. Portanto, no meu caso de análise eu poderia pressupor que ser brasileiro também pode variar de acordo com o contexto histórico, que ser brasileiro em 1822, ano da independência, não era o mesmo que ser brasileiro em 1964 (ano de início da ditadura militar), e não é o mesmo que ser brasileiro em 2016.

Para além disso, dois outros aspectos devem ser levados em conta: o contexto, as especificidades de género e a classe. Ser brasileiro em Portugal não é o mesmo que ser brasileiro no Brasil, como também, não é o mesmo que ser brasileiro nos Estados Unidos. No Brasil, como já mencionado, as ideias do que é ser brasileiro são consolidadas naquilo que Billig (1995) chama de esfera do esquecimento. Em contexto de diáspora há especificidades que precisam ser levadas em consideração, principalmente as relações sócio históricas envolvendo os países em questão, para dar conta dos processos de identificação e reconhecimento do seu carácter nacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, como nos mostrou Margolis (1993, 1994), os brasileiros são confundidos com hispânicos e as suas reafirmações identitárias procuram responder ao que a autora chama de invisibilidade no seio da sociedade americana. Em Portugal os brasileiros nunca passam despercebidos porque há um reconhecimento sócio histórico fruto de um longo fluxo de pessoas e bens entre os dois lados do atlântico. Como ressalta Padilla *et al* (2010), os

brasileiros «não são confundidos com outros imigrantes, eles possuem uma identificação própria, carregada de estereótipos específicos que condicionam posições que (...) vão ocupar no mercado de trabalho e experiências com as quais terão de lidar.» Ora, se o contexto e as representações do que é ser-se brasileiro/a são uma coisa no Brasil e outra em Portugal, a mudança de contexto quando se passa de um país de que se é natural para outro em que se é estrangeiro não deixa de ter impacto no modo como o migrante vê a sua própria identidade. Neste sentido, o sujeito em deslocamento passa a refletir, por exemplo, sobre o seu modo de vestir, a corporalidade e uma linguagem, que não colocavam problemas quando estavam no Brasil, e nem eram por isso, objeto de reflexão, passava a ser algo saliente, a que se dava atenção, e que se policiava, como no caso do vestir ou da linguagem. Já em Portugal, são confrontados com um universo de representações que têm que responder diariamente, e para as quais procuram desvencilhar-se quando acreditam tratar-se de imagens negativas.

As especificidades da experiência de género também condicionam o modo com os actores sociais se veem a si mesmos, e elaboram as suas identificações e pertenças. Ser brasileiro não é o mesmo que ser brasileira em Portugal. Os papéis de género, bem como as assimetrias, são importantes no processo de identificar e ser identificado. As experiências das mulheres brasileiras são diferentes das experiências dos homens, isso porque as suas experiências no trabalho, nas relações pessoais, em casa e nos contactos com a sociedade portuguesa possuem características próprias. Elas ocupam, por exemplo, posições específicas no mercado-de-trabalho, principalmente, em actividades de contacto com o público ou na esfera domésticas e de cuidados.³⁰ Esta condição profissional, só por si, já implica diferentes experiências na sociedade portuguesa, mas outras relações também particularizam a experiência das mulheres, principalmente as que surgem no campo afetivo ou institucional como é o caso do contato com a escola dos filhos. No que às representações diz respeito, Padilla *et al* (2010) assinalam que «no caso das mulheres brasileiras, os estereótipos de brasilidade relacionados com a alegria, a simpatia, a sensualidade, a malandragem, ganham uma conotação de erotização». Esse factor tem um papel muito determinante e, como procurarei mostrar neste trabalho, condiciona muito as suas expectativas e projetos em Portugal.

³⁰ Há um considerável número de brasileiras que trabalham nas atividades domésticas e no cuidado de crianças e idosos.

2 - Estar aqui e ser de lá: o transacionalismo, o género e as identidades

Stuart Hall (2008) assinala que em contextos migratórios as identidades tornam-se ainda mais ambíguas e multifacetadas, visto que os indivíduos envolvidos contam com múltiplas experiências que corroboram na redefinição de pertenças. Por um lado, o contacto com outros imigrantes e outros grupos faz com que revejam semelhanças e diferenças. Por outro lado, a presença num outro local e a convivência num ambiente diferente ajuda a reelaborar identificações. As pessoas em diáspora, portanto, podem assumir outras identificações e apropriarem-se de outros símbolos e manifestações culturais. Essas redefinições também implicam novos olhares e sentimentos sobre a sociedade de origem que também reordenam as suas identificações e pertenças.

Nem sempre as investigações na área de ciências sociais levaram em consideração estas múltiplas experiências, motivações e relações elaboradas pelos migrantes³¹. Apenas quando os estudos passaram a interessar-se pela criação de redes é que as ligações interpessoais dos indivíduos foram levadas em consideração. Passou-se a ter interesse na chamada «*causalidade cumulativa*» (*cumulative causation*) (Massey *et al.*, 1993:451) em que a migração é vista como um processo dinâmico e cumulativo, onde fatores como as mudanças culturais, sociais e económicas são tidos em conta, bem

³¹ Massey *et al.* (1993), na explanação sobre as principais correntes teóricas sobre imigração internacional, afirmam que não há uma teoria única e coerente por si só nos estudos sobre a temática. Para os autores, vários modelos teóricos têm tentado explicar os porquês do início das migrações. Dentre as principais, pode-se destacar as abordagens assentes nos pressupostos da *economia neoclássica*, a *nova economia das migrações*, a teoria de mercado-de-trabalho dual (*dual labor market*) e a teoria do sistema mundo (*world systems theory*). A primeira explica o fenómeno como partindo de uma decisão individual que leva em consideração as diferenças de empregabilidade e o rendimento entre o país de origem e o país de acolhimento. A decisão é tomada a partir do cálculo sobre os custos e os benefícios do projeto migratório. Já a *nova economia das migrações* postula que a decisão de emigrar não é uma escolha individual, mas é realizada em conformidade com os desejos da família que calcula não só a maximização dos lucros como também a minimização dos riscos do insucesso económico. De um modo geral, essas duas teorias analisam o processo migratório ao nível micro, baseando-se essencialmente nas escolhas e nos cálculos dos indivíduos ou do seu grupo mais próximo. Fazendo parte de um outro grupo de análise, muito mais próxima de um modelo de nível macro, está a teoria do mercado-de-trabalho dual. Os seus pressupostos levam em consideração que as migrações internacionais são frutos da demanda de trabalho industrial intrínseca à sociedade moderna. Ela não é motivada por fatores de repulsão dos países de origem, mas por fatores de atração nos países de acolhimento (Massey *et al.*, 1993:440). O crescimento económico em determinados países leva ao aumento da procura de trabalhadores imigrantes e, sendo esta mão-de-obra abundante, vai condicionando os baixos-salários. Numa outra esfera de análise está a teoria do sistema mundo. Para este campo de investigação, as migrações internacionais acontecem em função da estrutura do mercado mundial. A penetração da economia global em zonas periféricas é o principal fomentador da mobilidade: «O fluxo internacional de trabalho segue o fluxo internacional dos bens e do capital, mas na direção oposta» (Massey *et al.*, 1993:447).

como as relações, muitas vezes assimétricas, entre trabalhadores locais e trabalhadores imigrantes.

Um dos principais contributos antropológicos para o tema das migrações foram aqueles que levaram em consideração a complexidade do processo, tendo em conta os porquês das pessoas se moverem, o que acontece depois disso, como elas se mantêm ligadas ao local de origem e como a inserção no local de acolhimento transforma a sua maneira de *estar no mundo*. Apesar desse olhar direto sobre a experiência pessoal do migrante, os teóricos da disciplina também levaram em consideração o papel dos indivíduos dentro de uma economia de mercado global, e as relações de poder e hierarquias impostas nos vários campos sociais. Neste sentido, os estudos que dedicaram atenção às relações transnacionais tiveram um papel preponderante nessa nova maneira de perceber as migrações internacionais. Passou-se a reconhecer que os indivíduos mantêm-se ligados a dois, três ou mais locais e que isso tem um papel fundamental na sua experiência migratória.

Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc foram as pioneiras na ideia de pensar a imigração a partir dos pressupostos transnacionais. Para elas, o transnacionalismo é «as the processes by which immigrants forge and sustain multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement»³² (Basch *et al.*, 1997:7). Esses processos são assim designados porque os imigrantes constroem campos sociais que ultrapassam fronteiras geográficas, culturais e políticas. Transmigrantes, portanto, são «immigrants who develop and maintain multiple relationship - familial, economic, social, organizational, religious, and political - that span borders»³³ (Basch *et al.*, 1997:7).

Para as autoras, a identidade dos imigrantes continua a ser construída tendo por base a ideia de um mundo dividido em Estados-nacionais. Entretanto, a lógica é de estados desterritorializados em que os cidadãos, mesmo fisicamente afastados, continuam a manter-se social, política, cultural e economicamente envolvidos com o estado-nação dos seus antepassados. Como os transmigrantes vivem tanto ligados ao país de origem como aos países de acolhimento, conseguem desenvolver novas esferas de expe-

³² Em tradução livre: «o processo pelo qual os imigrantes estabelecem e sustentam múltiplas relações sociais que ligam as sociedades de origem e de acolhimento»

³³ Em tradução livre: «os imigrantes que desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que atravessam fronteiras».

riências e novos campos de relações sociais (p.8) e, portanto, também redefinem as identidades a partir das categorizações e dinâmicas encontradas na sociedade de acolhimento, em paralelo com as da sua sociedade de origem.

Um aspeto importante abordado por Basch *et al.* (1997) é o papel das construções hegemónicas nos processos migratórios. Para elas, o termo construção hegemónica serve para «to describe both consciously articulated statements and embedded perceptions that are used and reappropriated by transmigrants, and which serve ultimately to empower and legitimate dominant forces in both the migrants societies of origin and of settlement»³⁴ (p. 14). Portanto, os imigrantes têm as suas práticas e identidades configuradas pelas categorizações hegemónicas – como, por exemplo, raça e etnicidade – apreendidas nos diversos países aos quais estão conectados, e são também agentes ativos no processo de construção dessas hegemonias.

Como pano de fundo para as suas análises Basch *et al.*(1997) propõem que as categorias de raça, etnicidade e nação sejam tratadas como construções hegemónicas que fazem parte do poder e domínio do Estado. Ter a consciência desse cenário é fundamental para compreender muitas das relações empreendidas pelos transmigrantes, e também o modo como partilham e participam na transformação de tais construções hegemónicas (Basch *et al.*(1997:35). Para as autoras, os transmigrantes estão sujeitos às estruturas raciais e hierárquicas estabelecidas pelo poder hegemónico, tanto no país de origem como no país de acolhimento. No seu país de origem dificilmente conseguiriam ultrapassar barreiras sociais ligadas à classe e a fatores etno-raciais, porque são constantemente impedidos pelos interesses das elites que monopolizam o poder político e económico. A experiência migratória surge como uma espécie de resistência a estas estruturas. No entanto, aquando da sua inserção no país de destino encontram estruturas extremamente rígidas, que hierarquizam os imigrantes de acordo com as noções de classe, raça e etnicidade existentes. Aqui também permanecem em estratos pouco reconhecidos socialmente. Face a essa situação de desfavor, procuram construir redes que funcionam como uma espécie de resistência ao mundo hostil em que se encontram. A formação dessas redes de apoio são fundamentais para a reelaboração de pertenças nos dois locais em que estão conectados. Servem, por exemplo, como instrumento de negociação por

³⁴ Em tradução livre: «descrever tanto as afirmações conscientemente articuladas e as percepções incorporadas que são usadas e reappropriadas pelos transmigrantes e que servem, em última análise, para capacitar e legitimar forças dominantes nas sociedades de origem e acolhimento do imigrante»

mudanças no país de origem. Já com o novo estatuto social que conseguiram através da migração passam a participar e a ter voz ativa nos processos políticos dos seus países.

A experiência feminina nos processos de diáspora também foi inicialmente negligenciada. Os estudos no campo das ciências sociais sobre os processos migratórios concentraram-se unicamente em experiências masculinas (Clifford 1994). A migração feminina era apresentada apenas como um projeto dependente inteiramente do homem (Morokvasic, 1984) e à mulher era dado um papel passivo no projeto migratório. Este «viés» na investigação permaneceu até à década de 1980, quando aparecem os primeiros trabalhos que tentam colmatar a ausência de estudos que valorizem a participação feminina na diáspora (Morokvasic, 1984). Um passo importante para procurar atender às experiências das mulheres na diáspora residiu, porventura, no entendimento de que a família, o quotidiano e o género são tão importantes para o entendimento das migrações como, por exemplo, o domínio do económico, do político e do religioso. Um outro fator que também foi relevante residiu no reconhecimento de que os custos e experiências na migração diferem entre homens e mulheres. A partir daí, os estudos sobre género têm colaborado não só para entendermos as diferenças vividas por homens e mulheres no contexto migratório, como também as disparidades existentes noutras categorias, nomeadamente, ao nível da raça, classe e etnia (Lazaridis, 2000; Morokvasic, 2000). Como foi apresentado por Basch *et al.* (1997), essas variáveis, se não observadas, podem encobrir muitas das desigualdades a que são sujeitos esses atores sociais.

Neste sentido de articular género e imigração com outras variáveis, o modelo conceptual «*gendered geographies of power*» proposto por Pessar e Mahler (2001) é esclarecedor. A escolha do termo «geografias» justifica-se porque, no entendimento das autoras, o género opera simultaneamente em múltiplas escalas espaciais e sociais como, por exemplo, o corpo, a família, o Estado (Pessar e Mahler, 2001). Tanto no país de origem como no país de acolhimento as ideologias e relações de género são reafirmadas e reconfiguradas (Pessar e Mahler, 2001). Por outro lado, a localização social em que os indivíduos estão inseridos determinam muito a sua experiência migratória. Pertencer a uma determinada localização social pode dar vantagens ou desvantagens a determinadas pessoas, porque elas estão imersas dentro de hierarquias de poder que não são construídas somente a nível nacional, mas também a nível de classe, raça, sexualidade, etnicidade e género (p.6).

Assim sendo, é certo que há pessoas com mais oportunidade de emigrar que outras, há pessoas imigradas que podem ser mais transnacionais que outras, há pessoas com mais oportunidades de emprego que outras, como também há pessoas que podem sofrer mais discriminações que outras. Como propõe Padilla (2007:113), o imigrante «possui género, pertence a uma etnia, a uma classe social» e o mercado de trabalho no qual está imerso muitas vezes «está estratificado étnica e sexualmente, o que condiciona a inserção laboral destes migrantes.» (*Id. Ibid*).

Toda esta discussão teórica que trago aqui de modo resumido ajudou-me a situar melhor as experiências das brasileiras, tanto num plano global – onde migrar é um processo multifacetado, que mexe não só com indivíduos, mas também com estruturas e relações de poder – como numa esfera particular, onde a imigração brasileira para Portugal resgata e desafia as relações socio históricas existentes entre os dois países. Estas imigrantes, que chegam a Portugal com referências – mesmo que diluídas – sobre o país deparam-se com um mundo novo no qual encontram algumas familiaridades, mas muito estranhamento. Num primeiro embate, a língua comum tem um papel importante porque aparece como facilitador da comunicação, mas também como catalisador de uma tensão ideológica e politicamente construída. Como transmigrantes, vivem múltiplas relações, sejam familiares, económicas, sociais e religiosas, numa constante circulação de bens, materiais e simbólicos, e pessoas entre os dois lados do Atlântico. Em Portugal, por estar aberto um fluxo contante de pessoas, mercadorias e bens culturais brasileiros, conseguem avivar na memória algumas das suas identificações e pertenças com o país de origem. Mas como parte significativa da sua vida é feita em Portugal, é aí, como mostrei nesta tese, que desejam construir outras relações e outros pertencimentos.

Para o trabalho que aqui apresento, são de especial relevância os contributos que atentam para o modo como os transmigrantes, apesar da crescente desterritorialização e diversificação de fluxos globais dos quais fazem parte (Mapril, 2008), compreendem e praticam as suas relações com os outros e com os lugares. Para autores como Gupta e Ferguson (1997) e Olwig (2007), os indivíduos produzem lugares, por isso, os antropólogos deveriam estar atentos ao modo como a compreensão sobre localidade, comunidade e região é formada e vivida pelos indivíduos (Gupta e Ferguson, 1997). Deste modo, tanto as relações como os lugares são construções sociais que são partilhados e ganham significado no curso da vida social (Olwig, 2007, p.7).

A partir deste pressuposto, algumas etnografias (Olwig, 2007; Mapril, 2008; Frangella, 2014) têm tentado compreender como os indivíduos em diáspora, na medida que se movimentam e experienciam a vida quotidiana, constroem lugares e sentimentos de pertencas (Frangella, 2014). Olwig (2007), por exemplo, num longo percurso etnográfico com famílias caribenhas, interessou-se em perceber a estreita relação entre a construção de lugares de pertença e as relações sociais (Mapril, 2008). Para a autora, é através da conectividade com as redes sociais, que no caso analisado constituía as redes de parentesco, que os indivíduos partilham uma noção de origem comum e, em particular, de lugar, criando assim vários tipos de pertencimento e identificação. Portanto, as noções de lar (*home*) e parentesco são produzidas no quotidiano através das relações mantidas e cultivadas em diferentes espaços. Mapril (2008), por sua vez e em diálogo com a proposta de Olwig (2007), procura compreender como, para os bangladeshis em Lisboa, o espaço de imigração passa também a ser um lugar de pertença, um espaço de referência e identidade (Mapril, 2008, p. 26). Para o autor, determinados rituais religiosos, vividos e reproduzidos em Lisboa, são centrais na produção deste lugar de pertença. Já Frangella (2014) busca mostrar como as práticas de mutualidade entre imigrantes brasileiros contribuem para a construção de um sentido de familiaridade/semelhança e de lugares de referência identitária.

A minha proposta neste trabalho, semelhante à desenvolvida por Mapril (2008), é mostrar como as brasileiras que acompanhei esperam construir um lugar em que se sintam acolhidas e, principalmente, um espaço onde sejam reconhecidas como indivíduos singulares, com particularidades que as distinguem e não associados aos estereótipos sobre as brasileiras. Este lugar que esperam construir em Portugal é, a todo o momento, desafiado pelas relações e referências que mantêm com o lugar de origem, impondo periódicas negociações no modo como se identificam e são identificadas.

Como migrantes num mundo dividido em Estados-Nacionais de fronteiras, físicas e simbólicas, bem delimitadas, estas mulheres estão sujeitas às *construções hegemónicas* (Basch et al, 1997) que põem em evidência outras dinâmicas de desigualdade. E aqui as especificidades impostas pelas hierarquias e assimetrias de género têm um papel importante nas suas experiências quotidianas. As categorizações e representações de que são alvo, num processo que alguns autores chamam de etnicização (Padilla, 2007) ou exotização (Machado, 2007) dos brasileiros, quando dirigidas às mulheres, têm implicações que vão além do estigma em si, podendo ter um efeito prático nas suas

vidas como dificuldades em conseguir emprego e alugar uma casa e, também, periódicas experiências de assédio sexual. Esta especificidade das suas trajetória tem um papel importante na maneira como desejam e elaboram as suas relações e os seus lugares de identificação e pertencimento. Sendo as identidades construídas numa dialética de dinâmicas internas e externas, como propõe Jenkins (1996, 2011), este espaço que almejam construir é influenciado pelas referências trazidas do Brasil, pelo modo como são identificadas em Portugal, e pela maneira com que desejam identificar-se e serem identificadas. É, portanto, um espaço multifacetado e cheio de ambiguidades como são, aliás, as suas relações com as pessoas e com o mundo que fazem parte.

3 - As mulheres brasileiras em Portugal sob o olhar dos académicos

Este enfoque no carácter processual e relacional da identidade na tentativa de compreender as multifacetadas experiências e pertenças de brasileiras em Portugal surgiu-me como uma das perspetivas analíticas capaz de dar mais um contributo ao debate sobre estes sujeitos e a sua trajetória de diáspora. Ao longo do período em que desenvolvi o terreno e estive em processo de reflexão e escrita desta tese, foram surgindo investigações que procuravam dar conta de como estes atores sociais viviam e construía as suas relações nos diversos ambientes em que estavam imersas (Pontes, 2004; Padilla, 2007; Togni, 2008; Togni e Raposo, 2009; Pereira, 2009; Dolabella, 2009). Estes trabalhos – em sintonia com um dado empírico acerca da feminização deste fluxo migratório e no seguimento de uma agenda académica de discussão (Alvim e Togni, 2010) – têm como pano de fundo o papel que as representações existentes em Portugal exercem na construção das subjetividades desses sujeitos. Outras discussões, porém, dedicaram-se a compreender o mecanismo complexo de relações saber-poder que construíram estereótipos e imaginários sociais à volta das brasileiras em Portugal (Padilla, Fernandes e Gomes, 2010; Gomes, 2013).

Nesta última secção deste primeiro capítulo proponho fazer um resumo bibliográfico das experiências de género, mas especificamente delimitado às mulheres brasileiras em Portugal. O objetivo aqui é situar ao leitor não só na arena de debate, mas no modo como o meu trabalho procura manter um diálogo a partir das contribuições existentes. É, portanto, uma maneira de localizar de onde parto e para onde gostaria de avançar nesta investigação.

Com o aumento da migração brasileira para Portugal verificou-se também um reposicionamento do seu perfil convertendo-se no que alguns autores chamam de segunda vaga (Malheiros, 2007, Cunha, 2005), e aumentou também o interesse *mediático* e académico sobre esta população.³⁵ A migração no feminino, que a partir de 2003 superou em número a migração de homens (Alvim e Togni, 2010), também foi ganhando maior visibilidade nos meios de comunicação e como objeto de pesquisa de investigações académicas. No campo mediático um facto marcante, que gerou grande repercussão, foi o já referido episódio das Mães de Bragança (Pontes, 2004; Pais, 2010, Pais, 2016). Por sua vez, as investigações nas áreas das ciências sociais começaram a atentar para as questões de género e, principalmente, as representações da mulher brasileira na sociedade portuguesa e, mais especificamente, entre os *média*.

Como uma referência sobre o tema é possível destacar o trabalho de Pontes (2004) «Mulheres brasileiras na mídia portuguesa». Através de um terreno realizado entre 2001 e 2004, a autora propõe a existência de representações, que perpassam a sociedade portuguesa e tem forte expressão nos meios de comunicação social, em que a mulher brasileira é apresentada de forma sexualizada e erotizada. Para Pontes, «estas representações feminizam o Brasil, ao mesmo tempo que sexualizam género» (Pontes, 2004, p. 232). Numa leitura crítica e pós-colonial, propõe que estas imagens refletem relações de desigualdade entre países que resgatam a história do imperialismo e colonialismo, e articulam-se a fenómenos mais recentes como a globalização e o turismo internacional. Neste processo constroem-se representações de tropicalidade e exotismo que, no caso da identidade brasileira em Portugal, resulta numa essencialização com base em atributos como a alegria, a sensualidade e a simpatia (Pontes, 2004, p. 232). Para a autora, este processo de sexualização da brasileira estaria associado ao facto de serem imigrantes e «portanto, de um outro grupo étnico-nacional, exótico, periférico, racializado e de uma classe social económica subalterna» (Pontes, 2004, p. 244). Mas também por serem brasileiras e percebidas sob a ótica do Carnaval, da sexualidade, da pobreza e do subdesenvolvimento (Pontes, 2004, p. 244).

³⁵ Sobre o crescente interesse académico nos processos de imigração e etnicidade em Portugal durante o período 2000-2008 ver: Machado e Azevedo (2008), «A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas», in *Revista Migrações*, Abril 2009, n.º 4, Lisboa: ACIDI, pp. 7-31. Neste apanhado bibliográfico é possível perceber que o interesse sobre a população brasileira esteve entre os quatro assuntos mais trabalhados e compreendidos como objeto de investigação.

Outras investigações, nesta mesma perspectiva de pôr em relevo as representações à volta da sexualização, buscam compreender a experiência e o modo como estas imagens essencializadas afetavam a vida das brasileiras. Trabalhos como o de Padilla (2004, 2007) dão conta de que a relação direta entre a imagem da brasileira e o estereótipo da prostituta afetava as experiências quotidianas dessas mulheres. Através de exemplos etnográficos, a autora mostra como estas representações tinham como consequências concretas o contacto com situações de discriminação e assédio sexual. Padilla (2004a, 2005, 2007) procurou ainda discutir o papel das redes sociais e familiares entre estes atores sociais. Para a autora, as relações mantidas dentro destas redes facilitavam a estruturação do projeto migratório através da transmissão de informações e oportunidades no mercado laboral. É de frisar que, para Padilla, homens e mulheres apoiavam-se de formas diferentes nestas redes, as mulheres utilizavam mais as relações familiares e de parentesco e os homens buscavam mais apoio entre amigos e conhecidos. Outros trabalhos como, por exemplo, Pereira (2009) também sublinha ao modo como as brasileiras constroem as suas redes, e como estas reforçam a manutenção dos laços com o lugar de origem e as suas referências regionais.

Seguiram-se ainda trabalhos interessados em compreender e complexificar a experiência destes indivíduos e o contacto com estas representações. Investigações como a de Togni (2008) exploram os paradoxos entre subjetividade e políticas migratórias interseccionando género, nacionalidade e conjugalidade. Num recorte analítico sobre fluxos matrimoniais transnacionais, Togni (2008) discute o crescente aumento das leis restritivas promovidas pelo Estado, nomeadamente, a criminalização dos chamados *casamentos por conveniência* e o que isto significa para as imigrantes em termos de comprovação da validade dos seus relacionamentos. A autora também procura dar relevo à complexidade das representações sobre as mulheres brasileiras, apontando os seus efeitos ao nível dos seus direitos cívicos, na autorrepresentação que as imigrantes fazem de si, e no modo como isso afeta a sua perceção da sociedade de acolhimento. Togni (2008) também buscou refletir sobre os relacionamentos transacionais como produtores de integração e diálogo intercultural, sinalizando alguns paradoxos da avaliação sobre a importância da nacionalidade na relação conjugal, e entre a família da qual agora a imigrante faz parte.

Ainda sobre as investigações que procuram dar conta da complexidade da experiência migratória das brasileiras e entender os sentidos e significados das representa-

ções nas suas vidas, é possível referir a etnografia de Dolabella sobre as trabalhadoras em Casas de Alterne. Em dois trabalhos apresentados (Dolabella 2009e2015), a autora procura mostrar as dinâmicas de sociabilidade produzidas nestes espaços e o modo como podem reconfigurar a maneira como os sujeitos estudados percebem e vivenciam as suas identidades, sobretudo no que diz respeito às ressignificações e objetificações acerca da sexualidade (Dolabella, 2015, p.3) e da própria experiência em si. Destaca-se também a investigação sobre a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português realizada por França (2012). A autora procura mostrar que, embora a presença deste grupo migrante no mercado laboral português se assemelhe aos modelos de integração laboral de outros contextos de diáspora com grande segregação racial e sexual, o imaginário existente sobre as brasileiras aciona mecanismos que acentuam a precarização das oportunidades laborais e a vulnerabilidade das condições de trabalho.

Outros contributos a assinalar são aqueles que procuram compreender, através de uma «arque-genealogia» do imaginário à volta da mulher brasileira, a especificidade deste contexto de diáspora. Gomes (2013), por exemplo, na sua análise das práticas discursivas sobre o signo «Mulher Brasileira», propõe que «Mulher Brasileira» existe enquanto imaginário construído na interseção de raça, género e sexualidade, e no resgate de um imaginário colonial onde as mulheres das ex-colónias são apresentadas como sexualmente disponíveis. Nas palavras da autora, «não sendo substantivo, nem essencial, ‘Mulher Brasileira’ é antes de tudo uma construção social, discursiva e performática, imersa em relações de poder históricas e em modos de subjetivação sempre reconstruídos» (p.6). Ainda para Gomes (2013), este imaginário colonial é reatualizado e ressignificado em várias práticas discursivas, como a comunicação social, de sectores institucionais, e no turismo afetando a experiência das imigrantes. Por fim, a autora interessa-se também pelas formas de resistência e reexistência a esta ordem discursiva. Nesta mesma perspetiva que põe em evidência o resgate de narrativas coloniais, Padilla, Gomes e Fernandes (2010) procuram mostrar o que significa ser mulher brasileira em Portugal considerando as experiências concretas de discriminação e preconceito.

Todos estes trabalhos dialogam com uma discussão mais ampla que procura articular múltiplas categorias de diferenciação às questões de género (Piscitelli, 2008). Desse modo, aquando de análises sobre a experiência de brasileiras em Portugal e de outros contextos de diáspora, deve-se ter em conta a interseccionalidade (Piscitelli, 2008) das noções de género, sexualidade, raça, etnicidade e nacionalidade. Isto porque todo o

imaginário construído acerca da mulher brasileira, que no Brasil teve um papel importante da formulação de uma identidade nacional (Corrêa, 1996; Gomes, 2009) e é reproduzido um pouco por todo o mundo, resgatam estas categorias de diferenciação para compor estes sujeitos como alegres, de uma corporalidade caricata e uma sexualidade exacerbada.³⁶ Sem querer aprofundar aqui esta discussão³⁷, quero apenas dar ao leitor um panorama do que foi discutido sobre mulheres brasileiras em Portugal, na tentativa de fazer compreender o meu ponto de partida. Aqui decidi fazer apenas uma breve explanação porque a minha proposta é, tendo em conta todo este aparato teórico, voltar-me para o modo como as mulheres sujeitos dessa pesquisa constroem suas práticas sociais a partir de uma experiência de vida em Portugal que é atravessada por todo este universo de representações sobre a mulher brasileira.

³⁶ Sobre esta discussão ver, por exemplo, Corrêa (1996), Almeida (2000), Gomes (2009).

³⁷ Em todos estes trabalhos apresentados a questão do imaginário à volta da mulher brasileira e a interseção com as categorias de género, raça, etnicidade e nacionalidade que compõem este imaginário já foi amplamente discutido.

Capítulo III

Fazendo amigos, construindo pertencas.

Neste capítulo direciono a atenção para as relações de amizade, uma importante experiência na trajetória das imigrantes que acompanhei nesta pesquisa. Recorro aqui a esta experiência para demonstrar que estes sujeitos estão, a todo o momento, reelaborando categorias e redefinindo pertencas na tentativa de encontrar um espaço de interlocução em Portugal. Como tentarei mostrar ao longo dos três capítulos etnográficos, este espaço não é uma mera reprodução do que imaginam ser o Brasil, muito menos uma simples assimilação à cultura portuguesa, é antes um mundo pensado e elaborado a partir do embate entre os referenciais trazidos do Brasil e as experiências vividas em Portugal. A particularidade que envolve o deslocamento desses sujeitos, marcada por uma migração relativamente autónoma e alicerçada numa pequena e limitada rede de conhecidos, exige que eles dediquem alguns esforços para construir relações que facilitem a estruturação da sua vida em Portugal. Não podendo depender unicamente de relações anteriores à migração para uma maior e melhor inserção na sociedade de acolhimento, encaram as amizades como um elo entre um lugar que lhe é familiar (o Brasil) e o que desejam construir aqui (em Portugal). Mais do que estabelecer uma rede de contatos, almejam construir fortes laços de amizade porque encaram esta relação como uma ligação afetiva capaz de proporcionar uma sensação de acolhimento e conexão com o mundo à sua volta que justificava a permanência do projeto migratório. No entanto, e como procurarei mostrar, para tornar alguém amigo estabeleciam um sistema de classificação que apelava a marcadores sociais de diferença que acreditavam ser positivos e que as mantinham alheias aos estereótipos. O amigo verdadeiro deveria, portanto, compreender e/ou partilhar algum entendimento sobre as especificidades de ser brasileira em Portugal. Embora esta partilha garanta a aproximação, outros aspetos, como *fazer-se presente* no quotidiano, permitiam que a amizade fosse periodicamente atualizada.

Se os lugares emergem e adquirem significados no contexto da vida social (Olwig, 2007), é também através de laços de amizade que um lugar – enquanto espaço simbólico e de referência identitária – é produzido. Porém, a forma como vivem no dia-a-dia experiências que condicionam o modo de perceber o mundo vivido e nele se posicionar,

estabelecem limites e barreiras que podem em muito afetar uma possível aproximação e/ou a concretização de uma amizade. As expectativas face ao projeto migratório, que passam também pela manipulação da forma como são vistas, percebidas e tratadas, são determinantes no processo de escolha das pessoas a quem se aproximar. Mesmo sendo esta aproximação uma importante etapa na construção de um laço, não é apenas ela que dá a substância necessária para que uma amizade perdure, exige-se, assim, uma série de obrigações de contato, ajuda mútua e solidariedade percebidas como a presença física e virtual capaz de selar uma amizade verdadeira.

1 - A importância de construir relações

1.1 - Encontrar pessoas e estabelecer contatos

Como enunciado na Introdução, à medida em que eu avançava no processo de pesquisa fui «construindo um terreno» (Berg, 2006), que me conduziu para diferentes espaços, tanto físicos como virtuais, sem me ter detido num único grupo ou contexto social. Neste capítulo, onde procuro mostrar a importância das relações de amizade no processo de construção de pertenças, os sujeitos apresentados foram contactados de diferentes formas, momentos e locais. Alguns tive a oportunidade de conhecer num breve período em que trabalhei como voluntária numa associação de apoio a imigrantes, e com eles tive a oportunidade de partilhar alguns momentos fora do ambiente institucional. Outros sujeitos conheci através do Orkut e com eles pude partilhar experiências e opiniões tanto na esfera virtual como fora dela, num encontro que designo por *online* e *offline* respetivamente. Outros ainda foram contactados através das próprias interlocutoras que gentilmente apresentavam-me os seus amigos e convidavam-me a partilhar muitos dos seus momentos de interação.

Embora haja uma heterogeneidade no perfil das pessoas aqui tratadas, é possível referir que boa parte delas se deslocou para Portugal através de uma pequena rede pessoal de migração, ou melhor, sem recorrer a redes profissionais e pagas centrando-se, portanto, em relações sociais de amizade e parentesco (Soares, 2003). Esta característica parece-me bastante significativa para começar a compreender um dado que encontrei no terreno, e que se prende com uma aparente necessidade de alargamento da rede de ami-

zade logo nos primeiros dias de estadia no país de acolhimento. Para a quase a totalidade das mulheres com quem convivi no terreno, a rede inicial era constituída principalmente por colegas de escola/faculdade, vizinhos/as e, em alguns casos, pessoas que conheceram através da Internet. Apesar do projeto migratório raramente ser empreendido de forma totalmente autónoma, ele fazia parte das suas aspirações pessoais relacionadas com uma maior autonomia financeira e/ou emancipação familiar.³⁸ Nesta perspectiva, foram muito poucos os casos que encontrei em que o projeto de mobilidade fazia parte de uma organizada e bem estruturada iniciativa familiar ou de grupo, centrando-se apenas em estabelecer contactos com pessoas conhecidas de outrem ou que não mantiveram no Brasil uma relação de grande proximidade.

Padilla (2007), nas suas reflexões sobre as especificidades de género na experiência de migração de cidadãos brasileiros em Portugal assinala que, de modo semelhante ao que verificou na literatura sobre outras migrações, as mulheres apoiavam-se nas redes de parentesco e familiares, ao contrário dos homens que cultivavam redes de amizades e de conhecidos. No caso dos sujeitos que compuseram a minha pesquisa, a utilização de uma rede familiar deu-se com menor intensidade, pois boa parte delas eram pioneiras no projeto de mobilidade para Portugal. Acrescenta-se a esta experiência o facto de nutrirem expectativas de emancipação familiar e, por isso, almejarem manter-se mais ou menos distante do seu controlo e vigilância. Poucas interlocutoras afirmaram ter em Portugal um familiar, e mesmo quando existia, essa pessoa era alguém com quem tinham pouca proximidade. Isto não quer dizer, porém, que não contaram com o apoio dos parentes próximos no que concerne a indicação de um contato em Portugal. Para algumas houve a possibilidade de contactar um/a colega ou conhecido/a de outrem, mas estes também eram pessoas que nunca tinham feito parte do seu convívio quotidiano ou com quem nunca tiveram fortes laços e/ou afinidades.

Deste modo, mesmo tendo alguns contatos, estes resumiam-se a uma ou duas pessoas conhecidas que ajudaram a organizar a viagem e a prestar algum apoio nos primeiros momentos em Portugal. Poucas contaram com o auxílio financeiro desta pessoa conhecida e, mesmo as que tiveram esta colaboração, firmaram previamente um acordo

³⁸ Este aspeto condiz com uma das características dos fluxos migratórios contemporâneos em que as mulheres não migram apenas por razões económicas ou para acompanhar seus maridos. Outras razões, como a busca por emancipação ou rompimento com estruturas de poder das quais estão imersas no seu lugar de origem, corroboram para que o projeto migratório seja protagonizado por mulheres sozinhas ou como pioneiras em suas famílias. (Mais sobre o assunto ver: Morokvasic, 1984 e Assis, 2003)

de que se trataria de um empréstimo com uma rápida restituição. Grande parte usou recursos próprios – como por exemplo indenizações de trabalho –, alguma ajuda familiar, ou ainda recorreram a cartões de crédito próprios ou de familiares e amigos para pagar as despesas iniciais de passagem e estadia. Um número significativo recorreu à Internet para recolher informações sobre a viagem, os documentos necessários, a possibilidade de emprego e casa. Esta estratégia de buscar na esfera virtual informações possibilitou a algumas mulheres estabelecer algum tipo de contato com as pessoas que posteriormente passaram a integrar a sua rede pessoal após a chegada em Portugal.

Um aspeto muito comum na trajetória de quase todas as mulheres que acompanhei é o fato de não ter sido possível manter a proximidade com este contato inicial, passados alguns meses. Em alguns casos, desavenças motivadas por desacordos financeiros ou de convivência fizeram com que elas procurassem estabelecer novas relações, sendo este facto relatado como uma das principais dificuldades enfrentadas no início da estadia em Portugal. Noutros casos ainda, as expectativas face ao projeto migratório divergiam das aspirações ou modos de vida deste/a amigo/a ou conhecido/a fazendo com que a amizade ficasse abalada ou tivesse algum distanciamento. Não tendo cá uma rede familiar consolidada e ficando privadas do único contato existente, todas elas tiveram que construir e/ou ampliar a sua rede de contatos e amigos.

Assim sendo, quase todas tomaram a seu cargo a responsabilidade de alargar a sua rede de contatos na fase inicial e, posteriormente, construir relações de amizade mais sólidas. Como mostrarei ao longo deste capítulo, todo o processo de constituição de amizade – que aqui apresento como as várias fases da relação, nomeadamente, o contato inicial e aproximação, o estabelecimento de um laço, o rompimento e uma possível reconciliação – é uma rotina que atravessa todo o percurso migratório, embora as experiências vividas e as aspirações condicionem esse mesmo processo. De um modo geral, o contato inicial pode começar em momentos corriqueiros, na *lufa-lufa quotidiana* (Pais, 2010b), o que possibilita, por exemplo, uma conversa sem compromisso no metro que pode levar a uma troca de números de telefone ou à indicação de um sítio na Internet em que sejam frequentadoras assíduas como, por exemplo, no Orkut ou no Facebook. Na maioria dos casos, este tipo de interação em que rapidamente é fornecido um veículo de comunicação dá-se quando o (a) interlocutor (a) é brasileiro (a), pois há uma maior familiaridade com os códigos iniciais de interação. Jaciara, uma cearense residente na linha de Sintra, confessou-me que conheceu muitas das suas amigas ao ouvir o

sotaque brasileiro em locais públicos, e a partir daí com estas tentar manter algum tipo interação. Procurava iniciar uma conversa através do pedido de informação, na maioria das vezes, sobre possíveis locais de trabalho e/ou quartos para arrendar. Tal como ela, outras interlocutoras neste trabalho de pesquisa mostraram utilizar a sua circularidade nos espaços urbanos como ferramenta para otimizar numericamente os seus contatos. Este aspeto sugere, portanto, que as suas relações não ficavam circunscritas aos locais que frequentavam com regularidade por também valorizarem uma pluralidade de pessoas a contactar, potenciando assim o número de espaços em que poderiam passar a frequentar. Em termos simbólicos, esta estratégia transmite a perspectiva, muitas vezes referidas nos nossos diálogos, a estratégia de se mostrar disponível para uma interação no e com o mundo que as cercam, sem que isso signifique o estabelecimento concreto de uma relação de amizade.

Este processo inicial de comunicação e interação é uma prática à qual recorrem continuamente em todas as fases da vida em Portugal, o que revela que estes atores sociais têm bastante interesse em manter relações e combater o que chamam de «isolamento». Para eles, não se mostrar disponível para participar em momentos de interação com pessoas e com os lugares é uma forma de se isolar, e esta prática é vista de modo muito crítico por não se enquadrar no que entendem como um projeto migratório viável. Como não podem contar unicamente com as relações criadas antes da migração, que são bastante limitadas, vão construindo novas redes socorrendo-se da sua própria circularidade por diversos ambientes.

Para além da abordagem direta, pode-se também contactar pessoas por indicação de outrem. Nestes casos, um interlocutor com informações privilegiadas sobre os envolvidos funcionava como o veículo da aproximação. Um dos casos que acompanhei e que considero muito ilustrativo desta situação, foi a aproximação entre Aparecida, Rosana, Anahy³⁹ e Aurora⁴⁰. Rosana conhecia Aurora por intermédio do Orkut e as duas já tinham estado em contato presencial em várias comemorações e reuniões de amigos em comum. Por sua vez, Rosana tinha trabalhado com Aparecida e conseguiram manter alguma proximidade mesmo após rescisão dos seus contratos de trabalho. Mantendo

³⁹ Cidade do estado do Paraná com população estimada em 2016 de 2.908 habitantes. Mais informações em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410105&search=parana|anahy>

⁴⁰ Aurora é uma cidade do estado de Santa Catarina com população estimada em 2016 de 5.681. Para ver detalhes: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420190&search=santa-catarina|aurora>

boas relações com as duas e avaliando que estas poderiam encontrar afinidades, Rosana resolve promover uma reunião de convívio aproveitando para apresentá-las. Nesta ocasião, Aurora levou consigo uma vizinha brasileira chamada Anahy. É importante referir que, no meio ao qual pertencem essas mulheres, é socialmente tolerável essa dinâmica de apresentação, onde os indivíduos se fazem acompanhar por amigos e conhecidos sem necessidade de informar previamente da presença de tal companhia. Nesta ocasião que acompanhei, Aurora não fez grande cerimônia para levar consigo Anahy ao evento promovido por Rosana. E mesmo Rosana não informou as demais sobre quem e quantas pessoas estariam presentes. O encontro foi louvado por todas as participantes que rapidamente trocaram contatos telefônicos e identificaram seus perfis pessoais no Orkut e Facebook. Através dessas esferas de comunicação virtual iniciaram uma aproximação com partilha de fotos do dia do evento e, logo em seguida, marcando outros momentos presenciais de interação.

Embora estes recursos sejam bastante utilizados pela generalidade dos sujeitos dessa pesquisa, foi possível observar que, a exemplo do que aconteceu com este grupo citado acima, havia uma grande valorização da interatividade através da Internet. E neste aspeto o Orkut era um importante veículo para conhecer pessoas. A participação nos fóruns das comunidades oferecia a oportunidade de tirar dúvidas e pedir informações, mas também de desabafar sobre os problemas do quotidiano – principalmente relacionados às experiências de preconceito. Na *Comunidade brasileirinhos*, por exemplo, também surgiam fóruns com intuito de debater notícias e atualidades do Brasil e de Portugal veiculadas nos meios de comunicação dos dois países. A dinâmica consistia num participante publicar uma mensagem que direcionava para a notícia e, posteriormente, os interlocutores interessados no assunto iam proferindo comentários e opiniões. Neste espaço gerava-se longos debates e muitos terminavam sem qualquer consenso, levando a discussões calorosas em que os indivíduos tomavam suas posições. Toda essa interatividade possibilitava que os/as participantes estabelecessem aproximação com outros/as integrantes da comunidade virtual.⁴¹

Mais concretamente, esta aproximação através do Orkut poderia começar de várias formas. Uma delas era através de um mecanismo de interação do *site* em que os

⁴¹ Mais a frente mostrarei como determinadas opiniões, modos de escrita e experiências vividas no Brasil e em Portugal condicionavam a aproximação.

utilizadores poderiam adicionar pessoas ao seu perfil pessoal, sendo classificados pelo próprio Orkut como amigos. Uma vez amigos/as tinham a possibilidade de trocar mensagens privadas, recurso muito utilizado pelas minhas interlocutoras para comentarem assuntos que não tinham interesse em serem visualizados por todos os membros da *comunidade*. Também poderiam acompanhar as informações que eram disponibilizadas pelos amigos em seus perfis e ou nos álbuns de fotografias aproveitando-se de todas as ferramentas oferecidas pelo sítio de Internet. Outra forma de contato e aproximação poderia acontecer nos encontros presenciais organizados pelos/as participantes. Estes momentos, apelidados de *orkontros*, eram também aproveitados para se descobrirem afinidades, mas neste caso, através de um contato *offline*, ou seja, fora do ambiente virtual.

Já as ferramentas de utilização oferecidas pelo Facebook e o modo como as pessoas as utilizavam para interagir dificultava uma aproximação feita a partir deste veículo. O encontro nesta plataforma virtual só era feito a partir de um prévio contacto presencial em que os interlocutores partilhavam seus perfis pessoais. A aproximação e descoberta de afinidades dava-se numa etapa posterior, e através de recursos visuais como a fotografia e os vídeos. Diferentemente dos usos dados ao Orkut, aqui as interlocutoras não iniciavam uma interação à volta de um debate de ideias, sendo este um momento posterior a publicação de fotos, vídeos ou mensagens.

Segundo o que revelaram ao longo da pesquisa, estes novos contatos, quando da fase inicial da migração, foram bastante importantes no suporte da estruturação do projeto migratório, no entanto, desejava-se que fosse estabelecido um vínculo mais duradouro e consistente por entendê-lo como a representação do sucesso da empreitada migratória. Curiosamente, observei que, mesmo com o passar dos anos em Portugal, esta busca por interatividade com novos contatos continuava presente, revelando um dinamismo nas relações tanto em termos de agregação de novas pessoas à rede, como numa não permanência/manutenção dos vínculos anteriormente estabelecidos. Se no início da vida migratória já manifestavam o desejo de manter laços duradouros, questionei porque, ao cabo de vários anos em Portugal, estas mulheres continuavam a procurar novos contatos e conexões? À medida que o meu contato com estas interlocutoras perdurava, foi ficando mais claro que, se as expectativas face ao projeto migratório se vão reestruturando de acordo com as múltiplas experiências vividas, são essas mesmas experiências uma dos catalisadores desse dinamismo. Porém, não são os únicos agentes do

processo, estando também em causa o facto de essas mulheres se depararem com o desafio de não se conseguirem desenvencilhar de certos valores arraigados no processo de socialização no seu país de origem. Foi ficando também mais evidente que, embora estivessem neste constante processo de reavaliação da pertinência e continuidade das suas relações de amizade, estas amizades eram fundamentais para sustentar e dar validade à decisão de se permanecer em Portugal.

1.2 - A importância da amizade

Assis (2003), através da sua leitura sobre as análises que incorporam a perspetiva das redes sociais no processo migratório, tem vindo a sugerir que esta postura analítica contribui para questionar a imagem da migração como um produto de um cálculo racional. Neste sentido, as proposições que se direccionaram para a compreensão do papel das redes sociais abrem caminhos à compreensão da migração como um fenómeno complexo e que envolve dinâmicas sociais, não sendo, por isso, suficientes as explicações que consideram apenas os fatores de atração e repulsão (Tilly, 1990, Massey *et al*, 1987). No caso específico dos trabalhos que se dedicaram ao estudo da imigração brasileira (Padilla, 2004a; Machado, 2004; Assis, 2003; Goza, 2003; Soares, 2003), a abordagem sobre as redes sociais leva-nos a compreender melhor o modo como esta população recorre a esta ferramenta para uma maior e melhor inserção na sociedade de acolhimento, mas também para a manutenção de laços e pertenças ao país de origem. No que concerne a minha prática de pesquisa, o olhar sobre as redes sociais e, mais especificamente sobre as relações de amizade, levou-me a perceber não só o seu papel enquanto suporte na estruturação do projeto migratório, mas também como um elo entre um lugar que lhe é familiar e um outro que se deseja construir em Portugal.

Com o aprofundamento da minha inserção no terreno, fui percebendo que muitas das práticas realizadas no quotidiano estavam envoltas nas relações de amizade, no entanto, as expectativas sobre estas relações iam bem mais além da necessidade de mantê-las para possibilitar uma melhor instrumentalização da vida em Portugal. Ao acompanhar o dia-a-dia de muitas das mulheres com quem mantive interlocução, verifiquei que havia um forte desejo em criar relações, e nelas manter um forte e sólido elo, de forma que pudessem aproximar-se em Portugal de um modelo de vicinalidade que man-

tinham no Brasil.⁴² Esta expectativa afetiva em relação a possíveis amigos surge num contexto em que as mulheres tiveram uma limitada rede de contatos no início da vida migrante, são pioneiras de um percurso migratório na esfera familiar, e que, no momento da pesquisa, se encontravam numa fase em que a vida estava relativamente estruturada, ou seja, a viver um período em que não havia algumas necessidades – muito comuns nos *recém-chegados* – relativas à consolidação de um projeto de mobilidade e organização instrumental da vida pós-migração.

Para grande parte dos sujeitos desta pesquisa, a experiência no momento do nosso contato era de familiaridade com a dinâmica do mercado-de-trabalho português, o que poderia sugerir a pouca necessidade de recorrer periodicamente às suas redes pessoais e de contatos com o intuito de organizar e ampliar seus horizontes profissionais. Naquela altura, muitas mulheres tinham contrato de trabalho firmado o que, mesmo que não lhes garantisse grande estabilidade laboral, permitia-lhes alguma tranquilidade para a renovação da Autorização de Residência (AR) junto do SEF⁴³. Assim sendo, não havia uma grande dependência das redes para a indicação constante de novos trabalhos que oferecessem melhores condições. Já regularizadas, não demonstravam ter grandes

⁴²Reorro aqui ao conceito de vicinalidade presente nos estudos de Webster (2009) e de Pina-Cabral (2014) no qual «descreve a forma como a coabitação enquanto processo constitutivo de pessoas se prolonga temporalmente para momentos mais tardios do ciclo relacional através de formas de agregação que assentam sobre *identidades continuadas* – isto é, sobre a continuação em momentos posteriores da vida familiar das implicações de experiências de intersubjetividade constitutiva.» (Pina-Cabral, 2014, p.23). A partir da experiência de partilha do ambiente e/ou intimidade doméstica os indivíduos se constituem como pessoas e desenvolvem densas e complexas relações de entreajuda também elas fundamentais para a constituição do ser.

⁴³ De acordo com o que acompanhei, uma das principais dificuldades dos imigrantes recém-chegados consiste na aquisição rápida da Autorização de Residência tendo em vista as exigências burocráticas e a necessidade um contrato de trabalho. É importante referir a existência de outras condições para aquisição deste documento garantidas na Lei nº23/2007 de 4 de Julho. Naquela altura e de acordo com o artigo 88º, o cidadão estrangeiro poderia recorrer à AR, em regime de exceção se: 1. Possuísse contrato de trabalho ou mantivesse uma relação laboral comprovada por sindicato, associação com assento no Conselho Constitutivo ou pela Inspeção-Geral do Trabalho 2.Tivesse entrado legalmente em território nacional e assim permanecido 3. Estivesse inscrito ou regularizado na Segurança Social. Aqui muitos brasileiros com quem contactei recorreram à prática dos recibos verdes para se adequar às alíneas do artigo 88º. Porém, esta solução requeria grande esforço financeiro e espera, o que na maioria dos casos não se torna possível para um recém-chegado que necessita pagar com a maior brevidade possível as despesas feitas em Portugal e as deixadas no Brasil. Há ainda outros tipos de Autorização de Residência, como a prevista no artigo 64º relativa ao reagrupamento familiar que exigia vínculo matrimonial com cidadão português. Esta possibilidade, apesar de ser bastante familiar às mulheres com quem contactei, causava-lhes algum receio, principalmente pela dependência que poderia sugerir e os estigmas em volta dos casamentos mistos. Por isso, muitas delas davam preferência em recorrer a AR por contrato de trabalho. No entanto, confrontavam-se com outras dificuldades, muitas delas surgidas num contexto em que grande parte das entidades empregadoras tinham reservas em oferecer contrato de trabalho para garantir a AR temporária. Esta prática consistia em negar emprego aos não regularizados ou mantê-los por um tempo indefinido, que poderia durar anos, sem oferecer os documentos necessários para o trabalhador-migrante entrar com um processo de autorização de residência junto ao SEF.

preocupações com relação à precariedade na situação de estadia em Portugal e mostravam-se confiantes de que, em caso de despedimento, poderiam permanecer no país regularmente até encontrar novo emprego.

Para outras interlocutoras, a vida em Portugal era marcada por um já avançado processo de reestruturação familiar e, tendo constituído família no pós migração significava dividir residência com um companheiro e/ou com os filhos. Este aspeto também sugere uma certa solidez nas condições de residência, não havendo grande necessidade em partilhar casa com pessoas que não as da família nuclear. As constantes mudanças também já não faziam parte das suas vidas naquele período, o que permitia um certo à vontade com o local de residência e com o quotidiano da vizinhança. Uma experiência que me foi muito relatada foi o facto de, nos períodos iniciais, terem necessitado de partilhar casa com pessoas que pouco ou nada conheciam. Esta situação causava-lhes grandes incómodos, principalmente em relação à falta de privacidade e aos conflitos surgidos durante a convivência com pessoas relativamente estranhas. Não necessitar mais de recorrer a esta experiência de residência era constantemente avaliado como as conquistas que conseguiram em Portugal. Desde modo, a necessidade de buscar periodicamente informações sobre possíveis locais de residência não fazia mais parte das suas realidades, o que também significava uma menor necessidade de recorrer às redes pessoais e de amizade para resolver questões de estadia.

Este cenário, marcado por mulheres com alguma familiaridade com as dinâmicas sociais inerentes à sociedade portuguesa e ao quotidiano migrante, sugeria-me que a grande valorização de uma rede de contactos e a expectativa em daí constituir uma relação de amizade, não abrangia apenas a necessidade de estruturação do projeto migratório. A certeza de que era possível pensar noutras expectativas adicionais veio quando comecei a perceber que a maneira como vivenciavam estas relações implicava uma grande entrega emocional, indicando que havia um desejo em constituir estas relações a partir da doação e receção de afeto. Vale a pena destacar que não estou a sugerir que a manutenção de redes sociais direcionadas para a facilitação do quotidiano dispensam a dedicação de afeto, apenas sublinho que, entre as mulheres com quem convivi, a dimensão afetiva era tão valorizada como outros benefícios instrumentais que poderiam ser disponibilizados pelos integrantes das redes.

Neste sentido, é possível dizer que, a partir do contato com pessoas nos diferentes ambientes em que circulavam, esperavam construir uma relação de amizade. No

entanto, a exemplo do que testemunhou Sobral (1999), fui percebendo que apesar da palavra «amigo» envolver um amplo quadro de vivências sociais, estas mulheres também estabeleciam fronteiras entre o que entendiam ser os *amigos verdadeiros* e os «*relacionamentos mais difusos ou calculados*» (Sobral, 1999, p.256). Os amigos ocasionais, apesar de estarem presentes em várias experiências quotidianas – principalmente na transmissão de informações – assumiam um protagonismo bem menor na vida e nas aspirações destas interlocutoras. Por outro lado, ter um amigo de verdade era esperado, desejado e de tal modo importante que, sem eles, viver em Portugal poderia deixar de fazer sentido.

Mudar de país é muito mais do que uma mudança geográfica, é também confrontar-se com diferentes valores, modos de vida e visões de mundo. Ao se deparar com este novo cenário, o migrante é levado também a reelaborar as suas percepções sobre tudo o que o rodeia, e a procurar reposicionar-se no mundo compreendendo o seu papel e seu lugar neste mundo. Ao alterar a história das suas relações com as pessoas e com os lugares, inevitavelmente o migrante é levado a reelaborar a compreensão que faz de si, dos «outros» e do mundo do qual agora faz parte. No caso dos indivíduos acompanhados nesta pesquisa, que chegaram relativamente sozinhas e que passaram a contactar com diferentes perspectivas – inclusive do que é o Brasil e quem são e o que fazem os brasileiros – a vida em Portugal só vai ganhando sentido na medida em que se entrelaçam pessoas e se reconstrói as relações afetivas. Portanto, essas migrantes, para dar sentido às suas vidas dentro de todo esse processo de mudança e de novas relações com o mundo e com as pessoas, precisavam construir toda uma rede que, para além da ajuda na estruturação do projeto migratório, serviria para que se sentissem afetivamente acolhidas e conectadas. Longe do Brasil, colocavam grandes expectativas nas pessoas com quem se relacionavam porque esperavam ter uma conexão afetiva muito semelhante à que tinham no país de origem e, deste modo, que conseguiriam criar em Portugal um lugar no qual se identificassem e ao qual se sentissem pertencentes.

O quotidiano dessas mulheres no Brasil era marcado por relações de solidariedade e entreajuda mantidas com uma rede alargada de parentes, amigos e vizinhos. Segundo Luz (2010), as políticas sociais brasileiras voltadas para a proteção das famílias são ainda insuficientes e, perante a incapacidade do Estado em suprir tais necessidades, os familiares desenvolvem várias estratégias de troca e ajuda mútua. Por isso, não é raro uma dinâmica familiar onde, por exemplo, os avós têm um papel importante

no auxílio financeiro dos casais, principalmente, quando da existência de filhos (Luz, 2010). Ainda de acordo com os dados apresentados pela autora, a situação de coabitação permanente é algo bastante presente no contexto brasileiro, principalmente nas camadas populares, onde os jovens prolongam a vida adulta na casa dos pais, mesmo após a constituição de família.

Neste sentido, para as minhas interlocutoras, as relações de mutualidade eram estabelecidas entre pessoas com as quais tinham acesso à rotina e ao ambiente doméstico. Parentes consanguíneos, vizinhos e afins eram envolvidos em diárias manifestações de entreatura nas quais a partilha do cotidiano doméstico consistia numa experiência fundamental para a consolidação de laços. Concretamente, o transitar diário entre casas, não necessariamente para fins de dormida, era uma prática comum e determinante para solidificação dos afetos, bem como, a superação de dificuldades inerentes a uma fraca política de bem-estar social. Tal como acontecia com a sociedade Chope (Webster, 2009) a formação das relações vicinais não necessitava de rígidas definições espaciais, mas de uma relação de lealdade para com os outros membros. No caso da experiência dessas interlocutoras, pessoas residentes em diferentes casas, bairros e até localidades poderiam partilhar o cotidiano através de visitas diárias, almoços, jantares e, de modo esporádico, pernoitar na casa umas das outras. Porém, os laços sanguíneos não tinham uma importância tão primordial como no caso africano estudado por Webster (2009). A associação era feita tanto entre a descendência agnática como, por exemplo, entre vizinhos e amigos de escola/faculdade e, às vezes, tendo uma relação de maior proximidade com não parentes consanguíneos.

Pina-Cabral e Silva (2013), através de um estudo etnográfico no nordeste brasileiro propõem que, no contexto das classes populares do Baixo-Sul da Bahia, a casa é a unidade familiar corpórea por excelência, mas é percebida como dependente da relação entre as pessoas (Pina-Cabral, 2014). As vicinalidades, imersas no seio dessas unidades domésticas ligadas à conjugalidade de um casal, surgem a partir da constituição de laços de amizade baseados na «consideração» (Pina-Cabral, 2014). Através das práticas de entreatura, solidariedade e lealdade entre todos os que partilham o cotidiano nestas casas é que surgem as relações e podem ser prolongadas ao longo do tempo. Apesar desta percepção sobre as relações vicinais tratar de um contexto específico, com suas particularidades e singularidades inerentes ao contexto baiano, é possível dizer que encontrei entre as minhas interlocutoras relatos semelhante de vivência vicinal. A parti-

lha do quotidiano entre casas e os laços que surgem a partir das relações de entreajuda, e eram relatadas como experiências marcantes nas suas vidas.

Portanto, a partir destes aspetos vivenciados no país de origem, estavam sempre a refletir sobre a vida em Portugal, referindo sentirem falta de relações que envolvessem este grau de proximidade e ligação afetiva. Este assunto voltava sempre às nossas conversas, principalmente, quando abordavam a necessidade de apoio emocional, encarada como uma das dificuldades acrescidas da vida migrante. Não ter com quem conversar, dividir angústias, medos e insegurança era uma das muitas queixas relatadas, e muitas vezes motivos de reflexão sobre a pertinência em continuar em Portugal. Mesmo para as que mantinham cá relações conjugais e com filhos, era comum o relato sobre a incapacidade do marido e de seus familiares de entender as especificidades dos problemas que elas viviam enquanto brasileiras em Portugal.

Neste sentido, a expectativa em ter amigos tinha muito a ver com a necessidade de conquistar empatia e partilhar os problemas inerentes a sua condição de mulher e brasileira. Ao contrário do que acontecia no Brasil - onde, através de um conjunto sistemático de disposições incorporadas (Bourdieu, 2004a), as percepções sociais e distintivas sobre quem é e quem não é cidadão nacional estão na esfera do indiscutível (Sobral, 2007) ou, como refere Billig (1995), estão de tal modo incorporadas no quotidiano que são lembradas através do esquecimento – em Portugal estas interlocutoras são diariamente confrontadas com o facto de serem não-nacionais. A leitura, nem sempre positiva, que faziam a respeito da experiência de ser uma «não-nacional», muitas vezes, assumia uma forte centralidade no seu quotidiano, tendo implicações na maneira como se percebiam a si e aos portugueses. Do ponto de vista prático, a exigência de passar por um rigoroso sistema burocrático – sistema este nem sempre eficiente e objetivo – a frustração por não conseguir galgar determinadas funções e/ou profissões no mercado de trabalho português, por exemplo, fazia com que se sentissem preteridas e menos valorizadas face a um cidadão português. Do ponto de vista das fronteiras simbólicas, o sentir-se alvo de estereótipo era encarado por elas como o maior e principal problema enfrentado. Como apontou Padilla (2007), os brasileiros gozam em Portugal de uma etnicidade própria, ou seja, são facilmente reconhecidos e este reconhecimento tem por base a atribuição de características que permeiam o imaginário português sobre quem são e como se comportam os brasileiros. Portanto, estabelecer fortes relações de amizade era encarado como uma possibilidade de sentir, de alguma forma, o que chamo de

Portugal como um lar. Lar entendido aqui não como um espaço físico, mas como um espaço na esfera do imaginário que remete para a sensação de acolhimento, afeto e segurança. Construir amizades, portanto, implica sentir-se menos estrangeiro, ou melhor, mais acolhido e munido de alguma segurança. A isto Giddens chama a «segurança ontológica», a confiança que a maior parte dos seres humanos tem na continuidade da sua identidade pessoal e naquilo que rodeia sua ação (Giddens, 1990). Essa segurança encontra-se profundamente articulada com a existência de uma vida quotidiana previsível, repleta de hábitos e rotinas que têm subjacentes temporalidades nacionais situadas num espaço concebido como nacional (Skey, 2011). Uma segurança que neste caso implica um conforto emocional, uma certeza de que não se está sozinho e que se pode contar com alguém num momento de necessidade. Por outro lado, este conforto emocional tem a ver também com as expectativas de se familiarizar com o país, com seus hábitos e, principalmente, com o facto de ser um não-nacional e todas as dificuldades e barreiras – reais e simbólicas – que esta condição pode implicar.

Um outro aspeto que pode se mencionar é que as amizades vão dando significado à própria experiência de viver em Portugal. Nas muitas conversas que eu ia tendo com Rosana sobre a sua experiência no país, era recorrente chegarmos a assuntos que tinham a ver com as suas relações de amizade. Quando narrava determinados acontecimentos da sua vida em Portugal, Rosana remetia quase sempre para experiências vividas com amigos. Às vezes falávamos das experiências em determinado emprego e Rosana remetia-se a alguém: «quando eu trabalhava naquela empresa eu ainda tinha contato com Fulana». Ou então, quando o assunto era algum momento de lazer, dizia: «quando viajei tal dia para o Porto eu ainda tinha muito contato com Sicrano». Por mais que isso pareça uma tentativa de se localizar no tempo, era interessante observar como para Rosana a lembrança de diferentes experiências em Portugal eram elaboradas a partir das relações de amizades feitas e/ou desfeitas no pós-migração. O tempo e as experiências eram rememorados seguindo não um sistema de contagem dos dias ou dos anos, mas através de diferentes acontecimentos que envolviam as suas relações de amizade.

Aos poucos fui percebendo que este recurso de ativação da memória através das experiências vividas com os amigos estava intimamente relacionado com o papel das amizades na reelaboração das expectativas face à empreitada migratória. Isto foi ficando ainda mais claro numa outra conversa que tive com Rosana. Ao descrever uma das suas

amigas, Rosana frisou que esta tinha poucos amigos e seguiu com um questionamento sobre a validade do seu projeto migratório. Ela parecia não compreender o porquê de sua amiga continuar imigrada, pois acreditava não fazer sentido algum continuar em Portugal sem manter boas relações com um contingente maior pessoas. Para Rosana, e para quase todas as minhas interlocutoras, o sucesso e a continuidade da estadia fora do seu país de origem dependia também da capacidade de construir relações. Nesta lógica, para permanecer é preciso criar vínculos, e os amigos funcionavam como um dos veículos de ligação ao país de acolhimento, um sinal de que viver em Portugal continuaria a fazer sentido.

Por outro lado, como tentarei mostrar neste trabalho, há uma grande expectativa em romper com a invisibilidade, ou melhor, ter as suas particularidades reconhecida pelas pessoas com quem convivem. Para Luiz Eduardo Soares *et al* (2005), uma das maneiras mais eficazes de transformar alguém invisível é «projetar sobre ela um estigma, um preconceito. [...] O preconceito provoca invisibilidade na medida que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata» (Soares *et al*, 2005, p. 175-176). No caso dessas interlocutoras, por se sentirem bastante incomodadas com os estereótipos relacionados com a hipersexualização da mulher brasileira, elaboravam diferentes estratégias na expectativa de reconhecimento de si enquanto indivíduo singular e não limitado aos estereótipos em torno de sua nacionalidade ou da sua condição de imigrante. Como parte dessas estratégias, as relações de amizades precisavam de ser bastante estruturadas e calculadas porque se transformavam em espaços simbólicos onde seria possível o reconhecimento das suas qualidades particulares e do seu afastamento em relação a imagens estereotipadas.

Um outro aspeto a ter em conta era o grande desconforto com a possibilidade de se sentirem *estrangeiras*. Utilizo aqui a categoria *estrangeiras* como sinónimo do que para estas interlocutoras é a condição de se permanecer isolada, com limitadas ferramentas e/ou capacidades de se adaptar às adversidades inerentes à vida de imigrante. Esta condição de isolamento vai desde as dificuldades em resolver problemas práticos do quotidiano como, por exemplo, informações sobre documentação a apresentar no SEF, ao esforço de combater a solidão. Neste caso, ter relações de amizade é entendido como uma conquista, uma forma de dar visibilidade à sua capacidade de transformar uma experiência que outrora se iniciou de forma solitária. Permanecer sozinha em Portugal é, para elas, desprestigiante. Indica ausência de conquistas e dificuldade em adap-

tar-se à vida fora do seu país de origem. É permanecer estrangeira, ou melhor, isolada e sem a possibilidade de aproveitar minimamente a experiência em Portugal, experiência esta que pode iniciar-se sozinha, mas não se deve permanecer nesta condição.

2 - O processo de constituição da amizade

Jandira e Madalena conheceram-se através da comunidade «Brasileirinhos» suportada no Orkut. Participantes ativas no site, conheceram-se neste contexto e aproximaram-se por partilharem na comunidade uma série de experiências similares. Oriundas do mesmo estado no Brasil, moravam na região metropolitana de Lisboa. Apesar de este fator ser relevante, outros aspetos eram levados em conta e, no caso delas, experiências familiares semelhantes eram entendidas como uma das principais afinidades que as aproximaram. Relataram-me terem maridos machistas⁴⁴ e viverem conflitos com a família destes companheiros. Para elas, ter maridos machistas significava que estes não se mostravam disponíveis para ajudar nas atividades domésticas e boa parte das decisões eram tomadas de forma unilateral. Como a vida pessoal era um assunto bastante abordado nos fóruns, acredito ter sido num destes momentos de interação que começaram a notar que tinham estas experiências em comum.

A prática de marcar encontros presenciais entre participantes era muito comum, alguns deles envolvendo pessoas residentes em diferentes cidades portuguesas. Madalena e Jandira conheceram-se pessoalmente num desses «orkontros»⁴⁵ e, a partir daí, resolveram utilizar uma das ferramentas do site para ter acesso às informações dos seus perfis⁴⁶. O contato passou a ser periódico e as conversas sobre as suas relações familiares mais frequentes.

Madalena era casada com um cidadão português que conheceu em Portugal e Jandira com um brasileiro que conheceu quando ainda morava no Brasil. Mesmo de origens diferentes, diziam-me que eram bastante parecidos, principalmente no que concerne a percepção sobre o papel da mulher nos afazeres domésticos. Madalena trabalhava fora

⁴⁴ Esta era a expressão utilizadas por elas quando me descreviam os seus maridos.

⁴⁵ Uma categoria nativa que se refere aos momentos de interação fora do ambiente virtual entre os utilizadores do Orkut. Mais à frente procuro explicar como aconteciam entre os participantes da «Brasileirinhos» e a sua dinâmica.

⁴⁶ O site proporcionava uma ferramenta em que os utilizadores poderiam ter acesso ao perfil das pessoas a quem solicitavam pedidos de amizade. Uma vez amigos, era possível ter acesso às fotos partilhadas nas páginas pessoais, a informações no perfil, envio de mensagens privadas e públicas, dentre outros aspetos. Mais à frente retornarei a esta ferramenta com mais detalhes.

e Jandira estava naquela altura em casa, porém as duas partilhavam o facto de serem elas a suportar quase todas as atividades que envolvessem a organização e gestão do lar. Os maridos também eram bastante restritivos em relação às amizades e tentavam limitar as pessoas com quem elas faziam contato. As duas vivenciavam conflitos com as sogras, estando Madalena mais vulnerável naquela altura devido à proximidade física com a família do marido. Jandira, por ter sogra a viver no Brasil e já ter cortado relações com esta, vivia apenas com as suas memórias de tempos em que tinha uma conturbada relação familiar.

O Orkut foi a ferramenta que as aproximou, mas foi também através deste site que romperam definitivamente a relação de amizade. Numa discussão dentro deste espaço⁴⁷, encontraram divergências que entenderem ser determinantes para justificar o afastamento. Acreditando que apesar das afinidades, as expectativas face à vida em Portugal e o modo como cada uma decidia interagir com brasileiros e portugueses afastavam-nas, e entenderam que aquele laço já não era forte o suficiente para se manter. Este processo de rompimento foi permeado por um grande desgaste emocional das duas partes e os maridos tiveram um papel importante na concretização do fim. Ambos, embora com argumentos diferentes, convenceram-nas de que o afastamento era o melhor a fazer. Por um lado, um deles estava sempre a sugerir as diferenças culturais, de postura e interação em Portugal entre as duas e, por outro, havia um constante questionamento sobre a real necessidade desta amizade e o que de facto ganhavam em continuar amigas.

(Trecho do Diário de Campo, 10/09/2014)

Esta interação de Jandira e Madalena é bem emblemática do que acompanhei no terreno, principalmente, em relação ao dinamismo dos processos de constituição da amizade, aqui entendidos como todas as etapas pelas quais passa a relação e que abrangem a aproximação, a concretização de um laço, o rompimento/distanciamento e uma nova aproximação e/ou reaproximação. Sendo o percurso migratório uma experiência vivida de modo intersubjetivo e, portanto, mediada e construída na interação com outras pessoas, estes atores sociais procuravam manter relações e dar-lhes substância para que o seu projeto de vida e permanência em Portugal continuasse a fazer sentido. Através das experiências vividas com amigos, procuravam construir uma conexão com o país em que vivem, mas também com o país de origem, transformando esta conexão numa importante ferramenta de reelaboração de pertenças. Ao mesmo tempo que procuravam encontrar um espaço de interlocução em Portugal capaz de propiciar uma ligação com o

⁴⁷ Volto a referir com mais detalhes sobre esta discussão ao longo desta tese.

país, reelaboravam suas percepções sobre o país de origem e reestabeleciam uma nova relação com este.

Socorrendo-se de uma dinâmica em que o tempo para elevar um indivíduo à categoria amigo é variável – a depender do que e com quem se convive – esta relação passava por um criterioso processo de aproximação e só se mantinha caso fossem cumpridas variadas obrigações e expectativas. Embora bastante desejadas, estas relações eram construídas e mantidas no meio de embates entre os referenciais trazidos do Brasil e as experiências vividas em Portugal. Os critérios de constituição das amizades levavam em conta não apenas as similitudes inerentes aos marcadores nacionais, mas também outros referenciais ligados a condição de se ser mulher e brasileira em Portugal. Neste sentido, a aproximação de Jandira e Madalena é um dos muitos exemplos de como, para os sujeitos desta pesquisa, a permanência em Portugal dependia da capacidade de entrelaçar pessoas nas suas vidas, mas as expectativas criadas antes e ao longo da trajetória migratória condicionavam de quem se aproximar e a intensidade e duração dos laços. No momento em que se conheceram e se aproximaram, as duas não viviam uma perspectiva de retorno próximo ao Brasil por nutrirem o desejo de manter as suas relações amorosas. Jandira dizia ter tido muitas dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de sociabilidade no país, mas o marido, com quem tinha tido pouco tempo de vida matrimonial no Brasil, tinha tido uma boa experiência e não tencionava retornar num futuro próximo ao seu país de origem. Já Madalena, que no início de sua estadia não tinha conseguido um trabalho condizente com suas habilitações literárias, passava por um momento de transição profissional, mas vivia a expectativa de ter o primeiro relacionamento estável no pós-migração. Querendo viver esta relação e manter-se próxima do parceiro, não considerava voltar ao Brasil. Em comum, Jandira e Madalena tinham o facto de, naquele momento, sentirem a necessidade de ter outros elos para além dos construídos com os seus maridos por entenderem que, uma vez que pretendiam permanecer em Portugal, precisavam ter pessoas com quem pudessem partilhar todas as experiências de viver no país. No caso delas, estas experiências estavam, necessariamente, ligadas à condição de ser mulher e imigrante num mundo marcado por assimetrias de género e de condição social.

Ângela Torresan (2006), no seu trabalho sobre o significado das relações de amizade para um grupo de imigrantes brasileiros de classe média, sugere a existência do processo de *objetificação cultural*. Ou seja, a transformação dos traços pessoais de cada

um em símbolos de nacionalidade. A necessidade de estabelecer distinções entre as categorias *brasileiro* e *português* era o motor dessa transformação que convertia gestos e características pessoais em artefactos culturais. A autora esclarece que estas categorias eram construídas a partir de características culturais essencialistas com base em estereótipos reelaborados e resignificados a partir de imagens construídas ao longo das relações coloniais e pós-coloniais entre Brasil e Portugal. No que se refere à possibilidade de empreender uma relação de amizade com um cidadão português, utilizava-se o discurso da exceção, ou seja, encarando que os «amigos de verdade» eram exceções à regra que estabelecia a diferença e, portanto, não eram de fato «tipicamente» português (Torresan, 2006, p.199). O amigo português era aquele que conhecia outros lugares e, principalmente, o Brasil e que, aos olhos desse imigrante, estava mais aberto a outras culturas e diferentes modos de ser. Por outro lado, manter estas amizades e poder estabelecer uma relação de proximidade, ajudava-os a construir uma identidade de imigrantes brasileiros de classe média em Portugal. Quem conseguia estabelecer esta relação estava propenso a estar «mais à vontade» em Portugal (Torresan, 2006, p. 213), ou seja, mais familiarizados com os códigos culturais e de etiqueta do país, otimizando, portanto, a sua experiência e a expectativa de manter o estatuto de classe média em Portugal. No que concerne à manutenção de amizade com brasileiros, havia uma expectativa entre os imigrantes de que a relação pudesse ser suficientemente forte para suportar a instabilidade da vida migrante. Dentro das aspirações em torno da amizade, os imigrantes procuravam simetrias nos valores e símbolos de classe. Ter amigos com qualificações literárias e algum capital material poderia assegurar a manutenção do estatuto de classe média no Brasil e, ao mesmo tempo, em Portugal.

Se olharmos os trabalhos de Ângela Torresan (2004; 2006) a partir da proposta de Richard Jenkins (1996) sobre identidade social, é possível reconhecermos que tanto portugueses como imigrantes brasileiros estão num jogo sistemático de estabelecimento e significação de relações de similaridade e diferenciação. Para Jenkins (1996), similaridades e diferenças são os princípios dinâmicos da identidade. Portanto, o que estes atores sociais estão tentando fazer é localizar o «outro» dentro do seu mapa social que procura reconhecer quem é o outro e, ao mesmo tempo, encontrar algum sentido de quem eles próprios são. Para que as relações de amizades possam ser viabilizadas, tanto portugueses como brasileiros procuram localizar o outro em termos de uma pretensa similaridade. O ideal da exceção de Torresan (2004; 2006) pode ser entendido como a

busca de encontrar no «outro» similaridades que proporcione uma relação de amizade dentro de um ambiente de interação do qual o indivíduo se sente mais confortável. Ao mesmo tempo, estabelecem-se limites de identificação: aproximam-se dos que são semelhantes e afastam-se dos que se mostram diferentes. No caso dos imigrantes brasileiros pesquisados pela autora, os requisitos para uma íntima relação de amizade só eram possíveis se se encontrassem similaridades no âmbito das emoções e dentro de um quadro de valores e símbolos entendidos como de um mesmo estrato social. Interessados em manter em Portugal o mesmo estatuto que tinham no Brasil, reconheciam que só conseguiam construir uma relação íntima de amizade com aqueles com quem encontravam alguma similaridade emocional e de classe.

De acordo com o que acompanhei no terreno, o processo de *objetificação cultural* aparecia de modo mais evidente na fase inicial da relação. Porém, outros fatores emergiam influenciando de maneira decisiva a aproximação, e aqui destaco a capacidade de mostrar empatia com um conjunto de situações e/ou experiências vividas. Como viviam no quotidiano diversas experiências particulares da condição de mulher e brasileira, o que assumia grande protagonismo nas suas vidas, esperava-se que o interlocutor mostrasse algum domínio sobre a sua realidade e especificidade de género e nacionalidade e estivesse disposto a compreender as diferentes reações e posturas adotadas em cada situação vivida. Portanto, o que poderia sustentar esta relação inicial era a capacidade de partilhar ou mostrar-se empático com um conjunto de situações ou experiências vividas. E aqui, a condição de mulher, brasileira e trabalhadora-imigrante era determinante neste processo de entendimento mútuo, sendo esta sinergia afetada periodicamente pela especificidade do que cada uma vivia em Portugal e por valores trazidos do Brasil e ressignificados cá.

Jandira e Madalena, por exemplo, enfatizavam que a aproximação e a posterior concretização de uma relação de amizade foram facilitadas pelo facto de partilharem e se mostrarem empáticas com os problemas familiares e as dificuldades enfrentadas dentro e fora do ambiente doméstico. O que as aproximou e ligou foi poderem falar e partilhar sobre como se sentiam sobrecarregadas por se esforçarem diariamente para uma melhor inserção no mercado de trabalho português - lidando periodicamente com preconceitos e discriminações - e, ao mesmo tempo, terem que assumir sozinhas as atividades domésticas. Embora constantemente avaliassem negativamente as discrepâncias na divisão das tarefas que afetavam as suas relações familiares, partilhavam de uma perce-

ção sobre a estruturação familiar onde a mulher deve ser a responsável pela organização do lar. Este modo de compreender o mundo doméstico foi fundamental para que pudessem iniciar a aproximação, pois sinalizavam valores que as duas achavam importantes e que traziam bastante solidificados das suas experiências familiares no país de origem. Tanto uma como a outra vinham de uma realidade familiar em que os afazeres domésticos eram ensinados desde cedo às mulheres e esta divisão do trabalho era indiscutível e intransponível. Sendo valores tão fortemente arraigados, o contato com um interlocutor que os partilhe e, ao mesmo tempo, vivencie os mesmos problemas domésticos, era um ponto decisivo no estabelecimento de uma amizade.

Vale a pena referir que esta necessidade de partilha de experiências e visões de mundo era fundamental em todo o processo de constituição de amizade, mas outros fatores eram necessários para dar substância a estas relações fazendo-a durar ao longo do tempo. Como procurarei explicar mais a frente, manter contato diário, tanto virtual como presencialmente, era um marcador fundamental na tão sonhada concretização de um laço. Funcionando de modo interdependente, esta estratégia – que aqui chamo de *fazer-se presente* – é quem garantia que se continuasse a partilhar estas experiências e modos de apreensão do mundo.

Um aspeto a assinalar é que desejavam partilhar com o seu interlocutor de um conjunto de respostas às diferentes representações sobre ser mulher, trabalhadora-imigrante e brasileira. Na avaliação delas, eram estas respostas que iam facilitar uma maior inserção e melhor aceitação no mundo português. O estigma relacionado com a hipersexualização da mulher brasileira, encarado como principal obstáculo enfrentado, tinha papel importante na maneira de perceber e comportar-se no mundo. A sua presença no mercado-de-trabalho e na sociedade portuguesa, marcada por um maior contato e menor capacidade de reação a possíveis preconceitos, era um dos principais motores que justificavam estas múltiplas respostas que precisavam recorrer no quotidiano. Vivendo periódicas experiências em que estes preconceitos e discriminações se manifestavam de diferentes formas e intensidade, apelavam a outros marcadores sociais de diferença – que não apenas de nacionalidade – para marcar o seu distanciamento em relação aos estereótipos atribuídos às brasileiras. Consequentemente, estabeleciam fronteiras sociais que, por sua vez, eram determinantes no processo de escolha de amigos. Isto sugere, portanto, que o mapa social que estes indivíduos utilizavam para localizar os seus interlocutores não se restringia a marcadores construídos em torno das percepções

sobre características de pertencimento nacional, mas também a outras ferramentas de classificação como género, classe, raça, grau de escolaridade e modos de utilização da língua portuguesa.

Mesmo quando estavam em causa marcadores nacionais de diferença, os símbolos e/ou expressões reivindicadas para si ou atribuídas a outrem eram reelaborados e, nem sempre, correspondiam ao que hegemonicamente se atribui a brasileiros e a portugueses. Portanto, o que entendiam ser «tipicamente» brasileiro ou português poderia ser de alguma forma negociado.⁴⁸ De modo distinto ao que foi identificado por Machado (2007, 2009) entre os seus interlocutores no Porto, aqui diferentes imagens essencializadas eram utilizadas pelos sujeitos como formas de autorrepresentação, não necessariamente procurando reforçar sempre os estereótipos atribuídos aos brasileiros. Este aspeto era particularmente significativo quando refletiam sobre a simpatia e alegria, tidas como características – mesmo entre o universo português – do povo brasileiro. Boa parte das vezes assumiam controlar e/ou adaptar estas características conforme entendiam ser a postura a adotar nos diversos ambientes em que circulavam. Para elas, nem sempre ser identificada como alegre e simpática era algo desejado, principalmente em diversas situações em que interagiam diretamente com portugueses. Uma constante apreensão de viverem situações de discriminação levava-as a compreender que, em algumas situações, demonstrar muita simpatia poderia associá-las aos estigmas da hipersexualização. Deste modo, os amigos deveriam conseguir entender e partilhar estas respostas ao que era vivido por elas enquanto mulheres brasileiras em Portugal. Como procurarei mostrar na secção seguinte, a todo momento, e mesmo dentro das relações de intimidade, as experiências de ser brasileira não eram dissociadas das experiências de ser mulher, num processo em que identidade de género e identidade nacional se cruzam e são periodicamente reformuladas.

Ao condicionarem as relações à ideia de partilha e empatia, limitavam bastante o entrelaçamento com pessoas com as quais sentiam não haver sintonia em termos de experiência vivida, expectativas face ao projeto migratório e perceção sobre o que é ser brasileira em Portugal. Neste sentido, envolver no seu círculo de relações homens portugueses e brasileiros, mulheres portuguesas e cidadãos/as de outras nacionalidades era algo bastante distante das suas realidades, o que dificultava ainda mais as pessoas com

⁴⁸ No capítulo a seguir, mostrarei como estes atores sociais procuram negociar determinados marcadores de diferença, como é o caso dos códigos de comunicação e linguagem.

quem conseguiriam manter uma forte ligação afetiva. Como tentarei abordar mais adiante, os amigos precisavam, pelo menos, de compreender e mostrarem-se solidários com as dificuldades e vicissitudes que viviam no cotidiano.

2.1 - A experiência de ser mulher e brasileira na constituição de uma relação de amizade

No decorrer de toda a minha incursão no terreno fui percebendo que sempre que iniciava uma aproximação informando de imediato o meu interesse acadêmico sobre suas experiências em Portugal havia uma resposta positiva, solícita, mas que em boa parte das vezes não passava de algumas entrevistas e conversas. Como o meu interesse sempre foi o de acompanhar o cotidiano, as entrevistas, embora muito importantes, não me garantiam o acompanhamento de determinadas experiências que só a presença na intimidade me daria acesso. Já tendo vivenciado esta particularidade do campo aquando da tese de mestrado, rapidamente percebi que a minha abordagem teria de ser diferente, mesmo que sempre deixasse claro o meu interesse de pesquisa. Por isso, para ter acesso a uma parte das suas vidas privadas, predispus-me a aceitar as regras que estabeleciam para uma aproximação. Para isso, precisei entender este ideal de partilha como um ponto fulcral que poderia permitir estreitar o nosso contato e estabelecer uma relação entendida como amizade. É claro que a minha condição de brasileira foi bastante importante porque conhecia muito dos códigos de aproximação e iniciação de uma conversa, mas eu só consegui passar ao ambiente privado das mulheres nos casos em que consegui aprovação em seus critérios de aproximação. E aqui o processo de classificação dos sujeitos assumia muitas características e *nuances* em que se recorria a diferentes marcadores para assinalar diferenças e semelhanças que condicionavam a amizade.

Para quase todas as mulheres com quem mantive um diálogo e que se transformaram em sujeitos dessa pesquisa, a experiência vivida em Portugal não estava dissociada dos preconceitos sofridos a partir dos estereótipos da hipersexualização. Este aspeto assumia grande protagonismo nas suas vidas, principalmente para as que estavam mais suscetíveis de sofrer discriminação e com menos mecanismos de reação. Mesmo para as que tinham mais recursos para ficarem afastadas de situações de precon-

ceito, estes estereótipos tinham grande repercussão em suas vidas. Marília, uma produtora de eventos com bastante reconhecimento no país, por exemplo, referiu-me numa entrevista do seu desconforto com a existência de situações, no ambiente de trabalho e fora dele, em que se deparou com estes estereótipos de hipersexualização. Referia que embora não tenha tido experiências concretas de discriminação, citando a dificuldade em alugar casa como um exemplo concreto, acreditava que a sua mãe poderia facilmente viver esta experiência negativa. Por isso, é possível dizer aqui que o modo como apreendem o mundo era bastante ditado pelas respostas a estes estereótipos e, consequentemente, a maneira de envolver pessoas nas suas vidas estava necessariamente implicada neste processo.

Havia entre todas estas mulheres com quem contactei um grande receio em serem associadas à prostituição ou vistas como mulheres sexualmente disponíveis. Este receio era, em grande parte, justificado pelas experiências de discriminação com que tiveram contato, mas também por estar relacionado com as suas perceções sobre o modo como a sexualidade feminina deveria ser vivenciada. Por isso, sentiam-se obrigadas a estar em contante negação dos estereótipos através da demarcação de seu distanciamento, não o questionando enquanto essencialização, mas vendo-o como prática discriminatória da qual não querem estar pessoalmente imbricadas. Como o que estava em causa era este distanciamento e a recusa de comparações, eram restritivas na escolha a quem se aproximar e manter uma relação de amizade. Procuravam afastar-se de pessoas que pudessem reforçar imagens que para si depunham contra a mulher brasileira e buscavam proximidade com quem valorizasse aspetos cotados por elas como positivos. Deste modo, aproximavam-se e afastavam-se dos sujeitos a partir de categorizações pensadas e criadas com alguma ambiguidade, mas a partir do posicionamento que gostariam de ter em Portugal. Uma das suas maiores preocupações era com o modo como eram percebidas nos diversos ambientes em que circulavam e, por isto, estavam sempre a avaliar o que ou quem poderia comprometer a boa impressão que gostariam de passar aos seus interlocutores. Periodicamente construía as suas próprias leituras sobre o universo do qual estavam agora imersas e posicionavam-se conforme entendiam ser potencializador de uma melhoria do seu estatuto social.

Uma das formas de resposta que encontraram a estes anseios era assumir uma postura de controlo sobre os corpos, a sexualidade e a autonomia feminina, utilizando para tal ferramentas como a fofoca, os comentários críticos e o distanciamento de pes-

soas que se encontravam discordância. Uma prática bastante comum era os discursos de desaprovação, principalmente, em relação as mulheres que desenvolvem profissionalmente atividades sexuais ou que, na avaliação delas, demonstravam estar sexualmente disponíveis. A atribuição de culpa era outro recurso utilizado escolhendo como alvo preferencial estes sujeitos. Através do recurso discursivo «*as que dão motivos*» – em referência ao estereótipo das brasileiras em Portugal – iam estabelecendo critérios de distinção entre as mulheres. Por isso, procuravam estabelecer um código de comportamento moral, corporal e sexual que, de acordo com a sua avaliação, faria com que não fossem alvo de estigmas e, conseqüentemente, não fossem catalogadas dentro do seu universo de relações como «*uma brasileira a dar motivos*». Dentro desse código está, por exemplo, o controlo das expressões faciais como o sorriso, o controlo do andar e a preferência por roupas que não marquem os contornos corporais. É claro há uma negociação tanto do código como das prerrogativas existentes nele, mas esta negociação não anula a ideia de que o corpo feminino deve ser controlado e/ou controlar-se.

Um exemplo bem ilustrativo deste aspeto aconteceu com Adelândia⁴⁹. Psicóloga, trabalhava numa clínica em que grande parte dos colegas de trabalho eram portugueses, mas recentemente havia chegado do Brasil uma antiga colega de faculdade que indicou para completar o quadro de funcionários da empresa. No início procurou ambientar a colega, ajudar na adaptação ao trabalho e ao país, mas com o tempo percebeu que não poderia levar adiante a amizade. Ao contar-me toda a situação, ela dizia que o que impossibilitava continuar próxima da colega e manter com ela uma significativa relação de amizade era a sua maneira de se portar no ambiente de trabalho e fora dele. Para Adelândia, era importante que se mantivesse uma postura mais séria, com menos sorrisos e brincadeiras, principalmente porque elas eram brasileiras. De acordo com a sua avaliação, a maneira mais informal de lidar com os pacientes e colegas de trabalho era reprovável, pois poderia provocar comentários e insinuações sobre a sua seriedade, e assim comprometer a imagem pessoal, mas também profissional das duas. Entendia que, sendo elas brasileiras, deveriam ter muito mais cuidado com a postura corporal e de comportamento porque, estando mais vulneráveis a estigmas do que as

⁴⁹ Aqui uso Adelândia como pseudónimo para esta interlocutora, mas trata-se de uma cidade do Estado de Goiás. Adelândia tem população estimada em 2016 de 2.561 habitantes. Para mais informações ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520015&search=goias|adelandia>

outras colegas de trabalho, poderiam sofrer problemas e constrangimentos. Adelândia também acreditava que esta companheira de profissão não se vestia adequadamente, usava constantemente roupas curtas e coladas ao corpo. Sentindo que continuar esta relação de amizade poderia interferir na sua imagem, Adelândia decidiu afastar-se, abdicando da companhia da colega dentro e fora do ambiente profissional.

Situação semelhante aconteceu também com Catarina, uma cearense a residir em Portugal desde 2006. Quando chegou para trabalhar como rececionista de um hotel, foi muito bem recebida por uma colega portuguesa e o bom acolhimento fez com que ensaiassem uma aproximação. Com um tempo, Catarina apercebeu-se de que havia alguns comentários dentro da empresa de que a colega não era fiel ao marido, traindo-o com clientes e colegas de trabalho. Temerosa, procurou confirmar a veracidade dos factos e chegou a conclusão que deveria afastar-se, encerrando qualquer possibilidade de construir uma relação de amizade. Entendia que sendo brasileira as comparações com a colega seriam muito mais prejudiciais a si e isto lhe poderia trazer sérios problemas, inclusive, uma ameaça à continuidade do seu posto de trabalho.

As situações vividas por Adelândia e Catarina são bem ilustrativas de como as mulheres que acompanhei moldavam as suas relações através de um código de conduta onde acreditavam que, embora não as protegendo de viver situações de preconceito, pelo menos, não reforçava estereótipos. Mesmo entendendo que todas as mulheres deveriam manter postura moral, sexual e corporal controlada, acreditavam que as brasileiras em Portugal precisavam estar muito mais atentas, principalmente para não ter contato com os estereótipos que dão conta de uma suposta hipersexualidade. Este aspeto está muito associado à uma expectativa em distanciar-se de uma possível ideia preconcebida acreditando, assim, garantir-lhes uma ascensão de estatuto social. Neste sentido, o reconhecimento da sua diferença e/ou distância das imagens estereotipadas da mulher brasileira em Portugal são um dos principais motores que regem as suas relações, afastando-se ou aproximando-se de pessoas na medida em que estas expectativas surgem e passam a fazer sentido na sua trajetória em Portugal. É possível que noutros contextos as relações pudessem ter continuidade mesmo aquando da existência dessas desconexões, no entanto, numa realidade onde as respostas aos estereótipos se transformam em plataforma de apreensão do mundo, esta falta de sintonia torna-se condição essencial para efetivar uma relação de amizade.

Estes critérios de constituição das relações eram construídos no meio do embate entre e as visões de mundo que emergem de memórias vividas ou advindas do passado e às experiências vividas no decorrer do percurso migratório. Deste modo, a experiência de ser mulher, brasileira e estar em Portugal em interseção com as percepções sobre os papéis de género construídas ao longo da história pessoal de cada uma tinha um papel bastante determinante nos critérios de escolha de um amigo/a, no grau de intensidade da relação e na possibilidade de continuidade da amizade.

Ao procurar entender um pouco o percurso biográfico destes sujeitos, foi possível perceber que eram oriundas de contextos sociais onde a autonomia, a liberdade e a sexualidade feminina eram de alguma forma reguladas, tendo muitas delas vivido situações de grande controlo por parte da família e do meio em que viviam. Embora alegassem variadas motivações que justificavam a decisão de imigrar, tinham em comum, aquando da saída do Brasil, uma necessidade de romper com imposições e controlos nas escolhas profissionais, afetivas e/ou no campo da sexualidade. Este aspeto ficava muito claro quando relatavam os conflitos familiares vividos na fase anterior à viagem e a possibilidade dada pela distância de uma menor regulação da sua vida e das suas escolhas. Rosana, por exemplo, falou-me da interferência do pai na escolha dos namorados e de como viver fora possibilitava uma maior liberdade de escolha e, principalmente, em manter relacionamentos sem compromisso. Tal como esta interlocutora, outras mulheres chegaram a referir o seu desconforto com estas imposições da família ou do meio em que viviam, tornando-se um ponto decisivo na decisão de migrar para Portugal.

Paradoxalmente, embora tivessem vivenciado estes conflitos e ressaltassem a possibilidade de viver aqui uma maior liberdade de escolha – especialmente na esfera afetiva e sexual – no campo das suas relações com as pessoas em Portugal resgatavam e resignificavam valores que outrora negaram. Paradoxo semelhante era encontrado na maneira como pensavam Brasil e Portugal. O seu país de origem era percebido enquanto espaço de maior afetividade, contacto físico e, em alguns momentos, sugerindo haver uma maior liberdade no campo sexual, mesmo que a sua experiência pessoal mostrasse o contrário. Já as percepções em torno do povo brasileiro, e das mulheres em particular, estavam sempre ligadas a um ideal de simpatia, amabilidade e sensualidade. E aqui era bastante curioso o modo como essas mulheres iam construindo e reelaborando as suas visões sobre estes dois povos. Ao mesmo tempo que recorriam a um imaginário social que apela a imagens essencializadas sobre o povo brasileiro para reforçar a sua diferen-

ça em relação ao povo português, opunham-se a determinadas percepções criadas a partir desse mesmo imaginário, estabelecendo daí os seus critérios de aproximação. De modo mais específico, o ideal de simpatia e alegria (Machado, 2007; Padilla, 2007) e os estereótipos historicamente construídos em torno de uma hipersexualização (Gomes, 2013, Padilla *et al*, 2010) poderiam tanto servi-lhes de afirmação de uma identidade brasileira como um recurso para estabelecer critérios de diferenciação condicionantes de suas relações de amizade. Como já abordado num outro trabalho (Fernandes, 2008), as diferentes experiências vividas é que iam determinado quando e como este imaginário era utilizado.

No que concerne às relações, a simpatia e alegria nem sempre eram encaradas como marcador positivo e capaz de sustentar uma aproximação. No caso de Adelândia, por exemplo, o que entendia ser excesso de simpatia depunha negativamente para a colega e inviabilizava uma possível relação de amizade contínua. Por outro lado, tudo que para elas era interpretado como uma justificativa para sofrerem com estigmas relacionados com a prostituição deveria ser negado e mantido à distância. Assim, iam construindo não só um código de conduta brasileira como elaborando suas percepções sobre o que seria para os portugueses uma conduta socialmente aprovável.

Além dessa compreensão sobre a postura corporal e de comportamento determinar os critérios de aproximação, outros aspetos como o grau de compreensão sobre as dificuldades enfrentadas por uma brasileira em Portugal são muito valorizados. Mais uma vez, o depoimento de Catarina é bem ilustrativo desta necessidade de compreensão das particularidades inerentes à experiência de ser brasileira em Portugal. Por várias vezes, contou-me situações em que sentia dificuldade em manter uma relação de maior proximidade com os colegas de trabalho portugueses por acreditar que estes não compreendiam as dificuldades que enfrentava no quotidiano. Para ela, o trabalho com atendimento ao público que exercia oferecia-lhe muito mais dificuldades, sendo a sua condição de mulher e brasileira um dos principais entraves no trato diário com clientes. Acreditava que, ao exigir-lhe mais simpatia e informalidade, o chefe e os colegas portugueses não eram sensíveis aos possíveis preconceitos que ela pudesse vir a sofrer. Já tendo vivido situações de maus tratos por parte dos clientes e encarando-as como discriminação devido à sua nacionalidade, dizia sentir-se incompreendida pelos colegas e, consequentemente, incapaz de manter com eles uma relação em que pudesse partilhar experiências e receber palavras de apoio e motivação.

O facto de nem todas as pessoas com quem conviviam entenderem as dificuldades enfrentadas por uma brasileira no quotidiano, limitava ainda mais o universo de pessoas com quem poderiam manter uma aproximação e posterior relação de amizade. Por isso, para além do cuidado com quem poderia comprometer a sua imagem pública, a capacidade de compreensão e respeito aos inconvenientes sofridos era bastante valorizada. E aqui, a dificuldade de envolver nas suas relações pessoas que não mulheres, brasileiras e que partilhassem a mesma expectativa face ao estatuto social era um entrave adicional à constituição e duração de uma amizade. A experiência de género em interceção com a experiência de ser quotidianamente lembrada da sua origem nacional era determinante no campo das relações como em todo o percurso da vida em Portugal.

2.2 - Outras relações e a escolha de uma amizade

Semelhante ao que aconteceu com Jandira e Madalena, Anahy e Aurora também se aproximaram por partilharem muitas afinidades no que toca a experiência de ser mulher, estar em Portugal, serem casadas, morarem próximas e serem oriundas da mesma região no Brasil. Morando no mesmo prédio, aproximaram-se e passaram a frequentar a casa uma da outra. Jantares, almoços, programas em comum faziam com que pudesse surgir daí um elo. No entanto, tal como Jandira e Madalena, também foram descobrindo que tinham expectativas diferentes em Portugal, mas a decisão de se afastarem definitivamente envolveu os seus companheiros. Nos diversos encontros em casal, havia uma certa animosidade entre Anahy e o marido de Aurora, tornando os momentos de convívio bastante tensos. Alegando motivos profissionais, Aurora buscou afastar-se imediatamente após uma viagem em que ficou mais latente o conflito entre a colega e o marido.

De acordo com o que fui observando, os companheiros tinham um papel muito determinante na decisão de quem se torna amigo/a e/ou se mantém uma relação de amizade. Ora agindo como mediadores ora como catalisadores dos conflitos, eles tinham bastante influência na concretização e duração das relações. Sendo o processo de constituição das amizades muito dependente das expectativas criadas ao longo do percurso migratório e estas expectativas intimamente ligas às experiências vividas, manter relações afetivas, seja com homens brasileiros ou portugueses, tinha um papel muito determinante nas aspirações e, consequentemente, nas relações de amizade. Para as que tinham um companheiro português, por exemplo, o receio de que pudessem ser vistas

por ele ou pelos seus familiares e amigos como uma «*brasileira que dava motivos*» era bastante presente, levando-as a procurar manter contato com pessoas que estivessem de acordo com as perceções e visões do mundo do seu companheiro e do grupo social do qual ele fazia parte. Este era o caso de Catarina, que tendo um marido muito reservado, evitava conhecer pessoalmente os amigos virtuais com quem contactava na Internet, mesmo que encontrasse com estes muitas afinidades. Admitindo que ela própria gostava de sair à noite e frequentar discotecas que tocassem música brasileira, evitava manter contato com pessoas que tinham este hábito, pois o ambiente era do desagrado do marido por ele acreditar que estes espaços eram frequentados por pessoas que tinham uma conduta moral reprovável. A exemplo de Catarina, boa parte das mulheres com quem contactei consideravam que ser brasileira já é em si uma característica que depõem contra elas e por isso entendiam que para ter maior interlocução no mundo português do qual estavam imersas necessitavam seguir um código de conduta e postura moral que as tornasse mais próximas do que entendiam ser valorizado em Portugal. Neste sentido, frequentar as mesmas festas e ambientes de brasileiras que poderiam reforçar ou validar os estereótipos era algo a rejeitar como forma de evitar qualquer comparação por parte do grupo em que agora faziam parte.

Para além deste aspeto ligado à tentativa de afastamento dos estereótipos da hipersexualização, observei que as aproximações, bem como, os afastamentos ou desligamentos acabavam por se concretizar de acordo com outros marcadores de diferença apontados pelos maridos. Jussara, por exemplo, numa das nossas conversas contou-me que o marido a tinha questionado sobre a necessidade de manter a relação com uma das suas amigas. Enumerando todas as pessoas que compunham o grupo das suas relações, o companheiro procurava fazer com que ela avaliasse o que de bom poderia tirar dessas amizades e sugeria comparar com esta amiga em particular.⁵⁰ Para ele, estando esta amiga a trabalhar desde que chegou em Portugal em empregos que exigiam pouca formação académica, não tendo ela muitas habilitações literárias e vivendo com alguns problemas financeiros que não permitia que elas frequentassem juntas determinados espaços em Lisboa, manterem-se próximas não fazia qualquer sentido. À medida que o meu terreno se prolongava, comecei a notar algum afastamento e quando dei o terreno por finalizado as duas mulheres mantinham-se cada vez mais desligadas.

⁵⁰ Foi curioso observar o meu nome ter sido citado, referindo ao facto de eu estar a estudar e este aspeto ser positivamente avaliado por ele.

Nesta perspectiva de procurar este outro espaço de interlocução buscando aproximar-se do que acreditavam ser valorizado em Portugal, recorriam a critérios de diferenciação a partir de gostos e hábitos que sugerem um pertencimento de classe ou manutenção de estatuto social. E aqui chamo a atenção para os diferentes usos e significações da palavra imigrante. De acordo com que observei, havia uma grande ambiguidade em relação à utilização do termo e mesmo que algumas interlocutoras recorressem à palavra para justificar o resultado de determinadas situações a que estavam sujeitas – como as dificuldades encontradas no contato com instituições públicas portuguesas⁵¹ e com o consulado brasileiro – na maioria das vezes viver como imigrante era pejorativamente avaliado. O sentido negativo dado ao termo estava diretamente associado a uma ideia de não-prosperidade, que não necessariamente tinha a ver com os ganhos financeiros, mas com a incapacidade de conseguir uma maior e melhor interlocução no mundo português. No entanto, esta interlocução, por vezes, implicava um distanciamento do que entendiam ser hábitos e valores característicos dos imigrantes laborais. Neste sentido, viver em Portugal por um período prolongado e não conseguir empregos com melhor remuneração, não dar continuidade à sua formação escolar/acadêmica e frequentar determinados locais associados a população imigrante, como bares e dispositivos de lazer, eram exemplos desta incapacidade de prosperar numa maior interlocução com o mundo português. Deste modo, uma pessoa com vida de imigrante – entendido aqui como alguém com estatuto social e capital financeiro, escolar e cultural aquém dos cidadãos portugueses – não era a mais indicada para se manter uma relação de amizade. O marido, sendo ele português, estava melhor habilitado para sugerir quem conseguia esta aproximação ao que entendiam ser uma vida em Portugal ao fim de algum tempo de residência no país.

No caso da relação entre Jandira e Madalena apresentada anteriormente, num dos momentos em que as duas estavam em conflito, o marido desta chegou a questionar a necessidade de manter tal amizade. Segundo ele, Jandira, apesar dos oito anos a viver em Portugal, nunca tinham conseguido alugar uma casa maior do que um T0, frequentar restaurantes que não de comida brasileira e conviver com pessoas que não outros imigrantes na mesma situação. Já no caso Anahy e Aurora, embora não estando em causa a desvalorização da vida imigrante, esta diferenciação era ressaltada tendo em vista os valores e hábitos enaltecidos pelo marido de Aurora. Segundo o que Anahy me deixou

⁵¹ Neste aspeto as idas ao SEF eram descritas sempre como uma das dificuldades em ser imigrante.

transparecer, o marido de Aurora estava sempre a enfatizar o seu gosto por música clássica, arte e decoração que não fazia parte do universo dela e do marido. Já Aurora, embora nunca tenha deixado claro a que diferenças se referia, confessou-me haver algum estranhamento de valores e hábitos entre o marido e Anahy.

Portanto, as relações de amizade eram também mediadas por outras relações mantidas em Portugal. O modo como, por exemplo, maridos e familiares percebiam a sua condição de brasileira e se posicionavam num universo de estereótipos e estigmas era muito determinante na escolha de quem se aproximar e/ou permanecer amigo. As expectativas face ao projeto migratório, que são sempre (re)elaboradas a partir das experiências vividas relacionalmente, completavam o dinamismo do processo de envolver pessoas e com elas manter um laço.

2.3 - Outros critérios de classificação dos sujeitos

Como apresentado acima, o modo como minhas interlocutoras lidavam com os estereótipos da hipersexualização condicionava a maneira de se posicionarem no mundo e construírem as suas relações. Porém, outras experiências ajudavam a compor o panorama de classificação dos sujeitos que determinava com quem se poderia manter uma aproximação. Havia entre essas mulheres uma expectativa de mobilidade social diretamente relacionada com baixo estatuto que acreditavam possuir no país. Ao se depararem com o facto de que ser brasileira é um marcador de identidade nacional, mas também de classe, precisavam entender e responder a outras formas de classificação, já que estavam a vivenciar um momento em que a sociedade portuguesa presenciava uma mudança de perfil no fluxo migratório de brasileiros e reelaborava as suas categorizações. Neste aspeto, as suas projeções sobre o que supostamente pensa a sociedade portuguesa e a inserção dada ao Brasil e aos brasileiros neste ambiente eram elementos fundamentais na construção das expectativas e, consequentemente, no modo como envolviam pessoas em suas vidas.

Diferente dos indivíduos estudados por Torresan (2004; 2006) que aspiravam a manutenção de um estatuto de classe média no Brasil e construíam as suas relações a partir desse dado, aqui desejava-se ascender socialmente no país de que agora almejavam fazer parte. Aspirações condicionadas na intersecção entre o presente e uma projeção sobre o futuro no país de acolhimento. Deste modo, os sujeitos da pesquisa aqui

apresentada não necessariamente viam os amigos como facilitadores do processo de manutenção de um estatuto de classe – como acontecia com os de Torresan – mas como pessoas com quem poderiam partilhar um conjunto de respostas às diferentes experiências de ser mulher, trabalhadora-imigrante e brasileira. Se as expectativas eram construídas com base nas projeções feitas sobre o que pensa a sociedade portuguesa, as respostas que gostariam de dar neste universo eram pensadas a partir dessas projeções mas condicionadas pelos valores e perceções de mundo que traziam consigo.

Para clarificar melhor esse dado, recorro, mais uma vez, à relação de Jandira e Madalena⁵². Um dos aspetos principais que ditou o afastamento das duas teve a ver com as divergências com que encaravam a relação com o mundo português mas, implicitamente, esteve também em causa a capacidade que cada uma tinha de lidar e responder aos marcadores que condicionam o pertencimento a um determinado estrato social. Embora da mesma cidade, as duas tinham tido um percurso biográfico distinto, reflexo dos diferentes acessos a bens e serviços de infraestrutura urbana, como também, aos díspares contactos com infraestrutura escolar e bens culturais. Neste sentido, a trajetória pessoal de cada uma, que num momento inicial não impediu a aproximação, com o passar do tempo foi fulcral para o distanciamento por ditar diferentes modos de interlocução na e com a sociedade portuguesa.

Numa das nossas muitas conversas, Madalena refletia sobre a sua experiência em Portugal ressaltando o seu pouco contato com situações de preconceito. Quando a questioneei sobre o que teria levado a essa experiência contou-me uma história que teria vivido com uma amiga logo no início de sua trajetória no país. Na ocasião as duas não tinham ainda autorização de residência, mas foram apanhadas numa *operação stop* levando a apreensão do carro que conduziam. Mesmo em situação irregular, Madalena disse ter conversado com o agente policial conseguindo contornar a situação para que não fossem prejudicadas quanto à condição de residência no país. Acreditava que a sua capacidade de diálogo e argumentação foram determinantes neste processo, sendo a situação ilustrativa da sua habilidade para a interação com os portugueses de modo a evitar constrangimentos. Na sua avaliação, o seu modo de se expressar, argumentar e

⁵² Como apresentado na página 77, Jandira e Madalena conheceram-se através dos fóruns de discussão da *comunidade brasileiro* e, ao perceberem algumas similaridades nas experiências em que viviam, nomeadamente, na esfera familiar e doméstica, iniciaram uma aproximação. Conseguiram manter por algum tempo uma grande proximidade, mas divergências quanto às expectativas face ao projeto migratório e às relações mantidas em Portugal, levaram-nas a um rompimento.

utilizar uma linguagem clara e sem erros gramaticais a distinguia de outras brasileiras, incluindo Jandira, possibilitando-a assim de manter uma maior aproximação com portugueses. Ao acompanhar todo o processo de desentendimento e afastamento, ouvi por diversas vezes Madalena questionar-se sobre o que a relação de amizade com Jandira traria de bom. Para aquela interlocutora, a ex-amiga não conseguia manter com ela um diálogo sobre todos os assuntos de seu interesse e não tinham a mesma capacidade de interação com os portugueses que acreditava ser fundamental para continuar no país.

Como Jandira e Madalena estavam frequentemente conectadas à *comunidade brasileirinhos*, eram personagens bastante conhecidas no meio. Jandira, ainda mais que Madalena, estava sempre envolvida em discussões e debates e, em muitas ocasiões, ouvi e li comentários sobre a sua dificuldade de utilização da norma culta em língua portuguesa. Como no Orkut a comunicação baseava-se na escrita, vi várias vezes ser corrigida e criticada por um suposto mau uso gramatical. Noutros encontros presenciais em que participei com membros do grupo, ouvi várias referências sobre a sua dificuldade de expressão e incapacidade de compreensão e interpretação de texto. A recorrência de críticas, por vezes em tom de escárnio noutras através de comentários mais contidos, levavam-me a constatar que a ausência de Jandira em determinados encontros revelava fronteiras simbólicas construídas para marcar distanciamento entre os participantes.

Com o aprofundar da pesquisa fui observando que não só Jandira como outras participantes eram duramente criticadas pelo seu modo de escrita e utilização da língua através da fala. Quando comecei a conhecer pessoalmente muitos integrantes da comunidade e a participar em eventos e reuniões percebi que as relações de proximidade surgidas a partir do Orkut atendiam a esta esfera de diferenciação, sendo muito rara a presença num mesmo encontro de pessoas que davam diferentes usos à língua na sua forma oral. Aos poucos fui-me questionando se os convites que recebia para participar em momentos de convívio não estavam necessariamente conectados com o modo como eu própria era posicionada no mapa social dos participantes. Com algumas integrantes eu consegui rapidamente manter uma aproximação e era prontamente convidada a participar de reuniões e eventos. Com outras sentia que ficavam pouco à vontade e, por vezes, recebiam com surpresa a minha tentativa de manter algum diálogo e aproximação. Este aspeto ficou bastante claro quando, numa conversa presencial com algumas participantes, alguém dizia-se surpresa pela minha iniciativa em promover aquele encontro. Acreditava, ao que todas as presentes concordaram, ser inusitado eu querer manter numa

aproximação com uma pessoa como ela que, na sua avaliação, não sabia expressar-se tão bem como eu. Nesta ocasião me levaram a entender que o meu modo de falar e escrever no Orkut, testemunhado naquela ocasião, denunciava uma apropriação de um capital simbólico que o título académico me conferia e que me distinguia das presentes no encontro. Naquele grupo de utilizadoras do Orkut, o uso oral da língua era um recurso utilizado para estabelecer fronteiras e, com isto, definir as relações de amizade.

Ora, sendo o domínio da norma culta na escrita em língua portuguesa um conceito subjetivo porque os intervenientes não estão sempre a utilizar a totalidade das regras de ortografia e morfossintaxe nas suas intervenções, era curioso ver como as minhas interlocutoras iam construindo as suas categorizações a partir de um conceito próprio do que é falar e escrever corretamente. Ao transformarem este conceito num marcador de diferenciação, recorriam ao mesmo tempo às suas perceções sobre os recursos linguísticos que supostamente garantem prestígio no Brasil e em Portugal. Era uma estratégia de diferenciação que recorria aos referenciais trazidos consigo de uso e apropriação da língua para atender às suas expectativas de interlocução com o mundo português.

A maior parte das críticas que eu testemunhava tinha a ver com dificuldades de concordância verbal e nominal, o embaraço com os plurais e desconformidades com as regras de ortografia, levando-me a perceber que estes eram os principais critérios de diferenciação e classificação dos sujeitos. Para uma parte das interlocutoras que contactei através do Orkut, a adequação à norma culta feita nestes moldes era encarada como facilitadora da sua interlocução com o mundo português e aqueles que não conseguiam tal interlocução deveriam ser afastados do seu convívio diário. Para as restantes que não tinham o domínio ou não estavam dispostas a seguir tal padrão havia um reconhecimento mútuo desse critério de diferenciação que também regulava as suas relações de amizade.

Bourdieu (2008), nas suas reflexões sobre a economia das trocas linguísticas, encara também aqui a existência de relações de poder simbólico, sendo também neste espaço que se atualizam as relações de força entre os interlocutores de uma mesma língua. Para o autor, o Estado, através das suas instituições oficiais como a escola, tem um papel fundamental na criação de um mercado linguístico unificado onde a «língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente mediadas» (Bourdieu, 2008, p.32). As relações sociais entre os indivíduos é que dita-

rão as capacidades de adequação de cada um dentro desse mercado linguístico, conferindo distinção àqueles que conseguem aproximar-se da língua padrão. Portanto, o conhecimento e o reconhecimento de práticas linguísticas legitimadas dentro deste mercado linguístico levam o interlocutor a acumular um lucro simbólico capaz de lhe oferecer distinção. Embora em Portugal as condições socioeconómicas dessas participantes do Orkut obedecessem a um mesmo padrão, elas vinham de múltiplas experiências no campo escolar, em muitos casos marcadas por um ensino público primário deficiente no Brasil. Por outro lado, como sugere o linguista Marcos Bagno no livro *Preconceito Linguístico: o que é e como se faz* (Bagno, 2007), no Brasil a variante da língua portuguesa falada por estratos privilegiados da população é possuidora de grande prestígio em detrimento de outras variantes faladas por parcela mais pobre e à margem dos grandes centros urbanos e intelectuais. Apesar destas mulheres não virem de estratos sociais e intelectualmente privilegiados, partilhavam desse reconhecimento mútuo do caráter distintivo da língua, ditando as suas relações com base em pressupostos distintivos quanto a aplicação de algumas regras de ortografia e morfossintaxe.

No que se refere ao ensino do português no Brasil, Bagno (2003, 2007) acredita que ainda persiste a utilização da norma linguística de Portugal, apontando para a existência de um imaginário de que apenas os portugueses falam corretamente a língua. Embora a linguagem seja exatamente um dos pontos onde se consolidam os conflitos quotidianos vividos por estas mulheres⁵³, esse imaginário era resignificado de modo a elaborarem diferentes modos de interlocução em Portugal. Neste momento cabe esclarecer que não se trata de uma mera reprodução das regras gramaticais de Portugal, mas a adesão a determinados pressupostos que entendem conferir distinção a uma brasileira em Portugal. Desde modo, recorrem aos seus referenciais linguísticos brasileiros e às suas apreensões sobre a utilização da língua em Portugal para estabelecer com quem podem manter uma aproximação efetiva que possibilite uma amizade.

3 - Relações de alteridade e de autoridade

⁵³ Trabalharei este aspeto modo mais detalhado no capítulo que falo sobre as transformações na fala.

Ontem participei num encontro presencial, marcado através da Internet, com quatro de minhas interlocutoras: Rosana, Anahy, Aurora e Aparecida. Também esteve presente Marcos, um membro ativo da comunidade do Orkut. Apesar de não conhecer todas as participantes do grupo, Marcos estava presente nesta ocasião a convite de Aurora, mas ninguém mostrou qualquer tipo de objeção.

(...)

Por escolha delas, marcamos num Snack-bar localizado numa das praias de Cascais. Conhecido por ser um local de moradia de determinada elite portuguesa, Cascais situa-se a cerca de 30 minutos de Lisboa. Duas das participantes moram neste concelho.

(...)

Depois de algumas horas de conversa, aproximou-se da mesa um amigo de Rosana. Era Pedro, um senhor português e aparentava ter uma idade um pouco superior do que a do grupo. Sentou-se à mesa e em poucos minutos notava-se um certo constrangimento, as outras interlocutoras pareciam pouco à vontade com a sua presença. Ele tentava interagir, falava sobre o que conhecia do Brasil: a alegria, o pagode e as praias. Ressaltava também que as brasileiras eram mais carinhosas e amorosas. O silêncio agora contrastava cada vez mais com o barulho e as risadas de poucos minutos atrás. Era claro o quanto pouco à vontade elas se sentiram com a conversa realizada pelo amigo de Rosana...

Diário de Campo 15/01/10

Trago aqui este trecho do diário de campo para ilustrar um pouco as relações de alteridade e o modo como a aproximação é periodicamente posta em causa no meio dos conflitos e dilemas vividos na interação do quotidiano. Boa parte das mulheres que acompanhei - como também era o caso das presentes no relato acima - costumava marcar muitos encontros presenciais para selar a aproximação, buscando dar substância a possíveis relações de amizade. A presença nestes momentos de convívio de pessoas desconhecidas era bastante habitual, embora muitas vezes fossem marcados por uma forte tensão entre os convidados impedindo, assim, que mantivessem qualquer expectativa de continuar o contato. No caso desta situação descrita, que é bastante ilustrativa das tensões que podem emergir na relação direta com portugueses, o desconforto com a presença de Pedro foi aumentando conforme não reconheciam no seu interlocutor similitudes capazes de selar uma aproximação. Ao mesmo tempo, o modo como Pedro entrara na conversa acionou determinados conflitos que experienciavam no quotidiano e do qual procuravam afastar-se. Portanto, a leitura que faziam dos dois homens presentes

e a localização de cada um num determinado mapa social que as situava sobre quem eram e o que queriam daquele encontro, foram fundamentais para as distintas reações que tiveram na ocasião.

Antes de explicar mais aprofundadamente sobre a situação, é importante apresentar os dois homens presentes no *Snack-bar*. Como referi no relato, Marcos era brasileiro e um assíduo membro da comunidade do Orkut. Nascido no estado da Bahia, Marcos já residia há alguns anos em Portugal e tinha uma rede familiar já estabelecida. Dentre as presentes, Aurora era a única que naquele momento mantinha uma maior proximidade com Marcos; no entanto, tanto eu como Rosana o conhecíamos através do Orkut, mas não havia uma proximidade para além da esfera virtual. As outras duas participantes, por não estarem conectadas a este *site*, não o conheciam nem virtualmente e nem pessoalmente. Marcos era conhecido nesta *comunidade* virtual por suas opiniões mais ponderadas sobre o Brasil, os/as brasileiros/as Portugal e os/as portugueses/as. Optando por expor as suas ideias de maneira cautelosa, evitava sempre discussões mais acaloradas. Apesar da diversidade de participantes neste espaço *online*, havia uma implícita valorização das pessoas que evitavam, de acordo com a expressão utilizada no ambiente, «*fazer generalizações*». Esta expressão, bastante utilizada naquele contexto como postura a ser evitada, significava uma tentativa de não reduzir todo o universo de portugueses e de brasileiros a determinadas categorias e estereótipos. Marcos era um dos participantes que reconhecidamente adotava esta postura e por isso gozava de algum prestígio entre os/as participantes mais assíduos/as.

Apesar do conhecimento sobre a pessoa de Marcos ser limitado, a sua localização dentro de um mapa social do qual partilhavam e recorriam para situar seus interlocutores foi feita através de pequenas informações que tinham disponíveis. O prestígio que ele gozava dentro do espaço virtual foi uma das garantias para que a sua presença no encontro não fosse questionada. Mas só isto não era suficiente para que a interação tivesse sucesso e, por isso, a sua postura no encontro foi determinante para que houvesse alguma simpatia. Marcos, a exemplo do que acontecia virtualmente, assumiu uma postura conciliadora, evitando *fazer generalizações*. Esta atitude, à partida, agradava também aquele grupo, deixando-as mais à vontade. Recém-divorciado, Marcos demonstrava tristeza com a situação e algum desejo de reconciliação, mostrando-se assim indisponível para qualquer outro relacionamento amoroso. Este modo de encarar a experiência de separação reforçava para aquele grupo a ideia de que a sua presença no

encontro era motivada apenas pelo desejo de alargar a sua rede de amizade. Esta compreensão sobre Marcos ficaria ainda mais clara para mim quando, ao justificarem a sua presença, puseram-me a par de toda a situação vivida por ele. Uma das presentes assinalava que, diante da sua tristeza, este encontro seria uma oportunidade para ter algum momento de lazer, procurando esquecer por alguns momentos os seus problemas afetivos. Portanto, Marcos demonstrava, aos olhos destas interlocutoras, que a sua intenção naquele encontro era de caráter lúdico e uma oportunidade de aumentar a sua rede de contatos para uma possível amizade.

Cabe destacar, mais uma vez, que para as mulheres acompanhadas nesta pesquisa a aproximação dependia de uma partilha de *visões de mundo* que tinham como base as expectativas de uma melhor interlocução no mundo português. Dito isto, é importante fazer um contraponto entre o acolhimento de Marcos e Pedro no encontro. Ser um cidadão brasileiro não garantia, à partida, a aceitação naquele grupo e, por isso, outros fatores inerentes às perceções comuns sobre as brasileiras em Portugal foram muito determinante para uma maior interlocução com Marcos. Na medida que se mostrava conciliador e defensor de uma postura de não generalização, entendiam que ele não demonstrava partilhar de visões redutoras sobre a mulher brasileira.

Ao acompanhar simultaneamente estas e outras mulheres, foi possível observar que a relação com homens brasileiros também era marcada por tensões condicionadas pelo modo como estes poderiam recorrer e ressignificar os estereótipos em relação às brasileiras. Havia uma queixa muito comum entre os sujeitos dessa pesquisa sobre o modo como os brasileiros percebiam as suas conterrâneas em Portugal. Acreditava-se que boa parte destes homens entendiam que elas só estavam disponíveis para relacionamento amoroso com homens portugueses por ambicionarem uma estabilidade financeira. A rejeição sobre esta perceção estava muito ligada às várias *nuances* com que os estereótipos são revelados e o modo como estas mulheres contactam e interpretam estas várias «*faces*» da hipersexualização. Para estes atores sociais, dentre os problemas enfrentados em Portugal estava o modo como eram periodicamente categorizadas como mulheres sexualmente disponíveis, predispostas a roubar maridos às portuguesas e interessadas em ascensão financeira. A ideia de que as brasileiras estavam somente interessadas em «*dar golpe do baú*», ou melhor, tirar proveito financeiro de um relacionamento amoroso, era sempre referido nas nossas conversas como algo que as assombrava e, por isso, procuravam inibir qualquer insinuação sobre o tema. A rejeição justificava-se,

principalmente entre as interlocutoras que viviam relacionamentos com portugueses, pela conotação negativa com que encaravam as relações não pautadas num ideal de amor romântico. E, de modo mais concreto, por se sentirem num estado de constante suspeição, seja por parte de portugueses com quem contactavam ou suspeição institucional. Sobre este último aspeto, o modo como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tratava os pedidos de legalização através de casamento misto⁵⁴ tinha grande impacto sobre as suas perceções sobre como a sociedade portuguesa via e tratava as brasileiras residentes no país.

Sem querer aqui entrar profundamente na discussão por limitação do espaço e do enfoque deste trabalho, vale a pena referir que alguns autores (Sacramento, 2014; Piscitelli, 2007, 2008; Togni, 2008; Togni e Raposo, 2009), ao trabalharem as relações de intimidade entre brasileiras de classe populares e europeus, abordam a importância de pensar a sua complexidade a partir da intersecção de múltiplos marcadores sociais. Enquanto Sacramento (2014) e Piscitelli (2007) trabalharam sobre as questões relacionadas às negociações que envolvem a sexualidade no circuito transnacional, Togni, 2008; Togni e Raposo, 2009 debruçam-se sobre os fluxos matrimoniais transnacionais explorando os paradoxos entre subjetividade e políticas migratórias. Para os autores, estas práticas de intimidade operam no seio de imaginários e subjetividades que constroem idealizados modelos de feminilidade e masculinidade na articulação entre raça, classe, género, nacionalidade e sexualidade. Se por um lado as relações de conjugalidade, afetividade e interação sexual são atravessadas pelo reforço das representações sexualizadas e racializadas sobre o Brasil, por outro, intercala-se uma manifestação de racialização, na qual a «brancura» se articula com nacionalidade na construção de um modelo mais valorizado de masculinidade. No que toca à discussão apresentada aqui, os autores mostram que para as brasileiras que investigaram há uma preferência em manter relacionamentos com homens europeus por valorizarem seus traços fenóticos não associados a uma ideia de brasilidade (Sacramento, 2014), por acreditarem que estes possuem

⁵⁴ Uma prática bastante comum da instituição era a vigilância sobre a intimidade como método de investigação sobre as motivações que levavam à união por casamento. Segundo foi possível apurar, fazia-se visitas às residências sem aviso prévio, solicitava-se fotografias do casal em momentos passados juntos e ocasiões especiais como o casamento. Perguntava-se sobre gostos e preferência dos cônjuges, as práticas alimentares do(a) parceiro(a) e hábitos de dormir como, por exemplo, o lado da cama escolhido. Esta prática do SEF causava grande receio e desconforto entre as mulheres que contactei, levando-as, em alguns casos, a recusar pedir Autorização de Residência mesmo quando em relacionamento com portugueses.

um estilo de masculinidade mais igualitário (Pscitelli, 2007) e pela possibilidade destes relacionamentos garantirem mobilidade, tanto geográfica, social ou de classe.

Se estas expectativas podem aparecer inicialmente para compor a trajetória migratória, no contexto das mulheres aqui apresentadas a estadia em Portugal, marcada por múltiplas experiências de preconceito, condiciona o modo como as relações são construídas e desejadas. Deste modo, vivem periodicamente num conflito entre as suas aspirações construídas no passado e no presente, pondo em causa, assim, velhos modelos de feminilidade, masculinidade, conquista e afetividade. A preocupação sobre o que se pensa sobre elas e sobre as suas relações de intimidade torna-se um ponto importante que determina o modo como se relacionam com o mundo e com as pessoas que fazem parte do seu mundo. Se o contato com cidadãos brasileiros é marcado por esta tensão, é-lhes automática a preocupação sobre o que pensa o interlocutor em relação às brasileiras em Portugal. Neste processo, a aproximação e uma possível relação de amizade vai sendo condicionada, mais uma vez, pela noção de partilha de valores comuns que estas mulheres vão construindo ao longo de toda a sua trajetória de vida, incluindo a experiência migratória.

Num momento posterior ao encontro, tentei conversar com as participantes sobre o desconforto que percebi após a chegada de Pedro. Rosana, a pessoa que nos apresentou, disse-me: «*Ai Gleici, o Pedro é muito sem noção*». Naquele contexto, a expressão «*sem noção*» foi utilizada de modo crítico e a assinalar que Pedro tornara-se inconveniente por não entender alguns sinais de desagrado que eram emitidos por ela. Aprofundando um pouco mais a conversa, inteirei-me de todo o cenário. A aproximação de Rosana e Pedro deu-se na Internet e havia por parte dele algum interesse em manter um relacionamento amoroso. Apesar de ter recusado este envolvimento, Rosana não conseguiu conter a insistência de Pedro em manter contato. Até aquele momento, ninguém presente no encontro tinha conhecimento dessa situação que, no entender de Rosana, era muito desconfortável. Ela tinha dificuldade, por acreditar que seria deselegante, em dizer a Pedro que não havia interesse em manter nem mesmo a amizade. O que mais incomodava Rosana, e por isso o desinteresse na continuação da amizade, era uma desadequação em relação às suas expectativas e perceções de mundo que, ao ser manifestada por um cidadão português, acionava outros critérios de diferenciação que surgem num contexto de interação marcado por relações coloniais e pós-coloniais.

Ao invés de causar boa impressão, o entusiasmo de Pedro em falar sobre a sensualidade da mulher brasileira causava alguma antipatia por sugerir, na avaliação das presentes, uma ambiguidade discursiva entre sensualidade e sexualidade. Sendo Pedro homem e português, era importante confirmarem se não estaria ele a assediá-las recorrendo a imagens estereotipadas sobre a mulher brasileira que as representam como sexualmente disponíveis. Para estas interlocutoras, os estereótipos da hipersexualização na vertente que figura as brasileiras como «*mulheres fáceis*» ou prostitutas é a mais incómoda experiência de preconceito vivida e, por isso, não ter a certeza do que realmente falava o interlocutor punha em dúvida o seu interesse em relação a elas e ao encontro. Ao reconhecerem Pedro como português e não conseguirem atribuir-lhe o ideal da exceção do qual falava Torresan (2006), associavam as suas palavras a uma possível experiência de preconceito.

Em muitas situações estas e outras mulheres com quem contactei faziam uma associação positiva entre sensualidade e sexualidade. Embora a sua sexualidade não fosse um assunto fácil de ser abordado nas nossas conversas, recorriam aos dois termos de modo interconectado sempre que buscavam reafirmar marcadores de diferença, principalmente em relação à mulher portuguesa. Aqui o imaginário existente em Portugal «*das brasileiras que roubam maridos às portuguesas*» – com implícita conotação sexual, principalmente, depois do episódio das mães de Bragança – era respondido através de um discurso de reforço a uma suposta sensualidade inerente à natureza das brasileiras que conquistaria aos homens e aos portugueses em particular. Sensualidade e sexualidade estavam dentro de um mesmo contexto de respostas às experiências de preconceito, onde ressalta-se a sensualidade como qualidade positiva que facilita a conquista de parceiros sexuais e distingue a mulher brasileira das demais. A sensualidade – quase sempre relacionada com um conjunto de expressões corporais como, por exemplo, o sorriso, a maneira de falar, o modo de vestir e caminhar – era entendida como recurso de conquista utilizado pelas brasileiras de modo particular e positivamente avaliado por elas.

Porém, quando o termo sensualidade deixava de aparecer como recurso discursivo entre as brasileiras para acentuar uma qualificação positiva e era resgatado por um interlocutor português, com o qual elas não reconheciam ter similaridades, incomodavam-se e ficavam pouco a vontade com a menção desta característica. A localização do interlocutor e a sua associação a um contexto de estereotipização levava-as a recusar a

utilização do termo sensualidade como característica marcadamente brasileira. As periódicas experiências vividas de assédio sexual levava-as a uma defesa antecipada em relação a uma possível estigmatização, manifestando-se, neste caso, através do silêncio e da pouca disponibilidade em continuar a interagir. Portanto, falar da sensualidade da mulher brasileira reacendia a tensão que emerge sob égide de estereótipos e estigmas.

Um outro aspeto a assinalar é que embora a associação com a prostituição ou a mulheres sexualmente disponíveis fosse encarada como o principal desafio ao qual necessitavam dar respostas periódicas, estavam sempre em contacto com outras imagens representativas da mulher brasileira e às quais sentiam-se presas ou obrigadas a corresponder. Aqui a sensualidade reaparece relacionando o corpo como um marcador de diferenciação nacional, mas, neste caso, é pensada enquanto expressão de uma boa forma física e/ou modelo de beleza. Há em Portugal um imaginário que relaciona os brasileiros, e as brasileiras em particular, a diferentes cuidados corporais que, por um lado, culmina em nichos específicos do mercado-de-trabalho que são etnicamente ocupados e, por outro, reforça a imagem do corpo brasileiro como física e eroticamente atraentes. Verifica-se a existência de uma «marca» distintiva «*brasileira*» como forma de impor ao mercado produtos nacionalmente diferenciados e, ao mesmo tempo, um modelo estético e de beleza ideal pautada numa suposta sensualidade/sexualidade brasileira. Como apresentado num trabalho conjunto com Padilla e Gomes (Padilla, Gomes e Fernandes, 2010), as campanhas mediáticas e os anúncios publicitários têm um papel importante de catalisadores desse imaginário em que «o termo ‘brasileira’ deixa de ser somente um adjectivo gentílico e transforma-se numa categoria que representa uma *visão de mundo* pautada na erotização da mulher.» (p.2)

Se estas iniciativas contribuem para a hipersexualização da brasileira com implicações concretas no quotidiano destas mulheres, como mostramos em Padilla, Gomes e Fernandes (2012), elas também impõem uma imagem-modelo de corpo brasileiro que aprisiona, principalmente, quem não corresponde a este ideal de boa forma. Este aspeto foi bastante enfatizado por pelo menos três de minhas interlocutoras que, tendo um histórico de obesidade, sentiam-se desqualificadas por não corresponder ao que se espera de um «corpo brasileiro». O quotidiano era marcado por críticas e comparações vindas, principalmente, de colegas de trabalho portuguesas que recorriam a estas representações para estabelecer ainda mais diferenciação e, em alguns casos, acentuar as disparidades

nos postos de trabalho. Carlinda⁵⁵, por exemplo, foi impedida de assumir outras atividades na empresa que trabalhava por, alegadamente, não estar fisicamente adequada para conduzir os automóveis da empresa. Já Catarina sentia-se constrangida em sentar-se à mesa com os colegas de trabalho no seu horário de almoço por estar sempre a ouvir críticas sobre as suas escolhas no menu. Os colegas chegaram, inclusive, a mencionar que, sendo ela brasileira, devia ter atenção a sua forma física e escolhas alimentares.

Diante dessas imagens representativas que dão diferentes sentidos e significados ao termo sensualidade, é possível dizer que naquele contexto do *Snack-bar* o desconforto das presentes se intensificava pela possível implicação do termo com este modelo de beleza e boa forma física que exalta o corpo que não é obeso e mostra claros sinais de feminilidade como, por exemplo, «as curvas». A ocasião foi marcada com um objetivo lúdico para que pudessem descontraír das pressões e agitações no trabalho. Estavam aparentemente relaxadas e sem grandes preocupações com o aspeto físico, indumentária e aparência. A forma efusiva com que o Pedro valorizava uma suposta sensualidade da mulher brasileira remetia-as para os constrangimentos que passavam ao longo de suas experiências quotidianas com relação a este padrão de beleza e boa forma. Todas as participantes naquele encontro trabalhavam em atividades com contacto ao público e, mesmo de maneiras e intensidades diferentes, eram cobradas a corresponder ao que é esperado fisicamente de uma brasileira. Anahy, por exemplo, trabalhava numa empresa de materiais de enfermagem e, por sua simpatia, aparência física cuidada e facilidade de comunicação, foi escolhida para fazer a exposição e apresentação dos produtos aos clientes. Mais uma vez, os referenciais que Pedro utilizara para falar sobre as mulheres brasileiras não coincidiam com as imagens que estas interlocutoras gostariam de ressaltar e valorizar.

Nesta situação que aconteceu no *Snack-bar* outros aspetos acentuaram ainda mais a diferente interação tida com Marcos e Pedro e que manifestam o impacto que as representações sobre brasileiras têm nos sujeitos desta pesquisa. Ao tentar estabelecer um diálogo, o português trouxe à conversa a sua rápida viagem ao Brasil, relatando o gosto pelas praias e um pouco da sua experiência numa cidade litorânea do nordeste brasileiro. Procurou cantarolar algumas músicas que conheceu lá e que também ouvira

⁵⁵ Carlinda era mineira, tinha emigrado para Portugal em 2006 e vivia em Lisboa. No estado do Mato Grosso existe uma cidade chamada Carlinda com população estimada em 2016 em 10.258 habitantes. Ver mais informações em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510279&search=mato-grosso|carlinda>.

em discotecas em Lisboa. Eram referências musicais de *axe music*⁵⁶, pagode e música sertaneja que ganharam repercussão no Brasil e internacionalmente naquele ano. Com a proximidade do Campeonato do Mundo de Futebol⁵⁷, Pedro buscou abordar o assunto e o desempenho da seleção brasileira. Uma outra referência que trouxe à conversa foi a utilização de algumas expressões e frases resgatadas de filmes brasileiros que ganharam grande repercussão internacional como *Cidade de Deus*⁵⁸ e *Tropa de Elite*⁵⁹. Nestes filmes, passados no contexto de favelas cariocas, os personagens utilizavam expressões que ficaram muito populares, tais como «*Meu nome agora é Zé Pequeno, porra!*» (Cidade de Deus), «*Pede pra sair!*» e «*Bota na conta do Papa*» (Tropa de Elite).

A associação do Brasil às praias compõe um imaginário repercutido no discurso identitário brasileiro com o qual estas mulheres não se identificam e, por vezes, procuravam distanciar-se. A imagem de um país feminino, tropical e exótico recupera um imaginário colonial que alude a uma suposta sexualidade dos trópicos e que, ao ser utilizado por ações de marketing turístico, reforçou a internacionalização do Brasil como um país de uma sensualidade exacerbada (Gomes, 2013; Sacramento, 2014). Como chama a atenção Sacramento (2014), a mulata, a praia e o samba constituem a trilogia de uma identidade nacional brasileira que é comumente associada a uma ideia exotizada, erotizada e sensualizada do Brasil e das brasileiras em particular. Em Portugal este imaginário ganhou ainda mais repercussão através das telenovelas brasileiras que teve como marco as adaptações da TV Globo às obras do escritor Jorge Amado. A alusão às praias e às mulatas, muito comum na teledramaturgia brasileira e com grande sucesso em Portugal (Pontes, 2004), corroborou, ainda mais, para o enraizamento das imagens

⁵⁶ Género musical surgido na década de 1980 no Estado da Bahia durante as manifestações populares do Carnaval e que utilizava vários outros ritmos para compor o seu repertório. Na década de 1980-90 a indústria musical brasileira dedicou grandes esforços para popularizar este género musical no contexto nacional, recorrendo a várias vertentes da música baiana (como por exemplo: blocos afro, as músicas dos trios elétricos e o pagode) e a elementos da música pop industrial. Sobre o assunto ver:

Leme, Mônica (2001). «Segure o Than: Identidade na «axe music» dos anos 80-90. Cadernos do Colóquio. V.4, n.1. Disponível em: <file:///C:/Users/Gleiciani/Downloads/49-200-1-PB.pdf>. Último acesso: 20/06/2016

⁵⁷ Estávamos em 2010, ano do Mundial que aconteceu na África do Sul.

⁵⁸ Filme de 2002 com realização de Fernando Meireles e produzido por O2 Filmes, Globo Filmes e Videofilmes.

⁵⁹ Filme policial de 2007 que teve como realizador José Padilla. Naquele ano de 2010 foi a estreia da segunda versão de Tropa de Elite com título: *Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora É Outro*.

representativas que compõe a relação de alteridade de Portugal sobre o Brasil (Almeida, 2000; Pontes, 2004; Sacramento, 2014). Uma vez que procuram marcar distanciamento das representações que erotizam e sexualizam as brasileiras, a menção às praias causava-lhes incómodo e bastante desinteresse em continuar um diálogo.

Ao trazer à conversa algumas referências musicais, mais uma vez, Pedro causou antipatia entre as presentes. Uma particularidade daquele grupo era o facto do gosto musical não ser direccionado para ritmos como *axé music*, pagode ou música sertaneja, sendo frequentadoras assíduas de concertos de cantores brasileiros comumente associados a chamada Música Popular Brasileira. Embora estes géneros musicais não lhes agradassem, presenciei, em algumas situações, um à vontade com determinadas músicas que poderiam estar enquadradas como axé ou pagode e que se assemelhavam às trazidas por Pedro. Em momentos de descontração eram capazes de cantarolar estas músicas e trazê-las para compor um cenário de entretenimento e animação. Portanto, o desagrado aqui tinha a ver com o interlocutor e o modo como este foi sendo identificado como alguém com quem não teriam afinidades. As canções trazidas por Pedro tinham nas suas letras um amplo apelo erótico e isto causava grande desagrado quando o interlocutor que as referenciava não demonstrava partilhar das suas perceções sobre o Brasil e as brasileiras. O erotismo das letras, mais uma vez, remetia-as aos estereótipos que tanto reprovavam, acentuando as suspeitas sobre o cidadão português e as suas intenções naquele encontro.

Por outro lado, ao identificar o Brasil tendo como referência sobretudo as praias e a favela, Pedro circunscrevia uma representação de lugar que não se enquadrava com aquelas em que minhas interlocutoras se reconheciam ou gostaria de ser reconhecidas. Nenhuma das interlocutoras presentes, a exceção desta pesquisadora, era oriunda de cidades litorâneas, sendo duas da cidade de São Paulo e as outras duas de pequenas cidades do interior do Estado do Paraná. Por este motivo, as suas referências geográficas do Brasil não remetiam para as praias e a paisagem da qual tinham memória não se associava diretamente ao calor. Sobre este aspeto, uma das queixas que ouvi ao longo de todo o terreno e entre diferentes brasileiras era o facto de acreditarem que os portugueses sempre associavam o Brasil às praias e ao calor, não referenciando outras regiões que fazem frio e que não se enquadram numa geografia tropical. O reconhecimento sobre a diversidade do clima e da paisagem brasileira era algo bastante valorizado, principalmente porque acreditavam que sofriam menos discriminação por parte dos portu-

gueses que conheciam um pouco mais do que as imagens comumente associadas ao Brasil.

Um outro aspeto que também pode ser levado em consideração na dificuldade de aceitação de Pedro tem a ver com as expressões utilizadas na conversa e a associação negativa que estas mulheres faziam à favela. Ao referenciar filmes passados em contextos de violência em favelas cariocas, o interlocutor tocava em questões que lhes eram muito sensíveis por também recusarem outras representações sobre o Brasil. Para aquelas interlocutoras e outras com quem convivi nesta pesquisa os portugueses, de modo geral, não conheciam as diferenças sociais e de classe no Brasil e, por isso, qualificavam todos os brasileiros imigrantes como moradores de favela. Deste modo, acreditavam que recorriam a estas perceções para desqualificá-las, acentuando assim as situações de discriminação. Nos debates entre as participantes da comunidade no Orkut e durante as nossas conversas *offline* sobre a impressão que tinham dos portugueses, era comum ouvir: «*eles acham que todo brasileiro que está aqui é favelado*». Esta frase, dita em tom crítico, não só revelava a impressão sobre os portugueses como o incómodo com possíveis representações sobre o Brasil que acreditavam existir em Portugal.

A palavra favelado no contexto brasileiro, para além de se referir a moradores de determinado espaço urbano ilegalmente ocupado e sem grande aparato estrutural, carrega um conjunto de significados morais que pouco ou nada tem de positivo. Gomes (2003), no seu trabalho «*Estranhos vizinhos: o lugar da favela na cidade brasileira*», apontou que a palavra favela tem uma conotação negativa no cotidiano brasileiro, sendo o termo *favelado* associado a ideia de pobreza, desorganização e má educação. Em suas palavras, «‘favelado’ é tudo aquilo que rejeitamos pela falta de prosperidade, de elegância, de ordem, de beleza ou de polidez, entre outros aspetos, no qual são ressaltados as ausências. Em síntese, podemos dizer que o uso dessa palavra indica, antes de mais nada, um julgamento de valor.» (p.171/172). Já Freire (2008), no seu trabalho sobre os significados das palavras favela, bairro e comunidade para diferentes atores sociais envolvidos diretamente na gestão e no uso dos espaços urbanos, indicou que tanto os moradores de Acarai – região estudada por ela – como agentes do poder público, de algum modo, entendiam a favela como um espaço irregular, desorganizado e com poucos atrativos. Para os moradores, os significados dos termos *favela* e *favelado* eram moralmente estabelecidos, sendo dado um estatuto negativo a determinado estilo de vida e de comportamento. A categoria *favelado* era associada a comportamentos repro-

váveis, como, por exemplo, ser mal-educado, falar palavrões, andar mal vestido, consumir drogas, ser desonesto, brigar na rua e roubar. Deste modo, nenhum morador se autodenominava *favelado*, sendo uma categoria utilizada sempre para definir um outro de quem se quer distância.

Embora tenha-se sobre a *Favela* diferentes representações, como foi apresentado acima, maioritariamente estão carregadas de caráter negativo. No contexto das brasileiras desta pesquisa, a relação favela, pobreza e moralidade é ressignificada e pensada num universo de constante tensão com os portugueses sob múltiplos estereótipos. Boa parte das representações existente em Portugal sobre a *Favela* foi formulada a partir das narrativas das telenovelas e de algumas notícias vinculadas nos meios de comunicação. Mais recentemente, filmes brasileiros como *Cidade de Deus* e *Tropa de Elite* ganharam bastante repercussão no país contribuindo para a solidificação da *Favela* enquanto um espaço associado a uma particularidade brasileira. A ênfase na precariedade dos serviços de estrutura urbana e na violência é muito presente e compõe um imaginário que associa este lugar a desorganização e a criminalidade.

À medida que aumentou um fluxo migratório de brasileiros oriundos de classes populares, a chamada «segunda vaga» (Malheiros, 2007), intensificaram-se conflitos comuns no contexto da migração, mas que neste caso ganhou particularidade por conta de um realinhamento das imagens representativas sobre os brasileiros. Neste cenário, era muito comum no decorrer da minha pesquisa ouvir, por parte de alguns portugueses, que os brasileiros eram barulhentos, desorganizados e que deixavam as casas arrendadas em mau estado de conservação. Estas eram, inclusive, algumas justificativas sobre a recusa de alugar casa a cidadãos de nacionalidade brasileira. Ora, uma vez que também aqui a *Favela* tem uma conotação negativa e é claramente associada a uma ideia de Brasil, pobre, desigual, violento e com completa ausência dos serviços básicos de assistência urbana, estes conflitos surgidos no seio da experiência de migração brasileira para Portugal vão acionando outras imagens representativas que agora compõe esta relação de alteridade. Os brasileiros, que se queixam de constantes situações de preconceito, passam a rejeitar qualquer imagem negativa que possa dificultar a sua experiência quotidiana, como é o caso dos problemas de arrendar casa, para conseguir emprego e etc. Uma possível associação a favela evoca estas imagens negativas que aumentam a tensão no contato com a sociedade portuguesa.

No caso particular das mulheres desta pesquisa, a relação favela e pobreza é conjugada aos estereótipos da *brasileira prostituta* para compor um complexo jogo de imagens com as quais procuram marcar distanciamento. Neste aspeto o discurso *mediático* tem um papel importante no modo como estas interlocutoras vão construindo associações e procurando afastar-se de representações. Reportagens como, por exemplo, «*Crianças, vendem-se*»⁶⁰ tinham grande impacto sobre essas mulheres pela repercussão entre portugueses com quem tinham contato. Na *comunidade brasileiro* era comum aparecerem histórias, nos dias a seguir as reportagens, sobre os comentários e piadas que ouviam nos seus locais de trabalho e noutros meios em que conviviam. Estas situações em que era exposta determinada realidade brasileira eram vistas com apreensão por uma possível generalização a ser feita por portugueses com relação a todo o universo das brasileiras em Portugal. O desconforto com a tríade favela-pobreza-prostituição ganhava ainda outra intensidade entre as que mantinham relacionamento com portugueses pelo já referido medo de este ser reduzido a um relacionamento por interesse financeiro. Portanto, a referência a favela ganhava uma conotação negativa por o termo carregar também outros sentidos e significados construídos na experiência de ser mulher e estar em Portugal.

Como procurei mostrar até aqui, embora as relações de amizade fossem parte importante da experiência de estar-se imigrado, o processo inicial de aproximação era bastante condicionado pela experiência de ser brasileira e estar imigrada em Portugal. As perceções sobre a sua presença no país e modo como eram recebidas e tratadas e as expectativas construídas a partir daí eram decisivas nos critérios que levavam a constituir alguém como um possível amigo. No entanto, como procurarei mostrar a seguir, a aproximação era a primeira fase de uma relação que estava toda ela condicionada pelas particularidades de uma experiência brasileira em contexto migratório.

⁶⁰ *Crianças vendem-se* foi uma reportagem apresentada no telejornal da noite da emissora Sociedade Independente de Comunicação - SIC e também veiculada pela Revista Visão em Maio de 2008. Realizada pela jornalista Isabel Nery, a reportagem de 26 minutos abordava a prostituição de jovens menores de idade em distintas cidades brasileiras. Mostrava-se um cenário de grande pobreza em que viviam as jovens residentes em favelas de grandes centros urbanos do nordeste. A matéria televisiva teve grande impacto na comunidade brasileiro com a manifestação de muitos comentários e um caloroso debate sobre as implicações nos seus quotidianos.

4 - O convívio e a consolidação de laços

Nesta secção tentarei mostrar que, mesmo depois de conseguir encontrar pessoas com quem compartilham afinidades, outros critérios são estabelecidos para que os laços possam ser consolidados e para que os seus interlocutores possam ser percebidos como amigos de verdade. O mais importante desses critérios é o que chamo aqui de *fazer-se presente*. Entendendo que os laços de amizade deveriam ser reativados quotidianamente, estas mulheres criam grandes expectativas quanto ao convívio – tanto *online* como *offline* – entre as pessoas com quem têm afinidades. Estas expectativas, como tentarei mostrar logo a seguir, muitas vezes, motivam conflitos e desentendimentos que obrigam que disponham de grande energia emocional e, na maioria dos casos, distanciam muito mais do que aproximam.

4.1 - Fazer-se presente

Conheci Rosana quando ainda realizava a pesquisa que culminou na tese de Mestrado. Na altura ela me apresentou um grupo de amigas e tive a oportunidade de acompanhá-las em alguns momentos de lazer. Passado o Mestrado, continuei a tentar aproximação com algumas pessoas que participavam mais assiduamente nos fóruns de discussão do Orkut e por este meio conheci Jandira, pessoa que veio a ser uma das minhas interlocutoras-chave. Na ocasião, descobri que Rosana e Jandira eram amigas de grande convívio. Naquela altura Rosana não tinha mais contacto com o grupo que conheci na altura do meu Mestrado.

Algo parecido sucedeu-se com Madalena. Aproximei-me dela por ser uma outra participante ativa da comunidade. Em pouco tempo descobri que ela conhecia Jandira e Rosana, no entanto, era amiga apenas de Jandira. Pouco tempo depois que comecei esta aproximação com Madalena, tomei conhecimento que as duas [Madalena e Jandira] tinham deixado de ser amigas. Passado alguns meses, Jandira também se desentendeu com Rosana porque achou que não encontrou o devido apoio noutra situação de rompimento de amizade. Jandira havia brigado com uma vizinha, também amiga de Rosana, e chateou-se com o fato de saber que Rosana preferiu não «tomar partido».

Após este rompimento, Rosana resolve se aproximar de Madalena e passam a comunicar mais periodicamente através da Internet. De forma aparentemente provoca-

tiva, Rosana aproxima-se de Aurora, uma outra amiga de Jandira. Acompanhei tudo de perto porque inicialmente a aproximação foi feita pelo Facebook. Através de mensagens partilhadas comentava-se com grande frequência sobre as discussões com Jandira. Algum tempo depois resolvem marcar um encontro em que estiveram presentes Aurora, Rosana, Madalena, Anahy (amiga de Aurora), e Aparecida (amiga de Rosana). Estava formado o Grupo das Meninas Super Poderosas⁶¹.

O tempo passa e Rosana, Aurora, Madalena, Aparecida e Anahy tornam-se ainda mais próximas. Eu também acompanho boa parte dos encontros presenciais e sou convidada a participar do grupo do facebook. Esta plataforma virtual funciona como uma das ferramentas para manter constantemente o convívio. Através deste site acertam os novos encontros presenciais, planeiam as festinhas de aniversário de cada uma, organizam o chá-de-bebé dos filhos que foram nascendo, ajudam a escolher o vestido de casamento de Aparecida, através de fotografias acompanham o crescimento das filhas de Madalena e as viagens de Anahy.

Passado algum tempo, recebo uma mensagem no Facebook a perguntar se eu tinha ideia do que estava a acontecer com Aurora. A mensagem foi enviada a todas as participantes com exceção desta interlocutora. Explicaram-me que ela estava diferente. Já não interagira no grupo⁶² e não tinha ido mais aos encontros. Tentei argumentar que poderia ser devido ao curso que Aurora nos tinha avisado que começaria, mas não tive sucesso no argumento. Para elas, além de ser incompreensível a pouca participação de Aurora no grupo, era inadmissível não ter ido ao casamento de Aparecida e não ter ligado a Madalena para felicitá-la pelo nascimento da filha. Aurora distancia-se definitivamente ao sair do Grupo das Meninas Super Poderosas, rompe-se mais uma amizade.

(Trecho do Diário de Campo, 14/11/2014)

⁶¹ Para que pudessem estabelecer um contato constante e com maior privacidade, estas interlocutoras criaram um grupo no Facebook. Para manter o anonimato das mesmas nomeei de *Grupo das Meninas Super Poderosas*.

⁶² Uma das formas de interação que o facebook proporciona é a possibilidade de se fazer comentários e clicar na ferramenta «like».

Apesar de aparentemente confusa, escolhi apresentar um pouco da história dessas interlocutoras porque é bem ilustrativa do modo como as relações são feitas e desfeitas mesmo depois de já terem sido encontradas as afinidades desejadas para aproximação. Como procurarei mostrar, a convivência é a substância que enraíza os laços e possibilita a continuidade da amizade. Partilhar momentos e experiências e fazer-se presente em todas as dimensões da vida social é o motor desta convivência, capaz de alimentar a amizade ao longo da estadia em Portugal. É neste convívio prolongado e intenso que se consegue suporte para amenizar a solidão, ter pessoas para desabafar sobre os problemas do quotidiano em Portugal e contar com a participação em momentos marcantes da vida, como são as celebrações de aniversário e casamento.

Como parte importante dessa convivência, os desentendimentos aparecem muito frequentemente, tornando-se fundamental na composição de todo o processo de *mantem-se conectadas/relacionadas*. Como mostra este relato, a rede de amizade é sustentada por um aparato de obrigações que envolvem desde encontros face-a-face, lealdade, apoio nos problemas pessoais enfrentados e um diário contacto através das plataformas de interação *online*. Quem não consegue acompanhar este «compromisso de convivência» é afastado do grupo ou das suas relações de proximidade. Em alguns casos de grande desgaste da amizade, este afastamento funciona como uma verdadeira *morte social*. A pessoa em questão é isolada, não participa mais dos encontros, é bloqueada e excluídas das redes sociais *online*, deixa também de acompanhar o dia-a-dia dos outros integrantes do grupo e, muitas vezes, é alvo de fofocas que completam um cenário de linchamento simbólico com implicações nas relações afetivas e familiares.

Assim sendo, o convívio, seja ele presencial (*offline*) ou através da Internet (*online*), é um o momento privilegiado para efetivar a relação de amizade. É nestes momentos de sociabilidade que os elos são confirmados, o que exige grande disponibilidade por parte dos sujeitos da relação. Para que a amizade seja mantida, devem fazer-se presentes não apenas fisicamente - como é a participação em festas, jantares e encontros informais - mas, sobretudo, através do que chamo aqui de *performances de interação*. Ou seja, complexas e variadas demonstrações de interação através de gestos e iniciativas de solidariedade, lealdade, atenção, confiança e apoio mútuo. *Dar um like* numa foto ou comentário no *facebook*⁶³, apoiar as decisões e escolhas dos membros do grupo,

⁶³ Como acompanhei um universo variado de mulheres por um período relativamente longo, pude testemunhar a transição na utilização das plataformas *online*. Inicialmente o Orkut foi uma importante ferra-

mostrar-se disponível para ajudar a preparar as festas de aniversário e ajudar financeiramente em momentos de real necessidade, são exemplos de formas de *mostrar-se presente*.

Para que os laços sejam mantidos, estes atores sociais devem disponibilizar uma significativa quantidade de tempo à interação. Através da performance de *fazer-se presente*, estas interlocutoras conectam-se e reavivavam a amizade quotidianamente. Pina-Cabral e Aparecida Da Silva (2013), numa etnografia sobre a pessoa e as relações no Baixo Sul da Bahia, deram atenção ao modo como os indivíduos se ligam uns aos outros de modo a dar validade a uma relação. Ao trazer o conceito da *consideração*, os autores procuraram mostrar como os sujeitos acompanhados na pesquisa constroem as suas perceções sobre si e sobre os outros através da validação de um laço que deve ser constantemente atualizado. Segundo estes etnógrafos, a *consideração* pode ser entendida como «um investimento emotivo que valida as relações: as relações entre as pessoas são lançadas por fatores de natureza material (tanto aspetos de consubstancialidade como de partilha comum do mundo), mas elas só adquirem sentidos na medida em que forem atualizadas no afeto. Essa atualização é a *consideração*» (p. 26). Portanto, as pessoas que têm e publicitam a *consideração* sinalizam que a outra «é parte constituinte da sua edificação afetiva e identitária» (p.26). No entanto, a *consideração* implica demonstrações obrigatórias, ainda que não explícitas, de atenção e estas têm que ser feitas conjuntamente de forma a sinalizar a ligação. É preciso mostrar ao outro a sua importância por comparação a outrem, não sendo suficiente apenas sentir, é preciso manifestar publicamente a *consideração*.

Apesar de diferente no tipo de relações a serem estabelecidas, recorro aqui ao conceito de *consideração* porque acredito ser frutífero para pensar as expectativas destas interlocutoras em relação à amizade e ao investimento a ser feito para que este laço possa ser confirmado. *Fazer-se presente*, da mesma forma do «*ter consideração*», implica uma dedicação demonstrada ao outro, consolidando-se assim como o combustível que ativa os laços. É no convívio que se vai reafirmando identificações e estabelecendo diferentes maneiras de viver e experienciar a vida num contexto de migração.

menta de interação através dos fóruns nas comunidades, mas o Facebook foi, aos poucos, ganhando espaço como instrumento de contacto virtual. No Facebook, muito mais que no Orkut, a dinâmica de interação passava pela utilização de fotografias, muitas delas registando momentos passados entre amigos.

Uma vez *ausente*, o interlocutor desativa a ligação porque a relação não foi devidamente atualizada. Aqui, a partilha de afinidades não é suficiente para a continuidade de uma amizade, exigindo-se o cultivo diário de uma proximidade manifesta através de obrigações e participação na vida social dos membros envolvidos.

A seguir procurarei mostrar que o *fazer-se presente* pode ser concretizado de diferentes formas e utilizando-se de variadas ferramentas, seja na esfera virtual como fora dela. Espera-se que o interlocutor esteja presente nos encontros, nas celebrações e nos momentos de dificuldade de modo a sentir-se a presença física como sinal de efetivação do laço. Como o quotidiano dessas mulheres é preenchido, tendo muitas atribuições no trabalho e na vida doméstica, nem sempre a presença física pode ser concretizada. Por isto, o contato virtual é um recurso bastante utilizado que ameniza, mas não substitui, a interação face-a-face. A Internet assume-se como uma importante ferramenta, mas outros instrumentos de comunicação como o telefone são utilizados de forma frequente. Como tentarei mostrar, *Fazer-se presente* dá substância às relações e é nesta convivência que um novo e ambíguo lugar é construído. Este lugar não se constitui uma mera reprodução do Brasil, mas um espaço simbólico de interlocução destas brasileiras em Portugal.

4.2 - O convívio face-a-face:

Ao longo do terreno identifiquei, pelo menos, três formas de sociabilidade *offline*. Os encontros informais, marcados sem prévio preparo, eram o formato de interação mais comum e periódico. A eles juntavam-se os encontros celebrativos em que se comemoravam aniversários, casamentos e *chá-de-baby*. E por último, a contemplar a realidade das participantes do Orkut, estavam os *orkontros*, um momento de convívio entre os participantes desta esfera virtual que tinha como objetivo reunir o maior número de pessoas. Nesta secção quero dedicar especial atenção aos dois primeiros momentos por serem eles os mais frequentes e os mais importantes no processo de consolidação de laços.

Os encontros informais, na maioria das vezes marcados através das plataformas *online*, aconteciam em locais como Centros Comerciais, restaurantes, cafés e, nalguns

casos, na residência de alguém disponível para este fim. A escolha do lugar tinha várias motivações como, por exemplo, a atividade de lazer que se deseja realizar ou a comida escolhida para saborear. Apesar de haver uma grande expectativa que todos os convidados estivessem presentes, nem sempre as condições de deslocamento de todos os participantes eram observadas. Por muitas vezes, os critérios de escolha dos locais não levavam em consideração a proximidade das residências ou dos locais de trabalho, o que poderia sinalizar uma valorização de uma circularidade por diferentes espaços ao longo do perímetro urbano. Ora, sendo o desejo de construir um lugar de pertencimento em Portugal uma expectativa que marcava a experiência migratória, esperava-se que os amigos estivessem abertos a frequentar espaços que associavam a Portugal ou uma representação feita do país. Deste modo, os pontos turísticos eram especialmente valorizados por remeterem para uma experiência aparentemente cosmopolita, mas que pudessem manter ligação com o que entendiam caracterizar a vida de um estrangeiro em Portugal. Aqui a expectativa de visibilidade tinha um papel determinante pois, através do registo fotográfico e posterior publicação no Facebook, procurava-se transmitir aos parentes no Brasil e aos contactos em geral uma ideia de circularidade e abertura a um estilo de vida só possível cá.

Já os centros comerciais era outro ponto frequentemente escolhido, principalmente para aquelas interlocutoras que trabalhavam em horário comercial e não poderiam se deslocar durante a semana para outros espaços com limitação de horário. O frio também era um outro aspeto que levavam em consideração na escolha e por isso davam alguma preferência por locais fechados a época do inverno. Este espaço tinha para elas um significado muito mais funcional – pelo horário disponibilizado e por ser um espaço público e fechado – do que propriamente de consumo. Nestes encontros não presenciei qualquer intenção de fazer compras, embora noutras ocasiões frequentassem as suas lojas, principalmente, as de roupas com preços mais acessíveis. Era na zona da restauração que se dava algum consumo, aproveitando o espaço para realizar o convívio.

As reuniões à volta da mesa marcavam estes momentos. Quando se tratava de locais públicos davam preferência por refeições feitas nestes espaços. Embora algumas vezes escolhessem restaurantes de comida brasileira, estes eram uma opção mais frequente aquando da presença de muitos brasileiros, como era o caso dos *orkontros*. Nos encontros informais, que geralmente envolvia 5 ou 6 participantes, davam preferência

por restaurantes especializados em sushi. A diferença no preço da comida japonesa em relação ao Brasil era um aspeto valorizado, dando-lhes uma ideia de maior acessibilidade a esta refeição quando da vida pós-migração. Portanto, o lugar que desejam construir em Portugal proporcionava-lhes uma ideia de mobilidade social e abertura a um estilo de vida dinâmico, não restrito às experiências que estavam familiarizadas no Brasil.

Quando os encontros não eram em locais públicos, davam preferência por realizá-los na residência de alguém disponível ou num lugar em que só elas teriam acesso.⁶⁴ Aqui havia uma maior variedade nos pratos escolhidos para a refeição, predominando uma culinária que estavam habituadas a confeccionar. Por isto, existia maior abertura para refeições mais comuns em contexto brasileiro, embora a facilidade da preparação fosse um aspeto importante a ser levado em consideração. Preparava-se sandes, bolos, tartes, tortas doces e salgadas e o pão de queijo. As bebidas eram preferencialmente sumos, refrigerantes e vinho, geralmente, os de baixo teor alcoólico. O pão de queijo e o *Guaraná Antarctica*⁶⁵ eram dois produtos muito frequentes nestes eventos e poderiam ser os que mais acionavam «metonímias imaginadas» (Sobral, 2013) que reportavam-nas ao Brasil e às experiências vividas lá. Mesmo assim, pareciam não ter a mesma relevância que tinha o *pequi* para as goianas estudadas por Pereira (2009), onde este alimento tinha um papel importante na reativação de memórias e de uma identificação com a terra natal.

Neste contexto que aqui apresento, a comensalidade parecia atender muito mais os desejos de ativação de laços e reforço das relações do presente, compondo, deste modo, as expectativas de construção de um local de pertencimento. A escolha da ementa considerava dois elementos principais: a familiaridade com a confeção e a adequação a uma vida com muitas obrigações laborais e domésticas⁶⁶. Os pratos escolhidos significavam, portanto, uma ligação entre as suas referências, neste caso culinárias, e a experiência de viver em Portugal. Um aspeto importante a considerar é a quase inexistência de pratos que compõem o gosto alimentar dos portugueses ou que se constituem como símbolo de uma identidade nacional portuguesa como é o caso, por exemplo, do baca-

⁶⁴ Cheguei a participar de um desses encontros numa associação localizada na baixa de Lisboa.

⁶⁵ É um refrigerante brasileiro lançado no país na década de 1920. Chegou em Portugal no ano de 1996.

⁶⁶ O pão de queijo, por exemplo, era facilmente encontrado semi preparado em lojas de produtos brasileiros, o que facilitava a sua aquisição e consumo.

lhau (Sobral, 2013)⁶⁷. Mesmo que estes pratos compusessem as suas dietas do quotidiano⁶⁸, nestes momentos de reunião era-lhes dada pouca relevância. Este facto poderá reforçar ainda mais a hipótese de que este *lugar* a construir em Portugal não era uma mera reprodução das vivências no Brasil, mas sim um espaço simbólico e de pertencimento novo e particular.

Nestas oportunidades não havia restrições de assuntos, sendo a exposição sobre as experiências vividas uma parte importante da reunião. O Chefe mau pagador, a discussão com uma colega de trabalho, o mau-humor dos clientes, a briga com o marido e as interferências da sogra eram temas bem comuns. Falava-se também de algum membro que não estaria presente, conjecturando-se sobre o que teria levado a ausência. Aqui a fofoca aparece como um importante instrumento de controlo sobre quem realmente se faz presente no grupo. Aqueles/as que se distanciam eram sempre trazidos à discussão, especulando-se sobre um possível afastamento. Quando era um grupo de pessoas que trabalhavam juntas, como era o caso da associação que acompanhei, falava-se do dia-a-dia dos trabalhos, dos problemas dos associados e das dificuldades enfrentadas junto dos órgãos portugueses. Se algum/a participante tivesse ido recentemente ao SEF ou ao consulado, falava-se da espera, do mau atendimento e da quantidade de documentos solicitados. Havia também momentos de grande descontração. Contava-se sobre alguma viagem realizada ou algum passeio animado que tiveram a oportunidade de fazer. Falavam também das pequenas conquistas como, por exemplo, bens materiais que conseguiram comprar ou a vinda de algum parente para uma visita. Portanto, estes encontros eram fundamentais para a partilha de experiências e, desta forma, manterem-se conectadas semelhante a experiência de socialidade da qual nos fala Cecília McCallum (1998). Nas palavras da autora sobre a alteridade e sociabilidade entre os Kaxinauá a «socialidade é um estado momentâneo na vida social de um grupo, definido pelo sentimento de bem-estar e pelo auto-reconhecimento como um grupo de parentes em plena forma» (McCallum, 1998, p.129).

⁶⁷ No artigo «O *'fiel amigo'*: o bacalhau e a identidade portuguesa», Sobral (2013) faz uma rica reconstrução genealógica dos diversos motivos que levaram ao Bacalhau constituir-se símbolo de uma identidade nacional portuguesa.

⁶⁸ De acordo com o que foi possível acompanhar, a dieta portuguesa foi aos poucos fazendo parte de suas experiências quotidianas, principalmente entre as mulheres casadas ou em relacionamento com portugueses. A rotina de trabalho na proximidade de restaurantes de comida portuguesa também era outro fator que aproximava-as desta culinária.

Semelhante a dinâmica das associações 12 passos (Frois 2007) - onde pessoas com algum tipo de adição partilham experiências comuns na expectativa de superar a dependência – expor o quotidiano e os problemas enfrentados era prática valorizada como forma de superação. Ao mesmo tempo, a capacidade de conseguir desenvolver um assunto sem precisar explicar o contexto ou as tensões vividas no quotidiano davam-lhes um *à vontade* para expor a vida nestes grupos. Expressões como «*tu sabe como os portugueses são, né?*» ou ainda «*tu sabe como brasileira é vista, né?*» apareciam frequentemente como *muletas de linguagem* imprimindo ao interlocutor um conhecimento de causa e a partilha de uma mesma opinião, só possível num grupo com grande coesão. Parte-se do princípio que todas ali entenderão seus dilemas e, principalmente, contarão com a solidariedade dos/as participantes. Periodicamente fazem um contraponto entre as pessoas do grupo de amigos e o restante dos seus contactos quotidianos. Catarina, por exemplo, sempre que relatava situações desconfortáveis vivenciadas no trabalho dizia: «*Eles não entendem! Já cansei de explicar!*», referindo-se aos colegas de trabalho portugueses que lhe exigiam simpatia com os clientes homens. Acreditando que, tal como ela, as amigas brasileiras acreditavam que a simpatia precisava ser controlada para se protegerem de futuras situações de preconceito, Catarina via naqueles encontros uma oportunidade de receber o apoio e a solidariedade que não tinha em outras situações.

Um outro tipo de contacto *face-a-face* que ajudava a selar a amizade era os encontros celebrativos⁶⁹. Pela sua característica, aconteciam com menor regularidade do que os encontros informais, mas eram bastante frequentes. Aniversários, casamentos, festas de despedidas de solteiras, chá-de-baby e chá-de-casa nova são alguns dos eventos que tive a oportunidade de participar. As ausências nestes encontros eram ainda mais difíceis de tolerarem por estes serem acontecimentos importantes na vida pessoal de cada uma. Na ausência de boa parte dos familiares que estão no Brasil, os amigos e amigas assumem o papel de testemunha destes momentos vividos e, por isso, imprime-se um carácter de maior obrigatoriedade na participação.

Estes eventos tinham características um pouco diferentes dos anteriormente descritos. O número de pessoas envolvidas e participantes podiam ser bem maiores e, geralmente, contavam com a presença de todo o universo de contactos de um indivíduo. Pelo seu carácter mais abrangente, poderiam estar presentes familiares do cônjuge, ami-

⁶⁹ Num dos capítulos desta tese mostro com mais riqueza de detalhes os preparativos para um destes momentos, a festa de aniversário dos filhos.

gos dos amigos, vizinhos e pessoas que faziam parte da sua rede de contactos diários, como por exemplo, colegas de trabalho. Nestas festas, mais dos que nos encontros informais, havia um significativo número de cidadãos de outras nacionalidades, predominantemente, portuguesa. Quando a proponente do evento mantinha relacionamento/casamento com cidadão português, a presença de familiares e amigos do companheiro/esposo era frequente, principalmente, quando se tratavam de festas de aniversário dos filhos/as. Em situações em que o marido era brasileiro, o número de cidadãos portugueses presentes era mais reduzido, geralmente, limitando-se aos cônjuges, namorados/as e companheiros/as de algum/a convidado/a.

Nas ocasiões em que fui convidada para participar de encontros celebrativos, os lugares à mesa ou no espaço da festa eram distribuídos tendo em conta as afinidades entre os presentes, mas mesmo assim não havia a mesma descontração dos encontros informais. Nestas situações, fui direccionada para mesas com brasileiros e, na maioria das vezes, sentei-me junto de pessoas que eu já teria tido algum tipo de contacto ou com outras interlocutoras nesta tese. Mesmo neste ambiente de pessoas com relativa proximidade, a interatividade era bastante reduzida pelo, acredito, carácter do evento e presença de acompanhantes de convidados que eram desconhecidos para a maioria dos presentes à mesa.

As proponentes do encontro eram as que menos estavam abertas à interação e diálogo por estarem responsáveis pela organização e logística do evento. Nestes momentos esperava-se contar com apoio, principalmente na decoração ou elaboração dos pratos, de amigas brasileiras. Este auxílio era um outro aspeto constituinte do que entendiam *fazer-se presente*. Mostrar disponibilidade em preparar convites, decoração da mesa, bolos e doces era algo valorizado e que alimentava o sentimento de solidariedade que esperavam ter dos/as amigos/as. Sobre esta expectativa, acompanhei desentendimentos e ruturas de amizade por haver desacordo quanto a participação na preparação destes encontros. Um caso bem ilustrativo aconteceu num casamento, onde a noiva sentiu-se ofendida pela pouca ajuda que acreditou ter na ornamentação do espaço. Após o evento uma acalorada discussão sobre todas as anteriores ausências e supostamente pouca ajuda que teria existido em outras celebrações levou a uma rutura definitiva de uma relação de amizade entre três das minhas interlocutoras.

Aqui, *fazer-se presente* através da presença física e ajuda mútua, mais do que a interatividade, era o marco dos encontros celebrativos e para onde giravam parte das

expectativas de uma *amizade verdadeira*. Como trabalharei com mais detalhes num dos capítulos desta tese, estes momentos tinham uma dimensão importante para uma melhor visibilidade e interlocução no mundo português e, por isso, as expectativas em torno da presença dos amigos ganhava ainda mais força. A partilha, neste caso, significava viver em conjunto uma etapa importante da vida e dividir o esforço para que esta celebração acontecesse de modo a contemplar as outras aspirações dentro do projeto migratório. A ausência poderia indicar desconexão e desapego, desencadeando conflitos e desentendimentos nocivos à continuidade da relação.

4.3 - A proximidade num clique

A conexão através dos veículos de comunicação como a Internet era uma outra forma bastante valorizada de *fazer-se presente*. Aqui manterem-se atualizadas sobre a vida dos amigos através das informações disponibilizadas nos *sites* de interatividade virtual era compreendido como um ritual a ser seguido para a permanência da relação de amizade. Para este aspeto, exigia-se um certo domínio das ferramentas de interação nas plataformas virtuais como Orkut e Facebook. Fazer um comentário numa foto partilhada, dar um *gosto*⁷⁰ num comentário e responder as mensagens instantâneas eram as principais manifestações entendidas como sinal do interesse em permanecerem conectadas.

Uma das características da chamada «segunda vaga» (Malheiros, 2007; Peixoto *et al* 2015) era a variedade geográfica onde estabeleciam residência e, embora dessem preferência aos grandes centros urbanos (Malheiros 2007), procuravam fixar-se em diferentes zonas das cidades que atendessem as suas necessidades de moradia de baixo-custo. Tal como a generalidade dos imigrantes brasileiros estabelecidos em Portugal no início do século XXI, grande parte das mulheres que acompanhei também partilhavam dessa variedade geográfica e, por isto, a Internet assumia um papel importante no estabelecimento das relações porque facilitava a interatividade entre pessoas geograficamente mais distantes. Soma-se a este facto as particularidades do quotidiano marcado por grandes jornadas de trabalho tanto fora como dentro do espaço doméstico. Não

⁷⁰ Esta forma de interação é muito comum entre os utilizadores do Facebook, onde um clique na ferramenta «gosto» pressupõe interesse no que foi partilhado.

sobrando muito tempo para *fazer-se presente* fisicamente nos encontros, o contacto através da Internet era fundamental para cumprirem as exigências que impunham a estas relações. Como nos chamou a atenção Dornelles (2006) sobre o caso do Orkut, este tipo de plataforma virtual encarna uma terceira forma de sociabilidade que rompe com a necessidade de ligação tempo-espacial para o encontro social. Deste modo, estas mulheres tinham nestes *sites* uma ferramenta que atende as suas necessidades de romper com as limitações de tempo e proximidade geográfica que a vida de imigrante trabalhadora lhes impunha.

No início do terreno, as mulheres acompanhadas utilizavam, sobretudo, o Orkut como ferramenta de interação virtual, dedicando horas diárias em debates nos fóruns de discussão. Ao firmar uma aproximação, o contacto passava a ser também através dos perfis pessoais, utilizando a ferramenta «tornar-se amigos» disponibilizada pelo *site*. Ser amigo no Orkut implicava acesso às fotos publicadas, aos comentários e a possibilidade de enviar e receber «*scraps*»⁷¹. Enviar e receber depoimentos era também outra ferramenta possível dentro do *site* e era bastante utilizada entre as mulheres que acompanhei por possibilitar uma maior privacidade, já que as mensagens eram visíveis apenas às pessoas a quem era endereçada. *Fazer-se presente* através do Orkut era fazer algum comentário numa foto publicada, mandar um recado periodicamente e comentar privadamente sobre algum assunto abordado nas comunidades em que se era membro. Com o passar do tempo e acompanhando as transformações no *ciberespaço*, deu-se um processo de transferência para o Facebook e boa parte das interlocutoras direcionaram suas atenções para este espaço virtual. Mesmo entre as participantes da *comunidade brasileiras* esse *site* teve grande adesão. Embora com diferenças nas ferramentas de utilização, a dinâmica do *fazer-se presente* era semelhante, voltando as atenções para as fotos disponibilizadas, os comentários realizados e as mensagens trocadas.

Portanto, manter um contacto periódico através das redes sociais virtuais era um importante instrumento de consolidação dos laços. Esperava-se conexão nos gostos e partilha de experiências, onde o domínio dos *sites* especializados na interatividade virtual era o ponto de partida e por onde as relações continuariam ativas, mesmo aquando da existência de barreiras de tempo e espaço.

⁷¹ Em tradução livre quer dizer recados.

4.4 - Partes de um mesmo processo

Uma experiência marcante que perpassou todas as etapas do terreno foi acompanhar o rompimento das relações de pessoas que eram aparentemente próximas. Em várias situações tive a oportunidade de testemunhar desentendimentos, discussões e conflitos envoltos em grande entrega emocional que ajudava, assim, a compor todo o cenário destas relações. Ora, se uma das expectativas eram manter relações fortes e duradouras, era curioso observar como, apesar das afinidades e da aproximação estabelecida, as amizades eram desfeitas com grande regularidade. Aos poucos fui percebendo que fazer e desfazer amizades eram partes de um mesmo processo que é em si dinâmico. Se ter amigos é uma expectativa dentro do projeto migratório, o rompimento de uma amizade acompanha as mudanças que o próprio projeto vai tendo ao longo de toda a trajetória migratória.

O percurso das mulheres sujeitos dessa pesquisa, tal como apontado anteriormente, em que o deslocamento internacional se constituiu como um projeto pioneiro no seio familiar e entre o circuito de suas relações, implicou em trajetórias migratórias elaboradas de forma relativamente autónoma e apoiadas numa pequena rede de contatos pouco organizada e bastante fragmentada. Este facto exigia-lhes grandes esforços em estabelecer e alargar uma rede social e de amizade capaz de ajudar na instrumentalização inicial da vida em Portugal. No entanto, para além desta expectativa de construir uma rede de apoio, nutriam grande desejo em construir fortes e sólidos laços de amizade capazes de estabelecer um elo entre o lugar de origem e um lugar de pertencimento que passaram a almejar construir em Portugal. Eric Wolf (2011), ao trabalhar sobre as relações de amizade, argumenta que, ao contrário do vínculo de parentesco em que o laço é forjado numa situação atribuída e produto da sincronização social adquirida no curso da socialização, a amizade é uma ligação adquirida. Para as mulheres aqui estudadas, a aquisição de uma rede amigos se torna desafiante porque, ao mesmo tempo que desejam estabelecer um vínculo afetivo semelhante aos que tinham no país de origem, no processo de mobilidade deparam-se com um universo de representações homogeneizantes sobre as brasileiras das quais desejam afastamento. Por conseguinte, estabelecem um criterioso sistema de classificação dos sujeitos por viverem em constante estado de

incerteza se estes partilham de um mesmo universo de valores e significados sobre a experiência de ser brasileira em Portugal. Portanto, estas amizades são periodicamente filtradas porque, mesmo tendo características semelhantes ao que Wolf (2011) chama de amizades emocionais, ou melhor, vínculos que procuram uma satisfação emocional mútua, há uma constante avaliação se os potenciais amigos correspondem à imagem positiva que ambicionam construir.

Ao longo deste capítulo apresentei algumas situações onde, depois de algum tempo de contato, amizades eram desfeitas. Embora os motivos variassem, foi possível observar que o processo era bastante semelhante: mudança nas expectativas em relação ao projeto migratório, ausência prolongada culminando em afastamento presencial ou virtual, desentendimentos e rompimento definitivo ou temporário. E aqui, tal como nos fala Wolf (2011) sobre as amizades emocionais, a intensidade da relação apresenta uma tendência em dissolvê-la. Como ambicionavam ter fortes laços, mas as aspirações iam alterando-se ao longo da experiência vivida em Portugal, as dificuldades de se *fazer presente* surgiam conforme apareciam outras prioridades e objetivos, desencadeando os desentendimentos ou desconexões por não ser a amizade atualizada.

Neste capítulo procurei mostrar, através do dinamismo do processo de constituição da amizade, que os atores sociais acompanhados nesta pesquisa estão, a todo momento e de diferentes maneiras, articulando categorias, elaborando ou (re)atualizando classificações para dar vazão ao desejo de um novo espaço de interlocução em Portugal. Os amigos, como peças fundamentais para encontrar os sentidos e significados deste novo lugar, são avaliados, categorizados e classificados periodicamente, desde a fase inicial de aproximação e até mesmo quando a amizade já foi concretizada. Embora aqui a grande aspiração seja construir um elo forte e duradouro capaz de reconhecer o interlocutor como um amigo de verdade, os referenciais trazidos e os elaborados no país de acolhimento vão ditando os critérios para estabelecer e manter uma relação.

Capítulo IV

Os contornos da linguagem em contexto de mobilidade

«(...) Quanto mais o tempo passa, mais eu me sinto estrangeira. Cada vez mais eu tenho consciência do meu sotaque, de que minha voz é uma ofensa para o ouvido deles...»
(Alex – Personagem no filme «Terra Estrangeira», de Walter Sales)⁷²

Numa passagem do filme *Terra Estrangeira* a personagem Alex, interpretada pela atriz Fernanda Torres, descansa num miradouro depois de uma noite inteira de trabalho num restaurante e, admirando a cidade de Lisboa, reflete sobre a experiência de ser brasileira em Portugal. Ao referir sobre o modo como percebe a receção do seu sotaque, expõe a sua forma de ser e de se sentir imigrante e brasileira. Sendo o sotaque a forma principal e mais evidente de identificar um brasileiro no país, as palavras da personagem podem lançar luz sobre a forma como os imigrantes vão tomando consciência da sua condição de «outro» e um «outro» que, por partilhar uma história e uma identidade comuns, se distingue, como coletivo, da maioria dos habitantes do estado-nação em que agora reside e se sente discriminado por estes (Triandafyllidou, 2006).

Mesmo antes da minha chegada a Portugal, a minha tia – residente no país há mais de 20 anos – preocupava-se por me passar o máximo de informações, sobretudo, palavras e expressões ditas em português europeu. Havia, por parte dela, um grande receio de que eu vivenciasse alguns constrangimentos com que ela própria tinha tido contato. Naquela mesma altura, ela tinha sido reprovada numa entrevista de emprego na área de telemarketing por, mesmo possuindo cidadania portuguesa, não falar tal como um cidadão nascido em Portugal. Apesar de todo este esforço e de terem sido poucas as minhas más experiências, lembro-me especialmente de uma que me aconteceu num café, nos arredores de Lisboa. Na ocasião, dirigi-me até o balcão e solicitei à empregada de mesa um «canudo». «Desculpe?», disse-me ela, obrigando-me a repetir por mais duas vezes o meu pedido. Quando já me preparava para fazer uma quarta vez, a senhora vira-se, pega no «canudo» e diz-me, de maneira áspera e pouco satisfeita: «Cá em Portugal, diz-se *palhinha*». Claramente, a senhora tinha ficado incomodada e expressou isto através do

⁷² Filme *Terra Estrangeira*, 1996, com direção de Walter Sales e Daniela Thomas.

ar aborrecido com que me ouvia repetir a palavra «canudo». Ao mostrar insistentemente a sua incompreensão – e aqui não posso precisar se realmente ela não sabia do que se tratava – indiretamente, estava a atestar a minha não pertença através do meu desconhecimento. Enfatizou a minha condição de «outro» ao dizer-me «cá em Portugal, diz-se palhinha» como quem diz: «nós, os portugueses, dizemos palhinha», «nós, diferentemente de vocês, dizemos palhinha».

Mesmo que eu tentasse olhar para estas duas situações como factos isolados, encarando-as como cuidados excessivos de uma tia zelosa e uma possível reação instintiva de uma empregada de mesa cansada depois de um longo dia de trabalho, essas experiências pessoais, inevitavelmente, levaram a que eu ficasse bastante à vontade quando encontrava brasileiros/as que faziam estas adaptações ao vocabulário. No entanto, fui percebendo que muitas das brasileiras com quem eu ia interagindo no quotidiano procuravam não só utilizar o vocabulário como também aproximar-se da entoação e do modo de falar que eu associava ao povo português⁷³. O meu primeiro contato com alguém que fazia o que chamarei de «*aproximação à fala do povo português*»⁷⁴ deu-se com Flávia, uma amiga de minha tia. Na altura ela trabalhava num Centro Comercial de Lisboa como vendedora numa loja de roupas. O nosso contato dava-se unicamente a nível informal e, por isso, não tive a oportunidade de conviver com ela em outros

⁷³ Aqui é importante destacar que, embora consciente das variações linguísticas manifestas na língua portuguesa, neste capítulo trabalharei numa perspetiva uniforme quanto às variações nacionais e, por isso, não me irei ater às variedades internas existentes tanto no Brasil como em Portugal. Estou ciente de que, linguisticamente, há várias formas dialetais identificadas em Portugal, mas a aproximação à pronúncia da qual me refiro compreendia o modo de falar o português europeu característico de uma área urbana que corresponde aproximadamente ao eixo Lisboa-Coimbra. Esta escolha justifica-se porque boa parte das brasileiras com quem contatei não mostrou dar atenção às diferentes variações linguísticas existentes em Portugal, tratando uniformemente o português falado neste país. As suas referências eram construídas através da interação com o meio social com que iam tendo contato e através dos veículos de comunicação social, nomeadamente, a televisão. De acordo com o que me foi possível observar, os canais televisivos, com exceção dos declaradamente regionais como, por exemplo, Porto Canal e RTP Madeira, procuram utilizar uma pronúncia comum às zonas mais urbanizadas do eixo Lisboa e Coimbra. Esta variação, aliás, é tida em Portugal como a mais correta e, portanto, mais emblemática do português falado no país. Como abordarei ainda neste capítulo, esta percepção uniforme do português falado em Portugal levava-as a não terem em conta as variações da língua oriundas de diferentes meios sociais e, por isso, por vezes, estavam mais sujeitas a determinados conflitos relativos ao modo como os portugueses percebem as suas variações internas e como atribuem prestígio a determinadas variações. Mesmo assim, opto por falar de uma variação uniforme porque foi deste modo que compreendi a forma como as minhas interlocutoras lidavam com o assunto da aproximação ao modo de falar dos portugueses.

⁷⁴ Opto por chamar "aproximação à fala" por compreender que o que é tratado neste capítulo é muito mais do que modo como os fonemas de uma determinada língua são falados. Por vezes as tensões no quotidiano que falarei aqui aparecem no vocabulário e léxico, assinalando que não se trata apenas do sotaque ou pronúncia diferentes do português de Portugal. No entanto, utilizo por vezes a palavra sotaque porque foi assim que se revelou com mais intensidade no terreno.

ambientes que não a casa de minha tia aquando das suas visitas. Mesmo neste ambiente de informalidade, Flávia parecia fazer um esforço para se aproximar do que, no meu entender, era o sotaque português.

Apesar de reparar que muitas das pessoas com quem eu ia convivendo faziam a *aproximação à fala portuguesa*, isto só se transformou numa questão analítica a partir de um «*imprevisto*» (Viegas e Mapril, 2012)⁷⁵. Para aproximar-me das participantes mais ativas da comunidade do Orkut, determinei que iria escolher inicialmente residentes na cidade de Lisboa e arredores e, deste modo, cheguei até Madalena. Solicitei amizade⁷⁶, expliquei o porquê desta aproximação e pedi um contato telefónico para marcarmos um café. Como previamente combinado, telefonei-lhe. Do outro lado da linha, uma mulher de voz firme atende:

- «*Estou sim?*»⁷⁷.

Acreditando que tinha ligado para o número errado, demoro a expressar alguma reação. Ouço do outro lado:

- «*Tô, Tô!*». ⁷⁸

Ainda com receio de ter cometido um engano, solicito: «*Bom dia, por favor, gostaria de falar com a Madalena...*».

- «*Sim, sim*», responde-me do outro lado.

- «*Oi, Madalena, aqui é a Gleiciani, da comunidade do Orkut, tudo bem? Eu tinha prometido que telefonava...*»

- «*Olá, Gleici. Tás boa?*»

- «*Está tudo bem, sim. E você?*»

A conversa continuou por breves minutos, só o tempo mesmo de marcarmos o café. Desliguei o telefone e ainda me questionava se tinha mesmo falado com a mulher que eu procurava. Refiz na minha memória toda a conversa que tivemos. A mulher com

⁷⁵ Viegas e Mapril (2012), a partir do conceito de mutualidade, propuseram para alguns antropólogos que pensassem determinados acontecimentos inesperados no terreno não como «anedotas», mas como ferramenta de reflexão e elaboração de perguntas etnográficas. Para os autores, é importante estar atento a «dimensão processualista e intersubjetiva do conhecimento onde os imprevistos se integram: o facto da etnografia se produzir no seio das relações sociais» (Viegas e Mapril, 2012).

⁷⁶ Esta era uma ferramenta do *site* Orkut que dava acesso ao perfil pessoal dos também utilizadores da plataforma virtual.

⁷⁷ No português do Brasil a interjeição mais utilizada nesta situação é o «Alô».

⁷⁸ Interjeição muito utilizada na linguagem informal do português de Portugal numa abreviação do «Estou sim!».

quem falei reconheceu-me e prontificou-se a marcar um local e uma data para o café sem questionações de maior. Era ela. Mas eu continuava na dúvida. Aquelas expressões e aquela forma de falar ao telefone não eram o que eu estava à espera. Não reconhecia aquele sotaque como brasileiro e se ela não me tivesse reconhecido ou se tivesse tido dúvidas sobre o assunto a ser tratado no telefonema, eu diria que era uma mulher portuguesa. Nada naquela conversa, a não ser a certeza de ter falado com alguém que reconheceu de quem e do que se tratava, me fazia acreditar que eu estava a falar com uma possível interlocutora.

Quase dez anos depois da minha chegada a Portugal, grávida do meu primeiro filho, encontrava-me numa sala de hospital para a primeira ecografia e respondia às perguntas da *praxe* nestas situações. Como habitualmente acontece, sou indagada sobre o tempo de residência em Portugal. Ao ouvir toda a conversa, o médico ao meu lado questiona-me: «*mas por que você não fala português?*» Num primeiro momento, esta questionação causou-me bastante incómodo. E, posteriormente, ao debruçar-me analiticamente sobre ela, constato que a situação e a minha reação eram muito similares ao que me fora descrito por muitos brasileiros/as com os/as quais contatei ao longo desta pesquisa. Muitas vezes ouvi relatos, alguns bastante indignados, de situações em que presenciaram a dificuldade de alguns portugueses em nomear a língua falada no Brasil como português. Embora eu acredite que não houvesse má intenção na pergunta, muito provavelmente reflexo da surpresa pelo meu tempo de residência, a sua existência, por um lado, e o incómodo que eu e outros brasileiros sentimos, por outro, indicam as fricções existentes na relação entre brasileiros e portugueses na utilização de uma língua comum em Portugal. É na fala, enquanto uma expressão corporal e não apenas na mera utilização da língua em si, que incide uma disputa que pode ameaçar tanto a ordem política e social em Portugal como a forma de identificação nacional dos brasileiros residentes no país.

Neste capítulo, recorro à *aproximação ao português europeu* - um dado etnográfico com que me deparei ao longo da pesquisa - para ampliar a reflexão sobre as estratégias de negociação de um outro espaço de interlocução em Portugal. Aproximar-se pode significar uma incorporação gradual fruto do contato diário com o português falado em Portugal, mas também pode constituir-se como forma de encontrar diferentes espaços de agencialidade no seio das tensões que surgem no contato entre portugueses e brasileiros em Portugal. Sendo a fala uma expressão corporal que, no caso dos/as brasi-

leiros/as residentes no país, identifica imediatamente a sua origem nacional, procurarei abordar como estas imigrantes se deparam e se posicionam diante das disputas políticas e ideológicas acerca da língua e dos seus diferentes usos. O meu interesse, portanto, não é tanto observar como os sujeitos absorvem naturalmente o modo de falar o português europeu, mas mostrar quais as implicações destas transformações no ato da fala. Como pano de fundo, trabalharei como o português do Brasil pode interpelar nos portugueses a noção da língua como valor e património, o que no plano da interação quotidiana aciona atritos que reforçam entre os brasileiros a noção de que são alvos preferenciais de discriminação e preconceito. Assim, *forçar um sotaque português* - para utilizar uma expressão recorrente entre os sujeitos desta pesquisa para assinalar o esforço de tentar falar de forma semelhante à dos portugueses - não é uma simples assimilação numa tentativa de querer passar por cidadão português e, muito menos, uma negação da sua origem nacional. É antes encontrar o seu espaço num terreno de disputa ideológica e política que tem na língua uma forte expressão.

1 - Aproximando-se ao modo de falar dos portugueses

Embora muito se fale de ser a língua comum um facilitador da inserção dos brasileiros na sociedade portuguesa, a minha inserção no terreno evidenciou que, através do ato da fala, portugueses e brasileiros deparam-se em Portugal com disputas políticas e ideológicas que acabam, muitas vezes, por se constituírem em mais um desafio à convivência e à interação. Se Triandafyllidou (2006) tem razão ao afirmar que a identidade nacional se concebe num processo dialético que, por um lado, implica similaridade e partilha de características comuns e, por outro, implica diferença ou uma autoconsciência daquilo que não se é, os imigrantes têm assim um papel importante no modo como a sociedade de acolhimento determina aquilo que lhe é ou não familiar. No caso do contexto migratório aqui estudado, um facto muito marcante na experiência quotidiana dessas mulheres é sentirem-se como permanentemente «*outro*» (Bhabha, 1994; Dick, 2011), ou melhor, como alguém não enquadrado num esquema de representações do que é ser cidadão nacional e, na medida em que a sua diferença é evidenciada, estarem mais sujeitas a experiências negativas de preconceito. O desconforto que sentem pode ganhar contornos ainda mais fortes por ser no ato da fala, uma das primeiras expe-

riências de interação, o lugar onde as fronteiras são estabelecidas e, por vezes, utilizadas como um critério de discriminação.

A fala é, em Portugal, a primeira e mais evidente marca de identificação de um(a) brasileiro(a) no país. O seu reconhecimento imediato é marcante na experiência destes atores sociais porque passa por um plano sensorial primário - onde falar é uma das primeiras etapas da interação - e, ao mesmo tempo, invoca um reconhecimento histórico advindo da constante circulação de pessoas, bens e serviços entre os dois lados do Atlântico. Por isto, falar, para os brasileiros em Portugal, envolve uma comunicação em sentido amplo, onde se aciona a interação mas também uma história comum entre Brasil e Portugal. Sobre este aspeto distintivo, Bourdieu (2008) propõe que a fala está ligada a possíveis especificidades corporais que particularizam os indivíduos face ao grupo nacional dominante. No caso das brasileiras, este instrumento de interação, tal como outras especificidades corporais como, por exemplo, as expressões da face (sorrir, expressão do olhar, olhar nos olhos, etc) e movimentação do corpo particularizam-nas face ao dominante português. Do mesmo modo, enquanto traço que marca a aparência corporal, é parte de um todo na interação, o que permite a estes sujeitos serem identificadas como diferentes, como um «outro». Por isto, é possível dizer que a fala colabora para que os brasileiros tenham uma experiência corporal e interpessoal única que tem grande influência no modo com que passam a pensar o mundo e a sua presença nesse mundo.

Para boa parte das mulheres com quem convivi nesta pesquisa, o ato da fala é mais do que um demarcador nacional de diferença. Ele pode constituir-se num momento onde são postas em evidência outras dinâmicas de desigualdade em função das assimetrias de classe, género e posição social das quais poderão estar sujeitas. Quando a demarcação de fronteiras simbólicas se somam a relações de desigualdade e surgem num campo de tensões e disputas políticas e ideológicas em torno da língua, o quotidiano pode ser marcado por um constante estado de alerta, obrigando-as a empreenderem estratégias conforme as experiências que vivem no dia-a-dia. Para indivíduos que já se sentem invisibilizados (Soares *et al*, 2005)⁷⁹ por terem projetadas sobre si imagens estereotipadas que põem em segundo plano o que a particulariza como ser, as tensões quotidianas em torno do ato da fala ganham relevância no modo como se relacionam no universo português e constroem as suas práticas de interlocução.

⁷⁹ Sobre a ideia de «invisibilização» de Soares *et al* (2005), consultar capítulo III.

2 - Os embates no mundo do trabalho

Numa das minhas conversas com Catarina, uma cearense, residente em Portugal há 8 anos, ela falava-me animada sobre uma situação que tinha experienciado no dia anterior. Segundo ela, ao ser atendida numa loja de produtos eletrónicos, apercebeu-se que a funcionária era brasileira, mas que, tal como ela, a sua forma de falar, as expressões utilizadas e a entoação aproximavam-se do modo português de utilizar oralmente a língua. Dizendo-se contente por ter encontrado alguém que entenderia e partilhava da sua opção de adaptar a fala, Catarina resolveu aproximar-se e perguntar se a funcionária concordava com ela que falar daquele modo fazia com que elas fossem mais aceites em Portugal. Catarina, entusiasmada com a resposta positiva e contundente da funcionária, intercalava a sua narrativa descrevendo-me o episódio e, ao mesmo tempo, tentando refletir sobre a sua própria experiência de procurar falar de um modo mais próximo do português. De acordo com a sua maneira de encarar o assunto, acreditava que fazer este exercício, principalmente nos momentos de interação com portugueses, fazia com que ela tivesse mais credibilidade. Para ela, este modo de falar era uma forma de passar mais confiança ao interlocutor. Nas suas palavras: «demonstra que está aqui há algum tempo e sabe do que se está a falar. Quando falo com um Sr. Dr. e falo parecido com um português, ele vai perceber que eu sei do que estou a falar.»

Para que eu entendesse melhor o seu posicionamento, Catarina relatou que, numa conversa com sua instrutora do ginásio, também ela brasileira, ouviu que o seu sotaque não parecia brasileiro e que nada tinha a ver com o sotaque de dois outros alunos cearenses recém-chegados em Portugal. Continuou a explicar-me que a instrutora só dizia aquilo porque a sua profissão não lhe exigia fazer este esforço de aproximação ao sotaque português. Para ela, a instrutora exercia uma atividade em que ser brasileira era avaliado de forma muito positiva, pois as brasileiras eram muito requisitadas, principalmente, para dar aulas de dança e aeróbica. Ao contrário da sua instrutora, Catarina dizia ser a única brasileira no seu local de trabalho e que sentia como se a todo momento precisasse de mostrar a sua competência.

Na altura desta nossa conversa, Catarina trabalhava como rececionista num hotel, mas quando a conheci, em 2006, era empregada de mesa num café. Por todo o

período que esteve em Portugal, esta interlocutora trabalhou com atendimento ao público e, por isso, a sua forma de perceber o mundo à sua volta era indissociável das suas experiências vividas no mundo do trabalho. De acordo com a sua avaliação, diferentemente do que acontecia com a sua instrutora, as pessoas com quem contactava no trabalho não estavam necessariamente à procura de um serviço onde a mão-de-obra brasileira era valorizada e, por isso, a estratégia de adaptar o modo de falar era fundamental para que a sua presença e o seu serviço não fossem questionados. Sobre este aspeto, Catarina relatou-me uma situação que a marcou bastante. No hotel em que trabalhava havia uma sala com computadores reservada exclusivamente para clientes, mas, num determinado dia, encontrou a utilizá-los um homem que não reconhecia na lista de hóspedes. Ao aperceber-se da presença desse estranho, aproximou-se e perguntou-lhe se era cliente da empresa. Aborrecido, ele responde que sim, mas Catarina pede para confirmar o número do quarto em que estava hospedado. Com ar bastante aborrecido, o homem responde-lhe: «*O que você está cá a fazer? Volte para a sua terra mas é!*». No seu modo de compreender, Catarina acreditava que o homem, ao perceber que se tratava de uma mulher brasileira, se sentira no direito de questionar as normas do hotel, bem como a sua presença em Portugal. Fundamentava a sua opinião pelo facto de um colega português ter vivenciado a mesma experiência com o mesmo senhor e este se ter retirado em silêncio.

Como acontecia com Catarina, boa parte das mulheres com quem convivi no *terreno* desenvolvia atividades profissionais que lhes exigiam um contato direto e permanente com o público e esta posição deixava-as mais propensas a vivenciar situações de preconceito. Em muitos casos, a condição de vulnerabilidade laboral e a dependência deste vínculo para renovar autorização de residência, faziam com que não se sentissem encorajadas a manifestar qualquer reação. Eu mesma, quando trabalhei numa loja no bairro de *Campo de Ourique*, em Lisboa, vivi experiências de tensão neste embate do quotidiano e, posteriormente, ouvi as minhas interlocutoras narrarem que lhes havia acontecido algo semelhante. Não raro, atendi senhoras que chegavam muito simpáticas e sorridentes e me faziam perguntas sobre produtos expostos na montra, mas ao ouvirem-me mudavam completamente de expressão facial, esboçando incómodo e desconforto. Nalgumas vezes estas clientes não esperavam que eu terminasse de explicar o que me havia sido perguntado e dirigiam-se para outro espaço da loja ou abandonavam mesmo o local. Vendo a situação constrangedora, uma colega de trabalho portuguesa tomava a iniciativa de prosseguir com o atendimento, evitando assim que perdêssemos

uma venda. Nesta mesma loja, convivi com uma outra colega brasileira que costumava substituir-nos nas folgas e que, já há mais tempo em Portugal, tinha um sotaque muito próximo ao que eu entendia ser o sotaque português. Tal como Catarina, ela também chegou a confessar-me que se sentia mais bem tratada pelos clientes após ter incorporado aquele modo de falar. Atribuindo-o apenas ao tempo de estada em Portugal – estava há 8 anos no país – esta colega também acreditava que o sotaque lhe possibilitava uma maior aceitação.

Tensão semelhante à que experienciei foi passada por Rosana, uma interlocutora natural de São Paulo. Quando trabalhava em empresas de telemarketing, Rosana dizia ter vivido várias experiências em que alguns clientes não aceitavam falar com ela ao telefone. «*Passe-me a chamada para um português*», diziam-lhe alguns. Já em outras situações diziam não querer falar com brasileiras porque não acreditavam no que lhes estava a ser dito. Tal como Catarina, esta interlocutora também acreditava que muitos clientes não sentiam confiança relativamente aos serviços oferecidos por brasileiros. Rosana confessava-me que, no período em que trabalhava nas empresas de telemarketing, em que o atendimento era direcionado para o público português, o seu modo de falar era mais «*aportuguesado*». Acreditava que este facto ajudava a diminuir o número de casos de clientes que não aceitavam ser atendidos por ela.

Apesar do contato direto e constante com o público proporcionar maior exposição a estas situações, Rosana dizia ter sofrido outros constrangimentos quando trabalhava como ama. Contou-me que, numa dessas experiências de trabalho, cuidava de duas crianças oriundas de uma família com uma situação financeira bastante confortável. Ela e as crianças passavam muito tempo juntas, porque os pais trabalhavam bastante, e, mesmo aos fins de semana, solicitavam que os acompanhasse nos passeios da família. Quando as crianças atingiram a idade escolar, a professora de um deles enviou um recado aos pais exigindo que estes tivessem atenção porque as crianças estavam a falar «*em brasileiro*»⁸⁰. Ao contar-me a situação Rosana ressaltava «*as crianças passavam a maior parte do tempo comigo. Era natural que eles apanhassem uma ou outra expressão no gerúndio e com algum sotaque brasileiro, mas a professora acreditava que eles estavam falando errado.*» Apesar do desconforto e da tentativa de começar a

⁸⁰ Expressão para se referir ao português falado no Brasil. Apesar de ser bastante comum ouvi-la entre os portugueses, não é comum entre brasileiros. Em todo o terreno, poucas vezes ouvi um(a) brasileiro(a) proferi-la e, quando acontecia, aparecia apenas como uma transcrição do que tinha sido ouvido por um português.

ter atenção sobre a maneira de falar à frente das crianças, Rosana dizia que os padrões não levaram em consideração as críticas da professora e, por isso, sentia-se mais à vontade para continuar a falar sem qualquer aproximação ao modo de falar comumente atribuído aos portugueses.

As situações descritas acima evidenciam como o quotidiano, principalmente no mundo do trabalho, é permeado por situações onde a condição de não falante da linguagem portuguesa padrão é evidenciada, desencadeando tensões e conflitos que sinalizam um ambiente de disputa em torno da língua. É nestes momentos de interação que o modo de falar de um brasileiro pode tornar-se não só um marcador nacional de identificação, mas acionar entre os portugueses os seus referenciais, social e historicamente construídos, sobre a língua e seus interlocutores. Almeida (2008) argumenta que, no restabelecimento da democracia, Portugal teve que dar uma nova configuração à sua auto-representação, bem como à sua imagem à escala internacional. Um dos eventos marcantes nesta empreitada, segundo o autor, foi o nascimento de uma nova retórica em torno da língua. Deste modo, a língua portuguesa torna-se o símbolo principal, o recurso e o fetiche desta reconstrução identitária. Ainda segundo Almeida (2008), tanto o Estado como o povo português viram as suas representações serem desafiadas por um fluxo migratório iniciado a partir da década de 1980, em que a migração africana os confrontou com as suas representações sobre miscigenação colonial, tolerância e excecionalismo. Os brasileiros, por sua vez, desafiaram as representações em torno da língua, sendo o apelo à competência cultural e linguística utilizado como principal arcaboço para manifestações de um racismo encoberto.

O português do Brasil e outros bens culturais brasileiros têm, nos últimos 50 anos, entrado no quotidiano português de modo intenso e continuado. As novelas, a música e a literatura⁸¹ foram, ao longo desses anos, penetrando no universo português e, de algum modo, tornando-se importantes ferramentas de divulgação de uma retórica particular sobre o Brasil e os brasileiros. Embora o mesmo movimento não tenha acontecido no caminho inverso, é notória a familiaridade dos portugueses para com o modo

⁸¹ Vale a pena destacar que a penetração da literatura brasileira entre uma elite intelectual portuguesa é um pouco mais antiga, presente desde os anos 40 do século XX, principalmente, através de autores como Jorge Amado e José Lins do Rego. De assinalar ainda que há outras expressões culturais brasileiras que também se destacam no cenário português, como é o caso do Carnaval. O Carnaval Carioca serve há muitos anos de modelo a diversos carnavais portugueses. Em Ovar, por exemplo, embora as comemorações do Entrudo se tenham iniciado na década de 1950, desde os anos de 1980, possui escolas de samba com grande inspiração nas escolas de samba cariocas.

de falar dos brasileiros⁸². Esta «invasão» brasileira - iniciada antes do surgimento da primeira vaga de imigração - e a conjunção de outros fatores, como o próprio aumento do fluxo migratório e o crescente peso demográfico e político do Brasil à escala internacional, lançam um desafio aos portugueses no que toca às suas representações sobre a língua e o que entendem ser um património nacional. Os embates que as migrantes que contatei sentem no dia-a-dia revelam que, embora o sotaque brasileiro tenha grande amplitude na sociedade portuguesa, no plano da interação ele aciona tensões que resvalam nos conflitos e ambiguidades entre as representações portuguesas e o contato direto com brasileiros imigrantes em Portugal. Nesta esfera de fricções e disputas, onde outras dinâmicas de desigualdade também estão em causa, os sujeitos dessa pesquisa passam a sentir que a sua forma de falar incomoda e, como estão no ambiente de trabalho, a sua capacidade de confrontação torna-se bastante limitada. O medo de perder o emprego, e as consequências que isto tem para a sua permanência e sobrevivência no país, aumenta a sensação de insegurança, que, por sua vez, leva a que se sintam desmotivadas para o confronto direto com os seus interlocutores. Por isso, para algumas, a aproximação à fala dos portugueses significava uma maneira de aliviar as tensões causadas pelas disputas em torno da língua.

Cabe assinalar que a dimensão e regularidade destes conflitos estão muito associadas às dinâmicas de desigualdades às quais estas mulheres estão sujeitas. A condição de imigrante interseçada com a precariedade nas relações laborais, a segregação sexual e étnico-racial do mercado de trabalho (França, 2012) e a disparidade nas relações de género deixavam-nas mais suscetíveis a situações de confronto direto que resvalam em preconceito e discriminação. Mesmo assim, pelo que foi possível observar entre as mulheres que tinham uma posição melhor e mais privilegiada no mercado-de-trabalho, as tensões sobre este tema também faziam parte do quotidiano, muito embora de forma mais ténue e, geralmente, à volta de anedotas e comentários subtis em relação ao sotaque e expressões brasileiras. A sensação de que o seu sotaque interpela nos portugueses noções próprias de valor relativas à língua e a existência de um ambiente relativamente hostil neste campo perpassavam quase todo o universo de interlocutoras, desde aquelas com condição laboral mais vulnerável à mais bem posicionada socialmente. Este dado sugere que estas fricções à volta da língua vão tecendo as relações dessas

⁸² Embora o fluxo de portugueses para o Brasil tenha estado mais atenuado desde a década de 1950 (Serão, 1963), essa população continua a ser maior expressão estrangeira no Brasil.

mulheres com o mundo português e têm uma função importante na elaboração de estratégias para uma melhor interlocução neste mundo.

Um outro aspeto com grande relevância para a maioria dessas mulheres é que falar o mais próximo ao que entendem ser a fala dos portugueses significava negociar o *lugar-condição de imigrante*. Mostrar um mínimo de reconhecimento dos códigos portugueses é reivindicar uma ligação a Portugal, através de diferentes formas de experimentar e experienciar o país. Quando Catarina afirma que «[aproximar-se do modo de falar dos portugueses] *demonstra que está aqui há algum tempo e sabe do que se está a falar*», ela reivindica para si não uma identidade portuguesa, mas a posição de sujeito que partilha um modo de estar e viver em Portugal. Vivenciando quotidianamente no ambiente de trabalho estas situações que evidenciam o quão forte são as «*boundaries*» (delimitações) (Barth, 1969) que distinguem nacionais e imigrantes, estes atores sociais desejam evidenciar a sua presença e participação no modo de vida português.

Diferente da adaptação ao vocabulário, que é um recurso que, com a maioria das interlocutoras, se iniciou nos primeiros momentos da estada em Portugal, a aproximação ao modo de falar dos portugueses foi fazendo parte da experiência com o passar dos anos. É bem verdade que existe uma prática do dia-a-dia que faz com que se absorva uma certa sonoridade e entoação, mas o que particulariza o caso que estou a trabalhar é que, apesar disto acontecer, nunca estava isento de um certo tipo de reflexão, justamente pelo *stress* político e social que o modo de falar dos brasileiros acarreta. Não por acaso, o ambiente de trabalho e as experiências vividas lá tornam-se determinantes nesta adaptação e constante reflexão sobre as mudanças que vão fazendo no modo de falar. É nesta esfera, e nas relações que advém dela, que tensões ascendem juntamente com as restrições da capacidade de enfrentamento. Deste modo, o que me foi revelado é que a aproximação à fala foi acontecendo concomitante com a tomada de consciência das tensões do quotidiano e, através da observação dos portugueses com que contatam, foram procurando uma maior harmonização entre os sons da sua fala e da fala dos seus interlocutores.

Entre as mulheres em que era notório - pelo menos para mim - a aproximação ao modo de falar o português europeu, a noção de que houve uma transformação no plano corporal era objeto de constante reflexão e avaliação. Embora o esforço de mudança na oralidade fosse reconhecido por todos com quem contatavam, isto não anulava as tensões vividas, o que motivava alguns questionamentos sobre a viabilidade da

sua própria escolha. Mesmo assim, quando chamadas a fazer uma avaliação global de antes e depois da aproximação ao sotaque, eram taxativas ao dizer que, se não anulava, pelo menos, atenuava o mal-estar sentido no ambiente de trabalho. A perspectiva de que houvera mudança no modo com que eram tratadas levava-as a seguir com o processo de transformação da fala, mesmo que fosse algo mantido sobre periódica reflexão.

2.1 - As experiências vividas em outras esferas de interlocução

Numa das muitas conversas que tive com Jussara – uma pessoa que eu identificava como alguém que procura aproximar-se à fala dos portugueses – falávamos sobre como ela tinha conhecido o seu atual namorado, um cidadão português nascido na cidade de Faro. Em determinada altura, em que me contava que os futuros sogros desaprovavam o relacionamento e acreditava que eles tinham grandes expectativas que o filho se casasse com a antiga namorada - uma bem-sucedida médica -, perguntei se ela se sentia mal ou envergonhada por ser brasileira. Respondeu-me contando que, em determinado dia, ela e o namorado tinham ido a um evento onde o público predominante era português. Havendo lá alguns debates acerca de variados temas, desejou manifestar a sua opinião sobre um determinado assunto. Apesar de ter sido muito motivada pelo seu namorado, que conhecia grande parte das pessoas que estavam presentes, ela preferiu não se manifestar. Ao indagá-la sobre os porquês da sua decisão, respondeu-me que tinha tido vergonha de falar, pois sentiu-se intimidada porque, sendo ela brasileira, iria chamar a atenção sobre si e também tinha receio do modo como os presentes receberiam a sua intervenção. Procurei saber mais sobre o assunto, ao que me respondeu: «Oh Gleici, eles iam perceber que eu era brasileira e depois iam dizer: ‘O que é que essa brasileira tá pra aqui a falar?’».

Logo que chegou a Portugal, Jussara namorou um rapaz português antes de iniciar o relacionamento com este atual namorado. Contou-me que a relação chegara ao fim porque o rapaz tinha vergonha dela. No seu entender, ele nunca a tinha levado a sua casa porque acreditava que não ficaria bem, diante dos familiares e vizinhos, apresentar uma namorada brasileira. Os encontros entre os dois eram feitos na casa de um amigo em comum, pois sendo ele de uma cidade distante de Lisboa, procuravam encontrar-se numa localidade a que os dois tivessem fácil acesso. Após o término, Jussara

iniciou este outro relacionamento com o rapaz algarvio. Conheceram-se num Centro Comercial de Lisboa, ela estando a trabalhar numa loja e ele um frequentador assíduo do local. No início pensava que ele jamais se interessaria por ela, pois nas primeiras conversas tinha-o achado preconceituoso. Justificava a sua crença pelo facto dos amigos do rapaz a terem conhecido naquela situação de empregada de balcão e por ter tido um relacionamento casual com um desses seus amigos. Em suas palavras: «[acreditava que ele] não ficaria com a brasileira da loja, aquela que os amigos conheciam de lá e que tinha ficado antes com um amigo dele» (Caderno de Campo, 21/06/11). Apesar de, na nossa primeira conversa sobre o seu modo de falar, o tenha atribuído a uma exigência profissional, Jussara mostrava-se muito orgulhosa em me contar que outros amigos do namorado tinham dificuldades em saber se ela era brasileira ou portuguesa. Em muitos momentos da sua narrativa, principalmente, quando falava da sua relação com o namorado e a família dele, Jussara intercalava reflexões sobre a sua forma de falar e o seu esforço em tentar adaptar-se. Ela repetiu-me algumas vezes o quanto falar e posicionar-se de acordo com o código linguístico português facilitava a sua relação diária com os portugueses. Em várias situações, Jussara dizia-me que acreditava que o namorado e os pais dele eram muito preconceituosos, que evitavam ter contato com os seus conterrâneos e criticavam os hábitos e costumes brasileiros. Sobre este aspeto, disse-me que era bastante repreendida pelo namorado e dentre as repreensões estava a sua «maneira de estar à mesa» (diário de campo, 28/01/11). Na altura da nossa conversa, disse-me já saber utilizar o garfo com ambas as mãos⁸³.

Esta experiência de Jussara sinaliza que o desejo de negociar um outro espaço de interlocução no mundo português passa também pela maneira como vivenciam outras experiências que não somente as ligadas ao mundo do trabalho. Nesta dimensão

⁸³ Sobre a maneira de utilizar os talheres à mesa, eu mesma cheguei a ser criticada pelo marido de minha tia - um cidadão português - por utilizar o garfo na mão direita. Ao longo do terreno, uma outra interlocutora me contou sobre ter procurado ensinar os filhos a utilizar os talheres tal como os portugueses para evitar que sofressem algum problema na escola. Dizia-me também que queria que os filhos comessem tal como os portugueses por se tratar de uma postura mais refinada. Vale a pena destacar que, em alguns manuais de etiqueta à mesa, encontrados com alguma facilidade na internet, esta diferença sobre a forma de utilizar os talheres depende da origem do modelo seguido. No modelo de etiqueta com origem em França, o garfo deve ficar na mão esquerda e a faca na direita. Já no modelo com origem inglesa, o garfo deve ficar na mão direita e a faca, quando não está em uso, deve ficar junto ao prato. Quando necessário cortar, o garfo passa à esquerda e a faca fica na mão direita, fazendo delicadamente esta troca sempre que for necessário cortar os alimentos. Diante disto, presumo que em Portugal adota-se um modelo francês e no Brasil um mais próximo do que seria o modelo de origem inglês.

encontram-se as relações conjugais, familiares (filhos, sogros) e da relação dos filhos na escola. Um número considerável de mulheres com quem convivi mantinha algum tipo de relacionamento amoroso com cidadãos portugueses e era nessa esfera da vida afetiva que viviam muitas das tensões relacionadas com a sua condição de «*outro*». Adriana Piscitelli (2007), num trabalho sobre sexualidade, género e migração brasileira em Itália, refere que, entre as mulheres pesquisadas, o casamento com cidadão italiano representa mais do que uma possibilidade de regularização, ele é a materialização de uma expectativa de plena inclusão na Europa (Piscitelli, 2007, p.727). Segundo o que observei no terreno, as minhas interlocutoras também nutriam essa expectativa sobre os seus relacionamentos, no entanto, ao vivenciarem essa experiência percebiam, através das tensões existentes no quotidiano, que o casamento em si não significava aquisição automática da *cidadania cultural*⁸⁴ (Ong, 1996) almejada. Uma série de outras negociações eram necessárias para que se pudessem sentir plenamente aceites e inseridas, a começar pela maneira como eram vistas e tratadas pelos parceiros, seus familiares e amigos.

O estigma da «*hipersexualidade*» da mulher brasileira aparece como ponto de tensão nessa negociação. Por um lado, era entendido como um dos principais entraves para a sua aceitação ou para uma boa relação de convívio. De acordo com a avaliação, é este estigma que contribui para que elas, enquanto brasileiras, não se encaixem nas expectativas de uma esposa ideal criadas por familiares e amigos do companheiro. Era isto, aliás, que levava Jussara a acreditar na vergonha que o ex-namorado sentia de a apresentar aos familiares. A possível associação das mulheres brasileiras ao imaginário da prostituição poderia colocá-las em desvantagem no mercado matrimonial, mas também, uma vez conseguindo manter um relacionamento, viveriam à sombra da desconfiança. É importante ressaltar, porém, que havia uma ambiguidade na maneira de encarar a hipersexualização da brasileira. A alegria, a simpatia e a sensualidade – como já visto – eram percebidas por elas como uma marca de distinção positiva que poderia possibilitar uma melhor capacidade de conquista e manutenção de um relacionamento. No entanto, eram características que deviam ser demonstradas com atenção, pois qualquer

⁸⁴ Nas palavras de Ong (1996) *cidadania cultural* é um termo utilizado «(...) to refer to the cultural practices and beliefs produced out of negotiating the often ambivalent and contested relations with the state and its hegemonic forms that establish the criteria of belonging within a national population and territory. Cultural citizenship is a dual process of self-making and being-made within webs of power linked to the nation-state and civil society. Becoming a citizen depends on how one is constituted as a subject who exercises or submits to power relations; one must develop what Foucault (cited by Rabinow 1984:49) calls «the modern attitude», an attitude of self-making in shifting fields of power that include the nation-state and the wider world (p.738)»

exposição exagerada poderia rapidamente significar uma confirmação desses estereótipos. Acreditando estar sob constante suspeição, estavam sempre em alerta relativamente a qualquer manifestação de desconfiança, palavras ou comentários que pudessem pôr em causa a legitimidade do seu lugar de esposa e, conseqüentemente, do seu ideal de feminilidade.

Nesse quadro, a forma de falar ganha relevância porque dentre as representações feitas em Portugal em relação ao modo de falar dos brasileiros está uma ideia bastante difundida, principalmente entre os homens, de que é um *sotaque doce*⁸⁵. Doçura, aqui, carrega uma ambiguidade discursiva por, embora associada a um som agradável, poder invocar uma releitura das imagens representativas que feminizam o Brasil e sexualizam o género feminino (Pontes, 2004). O ser doce pode, portanto, remeter a uma ideia de maciez e sensualidade da voz, quase sempre atribuída às brasileiras. Sobre este aspeto, um anúncio publicitário de linhas eróticas, bastante popular em Portugal na década de 1990, tem um papel importante na perpetuação de um imaginário que articula o sotaque a uma pretensa hipersexualidade brasileira. Nele surgia a imagem de uma mulher em roupa íntima e com uma voz num tom sensual e claramente com sotaque brasileiro, a dizer: «*Humm... Escaldante! Me liga, vai?*»⁸⁶. Muito marcante entre os portugueses, este anúncio ecoa ainda nos dias de hoje, onde a expressão «me liga, vai?» é repetida inúmeras vezes em conversas informais. Tanto eu como algumas das minhas interlocutoras fomos levadas a conhecer a publicidade pelas inúmeras vezes com que ouvíamos a expressão ser repetida. Com algum desconforto, estas interlocutoras chegaram a mostrar a antipatia com que recebiam a expressão, principalmente, porque eram proferidas por homens num tom jocoso e, nalgumas vezes, usada como ponto de partida para manifestações de assédio. Portanto, as transformações no modo de falar surgem num cenário onde também há uma necessidade de controlo corporal numa perspetiva de afastamento de possíveis estigmas que possam recair sobre si.

No caso das que mantinham relacionamentos com portugueses, havia expectativa de negociar a sua condição de mulher no mundo português, a começar pela relação com o parceiro, pela sua presença no seio da sua família e pela maneira como seria per-

⁸⁵ Embora se fale em sotaque, aqui a referência é relativa a todo o universo que envolve a maneira de falar.

⁸⁶ Este anúncio publicitário está disponível na internet, num famoso *site* de vídeos, através da busca por «Intervalo Publicidade SIC 30-10-1997», aos 5'49".

cebida e tratada nesse ambiente de interação. Havia a crença, portanto, de que só quando tivessem reconhecido a sua diferença em relação às representações sobre a mulher brasileira existentes em Portugal é que poderiam almejar um outro espaço de interlocução nesta esfera doméstica. A aproximação à fala dos portugueses surgia numa perspectiva de resposta a possíveis associações da sua fala a uma sexualidade exacerbada que poderia comprometer a imagem positiva que gostariam de ter diante do companheiro e da família de que agora faziam parte.

É importante ressaltar ainda que muitas dessas mulheres, no âmbito das relações familiares, diziam enfrentar conflitos acerca da pouca receptividade para com a sua origem nacional. Acreditavam existir, por exemplo, uma escassa abertura do parceiro para entender e aceitar um modo de ser e estar na vida diferente do que ele entenderia ser o modo português. A gestão dos gastos da casa e as escolhas alimentares eram as principais queixas existentes neste contexto familiar. Outras críticas advindas da família do companheiro, nomeadamente da sogra, por uma suposta criação dos filhos com exagerado apego e dependência, tidas como inerentes à cultura brasileira, compunham este cenário. O modo de falar também aparecia aqui como ponto de tensão através de constantes correções na utilização, por exemplo, do gerúndio e de imitação jocosa do sotaque brasileiro nos momentos de convívio e festas familiares. É nesses momentos que a sua condição de não portuguesa aparece disseminada nas tensões próprias das relações familiares, que, por vezes, surgem de maneira subtil, noutras, aparecem em expressões como «*aqui é assim que se faz*», «*aqui é assim*», «*tem que fazer como os de cá*».

No seio das relações familiares estas tensões podem contar com a interseção com outras dinâmicas de desigualdades. A condição de imigrante-trabalhadora a exercer atividades mal remuneradas e, na maioria das vezes, atividades aquém das suas habilitações literárias, pode interferir no modo como avaliam a sua autonomia numa possível situação de pouco ou nenhum apoio da família portuguesa. Como dependem do parceiro para manter as despesas domésticas e da ajuda dos sogros, principalmente, no cuidado das crianças, sentem-se com menor capacidade de enfrentamento e argumentação quando das situações onde a sua origem nacional é ponto de conflito. E, não por acaso, procuram outras estratégias de negociação, que não o confronto direto, na expectativa de mediar outro espaço de interlocução.

Jussara, por exemplo, dizia evitar responder aos sogros quando das suas interferências na gestão financeira da sua casa e nos horários de dormir das crianças. Ela

que, depois do nascimento dos filhos, ficou financeiramente dependente do companheiro e dos seus familiares, mostrava-se muito dependente da aprovação familiar, repetindo várias vezes que não mediria esforços para evitar conflitos e desentendimentos. Na última conversa que tivemos Jussara contou-me, em tom de desabafo, que o marido e a sogra teriam criticado o modo com que falava com os seus dois filhos. Para eles, a voz áspera e enfática que passou a ter não condizia com o que esperavam de uma voz delicada e de sotaque brasileiro. Jussara nesta conversa referia o quanto lhe teria custado este esforço de adaptação e que naquele momento estava a ser alvo de críticas justamente por esta escolha. Embora descontente por frustrar expectativas, continuava a avaliar positivamente as suas adaptações ao sotaque porque teria facilitado a sua aceitação entre os familiares portugueses. Portanto, para ela e outras interlocutoras que acompanhei, aproximar-se à fala dos portugueses, enquanto experiência vivida, surge num ambiente de negociações, tanto como um meio de marcar a sua presença como sujeito alheio a estereótipos como para uma maior e melhor inserção no mundo português.

2.2 - Os processos sócio históricos em que estão imersas

Muitos autores, na esteira do que a sociolinguística propõe, têm vindo a discutir a crença na existência de um «*standard language ideology*» (Milroy, 2001), ou melhor, uma ideia reproduzida pelo senso comum e, muitas vezes, reiterada institucionalmente, de que existe apenas uma correta forma de linguagem, uma linguagem padrão, neutra e relativamente democrática. O revés dentro desse imaginário é a ideia de que todas as outras formas de linguagem que não se aproximam deste «*standard*» são formas incorretas, más e pouco atrativas. Esta perceção da existência de uma linguagem padrão que desqualifica todas as outras formas está intimamente ligada às experiências de inclusão e exclusão, bem como às ideias de unidade, legitimação e soberania dos estados-nacionais. Procurando entender os processos históricos na Inglaterra e nos Estados Unidos, Milroy (2001) mostra que a *standard language ideology* é indissociável do modo como as nações são imaginadas e ideologicamente construídas. E, portanto, as variações - para utilizar um termo da sociolinguística (Magno, 2003) - que não pertencem ao *standard* são estigmatizadas e os seus falantes sofrem diferentes processos de exclusão.

Bourdieu dedicou boa parte do seu esforço reflexivo para entender o papel da língua dentro das disputas por distinção numa esfera de luta de classe e os seus pressupostos teóricos são importantes para compreender a formação e consolidação disto que Milroy (2001) chama de *standard language ideology*. Interessado em apreender as bases sociais das formas de classificação (Miceli, 2002), Bourdieu dedicou uma parte de suas reflexões ao papel da linguagem nas lutas pelo reconhecimento. Para o autor, as trocas linguísticas, sendo relações de comunicação, são também relações de poder simbólico e, por isso, um ambiente de disputa entre interlocutores por distinção (Bourdieu, 2008 [1982]). Numa discussão com os linguistas, Bourdieu (2008[1982]) chama a atenção para o facto de a língua não ser um universo autónomo que por si só se impõe e determina que os sujeitos a aceitem como única e legítima. Para este sociólogo é preciso levar em consideração todo o contexto em que tem lugar a comunicação linguística para entender os usos da linguagem. Os diferentes usos da língua refletem e reproduzem todo um conjunto de diferenças sociais, bem como as suas classificações e hierarquias. Não sendo suficiente para se impor por si, a língua que sobressai e se impõe como oficial e legítima é, na verdade, reflexo das disputas em outros campos, nomeadamente, o económico e o político.

Um importante aspeto do pensamento de Bourdieu é a associação feita entre a consolidação do Estado e a unificação linguística. Nas suas palavras, «é no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial» (Bourdieu, 2008[1982] p.32). Neste sentido, o sistema escolar, quando impõe o ensino de uma língua una, fixa e legítima, vai consolidando uma consciência de grupo que define a noção de «nós» e os «outros», e, por intermédio da sua ação, como em geral de todo o aparelho de estado, da imposição das suas normas, vai contribuindo para a criação do que Bourdieu chama de identidade nacional (Sobral, 2007). Por outro lado, esta imposição feita pela escola de uma única variedade linguística, tida como correta e legítima, contribui significativamente para a desvalorização de outras variedades, principalmente as que são exclusivamente orais. Na medida em que o diploma escolar funciona como um instrumento de valorização para a entrada no mercado de trabalho, ampliando ainda mais o valor do mercado escolar, os indivíduos e grupos que têm familiaridade com as regras eruditas são favorecidos.

Sobral (2003), através de uma detalhada revisão bibliográfica sobre a formação dos Estados-Nacionais, mostra-nos que boa parte dos pensadores sobre a génese do nacionalismo consideram que a língua é um dos principais elementos constitutivos na formação de um coletivo. Anderson (1982), por exemplo, ao propor a noção de *comunidade imaginada*, acredita que a difusão de uma linguagem escrita num número mais amplo de pessoas possibilitou uma maior comunicação e identificação entre estes indivíduos (Sobral, 2003, 2007). Neste sentido, como não poderia deixar de ser, a língua portuguesa foi e continua a ser um dos principais elementos de consolidação de uma identidade portuguesa. Como ocorreu em outros contextos, ao longo da história portuguesa outros elementos simbólicos foram sendo associados a este coletivo, no entanto, a língua funcionou como um importante instrumento unificador. (Sobral, 2010). Ao mesmo tempo, históricas obras literárias como, por exemplo, *Os Lusíadas*, foram importantes instrumentos de exaltação e caracterização do país e dos seus habitantes. Não por acaso, entre as personalidades perpetuadas como heróis nacionais, estão escritores de referência na língua portuguesa, estando, boa parte, imortalizados e lembrados em monumentos nacionais.⁸⁷

Num contexto mais contemporâneo, mesmo tendo chegado o fim do Império português e o desmembramento do território colonial tendo sido concretizado, a língua é encarada até aos dias de hoje como uma marca do legado da nação no mundo e reivindicada como símbolo do orgulho de um passado de glória português. Iniciativas como a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa - CPLP⁸⁸, criada por um conjunto de países em nome de interesses económicos, traz no seu discurso oficial a ideia de unir países que historicamente estiveram ligados através do colonialismo e têm como eixo fundamental de ligação a língua portuguesa. Embora este eixo fundamental possibilite a união destes países, cria também atritos de ordem simbólica nos quais Portugal acaba por reencenar determinadas hierarquias outrora existentes. O modo positivo com que o Estado português acolheu, tanto no plano ideológico como no político, a CPLP é um forte indicativo dos esforços em consolidar uma auto-imagem histórica. A retórica sobre

⁸⁷ É o que acontece, por exemplo, no Mosteiro dos Jerónimos onde há túmulos dedicados a diversas personalidades, entre elas, Luís Vaz de Camões e Fernando Pessoa.

⁸⁸ Organismo criado em 17 de Julho de 1996 envolvendo a participação de países como Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

a Lusofonia⁸⁹ - que baseia os seus pressupostos na ideia de que o uso de uma língua comum conduz a uma partilha de uma identidade lusófona - reacende em Portugal as discussões sobre a importância e a presença do império português no mundo, sendo a língua qualificada como uma herança portuguesa para as suas ex-colónias. Por ser um conceito abrangente, que segundo Medeiros (2005) ampara significados que combinam ideologias políticas, relações interestaduais, interesses económicos e questões linguísticas e identitárias, torna-se difícil definir porque confronta um conjunto de pensamentos e ideologias à volta do termo (Medeiros, 2006:p.1). No entanto, numa arena de debates críticos em torno da Lusofonia, alguns autores pós-coloniais, tal como Medeiros (2006), acreditam que esta valorização da língua significa uma dimensão da mensagem ideológica da construção da identidade nacional portuguesa, procurando reavivar relações de poder e domínio cultural. Para Almeida (2004), «o projeto da lusofonia refaz, supostamente pela positiva e ao nível simbólico-linguístico, as comunidades coloniais e a sua hierarquia simbólica (p.14). Deste modo, uma análise crítica da lusofonia não poderia deixar de lado os processos históricos envolvendo a expansão colonial e a imposição da língua e anulação de outras nos locais que hoje compõem a comunidade lusófona (Medeiros, 2006).

Algumas iniciativas literárias, culturais e académicas preferem trabalhar, portanto, com a noção de *Lusotopia*. Pina-Cabral (2002, 2010), por exemplo, defende que a retórica de exaltação de uma língua comum e partilha de um corpo de referências culturais, originado pela expansão ultramarina portuguesa, não dão conta da formação de um espaço/tempo comum entre indivíduos. Nas palavras do autor, «Lusotopia é algo que a maioria de nós, que fazemos parte dela, pode facilmente identificar quando ocorre e que, estando espalhada pelo mundo, não é uma região, mas um espaço/tempo (...) é uma rede de contatos que, na sua operação, deixa marcas distintivas sobre o mundo (cidades, estátuas, modos de cozinha, estilos musicais, maneiras e etiquetas, narrativas e textos,

⁸⁹ Cabe assinalar aqui que o Estado português não é o único polo de poder na Lusofonia, tendo o Brasil assumido um papel importante neste aspeto. A Lusofonia, de que é estrutura orgânica a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa - CPLP, não é uma decisão unilateral do Estado português, em que outros países, nomeadamente o Brasil, tiveram grande destaque e participação na sua consolidação. O Estado português teve e tem interesse na iniciativa porque consolida a sua auto-imagem histórica, mas o Brasil, através do Governo de José Sarney (1983), teve papel importante na propagação e consolidação da iniciativa. Para mais informações ver site oficial da CPLP: <http://www.cplp.org/id-2752.aspx>.

jogos de linguagem, etc.) Assim, o mundo reimpõe a ecumene sobre os que a produzem» (Pina-Cabral, 2010:p12).

A língua também é no Brasil, principalmente, no uso que dela é feito, um dos pilares do projeto de construção da identidade nacional. Marcos Bagno (2003) refere que no pós-independência as discussões entre as elites políticas e intelectuais estavam voltadas para um projeto de constituição da nação e, neste sentido, fomentou-se um debate que tinha como pauta, dentre outras coisas, a língua nacional. Apesar do impasse na esfera intelectual a respeito da língua falada no Brasil, se o português ou o brasileiro, a discussão nunca teve um efeito prático, tendo o português permanecido, inclusive, como língua oficial a ser utilizada no sistema de ensino (Orlandi, 2005; Bagno, 2003). Para Orlandi (2005), como herança deste debate, oscila-se entre uma língua imaginária, outorgada, um legado de Portugal, e uma língua brasileira, fluída e falada no quotidiano dos brasileiros. Já Marcos Bagno (2003), nas suas discussões sobre o que chama de preconceito linguístico, disserta que, apesar das discussões sobre a língua falada no Brasil, estas nunca saíram da esfera intelectual. Segundo postula o autor, mesmo entre os apoiantes da língua brasileira, a variedade linguística defendida era a utilizada por uma elite económica e intelectual e, por isso, não constituía a variedade falada pela maioria não-branca da população. Em termos concretos, estas discussões nunca chegaram a um âmbito mais alargado das relações sociais e, por isso, acredita que a norma padrão portuguesa nunca esteve ameaçada. Para o autor, permanece até os dias de hoje uma «norma padrão lusitanizante» (Bagno, 2003, p. 87), um «ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos» (p.37). Por outro lado, este *ideal de língua abstrato* não é rigorosamente seguido nem no seio das variedades prestigiadas – das quais têm o domínio a elite urbana e com escolaridade – nem pelas classes populares que utilizam variedades consideradas desprestigiadas.

Na esfera das relações entre os países de língua oficial portuguesa, principalmente Brasil e Portugal, assiste-se na atualidade a um caloroso debate acerca do acordo ortográfico. Firmado no ano de 1991 e tendo sido modificado em 2008 com objetivo de estabelecer uma data de aplicação, o acordo tem gerado calorosos debates nos dois lados do atlântico. Em Portugal, assiste-se nos meios de comunicação a inflamadas discussões, estando, por um lado, os que vislumbram a abertura do mercado literário entre os países de língua oficial portuguesa e, por outro, os que levantam a bandeira da ameaça à identidade nacional portuguesa, entendendo tratar-se de uma imposição brasileira. Posi-

cionamentos como, por exemplo, o do historiador José Pacheco Pereira surgem periodicamente nos jornais inflamando a «chama» do debate. Num artigo publicado a 18 de Janeiro de 2014, ressalta:

*«[O acordo ortográfico] É um ato político falhado na área da política externa, cujas consequências serão gravosas principalmente para Portugal e para a sua identidade como casa-mãe da língua portuguesa [...] O acordo vai a par do crescimento facilitista da ignorância, da destruição da memória e da história, de que a ortografia é um elemento fundamental, a que assistimos todos os dias. [...] Se voltarmos ao lugar-comum em que se transformou a frase pessoana de que a «minha pátria é a língua portuguesa», o acordo é um ato antipatriótico, de consequências nulas no melhor dos casos para as boas intenções dos seus proponentes, e de consequências negativas para a nossa cultura antiga» (Jornal Público, 18/01/2014)*⁹⁰

Por outro lado, surgem opiniões como a proposta no artigo «*Dez razões para apoiar o Acordo ortográfico*»⁹¹. Publicado na coluna «Dias Úteis» do Jornal Expresso, no dia 28 de Fevereiro de 2014, Pedro Almeida Cabral defende, entre outras coisas, que o acordo facilita a aprendizagem da língua e também pode possibilitar que o português do Brasil não se transforme em «brasileiro». Desta forma, o autor mostra a sua discordância em relação à possibilidade do acordo ser uma ameaça à identidade nacional, firmando, com alguma ironia, a ideia de que a presença brasileira, através da música, novela, literatura e comida, é uma realidade na sociedade portuguesa.

No Brasil, em que desde 01 de Janeiro 2016 é obrigatória a aplicação do Acordo Ortográfico, a discussão à volta do tema, embora exista, tem uma menor repercussão. Algumas vozes, principalmente entre o meio artístico-musical, têm procurado manifestar-se sobre o assunto. O músico Gilberto Gil, enquanto Ministro da Cultura, pronunciou-se em 2008 a favor do que considerava ser «benéfico para todos os usuários da Língua Portuguesa»⁹². Já Caetano Veloso, uma das principais vozes discordantes, assi-

⁹⁰ Artigo sob título: «*Acordo Ortográfico: acabar já com este erro antes que fique muito caro*» e disponível em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/acordo-ortografico-acabar-ja-com-este-erro-antes-que-fique-muito-carro-1620079?page=1#/follow>, último acesso em: 26/08/2014.

⁹¹ Artigo disponível em: <http://expresso.sapo.pt/dez-razoes-para-apoiar-o-acordo-ortografico=f858504>, último acesso em 26/08/14.

⁹² Sobre o assunto ver matéria da TVI24 do dia 16/04/2008, disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/politica/portugues/acordo-ortografico-e-benefico-para-todos>. Último acesso: 30/08/2016.

nalava as suas críticas em relação às questões de pontuação e acentuação. À parte estas discussões, o acordo parece ter surtido muito menos embates daquele lado do Atlântico, embora o prazo de sua aplicação obrigatória tenha sido revisto, pelo menos, duas vezes.

Com muito menos visibilidade, a discussão sobre o acordo ortográfico perpassa o universo dos imigrantes brasileiros em Portugal. Mais uma vez, recorro aos fóruns de discussão no Orkut para mostrar como este assunto se insere no quotidiano desses imigrantes, principalmente, no plano das experiências da interlocução com portugueses. Através das discussões sobre as matérias e opiniões acerca do tema divulgadas nos órgãos de comunicação, os utilizadores recorriam a este espaço virtual para desabafar sobre experiências de discriminação. Não raras vezes surgiam depoimentos que mostravam como o debate não está circunscrito apenas ao plano das discussões na comunicação social, mas é resgatado para dentro das relações quotidianas. Muitos imigrantes estão sujeitos a conviver no dia-a-dia com pessoas que entendem o acordo como uma ameaça ao património linguístico português e os imigrantes como a personificação dessa ameaça. Por outro lado, na perspectiva dos imigrantes, as críticas ao acordo – proferidas por patrões, colegas de trabalho, clientes e professores – são sentidas como mais uma ferramenta de consolidação de outras dinâmicas de desigualdade inerente às díspares relações de poder a que estão submetidos. Um dos casos relatados, por exemplo, é muito significativo das tensões que viviam no quotidiano. Uma das participantes expôs uma situação que viveu quando tentava terminar algumas disciplinas numa universidade portuguesa para que o seu diploma brasileiro fosse reconhecido em Portugal e ela pudesse finalmente trabalhar na sua área de formação. Um dos professores exigiu-lhe utilizar nos exames o português de Portugal sem acordo ortográfico, dizendo-lhe que preferia ler em chinês do que com uma escrita brasileira e sob regras do acordo ortográfico. Esta exigência causou-lhe grandes transtornos, tendo que adiar a conclusão da disciplina por mais um período.

Sem ter a intenção de aprofundar estas questões abordadas acima, cabe aqui entender como estas imigrantes, enquanto sujeitos situados histórica e socialmente, vivenciam a experiência de não ter o domínio da linguagem padrão valorizada em Portugal. No plano das experiências de alteridade, muitas interlocutoras descobriram com surpresa que nem todos os portugueses tinham domínio do que entendiam ser a norma culta da língua portuguesa. Não poucas vezes, ouvi vários comentários críticos sobre como era comum ouvir em Portugal expressões que, de acordo com a gramática do por-

tuguês do Brasil, eram qualificadas como erradas. Dentre estas expressões criticadas é possível referir alguns exemplos como «*a gente vamos*» e «*mais pequeno*». Esta surpresa, muito provavelmente, deve-se ao que Bagno (2003, 2007) entende como os mitos que consolidam o preconceito linguístico no Brasil. Para o autor há no Brasil a percepção equivocada de que só em Portugal se fala bem a língua portuguesa.

Sobre esta crença, Bagno acredita que a sociedade brasileira conserva muito da sua estrutura colonial e, mesmo no pós-independência, existe um sistema escolar que faz uso de um modelo de norma linguística muito próxima da norma portuguesa, ignorando as especificidades da língua falada no Brasil. Assim sendo, permanece no seio da sociedade brasileira a ideia de que os portugueses, mais do que os brasileiros, dominam o que entendem ser a norma culta. A partir desse pressuposto, é possível deduzir que estas interlocutoras, ao chegarem a Portugal, trazem consigo a ideia de que a forma de falar dos portugueses é mais correta do que a brasileira porque associam a norma linguística aprendida na escola à forma portuguesa de utilizar oralmente a língua. Apesar da surpresa da descoberta de que alguns portugueses não utilizam o que entendem ser a forma correta de falar o português, isto não lhes retira a percepção de que não se fala bem o português no Brasil. Porém, no decorrer da experiência migratória percebem que, independente de terem ou não o domínio do que entendem ser a norma culta, a sua forma de falar continua relegada para uma condição de marginalidade dentro do mercado linguístico (Bourdieu, 2008[1982]). Agora, o seu sotaque brasileiro – e não somente o domínio da norma padrão (Bagno, 2007) – é um requisito de avaliação e distinção. A experiência de não fazer parte de uma linguagem padrão tem implicações concretas no cotidiano, refletindo não só as hierarquias quanto ao uso e apropriação da língua, mas um processo mais amplo de discriminação dos que não pertencem ao *mainstream* (Milroy, 2001). Estando em causa aqui outros preconceitos assentes em marcadores físicos como cor da pele ou outros traços fenóticos, este processo amplia as dinâmicas de desigualdades das quais determinados imigrantes estão sujeitos ao longo de sua experiência migratória.

As narrativas de Catarina e Jussara trazidas anteriormente podem servir de ilustração de como, entre as mulheres pesquisadas, existe um reconhecimento resignado do baixo estatuto que acreditam ter enquanto não-nacionais. Por outro lado, as várias experiências de discriminação, algumas vezes materializadas na forma como utilizam a língua, são determinantes no processo de aceitação do descrédito que a sua forma de falar

tem nos diferentes ambientes em que circulam. Cobas e Feagin (2008), num trabalho intitulado *Language oppression and resistance: the case of middle class latinos in the United States*, sugerem a existência de uma retórica racializada que tenta manter a proeminência de uma linguagem dominante através da propagação de um discurso que visa ressaltar os perigos que a maneira de falar dos latinos pode causar ao estilo de vida e valores americanos. Nas palavras dos autores: «*the dramatic growth of US latinos is viewed by many whites as a threat to the survivability of English, often termed by them the oficial language of the country*⁹³» (p.390). No contexto migratório trabalhado nesta tese, como já mencionado, a noção de ameaça aparece juntamente com os embates entre as representações portuguesas sobre a língua e o contato direto com imigrantes. O português do Brasil e a sua disparidade no número de falantes, como também a estratégia brasileira de ter a língua como instrumento de ascensão do país em cenário internacional, pode levantar entre os portugueses uma noção de perda daquilo que consideram património nacional. Soma-se a isto a entrada massiva de bens culturais brasileiros como a novela, a música, a comida e a literatura, que, de tão presentes no quotidiano português, o confronta com as suas noções de pertença e identificação nacional. Isto tudo mediado por uma relação que, pela primeira vez em solo português, é permeada de ambiguidades e tensões.

Como tenho tentado mostrar, no caso específico das mulheres sujeitos desta etnografia, estas tensões em torno da língua e dos seus usos e as experiências vividas nos diversos ambientes em que circulam são determinantes para entender estas transformações na oralidade e o modo como isto é objecto de constante reflexão. As percepções de que estão excluídas de uma dada unidade nacional podem aparecer concretamente em complexas e sutis manifestações de preconceito e discriminação em relação ao seu modo de falar o português. Como veremos, podem aparecer através da correção de um cliente, através de uma advertência feita pela professora do filho que exige da criança o Português de Portugal na sua forma oral e escrita, ou podem aparecer ainda através das piadas em tom jocoso sobre as expressões do português do Brasil.

⁹³ Em tradução livre: «O crescimento dramático dos latinos dos EUA é visto por muitos brancos como uma ameaça à sobrevivência do inglês, muitas vezes denominado por eles a língua oficial do país»

2.3 - Controlo da linguagem

Nos muitos relatos colhidos ao longo do terreno sobre os embates à volta da fala, apareciam histórias onde as tensões perpassavam por várias esferas da vida quotidiana. Correções sobre o modo de falar o português, a cobrança por parte da professora dos filhos para que eles não utilizassem expressões no gerúndio e imitações ao sotaque brasileiro nos momentos de convívio eram das situações que mais causavam desconforto. Cobas e Feagin (2008), na investigação com os latino-americanos, revelaram a existência de algumas estratégias de controlo da linguagem. Entre elas é possível enumerar: *o silenciamento*, ou melhor, a exigência feita de forma direta ou indireta para que os «latinos» parem de falar em espanhol; a *constante suspeição* (uma outra forma de silenciamento que tem a ver com o constante estado de vigilância. Desconfia-se a todo o momento sobre o que é falado em espanhol); *Dúvidas sobre a proficiência dos «latinos» em relação à língua inglesa* (entendendo o espanhol como uma linguagem inferior, há uma aparente presunção de que isto possa «contaminar» a sua forma de falar ou escrever em inglês. Esta estratégia de dominação pode aparecer de diferentes formas, como, por exemplo, surpresa e elogio sobre a falta de sotaque espanhol quando se fala em inglês); *Inferiorizar a pronúncia do inglês falado por latinos* (aqui são utilizadas várias estratégias, entre elas, piadas, zombaria e imitação); e, por fim, *Ignorar os falantes de espanhol*. Nesta estratégia de controlo os autores evidenciam os relatos de muitos entrevistados que sentiam não receber qualquer atenção quando o interlocutor percebia que eram falantes de espanhol.

Boa parte das mulheres com quem tive contato nessa investigação já viveu experiências parecidas ao que Cobas e Feagin (2008) chamam de controlo da linguagem. Embora o caso apresentando pelos autores trate de línguas diferentes, é possível fazer uma comparação com o que vivem os brasileiros em Portugal, mesmo que neste caso estas tensões existam entre indivíduos que não só falam uma língua comum como se reconhecem através do cruzamento de um processo sócio-histórico. Este reconhecimento, aliás, é o que dá complexidade ao caso por recorrer a ferramentas de diferenciação específicas e, muitas vezes, subtis. Deste modo, pela sutileza com que aparecem as situações de controlo da linguagem somadas às experiências de subordinação a que

estão sujeitas - muito comuns, por exemplo, nas relações de trabalho - as respostas tornam-se ainda mais limitadas.

Entre as experiências que causam maior desconforto aos sujeitos desta pesquisa está a imitação por, na maioria dos casos, ser associada a palavras e expressões com duplo sentido ou proferidas em tom jocoso. Uma outra forma marcante é a correção sobre as formas de utilização da língua que, muitas vezes, é sentida como forma de demarcar outras fronteiras sociais. Sobre este aspeto, uma outra experiência de Catarina é bem ilustrativa. Segundo me relatou, uma das clientes que recebeu no seu local de trabalho, ao ouvir que estava a ser tratada por «*senhora*», reivindicou de forma incisiva que o correto, em Portugal, é que pessoas como ela [a cliente] deveriam ser tratadas por «*Senhora Dona Fulana*». Ao descortinar um suposto desconhecimento de Catarina sobre as formas de tratamento em Portugal, a cliente, implicitamente, demarcava o seu não pertencimento, o seu lugar de «*outro*» em relação a um «*nós, os portugueses*», mas também procurava evidenciar que estavam em posições sociais e de classe distintas.

Uma outra experiência muito marcante, em que se vivenciam as estratégias de controlo da linguagem, acontece, principalmente, no contato institucional. Mais especificamente, no convívio com professores e funcionários que trabalham na escola dos filhos. A experiência de Jandira é bem ilustrativa de como as correções sobre a forma de falar dos brasileiros podem indicar subtis estratégias de controlo que, apesar de não serem diretamente afetadas, têm implicações concretas nas suas vidas. Logo nos primeiros dias de aulas, o filho de Jandira foi corrigido, à frente dos colegas, sobre a forma de tratamento dada à mãe. A criança, que a tratara por «*mamãe*»⁹⁴ foi corrigida pela professora que lhe disse ser «*mãe*» a forma correta de tratamento. Na altura em que me concedeu a entrevista, esta interlocutora desabafava, um tanto ou quanto revoltada, sobre o seu incómodo em relação à interferência da escola na forma como o seu filho a tratava, afetando a dinâmica de convívio e intimidade da família. Um outro aspeto que lhe causava preocupação era a exposição da criança a uma situação de constrangimento, pois, segundo informou, após a correção, todos, inclusive a professora, sorriram e fizeram comentários jocosos com a situação. Mesmo tendo ido à escola conversar sobre as implicações desta situação na estabilidade emocional da criança e na futura convivência com os colegas, Jandira parecia ter sido obrigada a aceitar que, uma vez em Portugal, a criança deveria aprender a falar tal como os portugueses. Era interessante notar que,

⁹⁴ Forma de tratamento informal muito comum em diferentes estratos sociais no Brasil.

mesmo tendo um posicionamento crítico a respeito da aproximação ao sotaque, Jandira parecia policiar-se e autocorrigir-se, principalmente à frente dos filhos, procurando utilizar expressões e entoações o mais próximo do português falado em Portugal. Suponho que esta experiência de aproximação à fala dos portugueses está intimamente ligada à sua condição de mãe de filhos em idade escolar. Jandira era uma das interlocutoras mais resistentes ao contato e à interação com os portugueses, sendo a sua experiência marcada por um contato quase que exclusivo com concidadãos. Trabalhava como vendedora autónoma de cosméticos e direcionava a sua clientela exclusivamente para o público brasileiro, procurava assistir e ouvir apenas canais de televisão e rádios brasileiras e os amigos e contatos mais próximos também eram brasileiros, com exceção de uma colega angolana e mãe de um colega de escola do filho.

Vale a pena sublinhar aqui também outras tensões por viverem a experiência de ter filhos a estudar em escolas portuguesas. Uma das experiências debatidas nos fóruns de discussão do Orkut, por exemplo, tinha a ver com a dificuldade que sentiam em ensinar as tarefas escolares, principalmente, em disciplinas de língua portuguesa. Num dos debates sobre viver as experiências da maternidade em Portugal, uma das intervenientes disse num dos fóruns:

«Não falamos a mesma língua⁹⁵.... meus filhos ainda sofrem com a língua portuguesa na escola, não sei mais o que fazer.... esses dias meu filho de 8 anos foi ler um texto que dizia: E a letra A mas a professora disse que estava errado, que o certo era: I a letra A.... estava escrito E , mas o som aqui é de Î⁹⁶, ai ele se confunde todo....fogooo!!!

[...]

«agora ele esta a fazer dever de casa, palavras [sons] macias , ásperas e duras, não sei como ajudar, pq não entendi nada....rsrsrs [...] esta escrito assim, sons ásperos e duros(r,k,j,t) sons macios(l,s,f) não entendi...rsrsr»

[...]

⁹⁵ Optei por transcrever rigorosamente a escrita disponibilizada pelas intervenientes no *Orkut*. Não fiz, portanto, qualquer correção.

⁹⁶ Em algumas regiões do Brasil, a letra «e» é pronunciada como «ê», um som fechado. Na situação descrita, o filho estaria a passar por uma avaliação oral e, ao pronunciar a letra «e» com um som de «ê» entre adjetivos foi prontamente corrigido.

tem rr também, o som pra mim não vejo essa diferença, aí fica difícil eu explicar algo que eu não entendo. É sempre assim, vem dever pra fazer e não entendo, depois de feito aí que eu vejo que eu sabia o que era pra fazer, mas forma com que é feita a pergunta é que eu me confundo...rsrsrs» (J. em: 02/02/2010)

Já uma outra vez os seguintes comentários em resposta à intervenção de J.:

«J., as minhas filhas são portuguesas, nascidas e criadas cá e com um sotaque meramente residual por conta da convivência comigo, e tbm⁹⁷ observo que têm dificuldade na alfabetização, pois a tendência delas é escrever tal como falam, daí sai o U no lugar do O, o I no lugar do E....

ou seja, eles escrevem com o sotaque pUrtuguês⁹⁸, mas penso que isso com o tempo encaixa na cabecinha deles, uma vez que a minha mais velha já disse à professora que aprendia a escrever melhor se falasse como a «mamã», que escreve tal como fala, a prof. claro, não curtiu muito a ideia.

[...]

ahh, tbm verifico [esta dificuldade entre as filhas], é porque eles não dizem gê, mas guê.. jota é jê...eme e ene eles dizem mê e nê... e por aí vai... os seus tendo sido pré-alfabetizados no Brasil imagino a dificuldade que é. E na gramática então, vejo me grega para ajudar a minha pequenina que ainda está na 3ª classe...imagina qdo for para o ciclo.» (S. em 02/02/2010)

Como procurarei mostrar no capítulo em que trabalho as percepções sobre a «boa maternidade brasileira» e a forma como esta referência é ressignificada entre os sujeitos desta pesquisa, há uma grande preocupação e autorresponsabilização com o cuidado dos filhos. Assim sendo, não conseguir ensinar as tarefas escolares, além da frustração com a sua possível desadequação ao modo português de utilizar a língua, tem implicações nas expectativas criadas para manter e evidenciar a sua «boa maternidade». Se estas interlocutoras estão interessadas em acumular algum *capital simbólico* (Bourdieu 2004) que lhes garanta algum tipo de reconhecimento em Portugal e, para isto, agregam valor a determinadas experiências, não conseguir participar diretamente na

⁹⁷ Na internet, algumas interlocutoras, usam a expressão «tbm» numa abreviação da palavra «também».

⁹⁸ Aqui a interlocutora escreve com «u», provavelmente, numa tentativa de transferir para a linguagem escrita o modo com que ouve a palavra «português» dita no português de Português.

educação formal dos filhos funciona como mais uma barreira a ser enfrentada em Portugal.

Por outro lado, apesar de sentirem estas tensões com a escola como uma manifestação concreta de preconceito, confrontam-se com questões mais subjetivas que têm a ver com a autoridade científica, educacional e institucional atribuída à escola e aos professores como detentores do conhecimento. Não se sentindo preparadas para questionar estas imposições linguísticas todas as vezes em que aparecem, acabam por aceitar e reafirmar as hierarquias entre o *ideal linguístico hegemónico* consolidado em Portugal sobre o *ideal linguístico brasileiro*. Uma participante, com quem tive bastante contato durante o *terreno*, fez a seguinte intervenção:

«O melhor para ajudar o teu filho é que ele conviva com pessoas que falem Pt - Pt⁹⁹, as crianças têm uma excelente capacidade de aprender, e ele vai conseguir perceber as diferenças.

Umas sessões de Terapia da Fala também não faria mal nenhum, mas, se partir para esse caminho, procure uma Terapeuta da Fala Portuguesa. Uma Brasileira vai acabar por não resultar por razões óbvias.» (C. - 02/02/2010)

Como é possível observar, ao longo da experiência quotidiana estes sujeitos vivenciam diferentes estratégias de controlo da linguagem que podem acentuar o desconforto que sentem por ter evidenciada a sua condição de não falante da linguagem portuguesa padrão. Situações como a dificuldade de ensinar as tarefas escolares transformam-se em tensos problemas porque, além de interferir nas suas expectativas sobre a maternidade e o que isso significa para elas em Portugal, aparecem em situações onde a sua capacidade de resposta é pequena. Vale a pena referir que esta exigência por parte da escola para que todos tenham o domínio de um linguagem padrão¹⁰⁰, sem abertura para outras possibilidades linguísticas, evidencia diferentes formas de exclusão existen-

⁹⁹ Uma referência ao Português de Portugal.

¹⁰⁰ Destaca-se aqui que outras variações linguísticas existentes em Portugal também ficam fora deste ideal hegemónico. É o caso, por exemplo, dos sotaques dos nativos dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Em conversa com alguns madeirenses residentes em Portugal continental, ouvi relatos de tensões semelhantes, sendo-lhes comum ouvir que não são eles falantes de português. Acredito que estas tensões estejam mais circunscritas às esferas de interação no quotidiano do que através do contato com organismos oficiais, não sendo possível, portanto, generalizar a todo o universo de portugueses continentais.

tes em Portugal e que afetam, de modo particular, os imigrantes oriundos de países de língua oficial portuguesa. Nesta experiência de atrito, as brasileiras com quem convivi no terreno veem na adaptação da fala uma possibilidade de negociar um outro lugar de interlocução nestes ambientes de que fazem parte. Conscientes da sua condição de «outro», procuram, através de ajustes na linguagem, uma outra forma de estar e existir em Portugal.

3 - Quando falar como um português compromete a identidade de grupo

Numa tarde ensolarada de verão, estávamos Cláudia, Denise e eu na associação de apoio a imigrantes para cumprirmos atividades no serviço de voluntariado. Cláudia, que depois se tornou numa importante interlocutora, era a voluntária com mais tempo de casa de entre as três. Aquele era o dia em que Denise estava a conhecer pessoalmente Antonina, a nova psicóloga que iria prestar assistência na instituição. No meu primeiro contato com Antonina, observei que, ao comunicar, procurava aproximar-se do modo de falar dos portugueses. Como tentei treinar o meu ouvido para identificar quem fazia esse exercício, entendia que, apesar de haver muitas similaridades em relação ao vocabulário e à entoação, era possível perceber que Antonina era brasileira. No entanto, eu sabia que muitos brasileiros recém-chegados tinham alguma dificuldade em conseguir identificar se o interlocutor era português ou brasileiro. Às vezes, bastava alguma adaptação de vocabulário e a utilização de verbos no infinitivo para um brasileiro passar despercebido aos olhos de alguns brasileiros. Porém, as pessoas com quem eu tive contato durante toda a minha estada em Portugal precisavam de apenas alguns meses para fazer a diferença com rapidez. Denise já estava há algum tempo em Portugal, por isso, presumo, já conseguia fazer minimamente esse processo de reconhecimento. Nesta situação ocorrida na associação, intempestivamente, Denise questiona Antonina:

- «Você é brasileira?» - pergunta demonstrando alguma surpresa.
- «Sim» - responde Antonina sem manifestar intenção de prolongar a conversa.
- «Pensei que você era portuguesa! Você é de onde? [Estado/Cidade de origem]»
Intervém Denise.
- «Bahia -. responde Antonina um pouco desconcertada.

Era notório a incredulidade de Denise e a situação ficou de tal modo desconfortável para Antonina que ela se viu obrigada a explicar que o seu «sotaque português» se justificava pelo facto de ter trabalhado cá e, para ser compreendida, precisava daquele sotaque». Denise continuava com cara de espanto e, ao mesmo tempo, desaprovação. A situação ficou tensa e me vejo obrigada a intervir, tentando explicar que eu mesma, quando trabalhava numa loja onde os clientes eram maioritariamente idosos, tinha que usar expressões como «mais pequeno»¹⁰¹. Tendo acompanhado muitas discussões sobre o sotaque no Orkut, eu presumi que a insatisfação de Denise não era com a adaptação ao vocabulário e, por isso, a minha experiência na loja não se enquadrava no que lhe causava perplexidade. No entanto, vendo o grande constrangimento de Antonina e a sua preocupação em se defender como se de um júri se tratasse, tentei mediar a tensão. Apesar de não ter convencido Denise, que continuava a repetir em tom de acusação que pensava que Antonina era portuguesa, senti que a psicóloga pareceu um pouco mais aliviada ou, pelo menos, menos tensa com a situação após esta minha intervenção.

Assim que Denise, Cláudia e eu nos distanciámos da associação, Denise procurou comentar, um tanto indignada, a maneira de falar de Antonina. Denise não conseguia entender a necessidade de falar daquela forma e, pela intervenção de Cláudia, também ela partilhava da mesma opinião. Porém, o que causava mais desconforto a Cláudia era a necessidade de o fazer na presença de brasileiras. Contou-nos que criticava bastante uma dirigente da associação por esta também falar com sotaque português, alegando não ver a necessidade disto, principalmente, na sua presença.

(Diário de campo, 03/06/11)

Recorro a este trecho do meu diário de campo para ilustrar como as transformações na fala, sobre as quais tenho vindo a discorrer, não são consensuais entre brasileiros e podem acarretar outros tipos de tensões que marcam as suas relações. No decorrer do *terreno*, vivenciei muitas outras situações em que a aproximação ao sotaque português causava algum desconforto entre brasileiros. Os que se opunham a estas mudanças no modo de falar faziam severas críticas aos concidadãos que as adotavam, mas nunca

¹⁰¹ Segundo as regras gramaticais do português do Brasil a forma sintética para o grau comparativo de superioridade do adjetivo «pequeno» é sempre representado por «menor». Sendo considerado erro outras formas, entre as quais, «mais pequeno». Já no português de Portugal é perfeitamente admissível a forma «mais pequeno» para o grau comparativo de superioridade.

através de um embate direto, como aconteceu na situação acima descrita. A questão aparecia geralmente de forma indireta, em frases ditas sem evidenciar o destinatário, como, por exemplo: «*tem brasileiro que é metido a besta e, por isso, quer forçar o sotaque português*» ou ainda «*há pessoas que conseguem ter sucesso em Portugal sem precisar forçar o sotaque*». A escusa a um confronto direto é sintomática, tanto das aspirações presentes no projeto migratório¹⁰², como da maneira com que as tensões do quotidiano são sentidas e percebidas. Como estas transformações na fala são indissociáveis das experiências vividas, o modo como aparecem, quando aparecem, a quem aparecem e o grau de aproximação vão depender das experiências particulares e como os indivíduos conseguem posicionar-se no mundo português.

Por ter acompanhado boa parte das interlocutoras, tanto no ambiente *online* como *offline*, foi possível perceber que esta posição contrária era marcada, sobretudo, no Orkut ou em conversas privadas entre pessoas que não faziam o que chamavam de «*forçar o sotaque*». Mesmo sem o confronto direto, o cenário entre as minhas interlocutoras era dividido entre, por um lado, aquelas que encaravam de forma bastante positiva a proximidade com o sotaque português e, por outro, as que se posicionavam terminantemente contra e dirigiam duras críticas aos brasileiros que adotavam esta aproximação. Numa posição intermediária, existiam mulheres que, mesmo posicionando-se contra ou entendendo não haver necessidade de os brasileiros mudarem o seu sotaque, faziam, acredito, de forma inconsciente, uma aproximação ao sotaque português.

Nesta secção, tentarei abordar os conflitos que surgem em volta desta temática. Procurarei mostrar que esta experiência é mais do que uma estratégia de assimilação. É, isso sim, uma experiência no plano das práticas vividas e, como tal, não está alheia aos conflitos que surgem tanto numa esfera interna – com constantes questionamentos sobre os efeitos das mudanças nas suas vidas e nas suas relações – como em conflitos entre os integrantes do seu grupo nacional. Estando o processo e as estratégias de negociação da sua posição/localização dependentes das experiências vividas, nem todas partilham os mesmos sentidos e significados dados à aproximação ao modo de falar dos portugueses. Algumas dessas mulheres têm mais resistência do que outras e procuram, através de indiretas e fofocas, estabelecer algum controlo social e assim consolidar uma identidade de grupo a partir das suas projeções e interpretações do que é ser brasileira. Por outro

¹⁰² Mais à frente volto a este tema.

lado, como esta experiência com a fala/sotaque se encontra na esfera das negociações, as mulheres que encaram de forma positiva a aproximação ao modo de falar dos portugueses questionam constantemente, e são também questionadas sobre, as possíveis interferências dessa experiência na construção da sua identidade individual e nacional.

3.1 - «Tem brasileiro que é metido a besta»: quando as transformações da fala mexem com as relações de grupo.

Como era o caso de Denise, nem todas as brasileiras com quem convivi viam com bons olhos a aproximação ao sotaque português. Para elas e para outras pessoas que tive a oportunidade de acompanhar no Orkut, esta experiência era tratada com bastante desprezo, evidenciado, sobretudo, na forma de nomear o assunto, referindo-se-lhe como «forçação¹⁰³ de sotaque». Numa clara referência à expressão «forçação de barra» – que, entre outras coisas, quer dizer insistência exagerada e/ou tentativa de impingir qualquer coisa negativa – estas pessoas encaravam-na como uma performance mal sucedida de algo que, além de ser impossível realizar com perfeição, seria condenável por sugerir imitação. Aqui a discussão direciona-se para dois aspetos. O primeiro, sugere a ideia de que aproximar-se da forma de falar dos portugueses era entendido como uma espécie de negação da sua identidade nacional. Se a fala pode ser o primeiro sinal de identificação de portugueses e brasileiros em Portugal, esta atitude seria uma maneira de negar o seu pertencimento nacional. Já o segundo ponto refere-se à percepção de que falar como um português constitui uma tentativa desnecessária de marcar distinção. Neste aspeto, há uma transferência para o contexto da migração das percepções existentes no contexto brasileiro de que o português falado em Portugal é o mais correto e, por isso, uma referência para quem quer utilizar corretamente a língua padrão. Sendo a utilização oral de determinadas regras gramaticais uma forma de marcar distinção, há em vários contextos brasileiros um acordo tácito de que determinadas regras não devem ser utilizadas nas interações quotidianas e/ou na intimidade¹⁰⁴. Algo semelhante ao que

¹⁰³ Expressão coloquial de que presumo ser esta a grafia.

¹⁰⁴ Como exemplo, é possível identificar a maneira como a conjugação da segunda pessoa do singular é encarada em alguns contextos brasileiros. Em determinados estratos sociais, principalmente naqueles que detêm algum domínio da língua padrão, conjugar os verbos na segunda pessoa do singular numa intervenção oral é tido como uma maneira, veementemente condenada, de marcar distinção. Apesar desta

Bourdieu chama de *estratégia de condescendência* (Bourdieu, 2008 [1982]), uma espécie de negação simbólica da hierarquia que permite a um interlocutor, previamente reconhecido pela sua *competência linguística* (Bourdieu, 2008[1982]), acumular tanto as benesses relativas à hierarquia como as da negação simbólica desta dando-lhe uma imagem de simplicidade (Bourdieu, 2008[1982], p.55).¹⁰⁵ Assim sendo, um interlocutor que fala com sotaque português quebraria este acordo tácito sinalizando de forma clara, e não mais simulada, o seu desejo de evidenciar uma distinção.

Ao repetir de forma agressiva e acusatória a confusão que fizera sobre a nacionalidade de Antonina, Denise recorria a esta interpretação de que falar o mais próximo possível do sotaque português significa uma negação da identidade brasileira. Para além de significar uma demonstração indireta do orgulho nacional, esta percepção de que se nega a sua identidade brasileira ao se aproximar do *sotaque* português ganha contornos particulares por resgatar todo um conjunto de discussões que consolidou o projeto de construção de uma identidade nacional brasileira no pós-independência¹⁰⁶. Sendo esta identidade construída a partir da desvalorização da presença portuguesa, uma possível negação hoje da sua identificação com o Brasil praticamente se constitui como uma traição desatualizada no tempo. Por outro lado, para algumas, aproximar-se da fala dos portugueses é uma forma de imitação que pode sugerir uma vontade de ser portuguesa. Aqui o imaginário do que significa ser português confunde-se com as percepções estereotipadas trazidas do Brasil sobre Portugal e com as percepções construídas no contexto migratório que conjuga experiências vividas de preconceito e a maneira como experien-

conjugação ser uma prática comum em algumas regiões do país, de uma maneira geral, o «tu» é substituído por «você» ou a conjugação do verbo passa à terceira pessoa. Ex: «tu vai», «tu quer», «tu estuda». As pessoas que utilizam na interação quotidiana a forma «tu vais», «tu queres», «tu estudas» são vistas como «pessoas metidas a besta», ou melhor, alguém que deseja mostrar uma distinção pelo domínio de referências que estão em desuso e, por isso, a sua utilização entra no plano do snobismo.

¹⁰⁵ Sobre este aspeto Bourdieu (1982/2008, 55) explica textualmente que «A estratégia de condescendência consiste em tirar proveito da relação de forças objetivas entre línguas que se encontram praticamente confrontadas (mesmo ou sobretudo se o francês estiver ausente) no próprio ato de negar simbolicamente tal relação, isto é, a hierarquia entre estas línguas e seus respetivos falantes. Estratégia semelhante acaba sendo possível em todos os casos em que o desvio objetivo entre as pessoas presentes (ou seja, entre suas propriedades sociais) é suficientemente conhecido e reconhecido por todos (e, em particular, por aqueles que estão envolvidos na interação, quer como agentes, quer como espetadores) para que a negação simbólica da hierarquia (aquela que consiste em se mostrar «simples», por exemplo) permita acumular os lucros ligados à hierarquia imaculável aos propiciados pela negação inteiramente simbólica dessa hierarquia, a começar pelo reforço dessa mesma hierarquia provocado pelo reconhecimento concedido à maneira de lançar mão da relação hierárquica.»

¹⁰⁶ Sobre o processo de construção da identidade nacional brasileira e a imagem da ex-metrópole no pós-independência ver, por exemplo, Skidmore (1976) e Rowland (2003).

ciam as relações de subordinação comuns, sobretudo, num mercado de trabalho étnico e racialmente segmentado.

Já as repetições de frases como «*tem brasileiro que é metido a besta e, por isso, quer forçar o sotaque português*» podem indicar um processo que conjuga o resgate de perceções construídas no contexto brasileiro e ressignificadas no ambiente de migração em Portugal. Por esperarem uma *estratégia de condescendência* - recurso comum no meio social de que são oriundas no Brasil - estas imigrantes acreditam que falar com o sotaque próximo do português europeu é uma tentativa de mostrar uma elevação em relação ao outro. Ora, se acreditam que português mais correto é o português de Portugal, procurar aproximar-se do modo de falar dos portugueses é ambicionar um destaque social não condizente com a generalidade dos imigrantes e, por isso, remetendo-se para um plano de snobismo. Seria uma maneira de se mostrar com maior conhecimento, maior sapiência e domínio gramatical, propriedades apenas reservadas às elites intelectuais. Esta perceção só é possível porque fazem as seguintes associações: por um lado, o resgate das hierarquias linguísticas formuladas no seio da sociedade brasileira e, por outro, a ideia de que a variante linguística valorizada é a falada pelos portugueses.

Uma outra perceção comum entre as opositoras das transformações na fala é a de que, ao procurar falar com sotaque português, os seus concidadãos reafirmam este mito de que só em Portugal se fala bem o português (Bagno, 2007), o que vem solidificar ainda mais as hierarquias já tão marcadas na relação imigrante – cidadão nacional. Numa complexa formulação de resistência, acreditam que falar como um brasileiro é uma forma de, pelo menos no uso oral da língua, não se submeter aos portugueses. Se já enfrentam no mercado-de-trabalho, nas relações familiares e institucionais situações de discriminação, permanecer com o modo de falar de um brasileiro é marcar uma posição de enfrentamento frente às assimetrias vividas nas relações do quotidiano.

Um outro aspeto a assinalar é que, na ótica das opositoras à aproximação à fala dos portugueses, as mudanças no principal instrumento de identificação de um brasileiro constitui uma «traição» à sua origem nacional, tendo os imigrantes a obrigação de tornar evidente as «demarcações» que sustentam a sua identificação nacional. Nesta lógica, os brasileiros devem, como dever patriótico, deixar bem assente a sua identificação nacional em oposição direta aos portugueses. Se a fala é a principal marca de distinção, é ela que solidifica e marca a sua pertença nacional neste contexto migratório. As

fronteiras simbólicas, portanto, deveriam ser bem estabelecidas e muito bem evidenciadas.

3.2 - A fofoca como um instrumento de controlo e reafirmação identitária

Em determinado dia, recebo uma mensagem no meu telemóvel a convidar-me para participar num «mini-Orkontro» nas proximidades da Expo. O encontro começou a ser organizado porque uma das participantes da comunidade tinha acabado de chegar a Lisboa e esta seria uma oportunidade de a conhecermos pessoalmente. Quando cheguei ao local, estavam reunidas 9 integrantes, todas mulheres, sendo 4 delas minhas interlocutoras-chave. A conversa correu bem animada e tudo indicava que assim prosseguiria por toda a tarde. Meses depois, numa conversa com uma das presentes, oiço que no dia a seguir ao encontro uma outra participante teria criticado o sotaque de uma terceira interlocutora presente. Aos poucos fui percebendo que aquilo de que eu estava tomando conhecimento naquele momento era só mais um de uma série de comentários e críticas sobre a fala «aportuguesada» dessa interlocutora. A própria, naquele momento, tinha já algum conhecimento sobre estes comentários e, não por acaso, assumia, sempre que tinha oportunidade, uma postura de defesa sobre o seu modo de falar. Ela soube, através de pessoas que lhe passavam informações privilegiadas, dos comentários no grupo acerca do seu modo de falar e através de perfis falsos¹⁰⁷ que faziam comentários no «Orkut».

Mesmo nesta quase inexistência de confronto, um certo clima de tensão esteve sempre presente entre os sujeitos desta pesquisa. Como este último relato pode ilustrar, as críticas e os comentários eram proferidos quase sempre na ausência de quem se aproximava do sotaque português e, como parte constituinte da dinâmica das relações de amizade, repercutiam quase sempre através de boatos e rumores (*fofoca*). Apesar da desarmonia que isto causava, toda esta dinâmica – comentário crítico seguido de repercussão através dos rumores – parecia ter o efeito de estabelecer um modelo de comportamento e expressão da sua identificação nacional fixo e homogeneizante.

¹⁰⁷ Criar perfis falsos para interagir com pessoas sem ter a sua identidade revelada era uma prática comum entre os utilizadores do *site*. Os chamados perfis *fakes* utilizavam fotografias e informações falsas e assim poderiam comentar mais livremente e sem grande censura em comunidades que também participavam com seus perfis verdadeiros.

A dinâmica era quase sempre a mesma e dependia dos momentos de convívio presencial. Nestas ocasiões comentava-se e especulava-se sobre as transformações da fala por parte de algum indivíduo. Posteriormente, dois ou mais participantes do convívio comentavam entre si ou entre outros amigos mais próximos sobre o conteúdo da conversa e o que havia sido dito. Aos poucos o assunto ia adquirindo relevância e todos os envolvidos [críticos e criticados] eram identificados. Como a história era repetida várias vezes e por muitos interlocutores, havia grande possibilidade de alterações do contexto e das falas. Nesta dinâmica, as que se aproximavam da fala dos portugueses iam ficando estigmatizadas entre as que eram contrárias à postura e, por isso, passavam a procurar apoio entre as adeptas desta mesma estratégia. Através da repercussão, um modelo de comportamento e expressão oral era construído e utilizado na diferenciação interna entre os integrantes do grupo nacional.

Em muitas ocasiões me questionei sobre a razão da ausência de confrontação, principalmente, quando eu me via angustiada por ter sido envolvida em boatos e rumores. Às vezes, a minha disponibilidade para ouvir e a procura constante em não tomar partido – posicionamento que, no meu entender, era dever de uma antropóloga – colocavam-me, fatalmente, em conflitos. Aos poucos, fui percebendo que as indiretas, os comentários maliciosos, os boatos estavam diretamente interligados com a dinâmica de um projeto migratório que era constantemente reformulado. Como vimos no capítulo sobre as relações de amizade, parte importante desse projeto assentava em conseguir estabelecer fortes relações e, por isso, confrontar o seu interlocutor poderia deixar transparecer algum desinteresse em manter os laços. Caso se tratasse de um potencial amigo, corria-se ainda o risco de anular qualquer possibilidade de a amizade vir a concretizar-se. Um outro aspeto a ser considerado era que, como há forte preocupação em consolidar uma imagem pública positiva perante as pessoas com quem convivem, ser percebido como alguém conflituoso poderia comprometer este projeto.

Tal como em outras situações onde se procura estabelecer um modelo de postura e comportamento para as brasileiras em Portugal, nesta situação a fala também se transforma em objeto de tensão e diferenciação interna. Longe de ser um assunto consensual, as aproximações ao sotaque português desafiam as demarcações de fronteiras e identificação nacional, acarretando tensões que complexificam as relações dos indivíduos com o mundo de que agora fazem parte.

4 - As transformações na fala como uma experiência vivida

Grande parte da literatura sobre imigração brasileira em Portugal, apesar de reconhecer o carácter processual e relacional das identidades, tem dado pouca ênfase ao modo como os indivíduos negociam o seu espaço de interlocução com o mundo português e, consequentemente, as implicações que essa negociação tem no processo de reconstrução identitária. Num outro trabalho (Fernandes, 2008), eu tinha procurado sugerir que esta negociação era um aspeto bastante presente no quotidiano e a depender das experiências vividas. O que talvez não estivesse claro para mim e, creio, para a maior parte dos investigadores sobre o tema, é que, por vezes, ao lidarmos com um contexto onde a constituição da diferença é parte inerente ao objeto de estudo, podemos «engessar» os indivíduos em generalizações sobre as formas de expressão da sua identificação nacional. Isto pode deixá-los presos a categorias rígidas que encobrem as múltiplas possibilidades de viver as suas identificações. Assim sendo, falar da experiência da brasileira em Portugal sem ter em conta como estes sujeitos vivem e sentem esta experiência é construir uma perceção abstrata e carente de significados. Estes indivíduos só se pensam brasileiras a partir das experiências vividas de ser e se sentir brasileira. Se elas vivem experiências de ser e se sentir brasileiras em Portugal diferentes das experiências no Brasil, consequentemente, ser brasileira em Portugal é diferente de ser brasileira no Brasil. Negligenciar essa diferença pode levar o investigador a encaixar os sujeitos em padrões homogeneizantes e hegemonicamente construídos do que é ser brasileira e de como manifesta a sua identificação nacional. Por outro lado, olhar para a presença dos imigrantes em Portugal apenas pela ótica do que os torna diferentes pode levar-nos a negligenciar a sua capacidade de sujeito-agente na construção dessa diferença.

Esta perceção foi-me bastante útil para entender que a aproximação à fala dos portugueses não poderia ser entendida nem como uma simples estratégia de assimilação e nem como uma simples necessidade de afastamento daquilo que a identifica como brasileira. É antes o resultado de um modo de estar e vivenciar experiências, de uma série de novas combinações de ideias, visões do mundo e expectativas formadas no seio da experiência da diáspora. É importante destacar, porém, que os elementos que com-

põem estas combinações podem estar assimetricamente inscritos, impondo-se uns aos outros como sintoma de díspares relações de poder. Como tentei mostrar anteriormente, estas imigrantes estão envoltas numa série de dinâmicas de desigualdade – de classe, de género, de raça e na linguagem – e, por isso, o modo de viver a experiência de migração, bem como as negociações feitas dentro dessa experiência, estão profundamente ligadas a estas dinâmicas de desigualdade. Vivendo quotidianamente as tensões por não serem reconhecidas como falantes do que o senso-comum em Portugal identifica como língua portuguesa através das estratégias de controlo, o modo de falar aqui trabalhado, enquanto experiência vivida, é também resultado dessa tensa relação de poder. Como cada indivíduo vive de maneira particular estas experiências, nem sempre as transformações na fala fazem sentido ou são pensadas como estratégia de maior e melhor interlocução.

Capítulo V

Vivências da Maternidade

Ouç o meu nome nos altifalantes da maternidade e olho para o relógio na sala de espera, são 9h 55 min. Dirigi-me à sala de triagem, a mesma em que ontem à noite entrei cheia de dores. Não reconheço o rosto que encontro. A enfermeira que me atendera já devia ter encerrado o turno. Explico que ontem tinha estado ali e que me tinham mandado voltar naquele horário para receber o resultado das análises. Antes mesmo de acabar de falar observo que a senhora já não me olha e está entretida ao computador. De onde estou não consigo ver o que fazia, que programa estava aberto, só consigo concluir que mostrava dar mais atenção à máquina do que a mim. Calo-me e há alguns minutos de silêncio. «Não tenho cá nenhum resultado de análise», diz com voz ríspida. Continua a repetir que não tem nenhum resultado com ela e que não tem conhecimento de nada. Explico que o senhor da receção me tinha mandado ir até aquela sala falar com ela sobre as minhas análises. Manda-me voltar à receção e saber o número do processo, porque dali não conseguia ver nada, que não tinha nada consigo e, provavelmente, eu deveria dar entrada mais uma vez para ser atendida. Na noite anterior eu tinha estado quase 4h à espera. Volto à receção e o senhor parece já saber o que eu tinha a dizer. «Fazer inscrição de novo?», diz-me ele. Respondo positivamente. Retorno à sala de triagem e a enfermeira recorre ao computador. Segundos depois indaga-me: «Você está grávida?». «Sim, creio que de 4 semanas», respondo-lhe. A sua fisionomia muda, pede-me desculpa e explica-me olhando nos meus olhos que sem o número do processo não consegue ter acesso ao prontuário, que o senhor da receção não tinha feito o que ela pediu, mas que eu não me preocupasse que ela iria resolver. «Espere aqui um bocadinho que já volto, vou lá buscar», diz-me em tom amável. Havia uma mudança clara no seu tom de voz. Parecia que eu estava naqueles filmes infantis onde a fada diz a palavra mágica e tudo se resolve, os lugares ganham outra tonalidade, os rostos ganham brilho. Definitivamente, não era o mesmo tratamento de minutos atrás. Ter dito que estava grávida parecia ser uma palavra-passe que me dava acesso a um mundo de possibilidades e de sim's. Toda a situação me fazia muito lembrar do dia em que passei pela primeira vez no serviço de alfândega, no aeroporto de Lisboa. Com o meu passaporte na mão o agente perguntava-me grosseiramente o que vinha fazer em Portugal. Ao ouvir que vinha tirar um Mestrado na Universidade de Lisboa, um sorriso aparece discretamente no seu rosto. Parou imediatamente de tirar um a um os meus pertences que se encontravam na mala à sua frente e começa a dizer-me que eu ia adorar estudar em Lisboa. Ajudou-me a guardar tudo o que ele próprio tinha tirado da minha mala, fechou-a e entregou-ma. Nem parecia o mesmo homem que me mandara colocar a mala naquela esteira-mesa e ficou apenas a olhar o meu esforço para levantar duas malas de 23 kg cada. A situação vivida ali na maternidade parecia-me muito semelhante. Mas eu, naquele momento, sentia-me apenas um corpo grávido, em que só o que interessava ali era o que eu carregava no ventre. Ainda ontem eu tinha

estado naquela sala a explicar que tinha realizado dois exames de gravidez com resultado positivo, mas ao perceber que havia um tom de desconfiança entre os 3 médicos presentes, o meu marido, com o seu sotaque meio madeirense, meio portuense, que até à altura estivera calado, via-se obrigado a confirmar o que eu dizia. Saí daquela maternidade a pensar nas minhas interlocutoras, seria mesmo a maternidade uma forma de valorização pessoal e nacional?

(Diário de Campo:28/12/2014)

Num determinado período em que acompanhava um grupo de mulheres que estava conetado ao Orkut, observei que a experiência da maternidade era um assunto recorrente nas conversas dentro e fora deste espaço virtual. Tanto as mães como as que ainda projetavam viver esta experiência debatiam periodicamente questões relativas ao quotidiano dos seus filhos ou à experiência de ser mãe de outras mulheres com quem tinham contato. Abordavam-se assuntos como, por exemplo, o parto, a amamentação, os problemas na escola, as festinhas de aniversário e as disputas de guarda e poder paternal com os ex-companheiros. Aos poucos fui percebendo que mais do que um momento direcionado para a partilha de experiências, estas conversas tinham a ver com um conjunto de posturas e comportamentos valorizados e do qual esperavam consonância. A experiência de maternidade enaltecida baseava-se, sobretudo, no afeto, na auto-responsabilização sobre o bem-estar da criança e na adesão aos ditames médico-científicos sobre a saúde materno-infantil. Entendendo este modelo de maternidade como um critério de valorização pessoal, idealizavam-no não só como um arquétipo de boa mãe, mas também como um modelo de feminilidade que deveria ser seguido por todas as mulheres. Por outro lado, acreditando que uma boa mãe precisa de possuir características como a amabilidade, a simpatia, a dedicação e a solidariedade, entendiam que as brasileiras, em comparação com as mulheres portuguesas, estavam muito mais próximas desse ideal de feminilidade.

Neste capítulo recorrerei a percepções e vivências da maternidade para mostrar como estas mulheres se engajam em diferentes negociações com o objetivo de construir um outro espaço de interlocução no mundo português, que passa também pela reformulação da maneira com que são vistas e tratadas. É no seio das relações estabelecidas no quotidiano, muitas vezes marcadas por tensões e fricções, que almejam reposicionar o seu lugar no esquema de representações que tende a associar as brasileiras à prostituição. Deste modo, nas suas interações *online* e *offline* vão tecendo novas hierarquias

através da articulação de marcadores de diferença formulados a partir da experiência de maternidade. Através da insígnia da «*boa mãe*», vão procurando estabelecer novos marcadores de diferenciação individual e nacional. O que para elas significa ser boa mãe é uma experiência formulada sob as tensões vividas no quotidiano e que conjuga as suas referências trazidas do Brasil em contraposição com as suas perceções sobre o que fazem as mães portuguesas. Ao mesmo tempo que é uma experiência vivida, é também uma prática discursiva pois, mesmo com todos os esforços para evidenciar a sua diferenciação, a experiência de ser mãe é vivida em Portugal e, portanto, condicionada pelas mesmas dificuldades enfrentadas pelas mulheres portuguesas, acrescidas dos obstáculos que a sua condição de imigrante impõe. Tal como acontece no contexto português, o que se deseja e o que realmente se concretiza na experiência da maternidade está a depender de uma série de condicionamentos que vão desde as assimetrias de género vividas dentro de casa às exigências do mundo do trabalho.

Na primeira parte deste capítulo, recorrerei à descrição etnográfica para mostrar como estas interlocutoras vivenciam o que chamo de *boa maternidade*. Mostrarei a que atitudes e posturas dão importância e os esforços que fazem para concretizar este modelo de *boa mãe*. Procurarei pôr em evidência as estratégias que encontram para se distinguirem enquanto indivíduos singulares e enquanto membros de um grupo. Em seguida, procurarei discutir como determinadas representações em torno das mulheres e das mães são resgatadas e ressignificadas na tentativa de negociar o estatuto social que acreditam ter na sociedade portuguesa. Na tentativa de localizar de onde emergem os referenciais sobre a maternidade e puericultura a que estas mulheres recorrem, procuro fazer um apanhado histórico do discurso maternalista no Brasil e o seu papel na formação da identidade nacional brasileira. Sugiro que a ideia de maternidade, baseada na responsabilização da mulher pelo bem-estar dos filhos, esteve e ainda está presente no discurso médico, religioso, da comunicação social e nas políticas públicas direcionadas para a saúde reprodutiva e da mulher. Por fim, tentarei discutir como identidade individual, identidade de género e identidade nacional se cruzam e se reconstróem ao longo das experiências vividas. Este processo depende da interseção entre a sua maneira de apreender a história (a sua história pessoal e a sua história como pertencente a um grupo), a sua perceção das experiências vividas e as expectativas criadas em torno do modo como gostariam de ser percebidas.

1 - Quando a maternidade se tornou uma questão

Como já foi referido nesta tese, ao acompanhar de forma regular a comunidade do Orkut «Brasileirinhos», inteirava-me de muitos aspetos da experiência quotidiana das mulheres com quem já tinha estabelecido contato fora da esfera virtual. Muitas dessas mulheres tornaram-se posteriormente minhas informantes-chaves e, por isso, é delas e das pessoas com quem elas tinham contato que irei falar neste capítulo. Ainda no início do terreno, já tinha observado que entre os fóruns abertos neste espaço virtual havia um em particular, intitulado «mamães da comunidade», e o seu objetivo era discutir diversos assuntos sobre a experiência da maternidade. Direcionando o meu olhar mais no sentido das narrativas de preconceito, não prestei inicialmente grande atenção ao que era debatido neste fórum específico. Porém, o «momento chave» para que eu começasse a interessar-me pelo protagonismo da maternidade na vida das participantes e, em especial, na das mulheres que acompanhava com maior proximidade, deu-se quando me vi no meio de uma discussão que teve início num dos fóruns e se prolongou por vários outros momentos fora da esfera virtual.

O fórum em questão tinha sido criado por uma participante – até então desconhecida para a maioria dos membros ativos da comunidade virtual – para relatar os problemas que enfrentava com o seu ex-companheiro numa disputa judicial pela guarda do filho. Segundo o que me foi possível perceber, até aquela altura era ela quem possuía a guarda e o poder paternal, mas o pai, um cidadão português, questionava em tribunal o acórdão anterior, bem como a distribuição dos dias e horários que ele usufruía na companhia do filho. Preocupada com a possibilidade de ser prejudicada nesta nova fase do processo jurídico, e sentindo que o advogado oficioso¹⁰⁸ não dava grande atenção ao caso, resolve procurar na comunidade algum tipo de apoio e solidariedade. Este espaço virtual era utilizado por muitos participantes como um meio de obter informações e solicitar algum tipo de apoio, que, às vezes, acabava por se converter em apoio emocional e até mesmo financeiro. Por isso, era comum que algumas pessoas criassem estes

¹⁰⁸ Segundo o Guia Prático de Proteção Jurídica do Instituto da Segurança Social, os cidadãos que não dispõem de meios económicos têm direito a proteção jurídica para acederem aos tribunais. Esta proteção inclui Consulta Jurídica para esclarecimento técnico e Apoio Judiciário através da nomeação de um defensor, chamado de advogado oficioso, e o pagamento dos seus honorários. Guia disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15011/proteccao_juridica, último acesso: 02/12/2014.

fóruns e, tendo alguns advogados entre os participantes da comunidade, era habitual solicitarem orientação.

Um dado observado é que muitos participantes utilizavam apenas este espaço para obter informações, evitando procurar, por exemplo, as associações de apoio aos imigrantes. Apesar de bastante útil, esta estratégia revelava-se pouco produtiva porque muitas das informações eram dadas a partir da experiência vivida ou de informações oferecidas por terceiros, o que nem sempre correspondia à realidade vivida por quem pedia ajuda. Informações desencontradas e desatualizadas no tempo eram um dos principais problemas para quem utilizava apenas o Orkut como meio de obter informações. Neste fórum específico, além de estar aberta a receber orientação, a autora parecia interessada em obter apoio moral e emocional, pois procurou sempre manter o debate ativo, atualizando os participantes com detalhes sobre todos os problemas enfrentados, os atritos, as discussões e os prolongamentos jurídicos a respeito do caso. Através dos seus relatos era possível perceber que tinha migrado para Portugal na expectativa de investir nesta relação amorosa que, com o passar do tempo, se tinha deteriorado. Com dois filhos, um desta relação e um outro de uma anterior, quando ainda morava no Brasil, esta mulher mostrava sentir-se sozinha em Portugal e, feita uma limitada rede de contactos, via no Orkut, como acontecia com outros sujeitos desta pesquisa, uma oportunidade para ampliar a sua rede e angariar auxílio.

Num determinado dia utilizou o fórum para informar que a criança, depois de esta ter passado alguns dias com o pai, não teria voltado para casa no dia e hora marcado para tal. Este episódio tinha acirrado ainda mais os desentendimentos do ex-casal e todo o desenrolar desta situação ia sendo relatado através de uma superexposição além daquilo que deveria ser o sigilo processual. A participação dos membros era intensa e a discussão seguia entre opiniões sobre o que fazer nestes casos e julgamentos sobre as ações da participante e do seu ex-companheiro. Era interessante observar, porém, que havia um consenso entre as intervenientes de que, sendo a mãe brasileira e o pai português, o parecer do juiz e todas as autoridades que estiveram envolvidas no caso, iriam favorecer o cidadão português. Compreendiam que o baixo estatuto, que acreditavam ter as brasileiras em Portugal, interferiria negativamente em pareceres judiciais. Esta percepção de que os seus interesses nunca prevaleciam pelo facto de serem brasileiras era comum não só a estas pessoas do Orkut como a quase todos os sujeitos desta pesquisa,

nomeadamente aqueles que estavam inseridos em seguimentos profissionais que exigiam pouca qualificação. Cabe lembrar que as experiências no mundo do trabalho contribuíam significativamente para essas formulações, pois era neste ambiente que viviam a maior parte das situações de preconceito e, em boa parte dos casos, a capacidade reativa era inviabilizada pela condição de vulnerabilidade e/ou a dependência de vínculo laboral na aquisição/renovação de autorização de residência. Vale a pena referir, porém, que a intensidade com que esta perspectiva aparecia nas narrativas variava conforme a trajetória de cada indivíduo, a sua circulação no espaço urbano, os ambientes onde estavam inseridos e o tipo de contato que mantinham com cidadãos portugueses, se somente profissional, ou também afetivo/familiar ou de uma outra natureza. De qualquer modo, para a generalidade das pessoas que acompanhei, os estereótipos atribuídos à mulher brasileira, além de a estigmatizar, eram entendidos como um entrave à sua capacidade reivindicativa, ao acesso a serviços, ao pleno gozo dos direitos e à igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

Havia entre muitas das participantes do fórum, inclusive, entre as que eu acompanhava *offline*,¹⁰⁹ uma grande comoção com o caso, mostrando-se sensibilizadas e disponíveis para ajudar. Para elas, as boas mães não medem esforços para cuidar dos seus filhos e, ao mostrar empenho em ter o filho de volta, esta mulher mostrava-se boa mãe. Apesar de algumas pessoas enfatizarem que a criança poderia estar emocionalmente abalada por estar a presenciar boa parte das discussões dos pais – algumas delas envolvendo a polícia – uma larga maioria manifestava apoio incondicional à mulher, acreditando que todas as suas atitudes eram justificáveis. Entendiam, portanto, que o único culpado era o pai por ter criado esta situação. Já a mãe, ao lutar para ter o seu filho consigo, estava apenas a cumprir o seu papel de boa mãe.

Dentro e fora do fórum este episódio ganhou grande destaque. Fui tomando conhecimento de que havia uma mobilização para que a criadora do fórum tivesse suporte financeiro, emocional e jurídico. A hipótese de que o defensor público não se empenhava por se tratar de uma brasileira foi ganhando algum consenso e, sabendo-se

¹⁰⁹ Uso o termo em referência à linguagem utilizada na *internet* para determinar aqueles que estão conectados ou não à rede em tempo real. Como acompanhei muitas das intervenientes no *Orkut* no seu dia-a-dia, participando dos eventos que promoviam, visitando-as nas suas casas e nos seus locais de trabalho e até as acompanhando ao Consulado e ao SEF, entendo esses momentos como interação *offline*. Ou seja, fora do ambiente virtual. Foi com estes sujeitos que estabeleci uma relação de maior proximidade e, por isso, considero-as como informantes-chave.

das dificuldades financeiras pelo qual passava esta mulher, ponderava-se pagar os honorários de um novo advogado. Comunicando-se através de contatos telefónicos, mensagens privadas e de uma outra comunidade criada especialmente para tratar desse caso¹¹⁰, algumas participantes cogitavam sobre a possibilidade de fazer uma manifestação à porta do tribunal onde iria decorrer a primeira audiência de conciliação. Quando discutiam o assunto, sugeri que tivessem prudência e atenção às formas legais de manifestação em Portugal, alertando para a necessidade de informar as autoridades e os possíveis entraves que encontrariam por se tratar de um lugar invulgar para este tipo de protesto. Este meu comentário foi mal recebido e boa parte das intervenientes encarou-o como falta de sensibilidade. Todas as que manifestaram a sua opinião enfatizavam que as minhas observações só tinham sido feitas porque eu não teria sido capaz de sentir a dimensão do sofrimento passado por esta mãe e que a reivindicação deveria ocorrer independente de qualquer coisa. Acreditavam que, por eu ainda não ser mãe, estava impossibilitada de compreender a importância de se fazer todos os esforços para juntar mãe e filho. Foi exatamente neste período, no meio de toda esta discussão, que comecei a olhar para a importância da experiência da maternidade na vida das mulheres acompanhadas. Toda esta mobilização e a importância dada à condição de «mãe» fez-me refletir sobre o que significava para elas a maternidade e como a vivenciavam no quotidiano. Comecei então a dar maior atenção ao que escreviam em todos os fóruns sobre a experiência de ser mãe e a procurar conversar e fazer uma observação mais cuidadosa em relação ao tema.

2 - As experiências da maternidade

Passada a tensão que esta situação causou, comecei a reler os vários tópicos¹¹¹ e fui percebendo que a experiência de ser mãe era um assunto bastante recorrente. Muitas das situações descritas pelas participantes já tinham sido catalogadas nas minhas anotações, mas, por uma certa imaturidade analítica, estavam seleccionadas como «experiências de preconceito vividas», sem grande reflexão sobre a maneira como se posiciona-

¹¹⁰ Em determinada altura sentiu-se a necessidade de criar uma outra comunidade no *Orkut* para tratar apenas desse caso porque havia um interesse por parte de alguns membros em ajudar financeiramente.

¹¹¹ Para os usuários do *Orkut*, tópico era a maneira de se referirem aos fóruns de discussão abertos pelos participantes.

vam nestas experiências. Redirecionando o meu olhar, fui pouco a pouco compreendendo que a grande repercussão daquele fórum e a intensidade com que responderam ao apelo da mãe tinha muito a ver com os significados dados à maternidade e às especificidades de viver esta experiência em terras lusitanas. Procurando abordar também nas entrevistas e com conversas presenciais a experiência de maternidade, foi possível observar que ser mãe era entendido como um importante instrumento de identificação e valorização pessoal. Tendo em vista que acreditavam ter um baixo estatuto social em Portugal e entenderem este aspeto como uma das principais dificuldades no quotidiano, é possível sugerir que o modo de pensar e viver a experiência da maternidade fosse uma imprescindível ferramenta de negociação da maneira como eram vistas e tratadas nos diversos ambientes a que tinham acesso.

Por outro lado, estes atores sociais, nas suas interações *online* e *offline* vão tecendo novas hierarquias através da articulação de marcadores de diferença formulados a partir da experiência da maternidade. Como nos lembra Foucault «O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação» (Foucault, 2011:183). Neste sentido, a maneira efusiva com que reagiram às minhas observações e a tentativa de deslegitimar o que era dito por mim, não aconteceram por acaso. Ser mãe, dentro do plano de classificação estabelecido por essas mulheres, garantia-lhes um estatuto social que acreditavam conferir prestígio, credibilidade moral e uma autoridade para opinar e agir que não era dada a uma não-mãe. Como terei a oportunidade de mostrar, acompanhei outras situações em que a maternidade não só era vista como uma etapa indispensável à condição feminina, mas também como instrumento de distinção pessoal a que recorriam para edificarem por quem tinham simpatia ou desvalorizar as desafetos que não puderam ou não quiseram ser mães. Ainda na esfera das hierarquizações, as características que percebiam ser as de uma boa mãe eram utilizadas como um marcador de diferenciação acionado, principalmente, em relação às mulheres portuguesas.

Para entender melhor como esta percepção sobre a maternidade era formulada, é preciso antes compreender o que para essas mulheres era entendido como amor verdadeiro. Segundo o que diziam acreditar, o amor não era apenas um sentimento, mas uma experiência vivida e, como tal, possuiria várias vertentes. No entanto, só as mulheres, por estarem naturalmente condicionadas à maternidade, eram capazes de vivenciar a mais verdadeira forma de amor que, pela sua intensidade, também pode ser convertida

em importantes valores como cuidado, afeto, carinho e solidariedade. Porém, segundo esta maneira de apreender o mundo, nem todas as mulheres conseguem vivenciar esta dimensão do amor, pois, para isso, precisam de dispor de um conjunto de escolhas, práticas e modos de agir que define quem é e quem não é verdadeiramente mãe, vista esta como ser único capaz de experienciar o amor verdadeiro. O que torna a percepção dessas mulheres particular é que as escolhas, práticas e modos de agir que definem o que é ser «verdadeiramente mãe», isto é, «mãe de verdade», eram formuladas com base em três esferas das suas vidas: a reprodução de um modelo ocidental de feminilidade articulada com as práticas de maternidade aprendidas no contexto social onde nasceram e contrapostas ao imaginário que construíram sobre a maternidade em Portugal.

De forma concreta, ser *boa mãe* ou *mãe de verdade* significava dar prioridade ao filho(a), dedicar-se-lhe incondicionalmente, não medir esforços para que ele (a) possa crescer bem e saudável e mostrar desprendimento de tudo em favor do filho. Isso poderia significar, por exemplo, deixar de trabalhar para cuidar da criança, abandonar alguns hábitos e cuidados com a aparência e atender em primeiro lugar as necessidades do (a) filho (a) em detrimento das suas próprias. Ao narrarem as suas experiências de maternidade, alternavam entre a ideia de amor e a de sacrifício, entendidos como conceitos indissociáveis. Jandira, por exemplo, afirmava que tinha tentando deixar o seu filho com uma ama, mas ao perceber que a criança sofria maus tratos, resolveu abandonar o emprego e ser ela a responsável por cuidar integralmente dele. Já Madalena disse-me, por duas vezes, que desde o nascimento da filha nunca mais tinha cuidado do cabelo, não mais arranjava as unhas no salão e não mais comprava qualquer peça de roupa para si, algo que para ela tinha deixado de ter importância, pois as necessidades da filha vinham em primeiro lugar. Já Carmo dizia que desde que parira nunca mais tinha dormido uma noite completa e que o seu sono estava regulado pelos horários de comer da sua filha. Cassia¹¹² também alegava que os seus 3 filhos estavam em primeiro lugar e que as suas escolhas individuais dependiam do bem-estar deles.

Ao acompanhar mais de perto muito dessas mulheres que se conectavam ao Orkut, pude observar que as dificuldades inerentes à experiência de ser mulher e imigrante em Portugal ora serviam de entrave, ora serviam de catalisadoras dessa centralidade dada aos filhos. Procurando entender melhor a trajetória de cada uma, foi possível

¹¹² Cassia é um Município do Estado de Minas Gerais com população estimada em 18.036 habitantes. Neste trabalho uso-o como pseudónimo relativamente a esta interlocutora paranaense de 35 anos.

observar que, de facto, algumas delas estavam temporariamente fora do mercado-de-trabalho e que este afastamento coincidiu com a maternidade. Porém, um aspeto muito importante na experiência migratória delas – e que se aproxima da caracterização da imigração brasileira nesse período – é que as atividades profissionais exercidas em Portugal não correspondiam às suas habilitações literárias obtidas no Brasil. Todas essas mulheres que estavam integralmente dedicadas ao cuidado dos filhos ou não tinham conseguido emprego na sua área de formação ou tinham tido experiências profissionais aquém dessa mesma formação. Por isso, é possível dizer que estavam profissionalmente deslocadas, enfrentando as dificuldades de um período de recessão económica e também a segregação étnico-racial e de género do mercado laboral português (França, 2012).

Jandira, por exemplo, tinha completado a sua formação na área administrativa e, antes de imigrar, trabalhava como gerente financeira numa empresa no interior de Minas Gerais. Em Portugal nunca conseguiu colocação equivalente, chegando a trabalhar como vendedora em algumas lojas. Acreditava que a sua condição de brasileira e negra determinava muito das suas experiências vividas, o que, consequentemente, interferiria na sua inserção laboral. Esta convicção era justificada e pensada a partir da primeira experiência de procura de emprego, na qual acreditava ter vivido a sua mais marcante situação de discriminação. Segundo o que relatou, um empregador, sem sequer ter olhado para o seu currículo, exclamara: «você tem dois defeitos, é preta e brasileira», recusando aceitá-la para preencher a vaga disponível. Apesar do fator decisivo para a sua saída parcial do mercado de trabalho ser a situação de maus-tratos que o filho vivenciara, na altura do ocorrido Jandira trabalhava numa pequena loja que estava a entrar em processo de falência e há meses não recebia o seu salário. De comum acordo com o marido, e após avaliar as finanças da família, concluiu que a situação no emprego era insustentável e que, mesmo que conseguisse um emprego com um salário equivalente, o valor pago a uma outra ama com melhores referências seria igual ou superior a qualquer vencimento já recebido em Portugal. Tal como Jandira, outras mulheres que participavam naquele fórum nunca tinham conseguido exercer em Portugal uma ativi-

dade profissional condizente com a sua formação, como era o caso de Jaci¹¹³, uma técnica de enfermagem, e Magda¹¹⁴, com formação em psicologia.

Por outro lado, tanto Jandira como outras mulheres que tive a oportunidade de acompanhar, sofriam também com o desmantelamento do Estado-Providência em Portugal, onde os benefícios de apoio ao trabalho feminino são insuficientes e impedem a conciliação entre família e trabalho (Wall et al, 2002). Além das dificuldades em encontrar vagas em creches públicas com localização conveniente, não era fácil conciliar os horários do trabalho e da entrada e saída dos filhos nesses espaços de acolhimento. Como explana Wall *et al* (2002), este é um problema enfrentado também pelas mulheres portuguesas que, por vezes, necessitam da ajuda de pais, familiares e amigos para conseguir conciliar trabalho e cuidados com os filhos. Sem esta rede de apoio, estas imigrantes encontram grandes dificuldades em gerir a situação e, por vezes, procuram fazer ajustes profissionais, tal como ocorre com muitas mulheres portuguesas que não podem contar com o apoio dos familiares (Wall et al, 2002). Jandira, por exemplo, apesar de estar em casa, não tinha saído completamente do mercado-de-trabalho e, na altura do meu trabalho de *terreno*, trabalhava como vendedora autónoma de cosméticos de marcas brasileiras. Tendo na internet o principal veículo de possibilidade de vendas, promovia e expunha a partir de casa os seus produtos, fechava vendas e solicitava aos parentes no Brasil que enviassem novas remessas através dos correios. Com isto conseguia ter maior disponibilidade para se adaptar ao horário da escola do filho e ficar mais tempo com a filha mais nova, que ainda não tinha tido colocação numa creche.

Outras situações vividas e diretamente relacionadas com a experiência de ser brasileira em Portugal também tinham bastante peso na decisão de deixar o emprego e dedicar-se inteiramente aos filhos. Madalena, por exemplo, por um período bastante longo, ficou inteiramente dedicada à família. Logo após o nascimento do primeiro filho, incentivou o marido a procurar emprego numa outra cidade portuguesa e, ao ver concretizada a proposta de trabalho do companheiro, pediu demissão da empresa na qual esta-

¹¹³ Município do Estado de São Paulo, com uma população estimada de 6.609 habitantes. Aqui utilizo-o como pseudónimo de uma interlocutora mineira, com 30 anos na altura destes registos na comunidade «brasileirinhos» do *Orkut*.

¹¹⁴ Município do Estado de São Paulo, com uma população estimada de 3.200 habitantes. Utilizo-o como pseudónimo de uma interlocutora pernambucana, com 35 anos na altura destes registos na comunidade «brasileirinhos» do *Orkut*.

va vinculada. Uma das principais razões que motivava a sua insistência para mudarem de cidade tinha a ver com os problemas enfrentados por causa de familiares do marido. Acreditando tratarem-se de pessoas preconceituosas, que nunca tinham aceitado bem o relacionamento do parente com uma brasileira, encontrou na mudança de cidade uma solução para se manter afastada do mal-estar em que vivia quotidianamente. Porém, vivendo numa cidade mais pequena, encontrava dificuldades de reinserção laboral e, passado um ano, engravidou uma segunda vez. Com dois filhos as dificuldades eram ainda maiores, principalmente, em conseguir gerir os afazeres domésticos – atividade que exercia praticamente sozinha – juntamente com os cuidados de duas crianças pequenas. Estando o orçamento familiar agora dependente do vencimento de apenas uma pessoa, matricular as crianças numa creche configurou-se como financeiramente inviável. Como a colocação do marido era temporária, decidiram que, ao acabar o contrato, voltariam para Almada, região metropolitana de Lisboa, onde ela teria maior possibilidade de conseguir um trabalho e contar, mesmo contra a sua vontade, com a ajuda da sogra para ficar com as crianças sempre que necessário. Este desconforto em depender dos familiares do marido tinha a ver com os conflitos inerentes às constantes interferências no cuidado e na educação dos seus filhos. Madalena sentia que era periodicamente desautorizada e que as suas decisões estavam sempre a ser questionadas pelos sogros e até mesmo pelo marido, que acreditava estar a ser influenciado. A pouca receptividade que imaginava ter recebido deste grupo familiar e o mútuo estranhamento em relação ao cuidado das crianças fazia com que se sentisse discriminada e pouco valorizada pela família. No caso dela, a decisão de mudar de cidade e, consequentemente, ficar afastada do mercado laboral tinha uma relação direta com esses conflitos familiares, mas tal era percebido apenas como um ato de amor e dedicação à família. Entendia ser essa experiência de mudança uma oportunidade do marido progredir na carreira profissional e dos filhos ficarem longe do que acreditava ser a má influência da família.

Portanto, apesar de se compreenderem a si e a sua vida tendo como referência a experiência de maternidade, os percalços e barreiras inerentes à condição de mulher, brasileira e imigrante, em intersecção com outros marcadores sociais de diferença, determinavam a maneira de pensar e agir desses sujeitos, bem como a própria experiência de maternidade. No caso específico dessas participantes da comunidade do Orkut – quase todas imigrantes-trabalhadoras em situação de vulnerabilidade laboral, com filhos pequenos, algumas vivenciando relações matrimoniais transnacionais (Togni, 2008) e

enfrentando assimetrias e barreiras dentro e fora dessas relações familiares – negociar um outro espaço de interlocução era algo almejado. Porém, o que era negociado e as ferramentas utilizadas nessa negociação dependiam das relações mantidas, da maneira de entender a sua presença no país e da capacidade que acreditavam ter para reagir aos estigmas sofridos durante essa experiência de mobilidade.

Neste sentido, e na medida em que eu me familiarizava com as especificidades desse grupo, fui percebendo que estes sujeitos, ao mesmo tempo que entendiam as suas vidas a partir da experiência da maternidade, viviam dentro dessa experiência distintas relações de poder que dependiam da sua localização social (Mahler e Pessar, 2001)¹¹⁵. Porém, era também nesta experiência que encontravam uma possibilidade de negociar o seu estatuto social em Portugal, pois ao realçar o «ideal da boa mãe» – articulando uma vivência de maternidade apreendida no Brasil em contraponto com o que acreditavam ser feito pelas portuguesas – teciam novas hierarquias e relações de poder. Como tentarei mostrar a seguir, estas mulheres valorizavam e utilizavam um conjunto de práticas de puericultura e, por vezes, recorrendo ao saber médico como instância legitimadora dessas práticas, tentavam estabelecer um modelo de comportamento da mulher-boia mãe. Ao mesmo tempo que procuravam distinguir-se do que acreditavam ser a prática de maternidade em Portugal, estabeleciam novos marcadores nacionais de diferença, mas também procuravam marcar uma posição distinta das pessoas com quem convivem no quotidiano, inclusive, outras brasileiras com quem contatam *online* e *offline*.

3 - A boa-mãe cuidadora: cuidar do corpo e dos filhos

Como venho mostrando neste trabalho, uma das estratégias metodológicas a que recorri foi a observação dos debates nos fóruns de discussão do Orkut em simultâneo com a ida a encontros presenciais marcados periodicamente pelas participantes dos fóruns. Com algumas mulheres consegui uma maior interlocução e, frequentemente, comunicávamos através de outros veículos como o telefone, o *Facebook* e mensagens instantâneas. Através de todos estes momentos de interatividade foi possível observar que uma ideia muito difundida entre elas era a noção de que a «boa mãe» ou, como

¹¹⁵ Para os autores, as pessoas estão posicionadas dentro de hierarquias de poder criadas através de relações históricas, políticas, económicas, geográficas, de parentesco e outras estratificações sociais. Acreditam ainda que estas mesmas hierarquias não são construídas apenas em níveis nacionais e supra nacionais, mas também de classe, raça, sexualidade, etnicidade, nacionalidade e género.

algumas costumavam referir, a «mãe de verdade» é eminentemente cuidadora e, por isso, a principal responsável e impulsionadora do bem-estar físico e emocional das suas crianças. Esta dimensão do cuidado, além de implicar uma total responsabilização feminina sobre os filhos, abrange técnicas disciplinares que atuam diretamente sobre os seus corpos. Neste sentido, os atores sociais aqui estudados acreditavam que os cuidados deveriam começar ainda na gravidez, abdicando de tudo o que considerassem nefasto para o nascituro e adotando hábitos que proporcionassem saúde e boa disposição a si próprias e ao feto. De acordo com o observado nas discussões sobre o comportamento a ser adotado na gravidez, é possível dizer que empreendiam uma forte vigilância sobre os seus próprios corpos e os corpos de outras mulheres, recorrendo a um ideal de maternidade em que a boa mãe é aquela que se preocupa em gerar filhos saudáveis. Esta perspetiva do cuidado era marcada também por uma predisposição para seguir as orientações médico-científicas, reconhecendo no saber médico a autoridade maior no âmbito da saúde materna e infantil.

Um dos momentos que testemunhei e que pode ser bem ilustrativo da adesão às diretrizes médico-científicas e à vigilância sobre o corpo feminino deu-se com duas das minhas interlocutoras principais. Quando iniciei a pesquisa elas eram bastante amigas, no entanto, desentenderam-se quando eu ainda estava no *terreno*. Numa discussão, trocaram acusações e críticas sobre o modo como se dedicavam ao cuidado com os filhos. Para Jandira, ser fumadora na gravidez era extremamente condenável e, no momento do desentendimento, utilizou este facto para pôr em causa a boa maternidade da, até então, amiga. Como resposta, Madalena alegava que, se tivesse deixado o cigarro, isso poderia causar ainda mais problemas ao feto. Para ela, alimentar a filha com *Miojo*¹¹⁶ - como disse ter testemunhado este facto na casa de Jandira - também poderia significar um descuido para com a filha. Apesar da rotura entre essas duas mulheres não ter sido motivado apenas por esta discussão – envolvendo uma série de outros acontecimentos –, existia entre elas uma forte associação entre «ser boa mãe» e manter corpos saudáveis, muito embora dependente da realidade com que cada uma vivia a experiência de maternidade.

Em Portugal, Jandira e Madalena viviam realidades distintas, o que, evidentemente, se refletia na experiência de maternidade de cada uma e no modo como encara-

¹¹⁶ *Miojo* é uma marca comercial de uma massa instantânea e de rápida preparação, bastante conhecida no Brasil.

vam esta experiência. A inserção de Madalena no mercado de trabalho português tinha sido mais prolongada e, portanto, estava mais familiarizada com as dificuldades de conciliar trabalho e o cuidado dos filhos sem usufruir de uma rede constante de apoio familiar. Apesar de ter criticado a opção da amiga em dar uma alimentação que entendia ser pobre em nutrientes, Madalena sempre referia nas nossas conversas a dificuldade em conseguir preparar pratos mais elaborados após um longo dia de trabalho ou de dedicação a outros afazeres domésticos. Era ela também a única mulher que contatei que tinha uma maior facilidade em apontar os desafios e as dificuldades enfrentadas na experiência de maternidade, como, por exemplo, o cansaço, as poucas horas de sono e alguma frustração por não conseguir realizar outras atividades que também achava importantes. Badinter (2010), nas suas reflexões sobre as ambivalências da maternidade, nota que boa parte das mulheres, ao tomarem a decisão de serem mães, o fazem sem ponderar os desafios e as insatisfações, considerando apenas o amor e a felicidade em torno da experiência. Ao depararem-se com os desafios, esgotamentos e frustrações, são poucas as mulheres que conseguem confessar a sua insatisfação. Para esta historiadora «nada é menos indizível na nossa sociedade do que tal confissão. Reconhecer que nos enganámos, que não somos feitas para sermos mães e que a maternidade nos deu pouca satisfação faria de nós uma espécie de monstros irresponsáveis.» (ibidem: 22)

Jandira, por outro lado, tinha tido em Portugal uma curta experiência nesta dupla jornada. Foram poucos os meses em que se dividiu entre o trabalho na loja e o cuidar do filho pequeno. Já no Brasil, quando viveu por um período mais prolongado esta experiência de ser mãe e trabalhar fora de casa, contava com o apoio da sogra e da mãe para ficar com o filho durante o seu horário de trabalho, acompanhá-lo às consultas médicas e cuidar dele no caso de alguma enfermidade. Diferentemente do que acontecia com Madalena, Jandira - como outras mulheres que participavam na comunidade do Orkut - raramente se pronunciava sobre as dificuldades em conciliar trabalho e maternidade, especialmente quando se referia às mães dos colegas de escola dos seus filhos. Em boa parte das vezes, utilizava um tom crítico no que entendia ser falta de cuidado das mães portuguesas em relação ao horário e à alimentação dos filhos. Situações como o dia em que um colega do seu filho chegou às 14 horas para brincar em sua casa sem ter almoçado eram citadas como exemplos reveladores da falta de cuidado da mãe portuguesa. Ao ser indagada sobre a possibilidade desta mãe ter tido dificuldades em se conciliar com o trabalho, Jandira desvalorizava tal aspeto, ressaltando que nada poderia justificar

isso. A sua própria experiência de mãe a tempo inteiro era entendida como um exemplo de dedicação e cuidado, pois o seu esforço em sacrificar a carreira profissional era algo bastante valorizado por si e por outras mulheres que participavam na comunidade virtual.

Era curioso observar que, paralelamente às tentativas de demarcar distinção, Jandira, ao contrário de Madalena, narrava-me com mais regularidade as experiências de preconceito vividas em Portugal. No hospital/maternidade onde tinha nascido o filho mais novo, por exemplo, disse ter vivido situações que marcam a violência institucional na atenção obstétrica¹¹⁷. Segundo relatou, uma enfermeira, desrespeitando as recomendações internacionais, tratou-a de forma grosseira, exigiu que não gritasse e sugeriu que ela estava em Portugal com o único objetivo de engravidar de um cidadão português¹¹⁸. Reclamações similares foram relatadas pelas entrevistadas na pesquisa «*Saúde Sexual e*

¹¹⁷ De acordo com a Declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicada no ano de 2014 «todas as mulheres têm direito ao mais alto padrão de saúde atingível, incluindo o direito a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto, assim como o direito de estar livre da violência e discriminação. Os abusos e maus tratos, a negligência e o desrespeito durante o parto equivalem a uma violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres, como descrevem as normas e princípios de direitos humanos adotados internacionalmente».

Declaração disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf, última acesso: 28/12/2014.

¹¹⁸ Segundo uma cartilha apresentada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo com base na definição dada pelas leis argentinas e venezuelanas onde é tipificada, «a violência obstétrica existe e é caracterizada pela apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais da saúde, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre os seus corpos, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.» Ainda segundo a cartilha é violência obstétrica «toda ação verbal e comportamental que cause na mulher sentimento de inferioridade, vulnerabilidade, abandono, instabilidade emocional, medo, acuação, insegurança, dissuasão, ludibriamento, alienação, perda de integridade, dignidade e prestígio.» (Fonte: Sítio eletrónico que disponibiliza a cartilha <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf>)

Perspetiva semelhante é utilizada pela Associação Portuguesa pela Humanização do Parto que estabelece que «Violência Obstétrica é qualquer ato ou intervenção direcionado à mulher grávida, parturiente ou puérpera, ou ao seu bebé, que tenha sido praticado sem o consentimento explícito e informado da mulher/casal e/ou em desrespeito à sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências.» Ainda segundo esta associação um dos exemplos de violência obstétrica é «Tratar a mulher em trabalho de parto de forma agressiva, não empática, rude, em tom de gozo, dando-lhe ordens e nomes infantis e diminutivos, tratando-a como incapaz, com indiferença, ou de qualquer forma que a faça sentir-se humilhada ou assustada.» (Fonte: Site da Humpar localizado no sítio <http://www.humpar.pt/violencia-obstetrica.html>)

Sobre outras formas de violência obstétrica ver cartilha disponível em:

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf>, último acesso: 28/12/2014

Ver mais sobre a pesquisa da Fundação Perseu Albano em:

<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>, último acesso em: 28/12/2014.

Sobre violência obstétrica ver: <http://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/03/12/mulheres-denunciam-violencia-obstetrica-saiba-se-voce-foi-vitima/>, último acesso: 28/12/2014

reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras. Um estudo qualitativo». Segundo o trabalho apresentado por Dias *et al* (2009), algumas mulheres brasileiras relataram que, por vezes, os profissionais de saúde possuem um conjunto de estereótipos relativamente às brasileiras e utilizam-no indiscriminadamente nas consultas e na assistência ao parto, fazendo com que se sintam discriminadas. No caso de Jandira, essas situações eram descritas com grande revolta, pois sentia-se ofendida na sua condição de mãe. Para ela esses estigmas eram inadmissíveis, pois a maternidade, e todo o seu esforço que depositava em ser uma boa mãe, conferia-lhe um estatuto moral que não poderia ser comparado com outras mulheres brasileiras que não fossem mães.

O reconhecimento da condição de boa mãe era, aliás, algo muito valorizado por esses sujeitos que interagiam no Orkut. Não por acaso, uma das principais reclamações que tanto Jandira como Madalena fizeram após a discussão que tiveram era a exposição pública do que entendiam ser falhas no cuidado com os filhos. Uma delas chegou a confessar-me que a sua maior insatisfação era ver o assunto exposto num dos fóruns da comunidade, aos olhos de outros participantes. Na sua maneira de compreender o ocorrido, o mais apropriado seria que a amiga tivesse utilizado mensagens privadas ou o telefone para conversarem sobre as suas discordâncias. Acreditando que a sua imagem pública de boa mãe tivesse sido ameaçada, entendia que não haveria qualquer possibilidade de reconciliação. Para a maior parte das participantes da comunidade, a reputação era um elemento importante para a efetivação da sociabilidade e o prestígio dependia também do conhecimento público da sua capacidade de demonstrar ser boa mãe. Isto ficou bastante evidente, por exemplo, na já relatada situação de uma participante que conseguiu estabelecer uma rede de solidariedade entre as restantes intervenientes ao expor todo o processo de disputa pela guarda do filho. Tal como acontecia com os interlocutores de Fonseca (2004) na sua etnografia sobre relações de género, fofoca e honra para grupos populares, também aqui, ser reconhecida como alguém incapaz para a maternidade, seja pelas críticas feitas nos fóruns ou através da fofoca, é ver atingida de tal modo a sua imagem pública que os indivíduos se sentem como se tivessem sido fisicamente feridos.

Como lembra Fonseca (2004) no contexto por ela estudado, as mulheres podem constituir-se como sujeitos ativos nas relações de poder ao ter a capacidade de manipular e construir reputações. De acordo com o que presenciei no terreno, a fofoca, surgida inicialmente através de comentários maliciosos que aos poucos iam sendo reproduzidos

e transmitidos fora da interação *online*, era uma importante ferramenta de manipulação das reputações. Não raro, numa conversa por telefone ou nos eventos de sociabilidade, eu ia tomando conhecimento de conversas já reproduzidas por terceiros de que a participante X parecia não ter cuidados na higiene da filha ou que a participante Y se atrasava na hora de ir dar de comer ao filho porque passava horas no Orkut. Como muitas das participantes prolongavam a interação para além dessa comunidade virtual e era bastante comum passarem a conviver com familiares e amigos umas das outras, a reputação dentro daquele grupo virtual era também importante, porque poderia ser estendida a outros elementos das suas relações quotidianas. Num dos casos que acompanhei, por exemplo, três interlocutoras, que conheciam bem a família da participante Y, conversavam à minha frente sobre os comentários que tinham ouvido acerca desta participante se atrasar a preparar o almoço dos filhos por passar muitas horas ligada à internet. A conversa prolongou-se por alguns minutos em torno dos possíveis problemas no casamento que Y teria caso o marido viesse a ter conhecimento de tais comentários. Embora tendo havido um compromisso entre as três de que a informação não haveria de chegar ao marido de Y, era curioso observar como se estabelecia ali uma relação de poder capaz de prejudicar Y.

Como mostrei no terceiro capítulo desta dissertação, as cisões nas relações de amizades eram muito frequentes. No caso específico dessas mulheres que acompanhei *online* e *offline*, não eram raras as fricções, boa parte delas envolvendo desentendimentos em relação às diferentes perceções sobre o cuidado com os filhos, tal como uma discussão que acompanhei num dos fóruns, que revelava as contradições entre um ideal de maternidade e os entraves na sua concretização tendo em vista o quotidiano de mãe-imigrante-trabalhadora. Uma das participantes, recém-ingressada na comunidade virtual, assumiu ter feito o desmame da criança antes que esta tivesse completado os seis meses. Esta confissão foi suficiente para que várias intervenientes manifestassem duras críticas, levando a participante a procurar inúmeras justificações. Sem apoio de nenhuma das participantes, alegava não ser má mãe e que razões profissionais a tinham obrigado a esta decisão.

De acordo com o que me inteirei ao acompanhar os fóruns, para além de seguir as recomendações médico-científicas – como estive em causa na discussão de Jandira e Madalena – um outro indicativo da boa maternidade era a mãe que se dispunha a amamentar por um longo período e adiava a introdução de alimentos na dieta dos bebés.

Algumas mulheres mostravam-se orgulhosas por ter conseguido disponibilizar o leite materno por um período superior aos 6 meses. De acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde em associação com a UNICEF, as crianças devem fazer aleitamento exclusivo até aos 6 meses de idade, sendo a partir desse período recomendada a introdução de outros alimentos em simultâneo com a amamentação¹¹⁹. Magda, por exemplo, dizia-se satisfeita por ter conseguido manter o aleitamento do filho até os 2 anos de idade. Já outras participantes diziam ter mantido o leite materno na dieta dos filhos por um longo período, prolongando essa experiência conforme o desejo das crianças. Era também muito debatido o período do desmame, constituindo este para a generalidade das intervenientes um momento de grande abalo emocional, tal como para os bebés.

Algumas mulheres que acompanhei contavam com o apoio das suas mães nos primeiros meses após o nascimento dos bebés e isto era fundamental para que conseguissem dedicar-se exclusivamente à amamentação. Pouco antes do parto, as suas próprias mães chegavam do Brasil e prolongavam a sua estada em Portugal de acordo com o tempo permitido no visto de turista. Estas senhoras ficavam responsáveis pelas atividades domésticas para que as suas filhas conseguissem prestar auxílio apenas ao recém-nascido. Eram também fundamentais no momento inicial da amamentação, ajudando caso a criança tivesse dificuldades de mamar diretamente dos seios da mãe. Os maridos/companheiros raramente se envolviam nos afazeres domésticos e auxiliavam esporadicamente na troca de fraldas e banhos do bebé, ficando estas atividades, na maioria das vezes, sob responsabilidade das mulheres presentes em casa.

Apesar dos sujeitos desta pesquisa valorizarem o aleitamento e acreditarem ser importante prolongá-lo por um período superior aos 6 meses, era uma experiência de difícil concretização, nomeadamente, para aquelas que tinham precisado de regressar ao trabalho após o período de licença de maternidade e já não contavam com a ajuda da mãe. Como a grande maioria tinha tido filhos em Portugal, estavam ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/99, que regulamenta as medidas de proteção à maternidade e à paternida-

¹¹⁹ Segundo a Organização Mundial de Saúde, «Breastfeeding is an unequalled way of providing ideal food for the healthy growth and development of infants; it is also an integral part of the reproductive process with important implications for the health of mothers. Review of evidence has shown that, on a population basis, exclusive breastfeeding for 6 months is the optimal way of feeding infants. Thereafter infants should receive complementary foods with continued breastfeeding up to 2 years of age or beyond.» (Fonte: http://www.who.int/nutrition/topics/exclusive_breastfeeding/en/). Para mais informações ver, por exemplo, o sítio [leitematerno.org](http://www.leitematerno.org), disponível em <http://www.leitematerno.org/oms.htm>. Para as recomendações da UNICEF ver também <http://www.unicef.org/programme/breastfeeding/baby.htm>.

de. No entanto, nem todas conseguiam o usufruto dos 180 dias de afastamento do trabalho consagrados na lei, fosse por tentarem conciliar o tempo com o marido para que ele também usufruísse da licença¹²⁰, fosse por imposição do trabalho ou ainda pela redução salarial que esta licença prolongada acarretava.

Madalena, por exemplo, valorizava bastante a possibilidade de amamentar, porém, confessou-me ter feito o desmame após o término da sua licença de maternidade, que durou apenas 120 dias. Passados quatro meses do parto regressou ao trabalho que desenvolvia antes da gravidez¹²¹ e dizia ter sido difícil conciliar a sua carga-horária com os horários da amamentação do filho. Mesmo tendo gozado da dispensa diária para lactantes, benefício garantido na Lei portuguesa¹²², revelou que as exigências profissionais e o cansaço a impediram de prosseguir com o projeto de amamentar. Após esta conversa, Madalena procurava, sempre que tinha oportunidade, justificar-se por causa da sua decisão. Enfatizava que, para a maioria das mulheres, era impossível amamentar da maneira como as meninas do Orkut diziam ser correto. Porém, evitava comentar este assunto entre elas por receio de ser vista como uma má mãe. Ela, a exemplo da outra participante, partilhava de duas preocupações: a dificuldade de lidar com a culpa de não ter amamentado de acordo com as recomendações médicas e de instituições internacionais e o medo do julgamento por parte do grupo. A culpa, que acredito ser comum a mulheres em outros contextos, surge dos conflitos internos entre a idealização de práticas de maternidade com base em ditames médico-científicos e a experiência concreta de dificuldades em conciliar a amamentação e as exigências profissionais e/ou pessoais. Por outro lado, como ter concretas relações de amizade era um aspeto almejado dentro

¹²⁰ Conforme o Decreto-lei a licença parental pode ser partilhada pelo pai e pela mãe de acordo com as seguintes condições:

* 120 dias seguidos, pagos a 100%;

* 150 dias seguidos, pagos a 80%. Se a mãe e o pai gozarem cada um, em exclusivo, pelo menos 30 dias seguidos, ou dois períodos de 15 dias seguidos, o subsídio é de 100 % da remuneração de referência;

* 180 dias seguidos se a mãe e o pai gozarem cada um, em exclusivo, pelo menos 30 dias seguidos, ou dois períodos de 15 dias seguidos, depois do período de gozo obrigatório pela mãe de seis semanas, pagos a 83% da remuneração de referência;

* Se houver gémeos, têm direito a mais 30 dias por cada gémeo além do primeiro.

Dados disponíveis no Portal do Cidadão:

(http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Dossiers/DOS_5+++direitos+dos+pais.htm?passo=3)

¹²¹ Madalena optou por uma baixa partilhada com o seu companheiro.

¹²² De acordo com o Decreto-lei n.º 142/99 que define os Direitos à Maternidade e Paternidade «A mãe que amamentar tem direito à dispensa diária do trabalho, por dois períodos diferentes, com a duração máxima de uma hora cada um.» (Fonte: Site do Portal do Cidadão disponível em: http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Dossiers/DOS_5+++direitos+dos+pais.htm?passo=3, último acesso: 28/12/2014.

do projeto migratório dessas mulheres, havia também um receio de manifestar o seu desacordo com os ideais do grupo e sofrer um consequente isolamento.

O sentimento de culpa e vergonha pelo desmame precoce é partilhado por outras mulheres que não amamentam por causa de problemas de saúde. Alguns trabalhos como Moreno *et al* (2006) e Hugo (2007) exploram as expectativas, tristezas e constrangimentos por que as mulheres portadoras de HIV/SIDA passam nesta fase da experiência de maternidade. Segundo postulam os autores, a Organização Mundial da Saúde recomenda que as portadoras do vírus suspendam a amamentação e utilizem os substitutos do leite materno. No Brasil, por exemplo, a recomendação é que as mães HIV positivo não amamentem e nem doem aos Bancos de Leite Humano. Não amamentar traz a estas mulheres grande desgaste emocional, acreditando serem incompletas, cerceadas e de estarem a ir contra a natureza (Moreno *et al*, 2006). Soma-se a isto a cobrança social para que deem o leite materno aos seus bebés. Por temerem os estigmas ainda existentes, poucas delas revelavam no contexto de convívio a sua condição de portadoras do vírus, obrigando-as a criarem estratégias para justificar a não-amamentação.

Alguns autores, entre eles Tornquist (2004) e Almenda & Gomes (1998), chamam a atenção para os mecanismos de controlo no exercício da amamentação, em que as mulheres se veem envoltas numa teia de normatização e responsabilização do ato de amamentar. Desde a família aos profissionais da saúde, as pressões podem levar as mulheres a sentirem-se com vergonha e inseguras na amamentação, principalmente em casos de insucesso. Para estes autores, apesar de grande parte das mulheres partilharem do ideal da amamentação, essa experiência pode tornar-se frustrante e dada a pouco prazer se for aplicada como uma regra rígida e universalizada a todas as mulheres (Tornquist, 2003, 2004). Neste sentido, Almeida e Gomes (1998) lançam críticas às abordagens que biologizam a amamentação e a reduzem a uma prática inerente ao universo dos mamíferos. Na perspetiva dos autores esta perceção, ao reduzir a amamentação a um ato instintivo, inato e biológico que pertence à mãe, simplifica a questão e cria ferramentas para responsabilizar e culpabilizar as mulheres. Os autores chamam ainda atenção para os paradoxos que envolvem a amamentação em sociedades onde se supervaloriza a prática, mas exige-se que as mulheres permaneçam como força de trabalho ativa, cuidem do lar e contribuam para o orçamento familiar.

Sobre o aleitamento, Elisabeth Badinter (2010) ressalta que na década de 1970 a reivindicação pelo uso do biberão, por exemplo, surgia como uma libertação feminina

da responsabilidade total pela amamentação. Com eles, os homens poderiam estar mais presentes nestes momentos e haveria menos pressão para voltar ao trabalho. Para a autora, passada essa fase reivindicativa marcada pelo auge dos movimentos feministas, o que se percebe na atualidade é um resgate da total responsabilização da mulher pelo bem-estar físico e emocional do bebê. Ainda segundo Badinter (2010), passados quarenta anos, velhos valores ressurgem agora alicerçados também por uma crescente ofensiva naturalista em que homens e mulheres são chamados a voltarem-se para um estilo de vida de maior respeito e contato com a natureza. No que toca diretamente às mulheres, vem crescendo a prerrogativa de que certos hábitos emancipatórios adquiridos nas décadas de 1960 e 1970, como, por exemplo, o uso de métodos contraceptivos e do biberão, são agora entendidos como estilos de vida artificiais que contrastam com o modelo ideal que é a filosofia de aproximação à natureza. A *boa mãe ecológica* (Badinter, 2010: 41) é àquela que não mede esforços para adotar métodos mais naturais de cuidado com os filhos, como, por exemplo a adesão aos partos em casa e o aleitamento integral.

A autora relata que a *La Leche League*, uma associação americana de mulheres, teve, a partir dos anos de 1970, um papel importante na recuperação do aleitamento como prática valorizada pelas mulheres ocidentais. A ideia central desta organização é a de que o aleitamento deve ser entendido como a única maneira de suprir totalmente as necessidades dos filhos nos seus primeiros meses de vida. Portanto, a boa mãe é aquela que amamenta no peito. Segundo Badinter (2010), a *La Leche League* ganhou tal força que conseguiu adeptas em todo o mundo, tendo na Organização Mundial da Saúde e na UNICEF fortes apoiantes. Nas suas palavras: «todos os países ocidentais tiveram um aumento da taxa de aleitamento a partir dos anos setenta. Hoje a maioria das mulheres – quase na totalidade, em certos países – amamentam durante a estada na maternidade. Sob a apertada vigilância das enfermeiras (ou da família), não é fácil recusar!» (idem: 81)¹²³.

¹²³ Embora o aleitamento tenha ganhado força tanto no plano discursivo como na adesão à prática, as mulheres, além de todos os mecanismos de controlo exercidos pela vigilância dos familiares e profissionais de saúde, estão sujeitas a uma série de campanhas publicitárias de promoção dos alimentos de substituição do leite materno. Apesar de a Organização Mundial da Saúde ter criado em 1981 um Código Internacional de Marketing de Substitutos do Leite Materno, regulando a comercialização de alimentos de substituição e do biberão, há práticas constantes de marketing agressivo realizado pelas grandes multinacionais no ramo alimentício. De acordo com a Rede Internacional Pró-Alimentação Infantil - IBFAN¹²³, Portugal regulamentou em 1993 uma lei que adere a algumas partes do código da OMS, no entanto, apesar de coimas, as empresas de alimentos infantis têm cumprido a legislação de forma muito deficitária, motivadas pelas dificuldades de mecanismos de controlo e fiscalização. Deste modo, as mulheres são quotidianamente «bombardeadas» com anúncios publicitários que promovem alimentos de substituição e

De acordo com as narrativas dos sujeitos acompanhados neste capítulo, foi possível observar que, além desse autopolicamento e da vigilância sobre o aleitamento de outras mulheres, todo o universo que envolve esta prática era utilizado como um marcador de distinção com relação às mulheres portuguesas. Isto fica bastante evidente sobretudo nos comentários sobre a falta que sentiam de um Banco de Leite Humano¹²⁴ em Portugal. Recorrendo a uma ideia de que a boa mãe é também solidária, entendiam que doar o leite tornava a maternidade num momento ainda mais especial e, por isso, a boa mãe também era aquela que partilhava o seu leite. Sobre isso, Jandira relatou-me numa das nossas conversas a sua indignação ao saber que em Portugal o banco de leite não era uma prática conhecida. No seu discurso havia um misto de tristeza por ser uma iniciativa pouco valorizada e revolta por ter visto que a enfermeira do seu centro de saúde se tinha mostrado pouco à vontade quando ela indagara sobre onde poderia doar o seu leite. Para ela essa desvalorização do Banco de Leite Humano era tanto emblemático da recusa portuguesa em aceitar e bem-tratar os brasileiros, como um indicativo de que a sociedade portuguesa, e as mulheres de modo especial, não valorizavam tanto a amamentação. Ou seja, ao invés de incentivarem a prática da doação - fazendo com que todas as crianças tenham acesso ao leite - preferiam dar alimentos suplementares e menos nutritivos à criança.

atiram o aleitamento para um segundo plano. Assim sendo, as mães vivenciam a experiência da amamentação no meio de disputas que envolvem, por um lado, a vigilância e, por outro, campanhas de marketing que desvalorizam o leite materno.

¹²⁴ Segundo Maia *et al* (2006), no Brasil esta iniciativa foi implementada em 1943 no então Instituto Nacional de Puericultura, atualmente Instituto Fernandes Figueira (IFF). Porém, apenas em 1985, quando da implementação do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, o Banco de Leite Materno assume um papel de destaque na saúde pública, revelando-se uma importante ferramenta de apoio e promoção do aleitamento. A partir da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, criada no ano de 1998, a iniciativa expandiu-se de forma a ser implementada em estados e municípios de todo o território brasileiro e atualmente conta com a cooperação internacional. Em Portugal, segundo reportagem do jornal *Público*, datada de 04 de Outubro de 2009, o primeiro Banco de Leite Humano em Portugal teria começado atividade em agosto daquele ano através de um trabalho desenvolvido na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa. Conforme dados apresentados no jornal, o Banco de Leite contava com 16 doadoras e tinham sido doados no primeiro mês de atividades cerca de 17,5 litros de leite.

Para informações sobre a Rede Brasileira de Bancos de Leite aceder:

<http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>, último acesso: 02/01/2015

Para ler a matéria publicada pelo Jornal Público aceder:

<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/primeiro-banco-de-leite-humano-em-portugal-conta-com-16-maes-dadoras-1403615>, último acesso: 02/01/2015

Para mais detalhes sobre o Banco de Leite em Portugal, ver *site* da IBFAN Portugal no endereço <http://www.ibfanportugal.org/#!portugal-e-o-codigo/c7ri>, último acesso: 02/01/2015.

De acordo com o que foi possível observar durante o terreno, ao contrário do que acontece no Brasil, o Banco de Leite Humano em Portugal possui uma menor abrangência, circunscrita a uma iniciativa de uma Maternidade em Lisboa. Diferentemente do caso brasileiro, não há um aparato de promoção e descentralização valorizado pelo poder público e divulgado periodicamente nos meios de comunicação de massas. Talvez por esse caráter particular do banco de leite português, as mulheres abordadas neste trabalho, principalmente as que viviam mais afastadas do centro de Lisboa, desconhecem as suas atividades. De qualquer modo, o que é significativo assinalar aqui são os elementos a que estas interlocutoras recorriam para construir um imaginário sobre a boa mãe e como determinados aspetos são transformados em marcadores nacionais de diferença. Sendo a solidariedade entendida como uma característica que distingue a boa mãe brasileira, o Banco de Leite Humano é percebido como uma iniciativa que materializa esta solidariedade e, por isso, constitui um elemento de distinção nacional.

Uma outra dimensão importante no ideário da boa mãe construído por essas interlocutoras é a percepção da experiência da maternidade como algo único e agradável, o que gerava alguma dificuldade em admitir aspetos negativos que pudessem existir nessa experiência. Nas nossas conversas, era frequente ouvir relatos sobre, por exemplo, a saudade que sentiam da gravidez, do parto como o acontecimento de maior felicidade das suas vidas e da amamentação como um momento especial de ligação ao filho. Num dos fóruns instiguei a discussão sobre a dor do parto e, de modo geral, foram enfáticas em ressaltar apenas o momento de prazer, encarando a dor como um acontecimento passageiro e sem grande importância. Quando insisti no assunto, rapidamente salientaram o facto de o parto ser um momento único que só quem já passou por isso pode entender o significado, retirando da maternidade qualquer dimensão de sacrifício.

Acompanhei de perto toda a fase de gravidez, parto e pós-parto de Madalena e conversávamos muito sobre a sua experiência nestes momentos e as discussões nos fóruns do Orkut. Aos poucos relatava como a sua experiência divergia do que líamos nos tópicos. Uma das coisas que sempre fez questão de falar foi sobre o momento do parto. Para ela, a dor não era algo facilmente esquecido e ter feito uso de anestesia fora um momento libertador, porque minimizara o seu sofrimento. Este facto de relatar a dor como sofrimento era um assunto tabu na comunidade e mesmo Madalena tinha muitas reservas em revelar *online* a sua experiência. Era curioso observar que, embora destacassem naquele espaço virtual a dimensão do prazer no momento do nascimento do

filho, nem todas tinham tido boas experiências, tendo algumas, tal como Jandira, sofrido algum tipo de violência obstétrica. Já Carmo, por exemplo, revelou-me ter ficado bastante incomodada com o que achou ser excessivos exames de toque. Outros relatos tinham a ver com maus tratos e experiências de preconceito no atendimento realizados pelos profissionais de saúde nos hospitais em que os partos tinham sido realizados.

Um dado importante a assinalar é que, dentro desse imaginário construído sobre a boa mãe, a disponibilidade para aceitar a intervenção médico-tecnológica era algo bastante valorizado, entendendo o conhecimento médico e científico como uma autoridade na saúde materno-infantil. Este aspeto era bastante evidente no modo como disseram ter vivido a gravidez e o parto. Com a exceção de Carmo, que reconheceu ter procurado um obstetra que estivesse disposto a realizar uma cesariana apenas em caso de necessidade, e de Lavínia¹²⁵, que comemorou o facto de ter parido de forma natural e sem uso de anestesia, as restantes pareciam dispostas a recursos de medicalização no parto, desde que fosse por recomendação médica. Carmo, apesar da sua preocupação com a cesariana, não hesitou em submeter-se a este procedimento cirúrgico quando foi informada pelo médico de que a filha teria o cordão umbilical enrolado à volta do pescoço¹²⁶. Vale a pena destacar que não encontrei entre elas qualquer referência de adesão ao movimento pelo parto humanizado e, apesar da valorização do parto natural, depositavam somente nos médicos a responsabilidade pela decisão do modo de parir. De acordo com Tornquist (2003, 2004), a perspetiva da assistência humanizada do parto é uma idealização construída tendo em conta um conjunto de recomendações da Organização Mundial de Saúde¹²⁷, que, a partir de várias pesquisas realizadas por todo o mundo,

¹²⁵ Município do Estado de São Paulo com população estimada de 10. 876. Para mais informações ver <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352650&search=sao-paulo|lavinia>. Aqui Lavinia foi o pseudónimo que escolhi para uma interlocutora, bastante ativa no *Orkut*, e que naquela altura trabalhava como operadora de *telemarketing* nos arredores de Lisboa.

¹²⁶ Alguns profissionais de saúde têm chamado a atenção para o facto de a chamada «circular de cordão» não ser, isoladamente, uma justificação para a cirurgia cesariana. Para mais informações ler Haddad e Cececati (2011). «Estratégias dirigidas aos profissionais para a redução das cesáreas desnecessárias no Brasil». In *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*. Vol 33. Nº5. Rio de Janeiro. Maio/Junho. Artigo disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032011000500008, último acesso: 16/01/2015.
Ou ainda, reportagem «Mitos e verdades sobre o cordão umbilical enrolado no pescoço», publicada na *Revista Crescer*, em 12 de Fevereiro de 2014. Disponível em <http://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Desenvolvimento-do-bebe/noticia/2014/02/mitos-e-verdades-sobre-o-cordao-umbilical-enrolado-no-pescoco-do-bebe.html>, último acesso: 16/01/2015.

¹²⁷ Entre essas recomendações, é possível assinalar, tal como propõe Tornquist (2003), o curso de preparação para o parto, o direito da parturiente a acompanhante, a opção do parto de cócoras, técnicas de alfi-

assume um discurso crítico sobre a excessiva medicalização do parto, orientado por um modelo tecnocrático de assistência. Para a autora, os movimentos sociais e feministas tiveram um importante papel na promoção de questionamentos e críticas em torno do parto, reivindicando um maior respeito pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e incorporando o ideário da humanização. Em articulação com os ideais de grupos ambientalistas e espiritualistas, estas iniciativas propõem pensar o parto não como um evento patológico e médico, mas como um evento social, cultural e de saúde.

Embora alguns pressupostos do movimento pela humanização do parto registem uma relativa adesão por parte dos profissionais de saúde e, em casos como o brasileiro, as plataformas estatais já estejam mais sensibilizadas em relação ao assunto¹²⁸, há ainda um acentuado debate em torno do direito da mulher parturiente participar na decisão sobre o lugar e o modo de parir. O debate, muitas vezes levantado por pessoas familiarizadas com as diretrizes dos movimentos sociais pela humanização do parto, ainda não consegue atingir um universo alargado de brasileiras, principalmente as mulheres das classes populares e com pouca escolaridade¹²⁹.

Em Portugal, como aponta Santos (2012), o parto domiciliário constitui tema de discussão entre os profissionais da área médica e, mais recentemente, tomou conta do debate público. Mesmo com uma tendência a aumentar, há ainda na sociedade portuguesa grande resistência ao parto domiciliário, representando apenas 0.9% do total de partos no país (Santos, 2012, p.01). Autores como Pintassilgo (2014) e Santos (2012) têm mostrado que em Portugal, em sintonia com outros países, a gravidez e o parto são socialmente encarados como acontecimentos de risco necessitando, por isso, de intervenção médico-hospitalar.

Diante deste cenário, é possível dizer que os sujeitos acompanhados nesta pesquisa tinham grandes semelhanças com as mulheres portuguesas no que toca à percepção da gravidez e parto como experiências de risco e no ideal do médico como a maior autoridade no âmbito da saúde materno infantil. No entanto, o que tinham em comum era

vio da dor, uso cauteloso da indução intravenosa, anestesia e episiotomia e abandono da prática de enema e tricotomia.

¹²⁸ Há no Brasil algumas iniciativas a favor da humanização do parto no ambiente hospitalar, tendo já algumas maternidades públicas adotado alguns métodos, como, por exemplo, o parto de cócoras, a extinção da episiotomia (pequeno corte na região do períneo) e a permissão da presença de um acompanhante.

¹²⁹ Tornquist (2003), por exemplo, mostra que na sua pesquisa desenvolvida numa maternidade brasileira a preocupação sobre o tipo de parto e o método a ser utilizado era circunscrito às mulheres de classe média, não sendo uma preocupação das mulheres de classe populares.

sobrevalorizado em função do que acreditavam ser os aspetos que as faziam diferentes. O que procuravam enfatizar nos seus discursos era a maneira singular com que enfrentavam a experiência da gravidez e do parto, mesmo quando acreditavam ter vivido situações de discriminação por parte dos profissionais de saúde por não serem cidadãs portuguesas. A percepção de que eram melhores mães por viverem estas experiências com resignação, mesmo diante de mais dificuldades do que acreditavam viver as portuguesas, era o que procuravam enfatizar nas suas falas.

4 - A boa mãe dedicada

«Ah, eles [os portugueses] fazem bolo normal, com batata e muita bolacha. Muita bolachinha... O bolo é aquele cheio de ovos que todo mundo conhece. Quando não é um bolinho simples e nada... Sabe aquele bolo pão-de-ló? Pequeno! Vou te mandar as fotos das festas depois de uma cliente que eu tenho, que ela é portuguesa e está no meu Facebook. Ela comprou aquele bolo de pão-de-ló e aí ela colocou vários pratinhos de batata. (...) Batata (...) Acho que a mais baratinha. E vários tipos de bolachinha. E aí um saquinho. A minha festa do meu filho ficava até todo mundo ali na expectativa (...) Porque era diferente. Eu sempre fiz bolo de chocolate, mas eu que fazia, sabe?»

(Jandira em entrevista no dia 19/07/2011)

À medida que eu me tornava mais próxima destas interlocutoras comecei a perceber que o aniversário dos seus filhos não era apenas um momento de celebração, configurava-se também num importante acontecimento nas suas vidas sociais. Como tal, acreditavam que deveria ser comemorado com uma farta e bem decorada festa, capaz de impressionar e surpreender não só as crianças como também os adultos presentes. Encaravam a concretização deste empreendimento como um parâmetro de avaliação da boa maternidade, ficando com grandes expectativas de que se tornasse uma outra ferramenta de valorização pessoal. Por outro lado, e ganhando contornos singulares, este momento de celebração era pensado como instrumento de distinção e valorização nacional, onde determinados detalhes de ornamentação e de confeção de alimentos eram nacionalmente categorizados e pensados como expressão de uma boa maternidade *brasileira*.

4.1 - Um banquete minuciosamente planeado

Sendo a festa de aniversário dos filhos encarada como um momento de extrema importância nas suas vidas e na vida dos seus filhos, acreditavam que o evento deveria

ser preparado com muita antecedência. Para isto, iniciavam a planificação muitos meses antes, por vezes, com um ano de antecedência. Esta preocupação com o tempo de preparação estava diretamente relacionada com o facto de acreditarem que em Portugal não existiam muitos recursos de bricolage para concretizarem o sonho de uma grande festa e por isso precisavam de mandar vir do Brasil grande parte do material a ser utilizado na decoração e na preparação dos alimentos. Assim sendo, a primeira providência a tomar era decidir qual o tema da festa e as cores que seriam utilizadas na decoração. Para boa parte delas, em Portugal havia pouca variedade de temas para festas infantis, resumindo-se a alguns poucos personagens da Disney e, por isso, procuravam informar-se, através de familiares, amigos, da TV¹³⁰ e na internet, sobre outros personagens infantis que faziam sucesso naquele momento no Brasil. Recorriam também às suas próprias memórias de infância, principalmente, na escolha do repertório musical para o dia da festa. Apesar desta preocupação, esta maior ingerência no tema da festa, por vezes, enfrentava alguns desafios, sobretudo para aquelas que tinham filhos em idade escolar e estes estavam muito mais familiarizados com os personagens e programas infantis portugueses ou de maior repercussão em Portugal. Era necessário, portanto, alguma negociação com os filhos para que conseguissem fugir dos temas mais familiares ao contexto português.

Uma vez decidido o tema, começava a preocupação com os materiais a serem utilizados na decoração e com bolos, doces e salgados a serem servidos na festa. Nesta fase de preparação, a ajuda de outras participantes da comunidade ou de amigas brasileiras era bastante importante, pois através desta rede conseguiam-se receitas e indicações sobre onde conseguir alguns materiais como formas para bolos, papéis decorativos e balões. Havia alguma expectativa em conseguir também entre o grupo de amigas brasileiras algum apoio na organização da festa, que poderia tomar apenas a forma de sugestões de receitas ou uma ajuda mais concreta como a confeção dos convites, arranjos decorativos ou a responsabilidade de registo através da fotografia. Acompanhei com alguma proximidade a preparação de três eventos, sendo duas festas de aniversário das filhas de Madalena e uma do filho de Jandira. Tal como outras participantes do Orkut, Madalena e Jandira começaram os preparativos com grande antecedência, servindo-se

¹³⁰ Boa parte das mulheres acompanhadas nesta pesquisa eram telespetadoras assíduas da TV Record. Na altura do terreno, esta rede de televisão oferecia uma grelha de programação muito semelhante à reproduzida no Brasil, diferenciando-se, portanto, de outros canais brasileiros em Portugal que direccionavam a sua programação para novelas e programas de entretenimento que há muito haviam sido transmitidos no Brasil.

de vários recursos para que a festinha se destacasse de tudo o que já tivessem visto ser feito em Portugal. Uma prática comum entre estas mulheres, principalmente entre as participantes que mantinham alguma proximidade de residência, era o intercâmbio de materiais de bricolage através de pessoas que estivessem em trânsito entre o Brasil e Portugal. Madalena, por exemplo, com quase um ano de antecedência começou a solicitar às mulheres com quem tinha maior proximidade que comprassem alguns objetos de decoração aquando das suas viagens de férias ao Brasil. Também aproveitou a vinda a Portugal de um parente e pediu que trouxesse alguns doces que seriam utilizados no dia do aniversário da filha mais nova. Através deste intercâmbio de materiais de bricolage, decoração e alimentos, acreditavam garantir que a festa teria uma variedade de produtos que diziam ser difíceis de encontrar em lojas especializadas em Portugal.

Ao aproximar-se do dia do evento, começavam a confeção dos alimentos e peças decorativas. Neste momento a ajuda entre as amigas brasileiras era fundamental. Madalena, por exemplo, solicitou a um grupo de brasileiras mais próximas que a ajudassem com a preparação do bolo e de alguns doces. Com um dia de antecedência reuniram-se na sua casa para preparar estes alimentos e decorar o local da festa. Não cheguei a ter conhecimento de que pessoas de nacionalidade portuguesas participassem destes preparativos. No caso de Madalena, por exemplo, a ajuda da sogra portuguesa foi veementemente recusada, principalmente porque esta se oferecera para comprar um bolo de massa de pão-de-ló e confeccionar uma canja para os convidados. No entender de Madalena, era ela própria quem deveria decidir o que fazer e que estas opções propostas pela sogra não combinavam com uma boa festa brasileira, sendo a sua ajuda dispensável. A participação dos maridos, no entanto, era desejada, mas bastante limitada. Estes preocupavam-se mais com o apoio financeiro da festa e a organização logística do local, responsabilizando-se pelas mesas, cadeiras e refrigeração das bebidas. Também poderiam dar alguma ajuda no transporte do bolo e de bebidas para o local do evento, caso este não fosse realizado nas suas residências. O restante dos preparativos era entendido como uma responsabilidade feminina, sendo a mãe da criança a principal responsável e gestora de todos os detalhes e preparativos.

Para algumas interlocutoras este momento de celebração era comemorado em duas etapas, sendo uma festa realizada na escola e direcionada para os amiguinhos e professoras e uma outra para os familiares e amigos dos pais. Um aspeto bastante criticado por elas, tanto nos fóruns do Orkut como nas nossas conversas privadas, era o fac-

to de que em algumas instituições de ensino ser proibida a presença dos pais e familiares mais próximos na comemoração do aniversário dos/as filhos/as. Esta exigência obrigava-as a preparar dois eventos, o que merecia o dobro do trabalho na organização/preparação. Na escola do filho de Jandira, por exemplo, no dia da festa era-lhe dada autorização para apenas organizar e ornamentar a sala, mas proibida a sua presença no momento de cantar os parabéns. Para boa parte das mulheres com quem tive oportunidade de conversar sobre o assunto, esta era uma das evidências do distanciamento dos portugueses e da dificuldade em manifestar simpatia e proximidade. Por outro lado, e como tentei mostrar num outro capítulo, este tornava-se mais um aspeto envolvendo a tensa relação entre elas e a escola dos filhos e era exatamente nesta tensão que surgia a importância de fazer uma festa que se destacasse e diferenciasses do que acreditavam ser o modo português de comemorar o aniversário dos filhos.

4.2 - O grande dia

Como referido, acompanhei três destas festas. Em duas tive a oportunidade de estar presente e na outra acompanhei apenas os preparativos. Estes eventos estavam marcados para ter início no final da tarde, preferencialmente num dia de sábado. A festa do filho de Madalena aconteceu numa casa propriedade dos seus sogros, já a do filho de Jandira foi na residência de uma amiga da família. As duas alegaram que as suas próprias casas não tinham espaço e/ou estrutura para suportar este tipo de evento que contava com a presença de um número significativo de familiares e amigos do casal, na sua maioria pessoas adultas.

Os primeiros convidados a chegar eram as amigas brasileiras que se tinham disponibilizado para ajudar na ornamentação e preparação da comida. A disposição dos lugares à mesa não era marcada previamente, porém, seguia a linha de afinidade e proximidade da amizade. Em seguida, chegaram outros familiares ou os convidados que não tinham envolvimento na preparação/organização. A presença de portugueses resumia-se, no caso da festa promovida por Madalena, aos familiares e amigos mais próximos do seu marido e, no caso da festa de Jandira, aos maridos de algumas convidadas brasileiras. Não presenciei, em nenhum dos eventos, alguma iniciativa de integração entre convidados brasileiros e portugueses. Na festa de Madalena, por exemplo, era bastante evidente uma divisão de lugares composta, de um lado, por brasileiros, entre

homens e mulheres, e de outro, apenas portugueses e portuguesas. Já na festa de Jandira, os portugueses presentes ficaram ao lado das suas esposas interagindo de forma discreta com apenas algumas pessoas que partilhavam a mesma mesa. Não consegui observar a presença entre os convidados de pessoas de outras nacionalidades que não brasileira e portuguesa.

Um lugar de destaque era reservado para a mesa do bolo, sendo este aspeto da decoração observado tanto nas festas em que participei como nas fotos disponibilizadas no Orkut¹³¹. Em volta costumava encontrar-se uma grande quantidade de balões, variando conforme as cores da restante decoração. À mesa os doces poderiam estar num bem ornamentado tabuleiro ou em pequenas caixinhas estampadas com as fotos da Minnie, do Mickey, do Rei Leão ou de qualquer outro personagem de filmes infantis escolhidos para a temática da festa. Brigadeiros, docinhos de coco e gelatina eram alguns dos elementos que não poderiam faltar. Entre os salgados poderiam estar algumas coxinhas de frango, empadas, *kibes*¹³² e pães-de-queijo. O bolo, que costumava ficar ao centro e em destaque, poderia estar envolvido com *chocolates bis*¹³³ ou ter várias camadas com sabores e formatos diferentes. Poderia haver ainda pirolitos, chocolates e Marshmallows com variadas formas e tamanhos, ajudando a compor a decoração da mesa.

Nestas duas ocasiões em que estive presente na festa propriamente dita, o ponto alto ficava por conta do momento de cantar os parabéns. Os convidados reuniram-se à mesa e cantou-se tanto a adaptação brasileira¹³⁴, na qual a primeira estrofe da música «parabéns a você» é repetida duas vezes, como a versão portuguesa, em que se canta

¹³¹ Algumas participantes costumavam expor fotos da mesa do bolo de aniversário em alguns fóruns da comunidade virtual.

¹³² Um bolinho de massa de trigoilho, recheado com carne e temperado com ervas, muito popular em países como a Líbia, Síria e Iraque. Em algumas regiões do Brasil o prato ganhou bastante popularidade e pode ser encontrado em lanchonetes, padarias e restaurantes. Pode ser servido cru ou frito.

¹³³ Um bombom de chocolate bastante popular no Brasil e fabricado pela Lacta. Várias das minhas interlocutoras diziam sentir bastante saudades deste chocolate e, por isso, solicitavam com frequência que amigos e conhecidos trouxessem algumas caixas quando das suas viagens ao Brasil.

¹³⁴ No Brasil, a adaptação da música estadunidense *Happy Birthday to You* costuma ser cantada apenas a estrofe:

*Parabéns pra você
Nesta data querida
Muitas felicidades
Muitos anos de vida*

uma segunda estrofe da canção¹³⁵. Para finalizar, cantou-se ainda o refrão «*é pique, é pique*» popularizado no Brasil pela artista e apresentadora infantil Xuxa Meneghel¹³⁶. O facto de se cantar a versão da música adaptada em Portugal era bastante curioso, tendo em vista a pouca participação de portugueses na preparação da festa e a sua discreta presença numa presença massiva de brasileiros. A pouca interação entre estes dois grupos ao longo do evento contrastava com este momento de comunhão e interatividade musical.

Ao longo de toda a festa as anfitriãs eram as que menos demonstravam aproveitar o momento. Preocupadas em gerir todos os detalhes, estavam sempre a verificar se os convidados estavam bem servidos de doces, salgados e bebidas. Passaram boa parte do tempo entre a cozinha e a sala onde ocorria a recepção a conferir se estava a faltar comida ou se algum ornamento tinha ficado fora do lugar. A expressão facial, tanto de Jandira como de Madalena, denunciava uma total exaustão que contrastava com a dos seus maridos, sempre sorridentes e a conversar com os amigos. Sentados num dos cantos da sala, estes demonstravam tranquilidade e pouca preocupação com os afazeres da cozinha. Não testemunhei grande interação dos pais dos aniversariantes com o restante dos convidados, mantendo-se boa parte do tempo a tomar a sua cerveja à mesa com alguns amigos. As mães também não mostravam grande interação com os convidados, pois direcionavam as atenções para se certificarem de que convidados e familiares estivessem bem servidos.

4.3 - «*Quero que todos vejam como se faz no Brasil!*»

¹³⁵ Em Portugal, é comum ouvir-se nas festas uma versão com duas estrofes:

*Parabéns a você
nesta data querida
muitas felicidades
muitos anos de vida*

*Hoje é dia de festa
cantam as nossas almas
para o(a) menino(a) ...
uma salva de palmas*

É também comum cantar-se o seguinte refrão:

«*Tenha tudo de bom do que a vida contém, tenha muita saúde e amigos também!*»

¹³⁶ O refrão referido é:

É pique, é pique. É pique, é pique, é pique! É hora, é hora. É hora, é hora, é hora! Rá-tim-bum!

Em vários debates *online* e também nas conversas fora do ambiente virtual, a festa de aniversário dos filhos era um assunto recorrente, sinalizando a centralidade que este acontecimento ganhava nas suas vidas quotidianas. Como apresentado, os preparativos da festa, os detalhes de decoração e os ingredientes utilizados na preparação da comida ganhavam destaque entre os comentários, mas as críticas às festas de aniversário das crianças portuguesas eram muito recorrentes. Jaci, por exemplo, chegou a dizer

*«se tiver que fazer festa a la portuguesa, eu prefiro não fazer, coisa mais sem graça. A festa do meu sobrinho foi uó, mas a minha cunhada [Jaci era casada com cidadão português] jura que foi sucesso, um bolo d'aqueles com doce de ovos, uns sanduiches de fiambre e outros de queijo, umas gomas, ice tea, meia dúzia de bolas e uns rissóis»*¹³⁷

Ao longo do período em que as acompanhei fui notando que muito do que sinalizavam como uma festinha ideal era pensado por oposição ao que acreditavam ser as festas de aniversário tipicamente portuguesas. Apesar de tentarem reproduzir um pouco da experiência vivida no Brasil em festas de familiares e amigos e se guiarem pelas sugestões que recolhiam junto de amigos/as brasileiros/as, era muito relevante a expectativa em dar visibilidade a um evento idealizado e organizado por elas e que acreditavam ser completamente diferente do que era realizado em Portugal. Ao conviver com algumas destas mulheres, partilhando conversas ou visitando-as em suas casas, fui percebendo que a riqueza visual da festa, com os seus bem elaborados bolos e ornamentos, tinha um público-alvo e o objetivo específico de bem impressionar as crianças mas, sobretudo, os adultos que faziam parte do seu círculo social. A frase proferida por Madalena é muito reveladora do que fui encontrando ao longo do terreno. Numa das nossas conversas, confessou-me: *«Quero que todos vejam como se faz no Brasil!»*. Este «todos» ao qual se refere, evidentemente, está circunscrito às pessoas portuguesas com quem Madalena mantinha contato no quotidiano e com quem, em muitos momentos, vivia uma tensa relação por alegadas desconfianças e maus tratos.

Quando comecei a inteirar-me do tipo de relações que estas mulheres mantinham no dia-a-dia, fui descobrindo que vivenciavam muitos momentos de tensões com cidadãos portugueses, mais especificamente, com familiares do marido e professoras dos seus filhos. No entanto, eram exatamente estas pessoas as que estavam presentes nas festas organizadas por elas e que, não sendo brasileiras, estariam na posição de desco-

¹³⁷ Depoimento num dos fóruns de discussão.

nhecedoras do que se fazia no Brasil. No caso das mulheres com filhos em idade escolar, não raro ouvi relatos dos atritos com as professoras, principalmente, por estas não aceitarem que as crianças utilizassem uma linguagem mais popular no contexto brasileiro ou por correções dos exercícios escolares da disciplina de língua portuguesa que estivessem realizados de acordo com as regras da gramática brasileira. Outras situações, já abordadas nesta tese, relativas às dificuldades que sentiam em ensinar em casa os exercícios propostos pela escola, geravam um grande descontentamento e, por vezes, um certo ressentimento por não conseguirem ajudar os filhos. As reuniões de pais e mestres realizadas com regularidade pela escola traduziam-se também em tensos momentos em que, para estas interlocutoras, a diferenciação feita pelas professoras entre os filhos de portugueses e de imigrantes ficava ainda mais evidente. Jandira, por exemplo, queixava-se muito do que dizia ser uma maneira diferente da escola em tratar os filhos de brasileiros/as, ressaltando o isolamento de algumas crianças na sala de aula e algumas experiências de maus tratos que tinha presenciado. Para ela, as mães brasileiras e algumas de origem africana eram constantemente recriminadas nestas reuniões por causa do comportamento dos filhos, no que para Jandira estas reclamações nada mais eram do que intolerância e má vontade em lidar com pessoas de origem não-portuguesa. Sentindo-se desvalorizadas e discriminadas por serem brasileiras e/ou imigrantes, estas mulheres encontravam nas festas de aniversário dos filhos uma oportunidade de evidenciar o que para elas era não só a referência da boa maternidade brasileira, como também, de conquistar alguma admiração e respeito entre as educadoras.

No caso das que viviam conflitos com os familiares do marido, algumas situações eram avaliadas como sintomáticas da pouca aceitação ou valorização da sua condição de brasileira. Na maioria dos casos, os problemas surgiam principalmente com os sogros e cunhados/as, o que para algumas era entendido como um dos primeiros sinais da pouca valorização da mulher brasileira como membro de uma família portuguesa. Para outras, as reclamações dirigiam-se à pouca aceitação destes familiares do que entendiam ser o modo de vida brasileiro. Constantes desconfianças sobre a sua fidelidade matrimonial e desvalorização do seu modo de educar os filhos ou cuidar da casa eram-me relatadas como uma destas situações de instabilidade no relacionamento familiar. Algumas ainda viviam tensos conflitos relacionados com a pouca afinidade e a incompatibilidade geracional, situações comuns em relações de parentesco por aliança (Luz, 2010), mas que interpretavam como reflexos dos preconceitos da família por

serem elas brasileiras. Mais uma vez, o sentimento de desvalorização e as suspeitas de estarem a ser vítima de discriminação emergiam nestas relações mantidas no quotidiano, o que poderia motivá-las a encontrar algumas estratégias de valorização pessoal e nacional. Entendendo que preparar uma festa com grande diversidade de alimentos e aparatos decorativos sinalizava a sua dedicação no bem cuidar dos filhos, almejavam angariar reconhecimento do que para elas era um importante sinal de valorização: a constatação por parte da família e dos amigos do marido da sua boa maternidade.

É ainda possível dizer que a experiência de estar em Portugal e querer construir aqui um novo lugar, onde se sintam mais aceites e mais bem tratadas, também contribui para que as suas pertenças com relação ao Brasil sejam reelaboradas e que reivindiquem novos marcadores de identificação nacional. Na medida em que reivindicavam uma originalidade no modo de preparar uma festa para crianças, atribuem novos significados a objetos, comidas, músicas e modos de celebrar. Elaboravam também novas identificações para si e propunham novas formas de identificar/reconhecer as mulheres brasileiras em Portugal. A visibilidade que desejam para as suas festas e a expectativa de que os portugueses que delas participavam reelaborassem outras percepções sobre o Brasil e as brasileiras também surgem como importantes negociações de um novo espaço de interlocução, é também uma forma de tentarem manipular o modo como as brasileiras são vistas no país.

5 - Ter um único filho: outros critérios de diferenciação nacional

Um outro aspeto que utilizavam como critério de diferenciação era a maior disponibilidade para a maternidade e para um maior número de filhos. A mulher portuguesa era vista como alguém pouco disposta a ter mais de um filho, o que, na opinião dessas brasileiras, corroborava ativamente para o que acreditavam ser uma «verdadeira cultura do filho único em Portugal». As portuguesas eram, portanto, idealizadas como mulheres que não davam prioridade à maternidade enquanto projeto de vida. Para elas, desejar ter mais filhos era também um indicativo da boa maternidade e, portanto, a mulher portuguesa distancia-se desse padrão. Diferentemente, as mulheres brasileiras eram percebidas como mais predispostas a ter um número maior de filhos, o que era pensado como mais um indicativo de que são melhores e mais dedicadas mães.

Cunha (2007), no seu estudo «*O lugar dos filhos, ideais, práticas e significados*», dedica alguma reflexão sobre a parentalidade e a curta descendência em Portugal. Para a autora, os ideais e a realidade das descendências não andam, necessariamente, de acordo, pois a fecundidade das famílias vai-se construindo em função de sucessivos ajustes entre o que se sonha em determinado momento e o que é possível de ser concretizado. Portanto, diferente do que pensam as minhas interlocutoras, nem todas as mulheres portuguesas idealizam ter um único filho. Segundo o inquérito realizado por Cunha (2007), boa parte das mulheres que concretizaram essa curta descendência não a idealizavam inicialmente e, como parte de um projeto de vida, pensavam ter mais filhos. Esta perceção sobre as mulheres portuguesas e suas práticas reprodutivas é bem ilustrativa da maneira como estas imigrantes elaboram o que chamo de *Portugal idealizado*, ou seja, uma perceção sobre o país e os portugueses construída a partir de categorias e estereótipos trazidos do Brasil, mas também formulados dentro das tensões que a experiência de migração acarreta.

É importante assinalar que, de facto, há em Portugal uma baixa taxa de fecundidade, cenário que teve início na década de 1960 (Cunha, 2007) e que perdura até os dias atuais. Os imigrantes, neste aspeto, têm um papel importante na demografia portuguesa, mas, como assinalam Rosa, Seabra e Santos (2003) a população imigrante, mesmo que em número significativo, ainda representa uma magra fatia da população residente em Portugal (idem, 29). A baixa natalidade que estas brasileiras presenciam é, na verdade, fruto de um processo sócio-histórico europeu e, especificamente, português, de realinhamento da fecundidade, processo que já perdura há alguns anos. As dificuldades económicas existentes em Portugal e o limitado apoio estatal a programas de incentivo à natalidade, comparativamente a outros países europeus, são peças fundamentais para compor este cenário que resulta numa baixa natalidade.

O que importa apontar aqui é o modo como estas imigrantes constroem as suas categorias de diferenciação e como apreendem certos aspetos da sociedade portuguesa e os reinterpretem a partir das suas experiências pessoais. O imaginário que vão construindo de Portugal e dos portugueses através de velhas e novas referências tem um papel importante no modo como passam a ver-se a si e aos outros com quem contatam. O que entendem ser boa mãe é, portanto, também o resultado desse processo que conjuga os referenciais trazidos do país de origem e o modo como apreendem as experiências vividas cá. Boa parte destas mulheres disse ter vindo de famílias com um número maior

de filhos e o que idealizavam com relação ao assunto era muito baseado nestes arranjos familiares com mais de 2 ou 3 filhos. No entanto, como as práticas discursivas nem sempre coincidem com a realidade, estas imigrantes também estavam sujeitas às barreiras e dificuldades postas a uma grande descendência existentes no contexto português. Apenas uma, entre todas as mulheres que acompanhei, tinha tido mais que 2 filhos. Tal como as portuguesas, enfrentavam as exigências do mercado-de-trabalho, muitas vezes, incompatíveis com os horários dos filhos e também um deficiente apoio do Estado em questões como disponibilidade de creches a preços acessíveis e horários condizentes com as necessidades de mulheres-mães trabalhadoras. As suas dificuldades eram agravadas, em alguns casos, pela falta de uma rede familiar que pudesse dar apoio na educação e cuidado dos filhos. Estes aspetos eram muito importantes na formação dos seus arranjos familiares, impedindo que conseguissem, na prática, concretizar o que idealizavam. Portanto, as suas realidades estavam muito próximas das portuguesas, muito embora recorressem a este critério para marcar uma diferenciação.

6 - A mulher não-mãe

Um aspeto importante a ser destacado é como as mulheres aqui trabalhadas entendem a *mulher não-mãe*. Para elas, não ter filhos implica ser uma mulher incompleta, infeliz e incapaz de compreender todos os aspetos da experiência feminina. As mulheres inférteis eram tidas como «*mulheres secas*». Este era o caso, por exemplo, de Olímpia¹³⁸, uma participante da comunidade que revelou a uma das minhas interlocutoras a sua incapacidade de ter filhos. Numa das discussões protagonizadas por Olímpia – que nada tinha a ver com assuntos relacionados com a maternidade – a sua infertilidade tornou-se pública. A partir daí, todas as mulheres que discordavam das suas opiniões passaram a chamá-la de seca, ressaltando que a sua infertilidade a transformara numa mulher amarga e infeliz. Já as *não-mães*, por circunstâncias ou por opção, eram percebidas como incapazes.

A universalidade da maternidade é entendida por elas como algo inquestionável: acreditam que todas as mulheres nascem para ser mãe, pois a maternidade é um dom

¹³⁸ Município do Estado de São Paulo com população estimada em 53.702 habitantes. Mais informações ver <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353390&search=sao-paulo|olimpia> Olímpia é o pseudónimo que escolhi para uma das interlocutoras que, na altura das discussões no Orkut, tinha 32 anos e trabalhava como esteticista.

natural de toda a mulher. Deste modo, têm bastante dificuldade em aceitar a decisão de alguém que não deseje ter filhos. Isto é o que acontece com Aurora, uma gaúcha de 33 anos, que dizia nunca ter tido o sonho de procriar. Mesmo convicta da sua decisão, Aurora nunca revelou na comunidade a sua opção e só o fez a um grupo restrito de pessoas, quando de uma conversa informal em que eu estava presente. Na altura, todas do pequeno grupo de amigas se mostraram compreensivas e não questionaram a sua decisão. Com o passar do tempo, procurei conversar privadamente com cada uma sobre o assunto. O que todas diziam, sem exceção, é que não acreditavam ter partido dela a decisão de não ter filhos. Parecia-lhes ser inconcebível que partisse de uma mulher tal escolha. Rosana, por exemplo, disse-me que acreditava que Aurora tinha acatado uma imposição do seu marido e que, se ele estivesse disposto, a amiga aceitaria. Portanto, este caso pode ser bem ilustrativo da maneira como a maternidade é pensada como uma etapa a ser vivida por todas as mulheres. Mesmo as entendidas como «desviantes» têm receio de falar abertamente sobre a sua decisão, talvez por medo das críticas, talvez por se entenderem a si próprias como diferentes.

Eu própria fui confrontada com esta ideia de universalidade da maternidade. Quando me encontrei com Magda, poucos meses depois do meu casamento, esta interlocutora felicitou-me e exclamou: «*agora é só esperar para a chegada dos filhos*». Para Magda, mãe de 2 filhos, ser mãe é a etapa natural a ser seguida e, portanto, eu deveria passar por isto. Esta interlocutora era uma participante ativa da comunidade e uma das mais enfáticas quando o assunto era a autoridade da *mulher-mãe*. Para ela, que acredita que a mulher nasceu para ser mãe, é só com a maternidade que se conhece o amor verdadeiro e este sentimento dava à mulher maior conhecimento sobre a vida e o mundo. No entanto, acredita que ser mãe de verdade implica dedicar-se ao filho, torna-lo numa prioridade e não medir esforços para o seu bem-estar. Ou seja, a mãe de verdade é a *boa mãe*.

7 - As boas mães de Bragança e do Brasil: histórias que se cruzam e se ressignificam

Tendo exposto acima como este grupo de interlocutoras recorrem a um modelo de *boa maternidade* e o utilizam como marcador nacional de diferença, cabe agora trazer à discussão o modo como se posicionam e se relocalizam num panorama que é iden-

titário, mas também é histórico e social. Alguns autores (Ponte, 2004; Alvim e Togni, 2010; França, 2012; Peixoto, 2007, Cunha, 2004) chamaram a atenção para a importância do movimento «*As Mães de Bragança*» na perpetuação de um imaginário existente em Portugal que associa as brasileiras à prostituição. Como já tive a oportunidade de mencionar, este acontecimento, ocorrido em 2003 na cidade de Bragança, foi um fenómeno no qual mulheres autointituladas «*As mães de Bragança*» se rebelaram contra as brasileiras prostitutas e a imigração ilegal. Com um longo desenvolvimento e uma grande repercussão na comunicação social, o movimento conferiu visibilidade a dois polos opostos: as mães, mulheres traídas que «sentiram-se ultrajadas no seu estatuto de mães» (Pais, 2010) e as prostitutas, sedutoras brasileiras que roubam maridos. Ora, sendo este acontecimento apontado como um marco na perpetuação de estereótipos com relação às brasileiras, seria possível fazer uma correlação com o modo com que os sujeitos aqui apresentados se pensam melhores mães?

Mesmo tendo o meu trabalho de terreno começado em 2008, o caso das Mães de Bragança parecia estar vivo na memória das mulheres que contatei, mesmo para aquelas que não estavam presentes em Portugal na altura do ocorrido mas que ouviram falar repetidamente sobre o desenrolar dos acontecimentos. Nas conversas de café, na hora do trabalho, numa conversa com um cliente, o caso parecia manter-se na memória dos portugueses com que contactavam e, conseqüentemente, estar presente nas suas vidas. «Eles acham que brasileira tá aqui para roubar marido das portuguesas», diziam-me elas ao tentar explicar ou enumerar os estereótipos existentes em Portugal sobre as brasileiras. Portanto, o episódio das *Mães de Bragança*, e todo o imaginário que ele ajudou a perpetuar, parecia ter ficado na memória coletiva destas imigrantes pelo modo com que o acontecido parecia permanecer presente entre as pessoas com quem se relacionavam.

Pais (2016), no recente trabalho *Enredos Sexuais, Tradição e Mudança: As Mães, os Zecas e as Sedutoras de Além-Mar*, propõe que «o confronto entre «mães» e «putas» pode ser lido como decorrente de uma oposição entre ordem e desordem» (idem, 41), onde o estrangeiro ou o de fora traz comportamentos e visões que diferem do contexto social em causa. Neste caso, as prostitutas «são vistas como agentes perturbadores de uma ordem social que coloca em causa o lugar da mulher traída» (Pais, 2016: 42). Para o autor, o estigma à volta da prostituta assinala o controlo sobre as relações de género e desencadeia desconfiança em relação à sexualidade feminina. Por isso, estabelecem-se dois polos opostos, de um lado, as boas mulheres e aptas para o

casamento e a maternidade e, do outro, as prostitutas, hipersexuais, lascivas e disponíveis. Entre estes dois polos «estão todas aquelas que se encontram sujeitas a permanentes avaliações, as que além de ser têm de parecer sérias» (Pais, 2016: 42). A partir dessas ilações e dos dados colhidos no *trabalho de campo* parece ser possível dizer que os sujeitos desta tese pareciam a todo momento estar a ser confrontadas com estes dois polos em oposição, trazendo para si a responsabilidade de ser e parecer não só mães, porque isso as portuguesas também o são, mas melhores mães, mais dedicadas, mais cuidadosas e mais responsáveis.

Vasconcelos (2005), no trabalho «Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental», sugere que as figuras de Eva e Maria são os principais referenciais simbólicos na representação do feminino na sociedade ocidental. Segundo a autora, no período entendido como Baixa Idade Média fundamentou-se no seio da Igreja Católica a associação da mulher como a figura do mal, da sexualidade e do pecado, encarando-a como a descendente de Eva e, por isso, responsável pelo pecado original. No entanto, como aponta Vasconcelos (2005), desde o final do século XI surgiam alguns esforços para a mulher ser encarada como uma fonte do bem. Assim, já no século XII, a figura da Virgem Maria passa a ser valorizada. «Maria representa a mulher pura, assexuada, aquela que foi capaz de conceber sem pecar. Enquanto Eva carrega o castigo da sexualidade, Maria a redime, mostrando que é possível à mulher cumprir o seu papel de procriadora, sem exercer o desejo carnal» (idem: 6). Foi neste momento, portanto, que foi surgindo um modelo que promulgava a separação das mulheres entre as Evas e as Marias, Eva a figura que representa o pecado e a sexualidade e Maria o modelo a ser imitado.

Ainda segundo Vasconcelos (2005), entre os séculos XVI e XVIII houve várias mudanças na Europa que contribuíram para uma incipiente mudança nas visões sobre as mulheres. O que antes eram ideias saídas do seio da Igreja Católica, aos poucos passa a ser parte também dos discursos médico, jurídico, filosófico e político. Predomina o ideal de que as mulheres que transgridem o modelo «esposa-mãe-dona-de-casa-assexuada» fogem do quadro normal da mulher (Vasconcelos, 2005: 9). Assim sendo, a prostituta é tida como a figura diretamente oposta a este modelo. Nas palavras de Vasconcelos (2005): «na construção de um ideal de mulher honesta, as mulheres desviantes vão ser associadas à imagem da prostituta» (idem: 9).

Dentro das suas reflexões sobre a existência do instinto maternal, a historiadora Elisabeth Badinter (1980) apontou também que a partir do século XVIII houve trans-

formações na maneira de perceber a mulher e o seu papel na família. Nas suas palavras: «*Eva cede su puesto a María. La curiosa, la ambiciosa, la audaz, se metamorfosea en una criatura modesta y razonable, cuyas ambiciones ya no desbordan los límites del hogar*» (idem: 144). Com base num estudo detalhado, Badinter (1980) sugere que no século XVIII houve uma revolução de mentalidades, sendo a imagem, função e importância da mulher alvos de grandes transformações.

Para o que interessa neste trabalho, estes dois polos opostos circunscritos às figuras das Evas e das Marias, como referenciais simbólicos na representação do feminino, podem reacender no contexto da imigração brasileira para Portugal esta categorização binária, impondo, entre portuguesas e brasileiras, estratégias de diferenciação social. Se em Bragança a oposição era portuguesas-mães-mulheres traídas e estrangeiras-brasileiras-prostitutas-ladras de marido, no contexto que acompanhei, onde o episódio das *Mães de Bragança* permanecia vivo no imaginário social das imigrantes e do seu círculo de relações, os polos opostos voltavam-se para brasileiras-mães-melhores mães e suas antagonistas portuguesas-mães menos dedicadas e cuidadosas. Evidentemente, o modo como as imigrantes aqui acompanhadas construíam estas categorias de diferenciação estava relacionado com as suas referências sobre maternidade, puericultura e saúde que foram trazidas do seu contexto social no Brasil e ressignificadas em Portugal.

Num breve apanhado histórico sobre as percepções da maternidade na sociedade brasileira é possível dizer que a responsabilização feminina sobre o cuidado dos filhos perdura desde o período colonial aos dias de hoje. Alguns autores têm referido que o cuidado da casa, dos filhos e do marido figuravam-se, já no período colonial, como atividades obrigatórias para mulheres (Mendonça & Ribeiro, 2010; Martins, 2008). No entanto, vale a pena levar em consideração a diversidade de contextos nos quais as mulheres estavam inseridas. Como lembra Mendonça & Ribeiro (2010: 2) «ao retratar a mulher no Brasil colônia, é preciso compreender as multifacetadas formas de vivenciar essa condição». Portanto, as diferenças regionais, bem como a posição social (se mulher da elite, se escrava ou mulher livre e pobre) são importantes fatores que não podem ser negligenciados. O facto de viver mais no sertão ou mais no litoral, por exemplo - com todas as especificidades que estes contextos tinham em relação às configurações sociais e familiares – influenciava bastante as experiências vividas. Como pontua Silva Dias (1993), no contexto colonial brasileiro a Igreja - instituição determinante na imposição

de costumes sociais e sexuais às mulheres – estava mais presente nas regiões açucareiras do litoral, «onde chegava a exercer um papel significativo no mandonismo local das elites» (Silva Dias, 1993: 482). Já nas regiões mais ao interior, a presença e a importância do clero era claramente mais reduzida. Estas diferenças, segundo Silva Dias (1993), têm importância decisiva no alcance de políticas repressivas e na maneira como a mulher e o seu papel eram percebidos na sociedade. A condição de escrava, índia ou livre também são fatores importantes para se pensar as experiências vividas pelas mulheres neste período e o seu papel na maternidade. A escrava vivia de acordo com os desejos do seu dono e senhor, destinada, sobretudo, para atender aos desejos sexuais e como ama-de-leite (Mendonça & Ribeiro, 2010). A mulher pobre, nas incertezas de relações instáveis, vivenciava o abandono dos companheiros e a impossibilidade de criar os seus filhos, o que as obriga, muitas vezes, a abandoná-los.

Para este trabalho, no entanto, compreende-se que vale a pena dar um salto histórico e dedicar um pouco mais de atenção ao período pós-independência, mais precisamente aos finais do século XIX e ao século XX. Esta escolha justifica-se pelo facto de se acreditar que as raízes desse modo de vivenciar a maternidade – de que tenho vindo falar até aqui - estão neste período. Pensar a maternidade com base na responsabilização da mulher, tendo no discurso médico e nacionalista grandes apoiantes, é, sobretudo, uma característica de um momento histórico marcado por mudanças na configuração familiar, no lugar e no papel dos filhos na família e na valorização de um modelo de sociedade em que a ciência passou a fazer parte do quotidiano, penetrando na intimidade e impondo novos costumes. No caso específico brasileiro, neste período houve importantes mudanças no modo de pensar o país, sendo fundamental a necessidade de repensar o Brasil como uma nação. Portanto, não desmerecendo as experiências no período colonial e a importância deste período para as experiências ainda vividas pelas mulheres na atualidade, acredito que para entender a maternidade, nos moldes em que estamos a falar, o que se passou nos finais do século XIX e por todo o século XX é de máxima importância.

Como já abordado nesta dissertação, alguns estudiosos (Schwarcz, 1993; Skidmore, 1989 [1976]; Ortiz, 2006) têm notado haver nos finais do século XIX, no seio das elites intelectuais, uma acirrada discussão sobre como o pensar-se o Brasil e os brasileiros. Estas discussões, muito influenciadas por teorias positivistas e evolucionistas em voga no período, tiveram bastante influência na «luta» pela definição de uma identidade

nacional brasileira. Como nos lembra Ortiz (2006), as discussões em torno das categorias raça e meio foram indispensáveis para a construção de uma identidade brasileira, sendo, portanto, o pano de fundo que sustentava as reflexões sobre a realidade brasileira e o ideal nacional esperado por estes intelectuais. O «progresso da nação», entendendo-se por tal a passagem para uma sociedade civilizada e o seu desenvolvimento, entram na arena de debates e motivam diretrizes que vão desde o ideal de *embaquecimento* à higienização como caminho para a modernização.

Maria Martha Freire (2009), no seu trabalho sobre o discurso maternalista no Brasil, apontou que já neste período começa a emergir a influência do discurso médico no quotidiano, sendo a opinião destes profissionais muito importante na redefinição de hábitos e costumes urbanos. As noções de higiene revelam-se essenciais neste processo de mudança, dando uma vigorosa atenção à esfera doméstica. Sob influência de postulados estrangeiros, começa-se a sentir os primeiros sinais de preocupação com a proteção à infância, dedicando-se um novo olhar ao cuidado dos «filhos da nação». Já neste período, alguns médicos não mediam esforços para aconselhar as camadas mais privilegiadas acerca de noções de higiene, tentando assim enfrentar, sobretudo, os problemas de mortalidade infantil (idem: 69).

Ainda segundo Freire (2009), na primeira metade do século XX, foram surgindo transformações na maneira como se encarava a maternidade. Aos poucos, ser mãe, e um tipo específico de maternidade com base em aconselhamentos científicos, assumiu um caráter patriótico. Nas suas palavras, «ser mãe não significaria apenas garantir filhos ao marido, mas cidadãos à pátria» (Freire, 2009: 21). Para a autora, nos anos de 1920 as mulheres das classes médias e alta urbanas acompanhavam as transformações desenvolvidas no seio das relações sociais. Nas principais cidades brasileiras enfrentavam-se claras tensões entre a persistência de alguns «resquícios de uma organização social, política e econômica de base patriarcal em confronto com novos padrões relacionados à burguesia republicana» (Freire, 2009:36).

Neste período, a comunicação social direcionada ao público feminino concentrou-se em imagens femininas com base nas distinções entre as *tradicionais vs as modernas*. Acompanhando as transformações da sociedade brasileira, que também era percebida entre esses dois polos, discutia-se a postura mais correta a ser adotada pelas mulheres desse período. A mulher moderna era entendida como a mulher emancipada e a mulher tradicional caracterizada como fútil e dependente (idem: 36). Sem necessaria-

mente questionar os papéis tradicionais de gênero, as revistas femininas da época valorizavam a figura da simplicidade, da doçura e da beleza da mulher. A mulher ideal, portanto, era aquela que cuidava da beleza, sem perder a simplicidade nas escolhas e a doçura dos gestos. Ser bela era cuidar do corpo com técnicas de domínio científico e era abandonar métodos entendidos como tradicionais.

Com base numa exaustiva análise de duas revistas femininas do período, Freire (2009) irá constatar que o discurso do início do século XX, dirigido diretamente às mulheres, entendia que a maternidade era o principal dos múltiplos papéis sociais que eram incumbidos à mulher. No entanto, era consensual que o instinto natural não era suficiente, era preciso que a maternidade fosse alicerçada por técnicas com base na prática científica. Como já foi visto, havia desde o século anterior uma grande preocupação com as condições de saúde da população e a possibilidade de as carências desta se tornarem uma ameaça para a nação. A preocupação com a grande mortalidade infantil, tendo como pano de fundo os anseios nacionais para o progresso, foi um marco importante nos debates da época. Reforçou-se, portanto, por um lado, a maternidade como a função última das mulheres e, por outro, a ideia de que o bem-estar das crianças, entendidas como o futuro da nação, dependia diretamente dos cuidados maternos.

A partir desse período, iniciou-se um amplo debate sobre a importância da educação das mulheres, assunto até então pouco salientado. Para alguns intelectuais, somente mulheres educadas é que poderiam absorver as informações e pôr em prática cuidados de higiene e saúde. Aos poucos, a preocupação com as novas práticas de cuidado com o corpo ia exigindo também a formação de profissionais na área de educação sanitária, pois o lema em voga postulava que a educação era uma importante prática para o desenvolvimento da nação. Como explica Freire (2009), as mulheres assumiram uma posição de destaque nesta área, porque se entendia que atividades como a educação e a enfermagem não as afastavam do seu papel natural que era serem mães e cuidadoras. Este suposto «dom» foi compreendido como uma importante ferramenta no processo de formação/educação da população. Nas palavras de Freire (2009:59)

as educadoras sanitárias foram investidas da importante tarefa de ampliar a difusão de preceitos de higiene. Tendo como alvo prioritário as crianças, e por destino final as famílias, o trabalho de educação sanitária foi considerado simultaneamente como cruzada, apostolado, ou «evangelho da saúde», sem perder a finalidade patriótica de engrandecimento da nação e regeneração da raça.

É claro que esses discursos apresentavam clivagens de classe. Para as mulheres da elite encarava-se que educar, não só os seus filhos como outras mulheres, era uma extensão do seu «dom» natural. Esta «maternidade alargada» (Freire, 2009) era exercida, sobretudo, no âmbito de ações de filantropia, não sendo por acaso que se verificou o aumento de instituições deste tipo ao longo desse período. Já as mais pobres eram entendidas como o «público-alvo» das políticas de educação. Eram elas que precisavam de ser educadas para que também elas pudessem cuidar bem dos seus filhos.

É importante ressaltar, no entanto, que aos poucos a figura do médico foi encarada como a autoridade máxima no assunto. O médico pediatra, especialidade que foi crescendo em números e importância, assumiu-se como aliado das mulheres na educação de práticas de higiene e cuidados com o bebé. Através de matérias publicadas em revistas femininas e em livros, os médicos pediatras iam reforçando a sua autoridade científica nos assuntos ligados ao «mundo» infantil. Como demonstra Freire (2009), era comum haver secções de «respostas às leitoras», locais onde estes profissionais iam tirando dúvidas e, ao mesmo tempo, reafirmando a sua autoridade. Havia grande interesse em deslegitimar as práticas não-médicas, encarando-as como tradicionais e obsoletas. Aconselhava-se vivamente às mães não dar importância aos ensinamentos das parteiras, avós e vizinhas e concentrar-se apenas nos ditames médicos (Freire, 2009). A boa mãe era aquela que tinha no médico o melhor conselheiro. Surgia a «maternidade científica» (Freire, 2009).

Martins (2008), no seu trabalho sobre os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX, sugere - através da análise de três livros de aconselhamento médico para as mães publicados entre 1930 e 1960 - que a adesão às teorias e aos princípios da pediatria, bem como o diálogo com as leitoras mães, continuaram bastante eficazes. Para a autora, neste período deu-se a consolidação da autoridade médica e da relação que esses especialistas em cuidados infantis tentaram estabelecer com as mães, nas suas palavras, «uma relação desigual e assimétrica que expressa não só a diferença entre leigo e o especialista, mas também a diferença de gênero» (Martins, 2008, p. 137). Neste período reforçaram-se ainda mais os pressupostos que exaltavam a responsabilidade das mães pelo bem-estar dos filhos e continuou-se com a condenação fervorosa de toda e qualquer técnica que não fosse considerada científica. Persistia-se, ora com discurso mais incisivo e ameaçador, ora com palavras mais polidas, nos ensinamentos sobre, por exemplo, como e qual a frequência de amamentar e dar banho, quais as rou-

pas a vestir, em que lugares da casa a criança deveria dormir e quae medidas adotar quando do choro.

Um outro aspeto importante a sublinhar é que ao longo dos anos de 1940, 1950 e 1960 a autoridade do pediatra estava cada vez mais consolidada e reconhecida tanto pelas mães como pelos órgãos governamentais. Como mostrou Martins (2008), iniciou-se uma aliança entre estes profissionais de saúde e o Estado na implementação de políticas públicas para a população, estando alguns desses médicos em postos de decisão, execução e fiscalização de políticas de saúde (Martins, 2008: 151).¹³⁹ Portanto, os pressupostos que vêm na mulher a função única de procriar e responsabilizam-na/culpabilizam-na pela saúde e bem-estar da criança entram definitivamente na *agenda política* brasileira.

Nos anos que se seguiram, marcados pelo advento da ditadura militar, as mulheres continuaram a ser percebidas enquanto instrumento de fomentação da saúde nacional. No entanto, como aponta Santos Neto *et al* (2008), apesar do surgimento de alguns programas de atenção à saúde materno-infantil, as práticas adotadas foram completamente direcionadas para a intervenção médica no corpo feminino. Foi neste período que se sacralizaram os partos em hospitais, como também o abuso dos partos cesarianas e a esterilização como método contraceptivo (Santos Neto *et al*, 2008:109).

Acompanhando as transformações no cenário sociopolítico, os anos de 1980 foram marcados por algumas mudanças nas políticas direcionadas para as mulheres. Para isso, os movimentos sociais, que já vinham ganhando notoriedade nos anos 1970, foram determinantes. Passou-se a exigir a participação da sociedade civil na arena de discussão de políticas públicas abordando temas e prioridades que antes não estavam presentes. No que se refere aos problemas das mulheres, o movimento feminista teve uma importante atuação, passando a discutir e exigir uma maior atenção política em assuntos relacionados com a sexualidade, violência, saúde, etc. Uma das conquistas foi a implementação do Programa de Ação Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983, programa este que pela primeira vez tinha como meta não apenas a saúde materna da

¹³⁹ Apesar de já haver desde a década de 1920 instituições nacionais responsáveis por políticas materno-infantis, como, por exemplo, a Inspetoria de Higiene Infantil, uma instituição ligada ao Departamento Nacional de Saúde (Martins 2005), foi só em 1940 que foi criado o Departamento Nacional da Criança, órgão governamental mais importante na formação de políticas públicas para a maternidade e a infância (Martins, 2005).

mulher, mas um projeto mais alargado que tornava prioritário também combater o cancro do colo do útero, a SIDA e outros problemas femininos. A Constituição de 1988 também foi um marco importante na consolidação dos direitos das mulheres, muito embora estes direitos já tivessem sido abordados nas leis trabalhistas aprovadas nos anos anteriores. Assuntos como, por exemplo, direitos à creche, pausas para amamentar no ambiente de trabalho, o direito a baixa de maternidade e ao planeamento familiar foram ganhos advindos da implementação da Constituição de 1988.

Por toda a década de 1990 e até aos dias que correm, tomaram-se várias iniciativas para que o acesso à saúde se tornasse mais democrático e para que se pudessem resolver problemas como, por exemplo, a mortalidade infantil e das mulheres gestantes. Vários setores da sociedade mobilizaram-se em torno desses projetos, incluindo os movimentos sociais, o movimento feminista, a Igreja Católica, Organizações Não-Governamentais e a sociedade científica. Surgiram reformulações legislativas e também foram aprovadas diretrizes e estatutos que procuravam garantir uma maior atenção à criança e à saúde da família.¹⁴⁰ Restruturou-se o Sistema Nacional de Saúde, reordenando as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) e criando estratégias e programas direcionados especificamente para os cuidados materno-infantis (Santos Neto *et al*, 2008).

São inegáveis os avanços que foram feitos relativamente à saúde da mulher e da criança, mas é importante salientar que tanto as políticas estatais – através da implementação de programas de saúde da mulher ou de saúde materno- infantil – como os meios de comunicação (revistas, jornais, televisão, etc) e os manuais de cuidados infantis têm continuado a posicionar a mulher como mãe e responsável direta pela saúde dos filhos. Além disso, continua a discutir-se sobre os cuidados a serem dispensados ao corpo feminino e, de forma muito especial, aos «corpos grávidos» (Schwengber & Meyer, 2009). Como sugere Meyer (2005), a vigilância sobre o corpo feminino indica uma verdadeira *politização da maternidade*. Monitora-se o corpo feminino antes, durante e depois da gravidez, difundindo-se o modelo da boa mãe cuidadosa: aquela que cuida e se cuida (Mayer, 2005: 82). Estabelece-se uma vigilância - tanto pelos profissionais da saúde como pela família e amigos - sobre o que come, sobre o que bebe, se fuma (mesmo que passivamente), se faz exercício e, até mesmo, sobre o seu controlo emocional. Assim sendo, atribui-se à mulher, mesmo antes de engravidar, toda a responsabilidade

¹⁴⁰ Santos Neto *et al* (2008) referem que no Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, a saúde da mulher grávida e dos recém-nascidos era uma das preocupações e que se estipulou a importância de assegurar o atendimento integral nos serviços públicos.

pelo desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo do feto e da criança, vigiando o seu corpo, o seu comportamento e os seus sentimentos maternos.

Dentro dessa perspectiva, Meyer (2005) chama-nos a atenção para o facto de, no Brasil, as políticas e programas estatais terem aderido a esse processo de *politização da maternidade*. Os indivíduos, de um modo geral, são transformados em sujeitos de aprendizagens corporais, constituindo uma prioridade a capacitação e a educação das mulheres para a *maternidade científica* (Freire, 2009). O corpo feminino, em especial, deve ser administrado e gerido de forma a que a mulher consiga gerar seres-humanos perfeitos. Ignora-se, por completo, as condições socioeconómicas a que estas mulheres estão sujeitas, promovendo ações de carácter fortemente normativo e universalizante, com base na perspectiva de que todas as mulheres são naturalmente mães.

Farah (2004), quando analisa a incorporação da perspectiva de género nas políticas públicas desenvolvidas no Brasil, sugere que, apesar de alguns programas na área da saúde levarem em consideração a saúde da mulher de modo mais abrangente, grande parte dessas ações encaram a mulher enquanto cuidadora da família, direcionando as duas atividades para a mulher-mãe. Um outro aspeto analisado pela autora é que as ações dirigidas às mulheres na área da saúde partem de diretrizes nacionais, ignorando as especificidades e necessidades locais e entendendo-as apenas como «clientela atendida». Esta perspectiva diverge de outras ações governamentais como, por exemplo, na área de fomentação de emprego/renda e combate à violência, que estão mais atentas às «demandas» locais. Portanto, fica clara a perspectiva universalista da saúde, que não está muito preocupada com as diferenças regionais, de raça e de classe das mulheres atendidas.

Como exemplo da politização da maternidade incorporada pelos programas governamentais, o trabalho de Vêras & Travesso-Yépez (2010) pode ser bem ilustrativo da vigilância e controle dos afetos e do modo de *maternar*. Em «*A maternidade na política de humanização dos cuidados ao bebê prematuro e/ou de baixo peso – Programa Canguru*», as autoras sugerem que, nas diretrizes do Ministério da Saúde do Governo Federal para a implementação deste programa, o modelo de família e maternidade se baseia numa perspectiva idealizada da família nuclear, sem ter em conta a diversidade de relações parentais e as mudanças sociais na instituição familiar ao longo dos tempos (Vêras & Travesso-Yépez, 201: 68). A conceção da família é construída a partir da premissa de que os pais devem transmitir aos filhos todo o acolhimento e amor que

receberam dos pais. Reforçam também a concepção da família dividida entre papéis de gênero, onde a mãe cuida da casa e dos filhos e o pai tem a responsabilidade sobre o sustento. No que confere à maternidade/paternidade, esta é encarada de modo normativo e moralizador, cobrando das mulheres o *amor maternal*.

Ainda segundo as autoras, os médicos que atendem numa das maternidades analisadas, na tentativa de atenderem a essas diretrizes, apelam para a responsabilização da mãe na saúde do seu filho. Através da ideia de que ficar com o filho na posição canguru lhe transmite afeto e faz com que ele se desenvolva mais rapidamente, os profissionais de saúde transportam para as mães a responsabilidade do cuidado. Para as autoras, estas diretrizes não levam em consideração a realidade das mães, as suas dificuldades para estarem presentes todos os dias no hospital - muitas têm outros filhos pequenos em casa e/ou um marido ciumento que não aceita que elas passem muito tempo fora de casa – e ignoram que o vínculo afetivo-maternal não é uma característica inata e comum a todas as mulheres. Um outro aspeto levantado pelas investigadoras é que nos hospitais públicos, que atendem maioritariamente pessoas de baixos rendimentos, exige-se mais a presença da mãe no setor de Tratamentos Intensivos Neo-natal todos os dias. Ou seja, as mulheres pobres são alvo de um discurso coercivo muito mais forte do que as que são atendidas em hospitais privados.

A *politização da maternidade* também é incorporada por outros setores da sociedade que, em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, colaboram na implementação de políticas de saúde materno-infantil. No trabalho «*Maternidade, os cuidados do corpo e «civilização» na Pastoral da Criança*», Dos Anjos (2007) analisa o papel da Igreja Católica no controle das práticas relativas ao uso e cuidado do corpo de mulheres de baixos recursos no Brasil. Para a autora, a Igreja reforça a sua ideologia, na qual a maternidade é a condição feminina por excelência, não só nos postulados teológicos como também nas técnicas de cuidado advindas da medicina que têm como alvo o corpo feminino (idem: 27). Assim, a intervenção da Pastoral da Criança¹⁴¹ «baseia-se no amálgama entre técnicas de cuidados oriundos da medicina e princípios católicos, estabelecendo uma ligação entre saúde e moralidade, e entre saú-

¹⁴¹ Pastoral da Criança é uma instituição pertencente à Igreja Católica, que teve como idealizadora e grande motivadora a médica e freira Zilda Arns. Através da formação de líderes comunitárias, a pastoral ensina às mães e futuras mães cuidados de higiene, preceitos para a relação mãe e filho e várias técnicas de cuidados com os filhos que encarregam as mães pela saúde e bem-estar da sua criança. Uma das bandeiras da pastoral é o aleitamento como a principal ferramenta para a saúde do bebé.

de individual e saúde social» (idem: 28). Através das visitas feitas pelas líderes a casa das mães, reforça-se a ideia do bem-estar infantil como resultado do amor de mãe impondo uma identidade de género específica às mulheres atendidas pela pastoral.

Um aspeto importante relatado é o de que a Pastoral da Criança, e consequentemente a Igreja Católica, conta com o apoio da UNICEF e participa dos fóruns governamentais onde são debatidas e decididas políticas públicas relativas à saúde e à reprodução (Dos Anjos, 2007). Segundo Dos Anjos (2007: 36), até ao momento da escrita do seu trabalho, a coordenadora e criadora da pastoral era membro do Conselho Nacional de Saúde do Governo Federal e representante da CNBB¹⁴² na Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher. Ou seja, a parceria entre o Estado e a Igreja na elaboração de políticas públicas de saúde e reprodução colabora, ainda mais, para a perpetuação de pressupostos que encaram a mulher como mães por natureza. Através de um trabalho feito, sobretudo, na educação de mulheres pobres, perpetua-se a ideia existente de que as mulheres devem cuidar da saúde física, emocional e afetiva dos seus filhos, colocando as necessidades bio-psico-sociais das crianças à frente das suas.

Além dos programas governamentais e das pastorais sociais da Igreja Católica que direcionam as suas atividades principalmente para mulheres com baixos rendimentos, outros setores da sociedade encarregam-se de alargar esses pressupostos para um número maior de pessoas. Como mostra Lima (2012), os manuais de puericultura, elaborados principalmente por membros da comunidade científica, ainda hoje continuam a responsabilizar/culpabilizar sobretudo as mulheres pela saúde e o bem-estar das crianças. A diferença é que hoje os «especialistas» entendem que o afeto é tão importante para a saúde e felicidade dos filhos como os cuidados físicos. No entanto, continuam a condenar as mulheres «desviantes», ou melhor, aquelas que não se enquadram nas normas entendidas como essenciais para o bem-estar da criança. Neste aspeto, os discursos direcionados para a amamentação são um bom exemplo do repúdio pelas desviantes. A mulher que não amamenta ou não o faz por, no mínimo, 6 meses tem posta em causa a sua boa maternidade.

Por fim, os meios de comunicação também não estão imunes à incorporação da *politização da maternidade* e nem se eximem da valorização do discurso que apregoa que boa-mãe é àquela que cuida e se cuida. É recorrente peças publicitárias em revistas

¹⁴² Conferência Nacional dos Bispos no Brasil.

e na televisão explorarem estes pressupostos. O próprio Governo Federal utiliza-se desses veículos mediáticos para reforçar campanhas como, por exemplo, a do aleitamento materno. Como mostram as fotografias abaixo, pessoas públicas, atrizes e cantoras dão a cara nessas ações governamentais que têm como mensagem subliminar a responsabilização feminina na saúde infantil e a condenação das mães que não correspondem a tais expectativas.

Frases como «*Seja amigo do peito*»; «*Amamentação em todos os momentos. Mais saúde, carinho e proteção*», «*Amamentar faz bem para o bebê e para você*», «*Amamentar hoje é pensar no futuro*» sugerem que a mulher tem responsabilidades que vão desde a sua saúde à saúde do bebê, passando, é claro, pela responsabilidade para com a nação



Figura 4 Campanhas publicitárias dos anos 2009, 2011 e 2012 com a cantora Cláudia Leitte, a atriz Julia Paes e a cantora Wanessa Camargo, respetivamente.¹⁴³

¹⁴³ Imagens recolhidas no site do Ministério da Saúde - Brasil <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/514-sas-raiz/dapes/saude-da-crianca-e-aleitamento-materno/12-saude-da-crianca-e-aleitamento-materno/10378-primeira-infancia> E no site Rede brasileira de bancos de leite humano <http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=378>

Como tenho tentando argumentar ao longo desta dissertação, a experiência de ser mulher, brasileira e imigrante – algumas das identidades que constituem o *self* das minhas interlocutoras – só pode ser entendida levando em consideração o seu caráter relacional, dinâmico e inserido num contexto histórico específico. A maternidade, percebida como «uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica» (Correia, 1998: 366), é entendida aqui como uma experiência que corrobora não só na construção do «*eu mulher*», mas também na construção do «*eu imigrante brasileira*».

Segundo Leal (1995:3), «assiste-se ainda a lógica ancestral de que o feminino se cumpre no materno». Esta lógica, levada a sério pelas minhas interlocutoras, está tão arraigada nas suas vidas, que entendem a experiência de ser mãe como a principal etapa vivida para que possam sentir que são, não só mulheres plenamente realizadas, como mulheres completas. Mesmo que entendam o projeto migratório, a sua formação profissional (principalmente para aquelas que detêm alguma formação académica) e outras experiências vividas como etapas importantes, o ser mãe configura-se como o momento chave de completude do ser.

Este modo de se compreender a si com base na experiência da maternidade não é um facto exclusivo das minhas interlocutoras, muito menos, como apresentei acima, algo inerente apenas às mulheres brasileiras. Também não são as únicas a valorizar a boa maternidade e a procurar agir de acordo com este modelo através da publicitação de atos e sentimentos tidos como de uma boa mãe. No entanto, estas mulheres atribuem à maternidade outros significados que estão intimamente ligados com a sua experiência de *ser no mundo*. Logo, identidade individual, identidade de género e identidade nacional cruzam-se e reconstroem-se ao longo das experiências vividas. Há aqui uma interseção entre a maneira de apreender a história (a sua história pessoal e a sua história como pertencente a um grupo), a sua perceção diante das experiências vividas e as expectativas criadas em torno do modo como gostariam de ser percebidas.

Ao dar à maternidade sentidos e significados e, a partir disso, construir categorias de diferenciação nacional, estas mulheres articulam antigos e novos referenciais para dar conta das expectativas que fazem no percurso da sua trajetória migratória. Tal como as *Mães de Bragança*, que ao sentirem-se socialmente rebaixadas por estarem a ser traídas evocam o estatuto de mães como estratégia de angariação de prestígio, as imigrantes ao valorizarem a maternidade resgatam os mesmos referenciais simbólicos para contrapor o baixo estatuto que acreditam ter. Reivindicam o papel de «*mães da*

nação» ao chamarem para si a responsabilidade de transformar a imagem da mulher brasileira em Portugal. O dever como mulher, que outrora foi «só» o de bem educar os *filhos da nação*, é reelaborado e entendido como o dever de reformular a maneira como se vê e como é visto o seu povo.

Na expectativa de marcar uma distinção, apropriam-se de forma particular da ideia de boa *maternidade científica* - tão valorizada ao longo da história moderna e perpetuada no Brasil através do discurso médico, da comunicação social, de algumas instituições e das políticas estatais - para reafirmar a sua individualidade enquanto ser e enquanto grupo. Como mostrei ao longo do capítulo, a performance que envolve a *boa maternidade* é encarada como fundamental para que possam ser reconhecidas as suas qualidades como mulher e como brasileira. Através do desejo da visibilidade dos seus atos, reivindicam para si qualidades que não veem nas portuguesas. A *boa mãe* não mede esforços para ter os seus filhos, para amamentar, comemorar as festinhas de aniversário e fazer tudo o que estiver ao seu alcance para proporcionar a saúde e bem-estar dos seus filhos. Do lado diretamente oposto, encontram-se as *más mães*, aquelas de adotam a «cultura do filho único», que não têm o hábito de recorrer ou doar ao banco de leite e as que não transformam as festinhas dos filhos em momentos únicos. Essa imagem diretamente oposta à sua é personificada na figura da mãe portuguesa.

Neste processo de reformulação de identidades, encaram a mulher portuguesa a partir das categorias e imagens em confronto com seus referenciais sobre o dever da mulher- mãe e as categorias e imagens que vão apreendendo em Portugal e que marcam a sua trajetória. Nesta interseção de imagens e categorias constroem uma autoimagem positiva enquanto mulheres e mães, que contrapõem à imagem das portuguesas, tidas como o contrário, generalizando a partir de exemplos que conhecem e amplificando as diferenças. Por exemplo, como mostrou Cunha (2007), com todas as transformações da sociedade portuguesa no pós-revolução de Abril, os filhos ainda se configuram como peças centrais na realização pessoal das mulheres portuguesas. A procriação também é encarada como um laço sentimental sólido, gratificante (Cunha, 2007: 106) e merecedor de sacrifícios pessoais. Nesta mesma linha, Lalande (2005) refere que a maternidade tem um papel central nas reformulações identitárias das mulheres portuguesas e, por isso, a figura da *mulher-mãe-doméstica* é um aspeto bastante valorizado e determinante na identidade dessas mulheres.

A expectativa do reconhecimento da sua individualidade enquanto ser e enquanto membro de um grupo pode dificultar a compreensão sobre as diversidades e especificidades da sociedade portuguesa. A mulher portuguesa é compreendida através de categorizações estereotipadas que dela oferecem uma imagem homogénea. Este é o caso, por exemplo, da maneira como percebem a «opção» pela «cultura do filho único». Como aponta Cunha (2007), na sociedade portuguesa há vários modos de «construir» as descendências de filho único e para os compreender é importante levar em consideração a existência de dissonância entre o universo das representações e aspirações e a realidade. Para a maioria das inquiridas na pesquisa, ter um único filho foi resultante de um «cenário indefinido», ou seja, não fazia parte dos seus ideais de descendência, mas foi o que se pôde fazer. Dentro da amostra das que disseram que a sua descendência faz parte de um «cenário indefinido», a maioria esperava ter dois ou mais filhos. Portanto, para a autora, a fecundidade das famílias portuguesas vai sendo construída por sucessivos ajustes entre o ideal e o que se pôde concretizar, mas que a maioria das mulheres ainda idealiza uma descendência de dois ou mais filhos.

No seu trabalho sobre maternidade no contexto rural português, Teresa Joaquim (1983) defende que ser mãe era muito valorizado, havendo entre os ditados e as cantigas populares vários elogios à mulher mãe. Havia também várias receitas, caracterizadas como tradicionais, que ensinavam às mulheres formas de engravidar. Ervas, chás e infusões eram utilizadas para incentivar a fertilidade. Ensinavam-se também receitas e comportamentos que se deveriam cumprir durante a gravidez e o parto. No entanto, ter muitos filhos era social e moralmente condenável. Era sinal de que as mulheres não se controlavam e tinham muitas relações sexuais. Era uma mulher que fugia dos padrões moralmente valorizados, padrões estes que estabeleciam o controlo da sexualidade feminina. Sem querer transpor este facto para a sociedade portuguesa urbana e contemporânea, é curioso, no entanto, ver como o controlo informal da natalidade foi utilizado como estratégia de controlo da sexualidade feminina no Portugal rural.

Dentro dos sentidos e significados dados pelas minhas interlocutoras à maternidade, é importante salientar como os ideais de carácter e moralidade são também reelaborados. A condição de ser boa mãe, em alguns momentos, sobrepõe-se a qualquer outro valor e pode servir de atestado moral. Ora, se para elas o maior problema enfrentado pelas brasileiras em Portugal são os estigmas que as associam a mulheres fáceis e/ou prostitutas, era curioso ver como entendiam que trocar de parceiro sexual com regulari-

dade, por exemplo, era algo moralmente recriminável para uma mulher não-mãe, mas aceitável para as que são boas mães. Neste sentido, o arranjo familiar composto por pai, mãe e filhos era aqui também valorizado e, por isso, a troca de parceiros sexuais tornava-se mais aceitável desde que se cumprisse este ideal através da adoção informal dos filhos por parte do parceiro.

Sobre este aspeto, um olhar sobre as fofocas e como estas eram reproduzidas pode ser bem ilustrativo. Várias vezes ouvi comentários sobre a conduta moral ideal a ser adotada pelas brasileiras. Vestir-se com roupas curtas, ser muito simpática para, sobretudo, homens portugueses, namorar com várias pessoas e trair estavam entre as posturas recriminadas. Nas conversas fora do Orkut e nos encontros presenciais era recorrente o assunto da vida pessoal de cada uma vir à tona. No entanto, havia uma clara recusa em tecer críticas às mulheres entendidas por elas como *boas mães*, mesmo se estas tivessem a mesma conduta que tanto criticavam, mesmo que reconhecessem que dentro do grupo havia mães que tinham uma vida sexual ativa com parceiros diferentes, mães que tinham vários filhos de pais diferentes e mães que traíam o marido. Ser boa mãe parecia atenuar qualquer resquício de má adequação aos valores de *boa brasileira*.

No seu trabalho sobre as mulheres e a maternidade num contexto rural português, Pina Cabral (1984) nota como para aqueles atores sociais a maternidade assume outros sentidos e significados que não podem ser pensados isoladamente dos valores que atribuem à terra. A mulher moralmente valorizada é a *mulher-mãe-casada*. São elas que «têm uma posição de poder sobre a sua propriedade e sobre os seus familiares e partilham com os seus maridos o prestígio da casa» (Pina-Cabral, 1984: 111). Já *mulher-mãe-solteira* não possui qualquer estatuto social porque são entendidas como mulheres que não tem a sua sexualidade controlada e não podem ter qualquer poder sobre propriedade ou sobre os seus familiares.

Diferente deste caso analisado por Pina-Cabral (1984), para os sujeitos desta pesquisa, que estão inseridas num contexto completamente diferente, o que garante prestígio é a *boa maternidade* e, por isso, a *mulher-mãe-solteira* pode ter o mesmo estatuto moral que a *mulher-mãe-casada*, embora o modelo de família ideal e desejável não seja o da *monoparentalidade*. Isso talvez possa ser entendido levando em consideração dois aspetos: Por um lado, possuir bens materiais não lhes garante tanto prestígio quanto ser *boa mãe*. Entendendo que a sua condição de imigrante, por si, condiciona maior vulnerabilidade - tanto material como social - estas mulheres procuram atribuir impor-

tância e prestígio a bens simbólicos que estão ao seu alcance conseguir. Por outro, acreditam que o modelo de família biparental, embora ideal, não se deve sobrepor quando está em causa a segurança e o bem-estar dos filhos. Assim sendo, quando pensam nos filhos e na sua felicidade, acreditam que é mais importante ser uma *boa mãe* do que viver numa família biparental. Isso não quer dizer, porém, que a importância da figura masculina na família seja desvalorizada, mas que quando o que está em causa é o bem-estar físico e psicológico do filho uma boa maternidade importa mais do que a presença masculina.

No seu trabalho sobre a vida familiar em Portugal, Aboim (2007) chama a atenção para o facto de, no contexto português, apesar do casamento institucionalizado não ser entendido como uma exigência, o ideal de família continua sendo o biparental. Segundo os dados do inquérito apresentado pela autora, só um número reduzido de pessoas acredita que pais sozinhos cuidam tão bem do filho como cuida um casal. Por outro lado, Wall (1999) sugere que, ao longo da história portuguesa, a *monoparentalidade* sempre apareceu em número bastante reduzido. Apesar das mudanças na organização familiar por que Portugal vem passando desde os anos de 1970, a autora mostra que ainda é muito baixo o número de famílias em que pais e mães sozinhos vivem com filhos menores, continuando com uma tendência de *monoparentalidade* onde pais e mães sozinhos vivem com filhos adultos. Portanto, como estes dados podem sugerir, as minhas interlocutoras são confrontadas com uma realidade portuguesa em que grande parte da população não acredita que apenas a mãe é suficiente para dar uma boa criação aos filhos. No entanto, mais uma vez, as semelhanças com as mulheres portuguesas são atenuadas em relação à ênfase na diferença. Mesmo que valorizem o ideal de família biparental e procurem cumprir este modelo tal como acontece em Portugal, estas similitudes são sobrevalorizadas nos seus discursos, ressaltando a maior capacidade das brasileiras em abdicar de uma vida afetiva em nome do ideal da boa maternidade.

Estes aspetos enunciados solidificam ainda mais a perpetiva de que os sujeitos desta pesquisa vão encontrando estratégias, ora transpondo valores e ideias trazidas do Brasil, ora fazendo as suas próprias leituras sobre a sociedade portuguesa, ora reformulando valores morais, para dar sentido à sua experiência migratória. Compreender a importância de ser vista como *boa mãe* tem mais sentido quando se procura associar à necessidade que sentem de reformular imagens de si como mulher brasileira. Procuran-

do afirmar a sua individualidade enquanto pessoa e enquanto grupo, vão resgatando velhos valores, reformulando outros e adaptando realidades encontradas.

Considerações Finais

Nesta dissertação, procurei guiar-me por alguns eixos analíticos que se tornaram determinantes para a compreensão da experiência migratória dos sujeitos encontrados no trabalho de terreno. Um dos eixos centrais foi a perspectiva de que o modo de compreensão de si e do mundo é sempre um processo construído relacionalmente. Enquanto vivência que atravessa o próprio fluxo da vida dos indivíduos, a experiência de deslocação leva-os a conviver com um universo novo de relações que pode implicar transformações na maneira como elaboram as suas identificações, percepções do mundo e modos de vida. Portanto, ao alterar-se a história das suas relações com as pessoas e com os lugares, inevitavelmente, o(a) migrante é levado a reelaborar a compreensão que faz de si, dos «outros» e do mundo do qual agora faz parte, numa dialética de identificação entre dinâmicas internas e externas (Jenkins, 1996). Como consequência, as experiências por ele (a) vividas são, necessariamente, condicionadas por este processo dinâmico e relacional, regulando as suas práticas sociais dentro do seu próprio percurso de vida em deslocamento.

Na experiência de deslocamento internacional, de modo particular, os sujeitos são confrontados diariamente com narrativas identitárias às quais não estavam habituados. Nos seus países de origem, através de um conjunto sistemático de disposições incorporadas (Bourdieu, 2004a), as percepções sociais e distintivas sobre quem e o que faz um cidadão nacional encontravam-se na esfera do indiscutível (Sobral, 2005). Ou, como refere Billig (1995), ficavam de tal modo incorporadas no quotidiano que eram lembradas através do esquecimento. Os imigrantes uma vez longe do seu lugar de origem irrompem num universo imerso nas tensões sociopolíticas provocadas pelas fricções que um mundo dividido em nações acarreta. A sua condição de cidadão não nacional implica experiências quotidianas e representações do mundo diferentes daquelas que haviam adquirido na sua socialização, só possíveis em deslocamento. Se à experiência de migrar se somam assimetrias sociais e económicas, fronteiras físicas e simbólicas quase intransponíveis podem ser estabelecidas, obrigando-o(a), entre outras negociações, a reposicionar o seu lugar neste mundo e a reelaborar o modo como constrói as suas percepções enquanto indivíduo e membro de um grupo nacional.

De acordo com esta perspectiva analítica, o(a) pesquisador(a) interessado(a) em entender a experiência dos indivíduos em diáspora deve manter-se atento(a) não só à experiência em si, mas também ao modo como a apreensão do mundo vivido condiciona e interpela as suas práticas sociais. Ao deslocarem-se para países com os quais há uma forte conexão sócio-histórica, como sucede no caso tratado nesta dissertação, os/as migrantes encontram narrativas sobre seus países de origem e os seus habitantes paradoxais àquelas que trazem consigo. Neste conflito, poderão surgir experiências singulares. Outra ilustração é compreender como outros elementos e especificidades do perfil do/a imigrante, tais como classe, raça e género, os/as conduzem a experiências singulares que também contribuem para moldar a compreensão do meio que os rodeia e, consequentemente, afetam as práticas sociais que decorrem desse entendimento. Assim, experiências como ser mulher, migrante e de origem pobre tonam mais evidentes algumas assimetrias presentes tanto no país de destino como no país de origem. Se estas especificidades condicionam as suas interações sociais nos diversos ambientes em que circulam, a resposta é um diálogo direto com estas vivências. Em outras palavras, a história e as dinâmicas do lugar de chegada e as relações criadas a partir desse lugar atualizam e redimensionam o mundo vivido.

No caso específico dos atores sociais por mim acompanhados, desde a chegada e por todo o processo migratório, o mundo português – constituído por valores, perceções, narrativas, símbolos e códigos sociais – é apreendido por meio de experiências vividas concreta e intersubjetivamente. No entanto, por conta de especificidades históricas, sociais e da trajetória de cada imigrante, esta interação ocorre sob tensões e fissuras que condicionam, como procurei mostrar, a maneira como o quotidiano é apreendido. Ao chegarem em Portugal, os sujeitos desta pesquisa depararam-se com um conjunto de representações sobre o Brasil e sobre as brasileiras que congelam um determinado reconhecimento identitário brasileiro tornando-o homogéneo. Dão-se conta da existência no país de determinadas imagens estereotipadas nas quais podem ou não reconhecer-se. Ao procurarem responder a estas representações no decurso das suas práticas sociais, fazem-no de modo plural, deixando evidente que ser brasileira não é algo unívoco, ao contrário do que estas imagens tentam sugerir. Através do vivenciamento do quotidiano surgem elementos, tais como os que destaquei neste trabalho, que nos mostram que estes sujeitos estão à procura de outros repertórios daquilo que consideram *brasilidade* para construir uma relação, seja em contraposição, seja em reafirmação dos estereótipos,

constituindo uma estratégia que acreditam poder dar-lhes a possibilidade de construir um lugar próprio em Portugal. Mesmo que este repertório não seja tão distinto, em termos de valores do de outros grupos nacionais com os quais convivem no dia-a-dia, usam-no como afirmação de uma *brasilidade*, contraposta tanto aos processos de invisibilização social quanto aos de discriminação.

Numa redefinição do projeto migratório, procuram marcar um distanciamento de determinadas imagens que consideram negativas e uma aproximação a outras que acreditam ser mais positivas. Este processo pode implicar estabelecer novos marcadores de diferenciação e torná-los positivos e centrais para marcar a sua diferença em relação aos portugueses e, ao mesmo tempo, construir uma imagem positiva sobre as brasileiras - como acontece nas narrativas sobre a maternidade. Aqui constroem um universo no seu quotidiano onde a sua vivência gira à volta de maneiras de mostrar que são boas mães e, por isso, diferentes e melhores do que as mulheres portuguesas. É aqui também que se percebe mais claramente que esta qualificação por elas associada à *brasilidade* pode não as diferenciar tanto relativamente a outros grupos como gostariam.

Mas, se assim acharem necessário, podem também procurar redimensionar determinados marcadores que identificam um brasileiro em Portugal através de transformações concretas, como fazem no caso do ato da fala. Neste caso, elas produzem uma forma de fala que ilustra esta tentativa de produzir um conhecimento sobre o lugar de acolhimento e criar uma possível legitimação que acreditam ser necessária para permanecer e construir no país um lugar de pertença. No plano do trabalho, por exemplo, esta dinâmica mostrou-se essencial. Já em outras experiências, como acontece nas relações de amizade, o repertório plural de *brasilidade* confronta de forma contundente as narrativas preponderantes de identificação nacional brasileira existentes em Portugal e que consideram negativas. Através das condições estabelecidas para aproximar-se, ser amigo e manter a amizade, supervalorizam outros marcadores - inclusive de classe, escolaridade e condição social - para construir uma autoimagem positiva. Essa dinâmica cria tensões constantes, e ilustram a grande dificuldade em conseguir romper com estas imagens negativas reificadas.

O meu interesse em seguir este caminho analítico deu-se através da necessidade que senti de dialogar no âmbito do debate académico existente sobre a experiência de brasileiros em Portugal. A literatura sobre o tema teve um papel inegável na reflexão sobre o modo como a existência de múltiplas representações interferia na vida desta

população migrante. Encarei, como tarefa a ser cumprida numa tese de doutoramento, trazer um contributo à discussão que pudesse pôr em evidência como os sujeitos vivem as suas práticas sociais e de que maneira (re)articulam as suas identificações a partir das experiências vividas que são, evidentemente, inseparáveis das categorizações sobre si com que se deparam em Portugal. Havia um incómodo pessoal com as perspetivas que se centravam no modo como os imigrantes estavam presos a estas representações, dando pouco relevo à sua possibilidade de agência na construção de novas narrativas sobre o Brasil e os seus habitantes. O que quis trazer nesta tese foi o resultado de uma reflexão que procurou para além das representações, direcionando-me para o papel destes atores enquanto sujeitos protagonistas das suas próprias histórias de vida, histórias que acontecem concomitantemente com uma vida em deslocamento e em contato com o mundo português, mas também em simultâneo com o fluxo nunca antes experienciado de imigração brasileira para Portugal. Aquilo que percebi é que esta vivência acontece para além ou apesar deste imaginário que se impõe no circuito migratório em Portugal.

Os dados recolhidos no trabalho de terreno deram conta de que a experiência de estarem em diáspora e, de modo particular, de viverem e se relacionarem em Portugal, confrontava as mulheres abordadas com diferentes narrativas sobre o Brasil e as brasileiras. As respostas aos estereótipos existentes colocavam-nas não necessariamente num total encarceramento, mas também como sujeitos na construção de narrativas plurais de identificação nacional brasileira. Embora os estereótipos sejam uma presença inevitável na dinâmica migratória, estas mulheres figuram como agentes produtoras de outras imagens e outras representações. Quotidianamente absorvem, negociam e reformulam imagens com que se identificam ou não. Mesmo confrontando-se com relações de poder bastante assimétricas, tendo muito menos força de propagação de imagens, aparecem ainda assim como agentes na construção de modos plurais de se representar a si mesmas, ao seu grupo nacional e, também, ao povo português. Concretamente, as suas vivências, que decorrem no contato diário com o mundo português, impulsionam-nas a reestabelecer critérios para a manutenção das suas relações, o reordenamento de determinados marcadores de identificação nacional e a elaboração de novos elementos de diferenciação para se distanciarem dos estereótipos.

Por fim, é preciso referir que as particularidades do perfil dos atores sociais aqui apresentados e o contexto histórico e social em que decorreram os seus percursos migratórios condicionaram muito os dados observados nesta pesquisa. Nos últimos anos pare-

ce surgir uma nova vaga de brasileiros em Portugal, mais escolarizada e com objetivos assentes na continuidade das suas formações, que, muito provavelmente, viverão outras experiências e construirão novas práticas e identificações. Do mesmo modo e num outro percurso migratório, é provável que surja um novo ciclo de diáspora brasileira. A grave crise política e económica que o Brasil enfrenta no momento atual poderá abrir caminho para que um grande número de pessoas que já tenham garantida cidadania portuguesa conseguida numa anterior estada, retornem para Portugal e deem continuidade ao curso das suas vidas que decorre em constante movimento. O facto de se tratar de atores sociais, com interesses distintos, condições diferentes de inserção no país, e provenientes de faixas etárias diversificadas, tudo isso, podem implicar-se em diferentes formas de interlocução com a sociedade portuguesa, criando experiências particulares que ditarão o modo como as suas identificações serão reformuladas. Ainda é cedo para saber o que irá suceder no seu contacto com Portugal e com os portugueses.

Bibliografia

Aboim, Sofia. 2007. «Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e outros países europeus». In *Família e Género em Portugal e na Europa*, org. Karin Wall e Ligia Amâncio. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais – Atitudes Sociais dos Portugueses.

Alencar, José de. 1865. *Iracema*. Rio De Janeiro: Typ. de Viana & Filhos.

Almeida, João e Romeu Gomes. 1998. «Amamentação: um híbrido natureza-cultura». *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 6 (3): 71-76.

Almeida, Miguel Vale de. 2008. «O complexo colonial português». *Revista Lusofonia*. Sociedade. Disponível em:
<http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/11/lusofonia.pdf>

Almeida, Miguel Vale de. 2004. «Crioulidade e Fantasmagoria». Comunicação apresentada na sessão de trabalhos *Pós-colonialismo, pós-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade*, do XXVIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais, Brasil.

Almeida, Miguel Vale de. 2004. «Crioulidade e Fantasmagoria» *Sessão de Trabalhos pós-colonialismo, pós-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade*. XXVIII. Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais, Brasil.

Almeida, Miguel Vale de. 2000. *Um mar da cor da terra : raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta.

Alvim, Filipa e Paula Togni. 2010. «Sob o véu dos direitos humanos: tráfegos, tráficos e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal», In *Atas do 1.º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, coord. AAVV, Barcelona: Universitat de Barcelona, 145-152.

Anderson, Benedict. 2005. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expressão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70

Anderson, Benedict. 1983. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

Assis, Gláucia Oilveira. 2003. «‘De Criciúma para o mundo’ – Os novos fluxos da população brasileira: género e rearranjos familiares». In *Fronteiras cruzadas: etnicidade, género e redes sociais*, org. Ana Cristina Martes e Soraya Fleischer. São Paulo: Paz e Terra.

- Assis, Gláucia Oilveira. 2003. «‘De Criciúma para o mundo’: gênero, família e migração». *Campos* 3: 31- 49.
- Brah, Avtar. 2006. «Diferença, diversidade, diferenciação» *Cadernos Pagu* (26): 329-376.
- Bagno, Carlos. 2007. *Preconceito lingüístico – o que é, como se faz*. 49ª Edição. São Paulo: Loyola.
- Bagno, Carlos. 2003. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Badinter, Elisabeth. 2010. *O conflito: A mulher e a mãe*. Lisboa: Relógio D’Água.
- _____. 1980. *¿Existe El Instinto Maternal? Historia del amor maternal. Siglos XVII al XX*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Barth, Fredrik. 1969. *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Basch, Linda, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc. 1997. *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Amsterdam: Gordon and Breach Publishers.
- Benedict, Ruth. 2007. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Berg, Mette Louise. 2006. «O desafio de encontrar e definir ‘o terreno’: reflexões em torno a uma investigação entre a diáspora cubana em Madrid». In *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre produção etnográfica*, org. Antónia Pedroso e Lima e Ramon Sarro. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Berger, Mirela. 2006. «Corpo e Identidade Feminina». Tese de Doutorado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Bernal, Victoria. 2014. *Nation as Network: Diaspora, Cyberspace and Citizenship*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Bhabha, Homi K. 1994. *The location of culture*. London : Routledge.
- Billig, Michael. 1995. *Banal Nationalism*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publication.
- Brettell, Caroline. 2003. *Anthropology and Migration: Essays on Transnationalism, Ethnicity, and Identity*. Walnut Creek: Altamira Press.
- Bourdieu, Pierre. 2008. [1982]. *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Bourdieu, Pierre. 2009. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Bourdieu, Pierre. 2004a. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2004b. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. 5ª Edição. Campinas: Papirus Editora.
- _____. 2000. *Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Oeiras: Celta.
- Cabral Pedro Almeida. 2014. «Dez razões para apoiar o Acordo ortográfico». Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/dez-razoes-para-apoiar-o-acordo-ortografico=f858504>, último acesso em 26/08/14.
- Caldas, Aline e Gisane Santana. «s.d.». «Irarana e a Carta de Caminha: focos sobre a construção da nação brasileira». Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/iararana.pdf>. Último acesso: 21/10/2010.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. 2000. «Os (dê)s caminhos da identidade». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (42): 7-21.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. 1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- Carvalho, Alba. 2004. *'Tu me ensinas a fazer renda que eu te ensino a namorar': Tecendo rendas na descoberta do mundo cada dia: reflexões sobre o ofício da pesquisa*, «s/ed.».
- Castells, Manuel. 2008. *Sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- _____. 2007. *O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume II*. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castles, Stephen e Mark J. Miller. 2003. *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. New York: Palgrave Macmillan.
- Clifford, James. 1994. «Diasporas». *Cultural Anthropology*, 9 (3): 302-338.
- Cobas José e Joe Feagin. 2008. «Language oppression and resistance: the case of middle class latinos in the United States». *Ethnic and Racial Studies*, 31 (2): 390-410.
- Cooper, Frederick. 2005. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press.
- Cooper, Frederick e Rogers Brubaker. 2005. «Identity». In *Colonialism in question: theory, knowledge, history*, Frederick Cooper. Berkeley: University of California Press

Corrêa, Mariza. 1996. «Sobre a invenção da mulata». *Cadernos Pagu* (6-7): 35-50.

Correia, Maria de Jesus. 1998. «Sobre a Maternidade». *Análise Psicológica*, 3 (XVI): 365-371. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v16n3/v16n3a02.pdf>. Último acesso: 13/03/13

Cunha, Isabel. 2005. «Mundos Imaginados: As brasileiras e nos Media em Portugal». *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro, UERJ.

_____. 2003. «A revolução da Gabriela: o ano de 1977 em Portugal». *Cadernos Pagu* (21) 2003: 39-73.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n21/n21a04.pdf> Último acesso: 13/03/13.

_____. 2004. «A mulher brasileira na televisão portuguesa». *Actas do III SOP-COM, VI LUSOCOM e II Ibérico*, Vol. III, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 535-553.

Cunha, Vanessa. 2007. *O lugar dos filhos: Ideias, práticas e significado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Silva Dias, Maria Odila. 1993. «A condição feminina e suas historicidades». *Estudos Feministas*, 1(2): 481-485. Recensão de *Ao Sul do Corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil-Colônia*, de Mary Del Priore. Rio de Janeiro: Edunb/José Olympio.

Da Matta, Roberto. 1973. «O Ofício do Etnólogo ou como ter Anthropological Blues». *Simpósio sobre Trabalho de Campo em Etnologia*, Brasília.

Dias, Sónia Ferreira, Cristianne Famer Rocha e Rosário Horta. 2009. *Saúde Sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras. Um estudo qualitativo*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural - ACIDI.

Dick, Hilary Parsons. 2011. «Language and Migration to the United States ». *Annual Review of Anthropology*, 40:227–240

Dos Anjos, Gabriele. 2007. «Maternidade, cuidado do corpo e ‘civilização’ na Pastoral da Criança». *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 15 (1): 27-44.

Dolabella, Lira. 2015. «Copos, corpos e afetos: Gênero, sexualidade e imigração no contexto das Casas de Alterne». Tese de Doutorado, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE.

_____. 2009. «Namoradinhas do Brasil ‘na noite’ lisboeta: homens portugueses e mulheres brasileiras no contexto das casas de alterne». Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

- Dornelles, Jonatas. 2005. «O Orkut e a terceira forma de sociabilidade». *Ciências Sociais Unisinos*, 41(3): 163-171.
- Edensor, Tim. 2002. *National identity, popular culture and everyday life*. Oxford : Berg.
- Elias, Norbert. 1997. *Os Alemães: A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Eriksen, Thomas Hylland. 1998. *Common Denominators: Ethnicity, Nation-Building and Compromise in Mauritius*. Oxford-New York. Berg.
- _____. 1993. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. London: Pluto Press.
- Farah, Marta Ferreira Santos. 2004. «Gênero e Políticas Públicas». *Revista de Estudos Feministas*, 12 (1): 47-71.
- Fernandes, Gleiciani. 2008. «Viver ‘Além-Mar’: estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa». Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Filho, Willy. 2008. *Imagem do Imigrante Brasileiro no Jornalismo Televisivo Português 2004-2006*. Teses 19. Lisboa: ACIDI.
- Fleischer, Soraya. 2001. «Pensando a identidade brasileira no contexto do housecleaning em Boston, Massachusetts». Meeting of the Latin American Studies Association. Washington DC, September, 6-8. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/Fleischer.pdf> Último acesso: 20/12/2010.
- Fonseca, Claudia. 2004. *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Foucault, Michel. 2011. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal LTDA.
- Frangella, Simone. 2014. «O tênue equilíbrio no movimento: a vicinalidade na migração transnacional». *Revista de antropologia*, São Paulo, USP, 57 (1): 73-106.
- França, Thais. 2012. «Lindas mulatas com rendas de Portugal: a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português». Tese de Doutorado, Coimbra, Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais.
- Freire, Maria Marta de Luna. 2009. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Freire, Letícia de Luna. 2008. «Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados». *Dilemas*, 1 (2): 95-114.

- Freyre, Gilberto. 1936. *Casa Grande & Senzala*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor.
- Fróis, Catarina. 2007. «A Sociedade Anónima. Identidade, Transformação e Anonimato nas Associações de 12 passos». Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais.
- Gardner, Katy e Ralph Grillo. 2002. «Transnational households and ritual: an overview». *Global Networks*, 2 (3): 179-190.
- Gardner, Katy. 2001 [1995]. *Global Migrants, Local Lives: Travel and Transformation*. in *Rural Bangladesh*. Oxford: Clarendon Press.
- Gellner, Ernest. 1983. *Nations and Nationalism*, Oxford: Blackwell
- Giddens, Anthony. 2009. *Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- _____.1990. *The consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press.
- Goffman, Erving. 1982. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução: Márcia Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- _____.1993. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Góis, Pedro *et al.* 2009. «Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal», *Revista Migrações*, 5: 111-133.
- Gomes, Mariana. 2013. «O imaginário social 'Mulher Brasileira' em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação». Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.
- Gomes, Mariana. 2009. «Marketing Turístico e Violência contra as Mulheres: (des) (re)construções do Brasil como Paraíso de Mulatas». Tese de Mestrado, Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gomes, Paulo. 2003. «Estranhos vizinhos: o lugar da favela na cidade brasileira». *Anuario Americanista Europeo*, 1: 171-177.
- Goza, Franklin. 2003. «Redes Sociais e a integração de brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos». In *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*, org. Ana Cristina Martes e Soraya Fleischer. São Paulo: Paz e Terra, 263-288.
- Gupta, Akhil e James Ferguson, eds. 1997. *Culture, Power and Place: Explorations in Critical Anthropology*. Durham: Duke University Press.

Haddad, Samira El Maerrawi T. e José Guilherme Cececatti. 2011. «Estratégias dirigidas aos profissionais para a redução das cesáreas desnecessárias no Brasil». *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*. 33 (5): 252-262. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032011000500008, último acesso: 16/01/2015.

Hall, Stuart. 2008. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

_____. 1996. «Identidade Cultural na diáspora». *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24: 68-75.

Hobsbawm, Eric J. 1994 [1990], *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge, Cambridge University Press.

Holanda, Sérgio Buarque de. 1948. *Raízes do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora.

Hugo, Cristina Neves. 2007. «Expectativas e sentimentos de mães portadoras do HIV/AIDS frente à recomendação de não- amamentação». Tese Mestrado, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Hutchinson, John e Anthony Smith, ed. 1996. *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press.

Jenkins, Richard. 1996. *Social Identity*. London: Routledge.

_____. 2011. *Being Danish: Paradoxes of Identity in Everyday Life*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press.

Joaquim, Teresa. 1983. *Dar á Luz: ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*. Coleção Portugal de Perto, nº4. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Lalanda, Piedade. 2005. «Transições familiares e identidade das mulheres». In *Famílias em Portugal: Percursos, Interações e Redes Sociais*, org. Karin Wall. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 363-391.

Leal, Isabel. 1995. «Nota de Abertura». *Análise Psicológica*, 1-2 (XIII) 3-4.

Lazaridis, Gabriella. 2000. «Filipino and Albanian Women Migrant Workes in Greece: Multiple layers of oppression». In *Gender and Migration in Southern Europe: Women on the Move*, ed. Floya Anthias e Gabriella Lazaridis. Oxford e Nova Iorque: Berg Books (Mediterranea Series), 49-79.

Leme, Mônica. 2001. «Segure o Than: Identidade na ‘axe music’ dos anos 80-90». *Cadernos do Colóquio*. 4 (1). 45: 52.

Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/coloquio/article/view/49/18> Último acesso: 13/09/2016

Lima, Ana Laura Godinho. 2012. «O normal e o patológico na relação mãe-bebê: um estudo a partir de manuais de puericultura publicados no Brasil (1919-2009)». *Estilos da Clínica*, 17 (2): 324-345. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v17n2/v17n2a10.pdf> Último acesso: 05/04/13

Llobera. Josep R. 1994. *The God of modernity. The development of nationalism in Western Europe*. Oxford: Berg.

Luz, Gleice. 2010. «Noras e Sogras: Sobre relações familiares, conflitos e imagens». Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Machado, Fernando Luís e Joana Azevedo. 2008. «A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas», *Revista Migrações*, Abril (4): 7-31.

Machado, Igor José. 2009. *Cárcere Público: Processos de exotização entre brasileiros no Porto*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

_____. 2007. «Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal». In *Imigração brasileira em Portugal*, org. Jorge Macaísta. Lisboa: ACIDI. 171-189.

_____. 2003. «Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal». Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

Machado, Igor José. 2004. «Afetividade e Poder entre os imigrantes brasileiros no Porto». *Cadernos pagu* (23), julho-dezembro, pp.257-278

Malheiros, Jorge Macaísta, org. 2007. *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI.

Marcus, George. 1995. «Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography». *Annual Review of Anthropology*, 24: 95-117.

Margolis, Maxine. 2003. «Na virada do milênio: a emigração brasileira para os Estados Unidos». In *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*, org. Ana Cristina Martes e Soraya Fleischer. São Paulo: Paz e Terra, 51-72.

_____. 1993. *Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

_____. 1994. *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus.

Massey, Douglas *et al.* 1993. «Theories of international migration: a review and appraisal». *Population and Development Review*, 19 (3) 431-466.

Massey, Douglas *et al.* 1997. *Return to Aztlan: The social process of international migration from western Mexico*. Los Angeles: University of California Press.

Martins, Ana Paula Vosne. 2008. «‘Vamos criar seu filho’: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX». *História, Ciências, Saúde—Manguinhos* [online], 15 (1) 135-154. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n1/08.pdf> Último acesso: 05/04/13

_____. 2005. «Entre a benemerência e as políticas públicas: a atuação da Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil no começo do século XX». *Gênero*, 6 (1): 43-60.

Medeiros, Paula Cristina Pacheco. 2006. «Lusofonia: discursos e representações». *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC*, nº1. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_lusofonia_discursos_reprentacoes.pdf Último acesso: 10/09/16.

Mendes, Maria Manuela. 2010. *Imigração, identidades e discriminação: Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Mendonça, João e Paulo Ribeiro. 2010. «Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX». *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 5 (1): 1-12. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3495/3266>; Último acesso em: 07/04/13

Meyer, Dagmar. 2005. «A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento», *Gênero*, Niterói, 6 (1) 81-104.

McCallum, Cecilia. 1998. «Alteridade e sociabilidade kaxinauá: perspectivas de uma antropologia da vida diária». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38):127-136.

Miceli, Sérgio. 2003. «Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura». *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 15 (1): 63-79.

Milroy, Lesley. 2001. «Britain and the United States: Two Nations Divided by the Same Language (and Different Language Ideologies)». *Journal of Linguistic Anthropology* 10 (1): 56-89.

Moreno, Cirlei Célia *et al.* 2006. «Mães HIV positivo e a não-amamentação». *Revista Brasileira Materno Infantil*, Recife, 6 (2): 199-208.

Morokvasic, Mirjana. 2000 [1993]. « 'In and Out' of Labour Market: Immigrant and Minority Women in Europe». In *Gender and Migration*, eds. Katie Willis e Brenda Yeoh. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 91-115.

_____. 1984. «Birds of Passage are also women...» *International Migration Review*, Special Issue *Women in Migration*, 18 (4): 886-907.

Olwig, Karen. 2007. *Caribbean Journeys: an ethnography of migration and home in three family networks*. Durham: Duke University Press.

Ong, Aihwa *et al.* 1996. «Cultural Citizenship as Subject-Making: Immigrants Negotiate Racial and Cultural Boundaries in the United States [and Comments and Reply].» *Current Anthropology*, 37 (5): 737-762.

Orlandi, Eni. 2005. «A Língua Brasileira». *Ciência e Cultura*, 57 (2): 29-30.

Ortiz, Renato. 2006. *Cultura brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Padilla, Beatriz, Mariana Gomes e Gleiciani Fernandes. 2010. «Ser brasileira em Portugal: imigração, género e colonialidade». In *Atas do 1º Seminário de estudos sobre imigração brasileira na Europa*. Barcelona, 25-27 de Novembro, 113-120.

Padilla, Beatriz. 2007. «A Imigrante Brasileira em Portugal: Considerando o Género na Análise». In *A imigração brasileira em Portugal*, org. Jorge Malheiros. Lisboa: ACIDI.

_____. 2005. «Redes Sociales de los Brasileños Recién Llegados a Portugal: ¿Solidariedad Étnica o Empatía Étnica? » *SOCIUS Working Papers*, nº2. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

_____. 2004a. «Redes Sociales de los Brasileños Recién Llegados a Portugal: Solidariedad Étnica o Empatía Étnica?». Comunicação apresentada no Convegno Internazionale: I Latini Alla Scoperta Dell Europa, Nuove migrazioni e spazi della cittadinanza, Génova. 17-18 de Junho.

_____. 2004b. «Integration of Brazilian Immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities». Comunicação apresentada na Conferência Internacional 9.^a Metropolis Conference Co-operative Migration Management: International, National and Local Answers, Genebra, 27 de Setembro a 1 de Outubro.

Pais, José Machado. 2016. *Enredos sexuais, tradição e mudança: As mães, os Zecas e as Sedutoras de Além-Mar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

_____. 2010a. «‘Mães de Bragança’ e Feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade». *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 41 (2): 9-23.

_____. 2010b. *Lufa-lufa quotidiana. Ensaio sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pais, José Machado. 2002. *Sociologia da Vida Quotidiana: Teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Peixoto, Clarice. 2000. «Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais». In *Família e individualização*. Clarice Peixoto et al. Rio de Janeiro: FGV.

Peixoto, João et al. 2015. «Introdução». In *Vagas Atlânticas: Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*, orgs., João Peixoto, Beatriz Padilla, José Carlos Marques e Pedro Góis. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 1-8.

Peixoto, João. 2007. «Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53: 71-90.

Penteado, Nelma. 2010. *Os segredos das mulheres brasileiras para manter os homens loucamente apaixonados*. Lisboa: Livros d’Hoje.

Pesser, Patricia R. e Sarah J. Mahler. 2001. «Gender and Transnational Migration». Comunicação apresentada na conferência Transnational Migration: Comparative Perspectives, Princeton, Princeton University, 30 de Junho a 1 de Julho.

Pereira, Juliana. 2009. «As Meninas do Pequi fora do Sertão: goianas imigrantes em Lisboa». Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Pereira, José Pacheco. 2014. «Acordo Ortográfico: acabar já com este erro antes que fique muito caro» Disponível em: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/acordo-ortografico-acabar-ja-com-este-erro-antes-que-fique-muito-car-1620079?page=1#/follow> Último acesso: 26/08/2014.

Pina-Cabral, João de e Vanda Aparecida da Silva. 2013. *Gente livre : consideração e pessoa no Baixo Sul da Bahia*. São Paulo: Terceiro Nome.

Pina-Cabral, João de. 2014. «Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América». *Revista de Antropologia*, São Paulo, 57(2): 23-46.

Pina-Cabral, João de. 2010. «Lusotopia como Ecumene». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo. 25 (74): 5-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a01v2574.pdf> Último acesso em: 10/09/16.

_____. 2002. «Agora podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciais no mundo da lusotopia». In *Working Papers*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

_____. 1984. «As mulheres, a maternidade^[1] e a posse da terra no Alto Minho». *Análise Social*, XX (80): 97-112.

Pinto, João Alberto. 2009. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 - 1974). *História*, São Paulo: 28 (1): 445-482.

Piscitelli, Adriana. 2008. «Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras». *Sociedade e Cultura*, 11 (2): 263 - 274.

_____. 2007. «Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do 'turismo sexual' internacional». *Estudos Feministas*, 15(3): 717-744.

Pintassilgo, Sónia Cardoso. 2014. «O risco e as condições sociais e assistenciais da maternidade em Portugal». Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE.

Pontes, Luciana. 2004. «Mulheres brasileiras na mídia portuguesa», *Cadernos Pagu* (23): 229-256.

Prado, Paulo. 1929. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*. 3. ed. São Paulo: S/editora.

Ribeiro, Gustavo Lins. 1998. «Identidade brasileira no espelho interétnico. Essencialismos e hibridismos em San Francisco». Brasília. Série Antropologia. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie241empdf.pdf>. Último acesso: 20/12/2010.

Rodrigues, Federica, Beatriz Padilla e Jorge Malheiros. 2011. *A dimensão psico-social do empreendedorismo imigrante feminino*. Migrações, Nº 8. Lisboa: ACIDI.

Rosa, Maria João, Hugo de Seabra e Tiago Santos. 2003. *Contributos dos 'imigrantes' na demografia portuguesa: O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Rowland, Robert. 2003. «Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente». In *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, org. István Jancsó. São Paulo: Editora Hucitec, 365-387.

_____. 1998. «O problema da emigração: dinâmicas e modelos». In *História da Expansão Portuguesa*, Vol. IV, *Do Brasil para África (1803-1930)*, org. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhri. Lisboa: Circulo de Leitores, 305-323.

Sacramento, Octávio José. 2014. «Atlântico passional: mobilidades e configurações transnacionais de intimidade euro-brasileiras». Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.

Santos, Edson, Kelly Alves, Martha Zorzal e Rita Lima. 2008. «Políticas de Saúde Materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno-infantil», *Saúde e Sociedade* 17 (2): 107-119.

Santos, Mário João. 2012. «Nascer em casa: a desinstitucionalização reflexiva do parto no contexto português». Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE.

Schwarcz, Lilia Moritz. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo. Companhia das Letras.

Schwengber, Maria Vione e Dagmar Meyer. 2011. «Discursos que (con)formam corpos grávidos: da medicina à educação física». *Cadernos Pagu*, 36 :283-314.

Serrão, Joel. 1963. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Serviço De Estrangeiros e Fronteiras. *Relatórios Estatísticos Anuais*. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx> Último acesso em 20/12/2010.

Skidmore, Thomas E. 1989 [1976]. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Skey, Michael. 2011. *National belonging and everyday life: the significance of nationhood in an uncertain world*. London: Palgrave Macmillan.

Smith, Anthony D. 1991. *National Identity*. London e New York: Penguin Books.

Soares, Luiz Eduardo *et al.* 2005. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objectiva.

Soares, Weber. 2003. «A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais». In *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*, org. Ana Cristina Martes e Soraya Fleischer. São Paulo: Paz e Terra, 231-261.

Sobral, José Manuel e Jorge Vala, org. 2010. *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (Atitudes Sociais dos Portugueses). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Sobral, José Manuel e Patrícia Rodrigues. 2013. «‘O fiel amigo’: o bacalhau e a identidade portuguesa», *Etnográfica*, 17 (3): 619-649.

Sobral, José Manuel. 2013. «Representações portuguesas e brasileiras da identidade nacional portuguesa no século XX». *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 41 (2): 125-139.

_____. 2010. «Dimensões étnicas e cívicas e glorificação do passado em representação da identidade nacional portuguesa numa perspectiva comparada». In *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (Atitudes Sociais dos Portugueses), org. Sobral, José Manuel e Jorge Vala. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

_____. 2008a. «Cidadania, Nacionalidade, Imigração: um breve historial das suas inter-Relações com referência ao caso português». In *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo*, coord. Isabel Estrada Carvalhais. Cascais: Editorial Principia, 137-163.

_____. 2008b. «Cozinha, nacionalismo e cosmopolitismo em Portugal (séculos XIX-XX)». In *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*, Cabral, Manuel Villaverde *et al.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

_____. 2007. «Pierre Bourdieu e o estudo da identidade nacional». In *Pierre Bourdieu: A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, org. José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira. Porto: Edições Afrontamento, 225-246.

Sobral, José. 2003. «A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português». *Análise Social*, 37 (165): 1093-1126.

_____. 1999a. «Da casa à nação: passado, memória, identidade». *Etnográfica*, III (1): 71-86.

_____. 1999b. *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

_____. 1996. «Nações e nacionalismo: algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa (ocidental) e o caso português». *Inforgéo*, 11: 13-41.

Skey, Michael. 2011. *National belonging and everyday life: the significance of nationhood in an uncertain world*. London: Palgrave Macmillan.

Thomaz, Omar. 2002. «Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa». In *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, org. Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 39-63.

Togni, Paula. 2008. «Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração». Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE.

Togni, Paula e Paulo Raposo. 2009. *Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portuguesas* - Coleção de Estudos do Observatório da Imigração, nº 38. Lisboa: ACIDI.

- Tomé, Aline Viana *et al.* 2009. «O samba, o modernismo e a identidade nacional». *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*. Nº3. Disponível em <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n3/pdf/samba.pdf>. Último acesso: 22/12/2010.
- Toren, Christina. 1993. «Making History: The Significance of childhood cognition for a comparative Anthropology of Mind». *Man*, New Series. 28 (3): 461-478.
- Tornquist, Carmen Susana. 2004. «Parto e poder: O movimento pela humanização do parto no Brasil». Tese de Doutorado, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____. 2003. «Paradoxos da humanização em uma maternidade no Brasil». *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19, 2003: 419-427.
- Torresan, Angela. 2011. «Strange Bedfellows: Brazilian Immigrants Negotiating Friendship in Lisbon». *Ethnos*, 76 (2): 233-253.
- _____. 2006. «Emoções fora do lugar: negociando amizade em Lisboa». In *Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal*, org., Igor José de Renó Machado. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 189-228.
- _____. 2004. «Loud and Proud: Immigration and Identity in a Brazilian/Portuguese Postcolonial Encounter in Lisbon, Portugal». Tese de Doutorado, Manchester, University of Manchester.
- Tilly, Charles. 1990. «Transplanted Networks». In *Immigration Reconsidered*, ed. Virginia Yans-Mc Laughlin. Oxford: Oxford University Press, 79-95.
- Triandafyllidou, Anna. 2006. «Nations, Migrants and Transnational Identifications: An Interactive Approach to Nationalism». In *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, org. Gerard Delanty e Krishan Kumar. London: SAGE Publications, 285-294.
- Vasconcelos, Vânia. 2005. «Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental». *Revista Ártemis*. 3 (Dezembro). Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2209/1948>. Último acesso: 22/03/13.
- Viegas, Susana e José Mapril. 2012. «Mutualidade e conhecimento etnográfico». *Etnográfica*, 16 (3): 513-524.
- Viegas, Susana. 2007. *Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Véras, Renata Meira e Marta Traverso-Yépez. 2010. «A maternidade na política de humanização dos cuidados ao bebê prematuro e/ou de baixo peso – Programa Canguuru». *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(1): 61-80.

- Wall, Karin *et al.* 2002. «Mães sós e cuidados às crianças». *Análise Social*, XXXVII (163): 631-663.
- Wall, Karin. 1999. «Famílias monoparentais em Portugal». *Análise Social*, XXXIV (150): 123-145.
- Webster, David J. 2009. *A sociedade Chope: indivíduo e aliança no sul de Moçambique (1969-1976)*, org. João de Pina-Cabral. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wolf, Eric R. 2011. *Parentesco, amizade e relação patrono-cliente em sociedades complexas*. Brasília: DAN/UnB.
- Yuval-Davis, Nira. 1997. *Gender and Nation*. Los Angeles e outras: Sage Publications.
- Yuval-Davis, Nira. 2010. «Etnicidad, Relaciones de Género y Multiculturalismo». In *Nación, Diversidad y Género: Perspectivas Críticas*, ed. Patricia Batisda *et al.* Rubí (Barcelona): Anthropos.
- Xavier, Maria. 2007. *Redescobrimo o Brasil: processos identitários de Brasileiros em Portugal*. Tese 10. Lisboa: ACIDI.